

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Letícia Birchal Domingues

JUNHO DE 2013:
ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS NOS PROTESTOS EM BELO
HORIZONTE

Belo Horizonte

2019

Letícia Birchal Domingues

JUNHO DE 2013:
**ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS NOS PROTESTOS EM BELO
HORIZONTE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Linha de pesquisa: Participação, Movimentos Sociais e Inovações Democráticas

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Fabrino Mendonça

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas

2019

320 Domingues, Leticia Birchal
D671j Junho de 2013 [manuscrito] : atores, práticas e gramáticas
2019 nos protestos em Belo Horizonte / Leticia Birchal
Domingues. - 2019.
204 f.
Orientador: Ricardo Fabrino Mendonça.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.
Inclui bibliografia

1. Ciência política – Teses. 2. Movimentos de protestos – Belo Horizonte (MG) - Teses 3. Ação coletiva - Teses. I. Mendonça, Ricardo Fabrino. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

UFMG

ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DA ALUNA LETÍCIA BIRCHAL DOMINGUES

Realizou-se, no dia 31 de maio de 2019, às 09 horas, na sala 2094, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada “*Junho de 2013: atores, práticas e gramáticas nos protestos em Belo Horizonte*”, apresentada por LETÍCIA BIRCHAL DOMINGUES, número de registro 2017698703, graduada no curso de DIREITO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em CIÊNCIA POLÍTICA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Ricardo Fabrino Mendonça - Orientador (DCP/UFMG), Prof. Francisco Mata Machado Tavares (UFG), Profa. Cláudia Feres Faria (DCP/UFMG).

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada

Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 31 de maio de 2019.

Prof. Ricardo Fabrino Mendonça

Orientador (DCP/UFMG)

Prof. Francisco Mata Machado Tavares

(UFG) - Videoconferência

Profa. Cláudia Feres Faria

(DCP/UFMG)

AGRADECIMENTOS

O processo de pesquisa e a escrita de uma dissertação é feita de encontros e desencontros, consigo e com os outros. Aqui, eu agradeço pelos encontros continuados ou pontuais, com várias pessoas que foram essenciais durante esses tempos. Agradeço, também, pelos desencontros: pela compreensão quanto aos momentos de ausência.

Aos meus pais, Ivan e Telma, sou grata pela presença contínua, pela compreensão dos caminhos trilhados e pelas palavras certas nos momentos certos. Como já disse em outra ocasião, obrigada por me darem coragem. À minha irmã, Júlia, pelo compartilhamento de ideias e expectativas, desde pequenas.

Às famílias Birchal e Domingues, agradeço pelo apoio e pela torcida por bons resultados. À vovó Ydernéa, sou grata pelo exemplo de força e inteligência – e pela revisão de português. Ao vovô Hênio, agradeço, com saudades, pela sabedoria e ensinamentos. Ao Gustavo, pelos sempre estimados encontros e cervejas.

Dos encontros, sou especialmente grata ao Ricardo, por ter aceitado me orientar e ter tido a paciência de me conhecer um pouco durante esse processo. Obrigada por sua particular combinação de rigor e bom humor.

Aos colegas do grupo Margem, obrigada pelo acolhimento. Renato, agradeço pela interlocução, sempre sensível e de alto nível, e pelo carinho. Viviane, Filipe Motta e Rafael, obrigada por me ajudarem a entender um pouco mais dos caminhos da Ciência Política.

Ao Yuri, agradeço pelo incentivo na busca de caminhos na pesquisa acadêmica e pela presença que, de um jeito ou de outro, você tem nas minhas reflexões.

Aos colegas de curso, por termos passado por muito juntos. Bia, Aglaé e Pedro, sou grata pelas conversas, carinho e trocas sobre o cotidiano da pós-graduação: sabemos que não é fácil.

Aos entrevistados, agradeço por terem aceitado o convite de participar da pesquisa e compartilharem, comigo, suas experiências e interpretações.

Também de encontros e desencontros, agradeço aos militantes de Goiânia, que aceitaram participar do primeiro projeto de pesquisa que estava desenvolvendo. Nossas conversas e experiências, de alguma forma, perpassam esse trabalho. Ao Franck e à Ana, agradeço o acolhimento para a realização do campo de pesquisa.

Ao Frank, agradeço, também, pelas importantes considerações na banca de defesa. Agradecimento, que faço, também, para a profa. Cláudia Feres.

Aos amigos e às amigas, pelos encontros essenciais para manter a lucidez e a leveza, agradeço pelos ouvidos atentos nos momentos de maior ansiedade e pelo carinho como um todo. Pelos desencontros, agradeço a compreensão e a paciência.

Aos companheiros do Tarifa Zero, para mim, essa pesquisa não faria sentido se não fossem vocês, obrigada pelo compartilhamento de interpretações e práticas. Vocês me permitem delírios com coisas reais.

Ao Dedé, agradeço por termos nos encontrado no pré-Junho, no front e no que veio depois. Sou grata por compartilharmos nossas vidas e cotidiano, em tantos níveis. Neste momento, sou especialmente grata pelo apoio contínuo no processo de pesquisa, pela paciência e sensibilidade e por comemorarmos a cada etapa.

*Ao modo de aves cruzando as alturas
Milhares de peixes vermelhos e azuis
Na cega certeza de algum que conduz
Percorrem distâncias nas águas escuras
Mas no oceano tem mais criaturas
Que esperam famintas pra lhes devorar
E aqueles que escapam vão ter de esbarrar
Que nem peregrinos exaustos de sede
Nos braços dos homens que arrastam a rede
Cantando ciranda na beira do mar*

Siba, Cantando ciranda na beira do mar

RESUMO

A presente dissertação objetiva responder à pergunta: quais eram os atores, as práticas e as gramáticas presentes nos protestos de Junho de 2013, em Belo Horizonte? Para tanto, adota metodologia de orientação interpretativa e busca, a partir de literatura e entrevistas, a análise dos acontecimentos de Junho de 2013 na cidade. A dissertação está dividida em quatro capítulos, além de sua introdução e conclusão. No primeiro, busca-se situar as manifestações junto à literatura sobre o ciclo global de protestos ocorridos entre o fim dos anos 2000 e a primeira metade dos 2010 em três dimensões: econômica, organizativa e política. Com elas, percebe-se uma caracterização da ação coletiva baseada em engajamentos fluidos e personalizados, mediados pela comunicação digital e desconfiados de instituições tradicionais. Com isso, chega-se à formulação da existência de diversidade e difusão, assim como de ambivalência, entre esquerda e direita, em Junho de 2013. Assim, o capítulo passa a analisar formulações de autores que interpretam os protestos a partir de uma divisão entre direita e esquerda e, em seguida, propostas que buscam enquadramentos gerais. Após avaliação das propostas, o capítulo se encerra apresentando a divisão desenvolvida nesta dissertação: entre esquerda e não esquerda. Essa divisão guia os capítulos seguintes e o desenvolvimento do campo de pesquisa com atores de não-esquerda. No segundo capítulo, são apresentadas organizações políticas de esquerda que atuavam na cidade antes de Junho de 2013, evidenciando a participação de grupos articulados nos protestos e, ao mesmo tempo em que isso influenciou seu andamento e características, isso foi insuficiente para dar coesão ao evento em foco. O capítulo, também, sistematiza a literatura sobre os acontecimentos diários de então e faz uma análise dos eventos posteriores a Junho a esquerda na cidade. No terceiro capítulo, são interpretadas as entrevistas realizadas com 18 atores de não-esquerda, cujos critérios de seleção foram: pessoas que usaram as cores verde e amarela durante Junho de 2013 e/ou sujeitos atuantes em organizações de direita durante e/ou após tais eventos. Guiado pela interpretação das entrevistas, o capítulo sistematiza o antes, durante e após Junho de 2013, bem como interpreta os sentidos que os entrevistados dão para a sua participação nos protestos e aborda as organizações de direita nas quais alguns passaram a participar. Finalmente, no capítulo 4 são apresentados os atores (indivíduos e organizações), práticas (passeatas; confrontos; uso de símbolos e performances; mídia colaborativa, conteúdos personalizados e redes sociais; assembleias) e gramáticas (horizontalidade; aceleração; ocupação do espaço público; nacionalismo), com suas confluências e tensões. Com isso, percebe-se que existem aproximações, que permitem a formulação de conceitos abrangentes para compreender sentidos comuns de Junho, e distanciamentos, que levam à necessidade de evidenciar os conflitos sobre o evento.

Palavras-chave: Junho de 2013; ciclo global de protestos; ação coletiva; Brasil contemporâneo; esquerda; direita.

ABSTRACT

This research aims to answer the question: what were the actors, the practices and the grammars in the June 2013 protests in Belo Horizonte? It adopts an interpretative methodology and analyses the events of June 2013 in the city through literature and interviews. It is divided in four chapters, besides its introduction and conclusion. The first seeks to situate the demonstrations in relation to the global protest cycle that took place between the end of the 2000s and the first half of the 2010s using three dimensions: economical, organizational and political. From them, it is possible to characterize the collective action as based on fluid and personalized engagement, mediated by digital communication, and distrustful of traditional institutions. It reaches, then, the formulation of the existence of diversity and diffusion as well as ambivalence between left and right-wing in June 2013. The chapter follows to analyze authors who interpret the protests from the division between right and left-wing and, after, those who look for general framings. After evaluating such formulations, the chapter ends with a presentation of the division that is developed in this thesis: between the left-wing and the non-left-wing. This division guides the following chapters and the development of the field of research with non-left-wing actors. The second chapter presents left-wing political organizations that acted on the city before June 2013, putting light into their participation during the protests and understanding that, at the same time that they influenced the events and their characteristics, they also were not enough to give cohesion to the protests in focus. The chapter, also, systematizes the literature about the daily happenings and gives an analysis of the following events, after June 2013, in the city. The third chapter interprets the interviews made with 18 non-left-wing actors, who were selected through the following criteria: having used the yellow and green colors during June 2013 and/or having acted in right-wing organizations during and/or after the events. Guided by the interviews' interpretation, it systematizes the happenings before, during and after June 2013, as well as interprets the meanings that the interviewees give to their participation on the protests and looks at the right-wing organizations in which some of them started to participate. Finally, the fourth chapter presents the actors (individuals and organizations), practices (marches; confrontation; use of symbols and performances; collaborative media, personalized content and social media; assemblies) and grammars (horizontality; acceleration; public space occupation; nationalism), with their confluences and tensions. It is, therefore, possible to note that there are approximations that allow broad conceptual formulations to comprehend June 2013's common meanings, and some distancing that take to the need to put in evidence the conflicts regarding the event.

Key words: June 2013; global protest cycle; collective action; contemporary Brazil; left-wing; right-wing.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Participação em organizações políticas antes e depois de Junho de 2013	p.94-95
Quadro 02	Identificação Política dos Entrevistados	p.96-97
Quadro 03	Sistematização de participação nos dias de protesto	p.109

LISTA DE SIGLAS

ALEM	Associação Lésbica de Minas
AMES-BH	Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte
ANCOP	Associação Nacional dos Comitês Populares da Copa
APH	Assembleia Popular Horizontal
BH	Belo Horizonte
BP	Brigadas Populares
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores do Brasil
COPAC	Comitê Popular dos Atingidos pela Copa
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Democratas
LGBTB	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEPR	Movimento Estudantil Popular Revolucionário
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MPL	Movimento Passe Livre
MPL-SP	Movimento Passe Livre de São Paulo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PFL	Partido da Frente Liberal
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
REE/MG	Rede Estadual de Educação de Minas Gerais
Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais
TJMG	Tribunal de Justiça de Minas Gerais
TZ	Tarifa Zero de Belo Horizonte
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UJS	União da Juventude Socialista
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNI-BH	Centro Universitário de Belo Horizonte

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
Metodologia.....	3
CAPÍTULO 1 – JUNHO DE 2013 E O CICLO GLOBAL DE PROTESTOS.....	11
1.1. Dimensão econômica: crise do neoliberalismo e bases sociais dos protestos.....	14
1.2. Dimensão organizativa: redes e indivíduos.....	19
1.2.1. Redes sociais e ação em rede.....	19
1.2.2. Duas propostas organizativas.....	24
1.3. Dimensão política: enfraquecimento do Estado e desconfiança institucional.....	29
1.4. Junho de 2013: delimitações à esquerda e à direita.....	33
1.4.1. Os autonomistas e patrióticos.....	34
1.4.2. Os campos democrático-popular, alter-ativista, liberal-conservador e autoritário-reacionário.....	36
1.5. Junho de 2013: propostas unificantes.....	40
1.5.1. O autonomismo como elemento articulador.....	41
1.5.2. Centro pós-materialista.....	43
1.5.3. A singularidade e a construção do comum nos protestos.....	45
1.6. Uma proposta de divisão para análise.....	48
CAPÍTULO 2 – ESQUERDA.....	51
2.1. Antes de Junho de 2013.....	51
2.1.1. A Praia da Estação.....	52
2.1.2. O movimento Fora Lacerda.....	56
2.1.3. As ocupações urbanas.....	57
2.1.4. O carnaval de rua de Belo Horizonte.....	60
2.1.5. O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte.....	61
2.1.6. As reivindicações de gênero e sexualidade.....	64
2.1.7. A luta pelo transporte público.....	66
2.1.8. Reivindicações da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais.....	69
2.2. Durante Junho de 2013.....	70
2.2.1. Dias 15 e 16 de junho.....	70
2.2.2. Dia 17 de junho.....	73
2.2.3. Dias 18, 19 e 20 de junho.....	74
2.2.4. Dia 22 de junho.....	77
2.2.5. Dias 23 e 25 de junho.....	79
2.2.6. Dia 26 de junho.....	81
2.2.7. Dias 27 e 29 de junho.....	84
2.3. Após Junho de 2013.....	85
CAPÍTULO 3 – NÃO-ESQUERDA.....	93
3.1. Antes de Junho de 2013.....	94
3.1.1. O PSDB.....	98
3.1.2. A Turma do Chapéu e outros movimentos de juventude.....	99
3.1.3. O não-engajamento político.....	101
3.2. Durante Junho de 2013.....	103

3.2.1. O começo de Junho e suas causas	103
3.2.2. Participação em Junho	108
3.2.2.1. <i>Dia 15 de junho</i>	111
3.2.2.2. <i>Dia 17 de junho</i>	112
3.2.2.3. <i>Dia 20 de junho</i>	114
3.2.2.4. <i>Dia 22 de junho</i>	116
3.2.2.6. <i>Dia 26 de junho</i>	117
3.3. Após Junho de 2013	118
3.3.1. Conexões com o <i>impeachment</i>	121
3.4. Sentidos de Junho de 2013	125
3.4.1. Junho como um despertar	125
3.4.2. Afastamentos de Junho	127
3.5. Uma nota sobre a direita e as organizações criadas.....	131
CAPÍTULO 4: ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS DE JUNHO DE 2013 EM BELO HORIZONTE	137
4.1. Atores	137
4.1.1. Indivíduos: personalização e desfiliação	138
4.1.2. Organizações	140
4.2. Práticas	144
4.2.1. As passeatas	145
4.2.2. Os confrontos.....	147
4.2.3. Uso de símbolos e performances	148
4.2.4. A mídia colaborativa, os conteúdos personalizados e o uso de redes sociais digitais	153
4.2.5. As assembleias.....	155
4.3. Gramáticas	156
4.3.1. Horizontalidade	157
4.3.2. Aceleração	162
4.3.3. Ocupação do espaço público	165
4.3.4. Nacionalismo	170
4.4. Em busca de síntese	173
CONCLUSÃO	175
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES	189

INTRODUÇÃO¹

Junho de 2013, em linhas gerais, foi um ciclo de protestos ocorrido em inúmeras cidades brasileiras, tendo tido irrupções anteriores ao mês que lhe dá nome (TAVARES, RORIZ, OLIVEIRA, 2013; BRAGA, 2017, p.236-237), mas que ganhou proporções multitudinárias naquele junho. Em uma visão linear, os protestos começaram com a demanda contra o aumento em 20 centavos na tarifa de ônibus em São Paulo, promovida pelo Movimento Passe Livre da cidade (MPL-SP), e ganharam escala após a repressão descabida das manifestações paulistanas no dia 13 de junho. Manifestações se alastraram pelas cidades e pelas redes sociais digitais e, à medida que ganhavam dimensão, também ganhavam diversidade. Ao fim do mês, a demanda pelo transporte público já deixava de ser central ou articuladora dos debates e uma pluralidade de reivindicações compartilhavam as ruas e criavam tensões entre perspectivas e propostas (DOWBOR, SZWAKO, 2013; JUDESNAIDER et al, 2013; SINGER, 2013; RICCI, ARLEY, 2014; SOUZA, 2015; SILVA, 2014; MARICATO et al, 2013; MENDONÇA, ERCAN, 2015; MENDONÇA, 2017; MENDONÇA, COSTA, 2018; BRINGEL, PLEYERS, 2015; BRINGEL, 2018; OLIVEIRA et al, 2014; GOMES, 2016; ALONSO, MISCHÉ, 2016; AVRITZER, 2016; TAVARES, BENEDITO, 2018).

Um breve resumo dos acontecimentos dos protestos em foco nesta dissertação pode ser feito conforme o parágrafo anterior. Contudo, quer-se propor que há algo de caleidoscópico² nos protestos de Junho de 2013. Em um caleidoscópico, fragmentos, espelhos, luz e movimentos aleatórios formam padrões que, vistos por meio de uma pequena fresta em um tubo, são compreendidos como uma totalidade. Até que um próximo movimento das mãos recombine os fragmentos e um novo padrão sobressaia do fundo do objeto. Os espelhos, voltados uns para os outros, entrecruzam os raios de luz e trocam, entre si, as imagens refletidas.

A composição diversa, os padrões mutantes, o entrecruzar de perspectivas e os resultados apenas parciais e temporários da totalidade são características de Junho de 2013. A cada dia, ou mesmo mais rápido do que isso, as interpretações sobre os protestos sofriam mudanças, em uma intensa troca e resignificação dos acontecimentos: quais eram as

¹ Agradeço aos seguintes projetos de pesquisa pelo financiamento, sem o qual essa pesquisa não seria possível: CAPES – Transformações do ativismo no Brasil: Junho de 2013 em pesquisa comparada. CNPq – Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas. Agradeço, também, à CAPES pela bolsa de Mestrado, essencial para a dedicação necessária à pesquisa.

² A ideia do caleidoscópico perpassou alguns momentos da realização desta pesquisa, em diálogos mentais com a imagem de “bricolagem” tantas vezes falada pelo prof. Yuriy Castelfranchi, a quem sou grata pelas conversas (reais e imaginárias).

demandas? o que se objetivava? qual era o significado da violência? quem era legítimo para dar os rumos das manifestações? quais cores usar? quais trajetos seguir? quem eram as pessoas nas ruas? Essas eram algumas das questões que estavam em disputa na ocasião. O cruzamento das divergências e o apoio parcial, apenas quanto a fragmentos de Junho, compunha um todo colorido temporário. Era assim a participação de centenas de milhares de pessoas, que não estavam nas ruas por concordarem com uma única direção dos protestos, porque essa não havia. Elas estavam nas ruas por refletirem uma parcela dos eventos – um dos vidrilhos – em meio a tantas outras.

Se o caleidoscópio ajuda a compreender os eventos de então, ele continua contribuindo para se pensar os protestos de 2013 hoje. Volta-se, novamente, o olhar pela fresta, agora, em um contexto mais conservador, com uma série de retrocessos na política brasileira (GALLEGO, 2018; MESSENERG, 2017; MACHADO, 2018; ROCHA, 2017; SILVEIRA, 2015; TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015; TELLES, 2015). Os vidrilhos continuam os mesmos, mas os novos posicionamentos dos olhos e mãos fazem com que novas imagens sejam percebidas, alguns padrões antes não compreendidos com tanta centralidade ganham mais relevo, e outras visões permanecem como as de antes. Em meio a tamanha diversidade e conflito, o padrão que chamou a atenção, ao se olhar novamente para Junho de 2013, aproximadamente cinco anos depois³, foi a presença, ainda pouco estudada, de perspectivas não identificadas com a esquerda nos protestos.

Com isso, buscou-se retomar as análises de Junho de 2013, com foco na cidade de Belo Horizonte, e responder à pergunta: *quais eram os atores, as práticas e as gramáticas presentes nos protestos de Junho de 2013, em Belo Horizonte?* Agora, o desafio seria incluir tanto as perspectivas de esquerda, quanto aquelas não identificadas com esse campo político⁴, dentro dos três conceitos de análise, possibilitando conhecer as proximidades e tensões que existiam na ocasião. Os atores são compreendidos como os indivíduos e coletivos políticos que atuaram ao longo dos protestos de 2013; as práticas são identificadas como as formas de ação e participação adotadas pelos manifestantes e as gramáticas são os princípios que guiam e dão coerência ao uso das práticas pelos atores em Junho de 2013. Assim, as três chaves de análise foram pensadas como formas de sistematizar alguns elementos importantes para entender Junho

³ A presente pesquisa foi desenvolvida nos anos de 2017 a 2019.

⁴ A dissertação propõe uma divisão provisória dos acontecimentos e interpretações de Junho de 2013 em “esquerda” e “não esquerda”, cuja construção e justificativa serão apresentadas ao final do capítulo 1.

de 2013, que permitem perceber as confluências e dissonâncias dos campos políticos lá atuantes, mas que não partem de uma divisão *a priori* entre direita e esquerda.

Considerando tal característica caleidoscópica de Junho de 2013, há um desafio inerente em estudá-lo: como tratar de um evento político tão plural, parcial e mutável? A cada tentativa de aproximação de Junho, parecem sobressair diferentes elementos que conformam a imagem do caleidoscópio. E é só uma visão concentrada, naquela mesma combinação de pedaços, que começa a permitir uma apreensão do que foram aqueles protestos. Um novo olhar, ou uma nova rotação no tubo, pode trazer novos elementos à tona. Essa não é uma forma de abrir mão da possibilidade de conhecer Junho de 2013 ou colocá-lo em um relativismo completo: afinal, mesmo que possam ser contingentes, as combinações de imagens de um caleidoscópio são compostas pelos mesmos vidrilhos, são resultados de algumas regras da física ótica e seu tubo pode ser pego pelas mãos. Quer-se chamar a atenção, de todo modo, para os limites desta pesquisa, apesar da adoção de métodos devidamente sistemáticos e com rigor. Não se quer trazer uma visão totalizante e atemporal do que foi Junho de 2013, em Belo Horizonte, mas, a partir dos fragmentos empíricos e de literatura estudados, evidenciar algumas interpretações e trazer novos elementos para o debate. Com isso, apresenta-se, a seguir, a metodologia adotada nesta dissertação.

Metodologia

Conforme exposto, a presente dissertação busca responder à pergunta: *quais eram os atores, as práticas e as gramáticas presentes nos protestos de Junho de 2013, em Belo Horizonte?* Para tanto, compreende-se ser necessária a inclusão de novas perspectivas, pouco estudadas em relação ao ciclo de protestos, as de pessoas de “não-esquerda”, bem como evidenciar as tensões e confluências advindas da diversidade e da mutabilidade de Junho. Para tanto, a presente pesquisa adota uma metodologia com orientação interpretativa. Diz-se “orientação” interpretativa, ou mesmo pressuposto interpretativo, porque compreende-se que o debate metodológico traz elementos de caráter epistemológico, os quais não poderão ser tratados aqui (YANOW, SCHWARTZ-SHEA, 2006). Por exemplo, não se poderá desenvolver, a fundo, as implicações disso no que se considera como “científico” na Ciência Política e os limites que as propostas positivistas (em oposição às interpretativas) têm para o tipo de pergunta e reflexão aqui desenvolvidos. Porém, é possível afirmar que:

A virada [interpretativa], então, é, em geral, em dois sentidos: tanto de afastamento, se não oposição, da ideia de uma prática socio-científica derivada de um modelo de comportamento humano abstraído da física e/ou das ciências naturais, desnudada dos traços humanos dos pesquisadores e dos pesquisados; quanto em direção a um conjunto de práticas re-humanizado, contextualizado. Isso proporciona uma razão para o uso do termo “ciências humanas” se referir a psicologia, sociologia, antropologia e assim por diante: sua ênfase nas preocupações focadas nos significados e centradas nas pessoas, como distinta das conotações mais comportamentalistas das “ciências sociais” (YANOW, SCHWARTZ-SHEA, 2006, p.xii⁵).

Dessa forma, seguiu-se a perspectiva de foco nos significados e nas pessoas para se revisitar os acontecimentos de Junho de 2013, em Belo Horizonte. Por isso, adotou-se o estudo dos protestos a partir de dois caminhos, conforme será melhor explicado adiante, o da literatura secundária e o de produção de conteúdo a partir de entrevistas com participantes dos protestos. Em ambos os casos, tratou-se de um trabalho de interpretação da interpretação, para ser possível conhecer tanto na produção acadêmica, quanto nas falas de manifestantes, quem eram as pessoas presentes, o que elas faziam e quais os princípios que as guiavam. Compreende-se que:

A natureza distintiva das abordagens interpretativas, tipicamente, deriva de tais análises, segundo as quais as ciências humanas dizem respeito a interpretações de interpretações. Interpretativistas concentram-se em elucidar os significados – as crenças e tradições – nas quais estão embutidas as ações e práticas (BEVIR, 2006, p.283).

Os três conceitos analíticos propostos – atores, práticas e gramáticas – estão imersos em imaginários, crenças e entendimentos que emergiam à época dos protestos e, também, se modificaram com o tempo. Busca-se, portanto, incluir tais imaginários e compreendê-los dentro do contexto nos quais eles se inseriam. E, quando necessário, evidenciar e lidar com algumas limitações vindas, por exemplo, do tempo que se passou entre os protestos e o momento de realização das entrevistas, para se realizar a sistematização dos eventos dos protestos.

Tendo exposto, ainda que brevemente, a orientação interpretativa desta pesquisa, apresentam-se alguns passos metodológicos adotados. Trata-se, então, de um estudo de caso, que é uma investigação empírica que estuda um fenômeno contemporâneo em profundidade, especialmente, quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão evidentes (YIN, 2010, p. 39). O caso em tela são os protestos de Junho de 2013, na cidade de Belo Horizonte, escolhida, porque se compreende que seu estudo traz à tona elementos importantes sobre a dinâmica dos protestos. De um lado, por sua especificidade de aproximação entre grupos de esquerda variados, que não é trivial em outras localidades e permite a compreensão a respeito dos cenários políticos nos quais as manifestações eclodem. Nesse caso, a cidade de Belo

⁵ As traduções dos textos originais em inglês e espanhol para o português foram realizadas pela autora, de forma livre.

Horizonte ajuda a pensar a existência de uma atuação fértil da esquerda com formulações divergentes à política governista, do PT, antes de Junho. E, depois de Junho, de uma continuidade, ao menos imediata, de tais grupos, fortalecidos pelos protestos. Do estudo desse campo, surge a proposta de formulação de uma categoria que os identificaria: a coalizão marxista-libertária. Entende-se, então, que Belo Horizonte pode ser um exemplo para se pensar em categorias teóricas para a identificação da esquerda não-petista hoje. De outro lado, a investigação sobre a atuação da não-esquerda, em Belo Horizonte, contribui para o conhecimento da relação da cidade com pautas nacionais, como foi o caso do *impeachment* e da agenda de renovação política. Tais pautas têm sido articuladas por organizações centralizadas em São Paulo ou Brasília, mas têm suas relações com articulações locais, como é o caso da experiência belo-horizontina. Conhecer algumas trajetórias e dinâmicas fora desse polo pode ajudar a compreender as particularidades da ação coletiva de não-esquerda hoje.

Em linhas gerais, para sistematizar os atores, práticas e gramáticas nos protestos, foi necessário, primeiro, conhecer o contexto em que eles se inseriram e as interpretações da literatura sobre isso. Três dimensões foram usadas para, em um diálogo entre elementos globais e locais, tratar dos protestos internacionais e brasileiros, são elas: a econômica, a organizativa e a política. Tais dimensões levam para um debate a respeito da diversidade presente nos protestos e constitutiva da ação coletiva contemporânea, podendo se tornar terreno fértil para uma pulverização de demandas e de descoordenação de ações (DELLA PORTA, 2015; DEAN, 2016; BENNETT, SEGERBERG, 2012; OFFE, 2013; TAVARES, BENEDITO, 2018). Contudo, tal pulverização pode ser interpretada a partir da divisão no espectro de direita-esquerda (ALONSO, MISCHÉ, 2016; BRINGEL, 2018) ou por meio de elementos que buscam enquadramentos gerais dos protestos (MENDONÇA, COSTA, 2018; SINGER, 2013; MENDONÇA, 2017). Essa etapa, realizada a partir de revisão de literatura, foi apresentada no capítulo 1 desta dissertação.

A partir daí, a presente pesquisa realiza uma divisão provisória de duas perspectivas que comporiam as ruas de Junho: a esquerda, identificada como uma coalizão de grupos marxistas e libertários, e a não-esquerda, os demais presentes, participando de forma individualizada e com pouca coesão. A proposta de sistematizar os demais atores como “não-esquerda” parte da ideia de que seu engajamento foi disperso e o elemento de unidade entre eles é o fato de não se identificarem com o campo de esquerda, este bem definido em Junho. Tal diferenciação se torna elemento aglutinador, também, nos desdobramentos de Junho, especialmente nos protestos pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. A divisão, cuja participação antes, durante e após

Junho de 2013 é estudada nos capítulos 2 e 3, necessita de decisões metodológicas próprias, em especial no que diz respeito às fontes de pesquisa. Para a esquerda, analisada no capítulo 2, optou-se por usar como fonte principal a literatura secundária e, para a “não-esquerda”, em foco no capítulo 3, optou-se pela geração de dados primários por meio de entrevistas.

Primeiro, aborda-se a adoção de literatura secundária para estudar os acontecimentos de Junho de 2013 na perspectiva da esquerda. Tem-se que alguns grupos com tal orientação política, já atuantes na cidade de Belo Horizonte, buscaram se constituir como referências e atuar de forma articulada ao longo dos protestos. Tais grupos têm sido estudados, mesmo antes de 2013, de forma que há uma ampla disponibilidade de informações sobre sua atuação antes e durante Junho (BERQUÓ, 2016; VELOSO, 2017; SANTOS, 2016; BITTENCOURT, 2016; OLIVEIRA, 2012; ALBUQUERQUE, 2012). Além disso, muito do que foi escrito na ocasião dos protestos, inclusive dando a sistematicidade do dia-a-dia das manifestações, focou-se na esquerda, com levantamento de dados primários (ALONSO, MISCHÉ, 2016; MENDONÇA, 2017; RICCI, ARLEY, 2014; OLIVEIRA et al, 2014; SILVA, 2014; JUDESNAIDER et al, 2013). Compreendendo, então, que a passagem do tempo, nesse caso, seria prejudicial para a sistematização dos acontecimentos de Junho, uma vez que os estudos anteriores são bastante confiáveis, optou-se pelo uso da literatura para conhecer as articulações antes e durante Junho 2013. Já para os eventos posteriores a Junho, utiliza-se tanto a literatura, quanto a busca por informações nas plataformas virtuais de alguns coletivos políticos para se apresentar um panorama dos acontecimentos. Também, pontua-se que a autora vem estudando alguns grupos que compõem a chamada coalizão marxista libertária, em especial o Tarifa Zero BH e o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa, tendo gerado dados primários sobre os movimentos em 2015 por meio de grupos focais (DOMINGUES, 2016). Finalmente, a autora atua no primeiro movimento desde 2014 e participou dos protestos de Junho de 2013, assim, a visão do campo de esquerda estudado não pode se descontextualizar dessas vivências.

Segundo, quanto à realização de entrevistas para a participação nos protestos por pessoas de “não-esquerda”, ela se justifica, especialmente, por não ter ocorrido, nas adjacências dos protestos, uma busca de produção de informações em conjunto com manifestantes que se distanciavam do perfil de esquerda. Assim, entendeu-se que seria necessário procurar tais manifestantes, mesmo que já passados cinco anos desde Junho de 2013. Durante as entrevistas, foi apresentada aos entrevistados uma linha do tempo do dia-a-dia dos protestos (Apêndice A), para auxiliar na retomada dos eventos e, ao longo do diálogo, quando percebidas dúvidas e confusões de datas, a entrevistadora buscou esclarecê-las. Compreende-se, porém, que os

possíveis equívocos na rememoração são elementos a serem interpretados e dizem respeito à experiência dos entrevistados nos protestos e nos eventos posteriores. Por exemplo, ocorreram sobreposições entre os eventos ocorridos em 2013 e aqueles relativos aos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, as quais são analisadas no capítulo 3.

As entrevistas foram realizadas seguindo as instruções de Weiss (1994), em especial tendo em vista sua adequação para a “descrições detalhadas das ações” e seus processos; a “integração de perspectivas múltiplas” dos participantes dos protestos; o “desenvolvimento de descrições holísticas” de como realizam as ações e os princípios que os guiavam; e o “entendimento de como os eventos são interpretados” pelos sujeitos. Pontos esses listados pelo autor como característicos das entrevistas e que justificam sua aplicação na presente pesquisa (WEISS, 1994, p.09-11). O roteiro de entrevista foi semi-estruturado, por compreender-se que era importante permitir que os diálogos se aprofundassem em sentidos diferentes, conforme cada entrevista, mas, também, que todas as perguntas deviam ser respondidas por todos os entrevistados. O roteiro foi elaborado tendo como referência uma atualização daquele adotado por Mendonça e colaboradores, o qual foi usado logo após os protestos de Junho de 2013, em Belo Horizonte e São Paulo⁶. Uma primeira versão foi testada na primeira entrevista, no mês de março de 2017, e pequenas adaptações foram feitas para as demais, de forma que o roteiro final está disponível no Apêndice B desta dissertação. As demais entrevistas ocorreram entre os dias 03 de agosto e 18 de outubro de 2017. O lapso de tempo entre a primeira entrevista e as demais se justifica pela opção da pesquisadora em aprofundar-se mais na pesquisa de literatura antes de se voltar, novamente, para a pesquisa empírica.

Sobre a seleção de entrevistados, deve-se apontar, brevemente, que a ideia de buscar pessoas identificadas com a “não-esquerda” se deu objetivando encontrar um grupo mais diverso de entrevistados do que apenas a busca de pessoas de direita (em oposição à esquerda). Como ficará mais claro ao longo deste trabalho, compreendeu-se que os grupos de esquerda, marxistas e libertários, eram um tanto coesos, mas as demais formas de participação, naquele momento, não foram tão uniformes e houve uma grande participação individualizada e sem filiações políticas nos protestos (MENDONÇA, 2017; ALONSO, MISCHÉ, 2016; RICCI, ARLEY, 2014). Assim, se houvesse uma seleção apenas de pessoas de direita para as entrevistas, não seria possível conhecer sobre essa diversidade de participação. Para evitar esse problema, adotaram-se dois critérios de seleção: pessoas que foram aos protestos de Junho de

⁶ Algumas das análises dessas entrevistas são usadas ao longo desta dissertação, como em Mendonça (2017) e Mendonça e Figueiredo (2018).

2013 usando as cores verde e amarela e/ou sujeitos atuantes em organizações de direita durante e/ou após tais eventos. Com isso, foi possível conhecer e entrevistar pessoas que se identificavam desde a centro-esquerda⁷ até uma direita mais radical, como será apresentado no capítulo 3 (Quadro 02).

A partir desses critérios, foi realizada uma entrada múltipla no campo em estudo, iniciando as entrevistas com pessoas conhecidas – tanto pessoalmente, quanto por serem alguma referência pública de alguma organização –, que cumpriam algum dos requisitos e que não tinham relação entre si. Como se trata de pessoas com um perfil político distinto da autora, era importante alcançar pessoas distantes, desconhecidas e diversas. Para isso, a pesquisadora, seguindo, também, as indicações de Weiss (1994, p.25), pediu recomendações de nomes para realizar tais entradas múltiplas no campo estudado. Depois da realização das primeiras entrevistas, adotou o método bola de neve, segundo o qual: “se as pessoas que você quer entrevistar provavelmente conhecem outras como elas, você pode pedir, para *elas*, referências. A partir disso, as referências podem providenciar novas referências” (WEISS, 1994, p.25 – grifo no original). Assim foi feito, após cada entrevista, a autora pedia indicações de outras pessoas que se conformassem nos critérios, de forma que se conseguiu chegar um espectro amplo de filiações políticas. A escolha por interromper o fluxo da bola de neve se deu quando houve uma saturação do conteúdo gerado, ou seja, quando elas deixaram “de oferecer informações suplementares” (MACHADO, 2002, p.49). Foram realizadas, então, 17 entrevistas com 18 pessoas⁸, com a duração média de uma hora cada.

Se o método da bola de neve foi eficaz em trazer uma diversidade de identidades políticas, de idades e, parcialmente, de raça, ele não foi tão feliz na diversidade de gênero. Sobre essa situação, percebeu-se que não havia tanta indicação de nomes femininos pelos entrevistados, de forma que se buscou, explicitamente, solicitar a indicação de mulheres para serem entrevistadas. Conseguindo tais nomes, uma nova barreira foi encontrada: as mulheres rejeitaram mais aos pedidos de entrevista do que os homens. Ao final, a representação de mulheres se deu na ordem de 27% dos entrevistados e de negros e pardos foi de 28,5% dos respondentes, sendo que não houve participação de mulher negra na pesquisa. É importante explicitar tal situação, que, apesar de não poder ser trabalhada aqui, traz elementos para a

⁷ Apesar da identificação de dois entrevistados com a centro-esquerda, entende-se que a sistematização do campo como “não-esquerda” continua pertinente, uma vez que a diferenciação central proporcionada pela divisão é entre a esquerda identificada com os pensamentos marxista e libertário e as demais participações menos coesas, nas quais tais entrevistados se enquadram.

⁸ Uma das entrevistas foi realizada com duas pessoas.

reflexão sobre os limites dos papéis das mulheres e mulheres negras na política: em um primeiro momento, esquecidas, e, em um segundo momento, indisponíveis para a fala sobre o tema.

Tendo acessado as pessoas e realizado as entrevistas, o conteúdo produzido foi transcrito e, a partir dele, buscou-se uma sistematização com base nos procedimentos da análise de conteúdo qualitativa (MACHADO, 2002; GATTI, 2012). Tais procedimentos foram pensados como guias para a construção das interpretações, a partir da organização e classificação do material produzido com os entrevistados. Nesse sentido:

Dados de palavras [...] não precisam ser traduzidos em índices numéricos ou medidas para ganharem legitimidade. Finalmente, em uma perspectiva construtivista, o levantamento de bases de dados qualitativas é problemático, porque os dados são vistos como coproduzidos em e por meio de interações, e não como objetos, entidades autônomas disponíveis (“fornecidas”) para “coletas” a partir da disposição do campo (YANOW, SCHWARTZ-SHEA, 2006, p.xvii).

Ou seja, a proposta de adoção da análise de conteúdo qualitativa se deu por não se tratar de uma base de dados a ser quantificada, mas de uma reaproximação, em etapas, do conteúdo produzido nas entrevistas de forma a construir interpretações relevantes e pertinentes para a pergunta de pesquisa.

A análise do conteúdo, em suas primeiras utilizações, assemelha-se muito ao processo de categorização e tabulação de respostas a questões abertas [...]. Se anteriormente visava alcançar sobretudo uma grande leitura quantitativa de um determinado conteúdo, e ainda hoje muitas pesquisas são feitas dentro dessa perspectiva, atualmente é utilizada também para a explicitação de categorias temáticas, numa perspectiva qualitativa (MACHADO, 2002, p.64).

Em linhas gerais, adotou-se o procedimento de classificação do texto em categorias de análise, as quais foram construídas em uma sequência de interações com o material transcrito, seguindo as instruções de Gatti (2012, p.51-53). A partir das noções da literatura, das notas realizadas no caderno de campo e das reflexões vindas da própria realização das entrevistas, a autora propôs uma primeira lista de categorias e a testou em uma primeira seleção aleatória de 10% do conteúdo de cada entrevista. Feito isso, refinou a lista e realizou nova avaliação, com outros 10% do material de cada de entrevista. “A aplicação da categorização prévia num recorte permite seu aperfeiçoamento” (GATTI, 2012, p.52), de forma que se chegou à lista final de categorias, que foi utilizada em todo o material transcrito⁹.

Entende-se esse processo como um de interação continuada com as entrevistas, buscando compreendê-las dentro da pesquisa proposta. “Nesse sentido, então, os textos socio-

⁹ A lista está disponível no Apêndice C.

científicos não apresentam, simplesmente, seus sujeitos a partir das lentes dos dados, mas os representam e os re-apresentam – constituem-nos, constroem-nos” (YANOW, 2006, p.07). Dessa forma, o capítulo 3 apresenta as interpretações das interpretações, vindas da interação entre pesquisadora e pesquisados, buscando reconstruir os eventos antes, durante e depois Junho de 2013, a partir da análise de suas narrativas. As categorias, então, foram usadas para auxiliar a construção das análises e interpretações expostas, não se tratando de um capítulo centrado nas categorias em si ou em possíveis quantificações que poderiam vir delas.

Chega-se, então, ao capítulo 4 desta dissertação, cujo objetivo é de apresentar os atores, práticas e gramáticas presentes em Junho de 2013, com suas confluências e tensões. Trata-se, então, de um capítulo que busca sistematizar as discussões e descrições em três conceitos, de forma que se optou por um diálogo entre a literatura e o material empírico para a identificação de quem estava nos protestos, quais eram as ações que eles perpetuavam, quais eram os princípios que os guiavam e quando esses elementos entravam em choque. Será possível perceber, que existem elementos transversais entre os campos políticos presentes nos protestos, trazendo aproximações – que não deixam de ser ambíguas – entre eles. Como são conceitos abrangentes, que não partem das diferenças dos campos políticos, também será possível evidenciar as dissonâncias, os temas de conflito nas manifestações. Com isso, entende-se que foi possível encontrar, para além de uma divisão entre esquerda e direita nos protestos, um campo amplo, diverso e conflituoso de atores, práticas e gramáticas.

CAPÍTULO 1 – JUNHO DE 2013 E O CICLO GLOBAL DE PROTESTOS

O período entre o final dos anos 2000 e a primeira metade de 2010 foi marcado por protestos que abalaram não só a política tradicional, mas também as formas clássicas de mobilização social e ação coletiva a nível global. Em diversos países irromperam manifestações que, por mais distintos que sejam seus contextos políticos e sociais, conectam-se por características-chave que levam à sistematização desses eventos como um ciclo global de protestos. Na virada de 2010 para 2011, ocorreu uma série de movimentos na Tunísia, no Egito, na Líbia, em outros países do Norte da África, bem como na Síria e na Arábia Saudita, que se convencionou chamar de Primavera Árabe, marcada pela revolta contra regimes autoritários ou ditatoriais. Entre 2011 e 2012, manifestações eclodiram na Europa, com protestos na Grécia, Espanha, Portugal, Itália, França e Inglaterra, e nos Estados Unidos – onde as medidas de austeridade pós-crise de 2008 parecem ser centrais. Na América Latina, chamam a atenção os protestos estudantis no Chile, iniciados em 2011 contra as políticas liberais do país e as injustiças causadas pelo sistema privado de educação. Em 2013, a Turquia também foi palco de protestos, com a ocupação do parque Taksim Gezi contra um empreendimento privado que acabaria com tal espaço público. O Brasil, que já vivenciava um cenário de articulações de movimentos sociais e ações de caráter mais localizado, tem, também, o ano de 2013 como marco no ciclo global de protestos: o mês de junho daquele ano colocou centenas de milhares de pessoas nas ruas, em capitais e cidades interioranas, em uma mobilização sobre a qual ainda há muito para se compreender (GOMES, 2016; BIMBER, FLANAGIN, STOHL, 2012; CARNEIRO, 2012; DEAN, 2016; DELLA PORTA, 2015; TEJERINA, PERUGORRÍA, 2012).

A agenda de pesquisa aberta por esses protestos globais é ampla e passa por estudos gerais e outros mais específicos de cada país. De todo modo, algumas discussões estão em pauta independentemente do local analisado. Por exemplo, o debate sobre as novas formas de organização da ação coletiva é central para se compreender como se deu a articulação de protestos de dimensão multitudinária, várias vezes com pautas amplas e com centralidade nas novas tecnologias de informação e comunicação. O papel e o futuro das instituições mediadoras tradicionais, tanto no âmbito da ação contenciosa, quanto no âmbito do Estado e da política institucional, são questionados, devido ao surgimento de ações mais personalizadas e formas de articulação menos orgânicas e estruturadas. Nomes como “redes”, “ação conectiva” ou mesmo a “ausência de organização” têm sido usados para definir o funcionamento das novas

formas de ação coletiva (BIMBER, FLANAGIN, STOHL, 2012; NUNES, 2014; BENNETT, SEGERBERG, 2012). A crítica às mediações não surge apenas no momento de articulação do movimento social ou da organização dos protestos, mas, por vezes, as próprias pautas e discursos que ocorriam ao longo deles vinham de uma descrença na política tradicional e nos mecanismos de intermediação entre as demandas sociais e as políticas estatais (NUNES, 2014; ALONSO, MISCHÉ, 2016; OFFE, 2013; TAVARES, BENEDITO, 2018). Em uma dimensão mais econômica, tem-se buscado interpretar os protestos globais como uma contestação às políticas de austeridade adotadas como resposta à crise econômica de 2008 e como reação à ordem neoliberal global – seja em aspectos estritamente econômicos ou como elemento articulador mais amplo da racionalidade que rege as relações contemporâneas, rompendo laços de pertencimento e dando centralidade às ações individuais (DELLA PORTA, 2015; DEAN, 2016; BRAGA, 2017).

No caso brasileiro, os protestos de Junho de 2013 ocorreram em um contexto de realização da Copa das Confederações, megaevento esportivo preparatório para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, e no terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores (PT) na presidência, que já vinha passando por um processo de desgaste vindo de escândalos de corrupção e uma crise urbana crescente. Os protestos tiveram como estopim o aumento de 20 centavos na tarifa de ônibus na cidade de São Paulo, mas logo se alastraram pelo país e pelas redes sociais, tiveram suas pautas ampliadas e perfis de participantes diversificados (DOWBOR, SZWAKO, 2013; SINGER, 2013; GOHN, 2014; RICCI, ARLEY, 2014; OLIVEIRA et al, 2014; SILVA, 2014; MARICATO et al, 2013).

A literatura sobre Junho é ampla e foi sistematizada¹⁰ por Caetano (2017) em três enquadramentos principais. O primeiro enquadramento – relativo a mudanças na ação coletiva – aproxima-se do debate a respeito do papel das novas tecnologias de comunicação e informação no ciclo global de protestos. A produção de conteúdo personalizado e ao vivo, a convocação difusa dos protestos por meio das redes sociais digitais e as formas organizativas em rede fazem parte dessa discussão (SILVA, 2014; D’ANDREA, ZILLER, 2014a; GOMES, 2016; SARAIVA, 2018; BESANCENOT, LÖWY, 2016; RICCI, ARLEY, 2014; NUNES, 2014). Caetano entende que houve um entrecruzamento desses aspectos, “no sentido de que, para esta narrativa, o protagonismo de uma forma de agir autonomista e as tecnologias se influenciaram de maneira mútua, de modo que um não se sobrepôs ao ou originou o outro, mas

¹⁰ A revisão de literatura realizada por Caetano é focada na área de Ciências Sociais e é referente ao período entre 2013 e 2016. No parágrafo, outras fontes são abordadas dentro dos enquadramentos por ele propostos.

ambos se potencializaram” (CAETANO, 2017, p.05). Sobre o segundo enquadramento – relativo à questão urbana – são levantados elementos como o *boom* imobiliário, o impacto negativo para os mais pobres vindo das obras de infraestrutura para a Copa do Mundo, a inexistência de mecanismos participativos na definição de tais obras e a ausência de investimentos no transporte público coletivo como originários de descontentamentos políticos manifestados em 2013 (MARICATO, 2013; JENNINGS, ROLNIK, LASSANCE et al, 2014; SANTOS, 2016; VELOSO, 2017; SINGER, 2013; AVRITZER, 2016). Quanto ao terceiro enquadramento – o da expressão de conflitos e mudanças na estrutura de classes nos protestos – algumas análises trazem a presença de setores tradicionais da classe média e do “novo proletariado” (SINGER, 2013) ou “precariado” (BRAGA, 2017) para compreender as bases sociais dos protestos. Ricci e Arley (2014) tratam dos limites da inclusão via incentivo ao consumo, concomitante a um ressentimento das classes médias tradicionais, que perdia local de prestígio (ao menos simbólico) o que se relacionaria com a manifestação de um conservadorismo e a perda de confiança nas instituições públicas.

Desde a ocorrência do ciclo global de protestos, muitas outras turbulências têm afetado o contexto internacional, citando como exemplos: a eleição de Donald Trump para presidente dos Estados Unidos, bem como o fortalecimento do *Tea Party*, no mesmo país; a votação pela saída do Reino Unido da União Europeia, o *Brexit*, e os imbróglios políticos e sociais daí advindos; a disseminação de sistemas com democracias enfraquecidas, protoautoritários ou autoritários em diversos países, como a Turquia, as Filipinas e a Hungria. O Brasil contemporâneo não se afasta desse cenário global, pois passa por um processo de crescimento das visões conservadoras e autoritárias, sendo parte dele a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), como presidente em 2018 (CARAPANÃ, 2018; MIGUEL, 2018; MESSENBURG, 2017). Muito ocorreu entre os protestos globais aqui tratados e os retrocessos e seria um raciocínio simplista conectar diretamente uma coisa à outra sem maior profundidade de análise. Desde Junho de 2013:

[...] o Brasil transitou por diversos cenários, marcados por uma maior radicalização e polarização política, mas, também, por um encadeamento complexo de acontecimentos e personagens muito distantes de uma lógica linear. Desta maneira, não se pode dizer, a partir de uma lógica de causalidade estrita que o golpe seja consequência direta dos protestos, como têm feito muitas análises simplistas (BRINGEL, 2018, p.09-10).

Assim, parte da análise de 2013, hoje, envolve a necessidade de tornar mais precisos os eventos ocorridos nos protestos, sem misturá-los com fenômenos políticos e sociais posteriores e que não são, necessariamente, consequência deles. Cita-se, aqui, um ponto que pode parecer

trivial, mas que impacta nas análises: a polarização, vista no cenário eleitoral de 2018¹¹, dá-se muito mais entre anti-petistas e petistas (*coxinhas* e *petralhas*) do que entre autonomistas e patriotas¹² (*black blocs* e *cidadãos de bem*). São esses últimos bem evidentes em 2013, quando o papel dos petistas ficou muito mais restrito à reposta e à repressão aos protestos do que como parte ativa da construção de propostas e debates (ALONSO, MISCHÉ, 2016; BRINGEL, 2018; RICCI, ARLEY, 2014). Se são os eventos posteriores a Junho que levam à necessidade de se voltar a 2013 para compreender os diferentes atores, práticas e gramáticas lá presentes, também são eles que fazem com que seja necessário deixar em Junho o que é de Junho, sem transposições de fenômenos posteriores.

Compreendendo, também, que o ciclo global de protestos e Junho de 2013 são eventos bastante abrangentes e que têm aberto uma série de debates amplos, este capítulo se limita a discutir três dimensões, por se mostrarem as mais pertinentes para a sistematização de atores, práticas e gramáticas, objetivo desta dissertação. São elas: (1.1) a dimensão econômica, (1.2) a dimensão organizativa e (1.3) a dimensão política. Em seguida, o capítulo volta a atenção para um tema que se relaciona com elas e que será condutor da parte seguinte da dissertação: a delimitação de Junho de 2013 em campos políticos e o debate em torno de sua pertinência. Serão analisadas (seção 1.4) propostas de autores que buscam identificar, ainda em Junho de 2013, a presença, nas ruas, de campos diferenciados, de esquerda e de direita. Em seguida, serão abordadas (seção 1.5) as propostas que buscam encontrar sentidos unificadores das divergências presentes em 2013, para, ao final (seção 1.6) realizar uma proposta de divisão provisória dos campos, em esquerda e não-esquerda, para a análise dos eventos e narrativas de Junho de 2013 nos capítulos seguintes.

1.1. Dimensão econômica: crise do neoliberalismo e bases sociais dos protestos

Para alguns autores, tem sido importante realizar uma discussão da dimensão econômica nos protestos, que passa por uma identificação do perfil social dos manifestantes, das políticas econômicas adotadas e da lógica geral que rege o capitalismo contemporâneo (DELLA PORTA, 2015; DEAN, 2016; TEJERINA, PERUGORRÍA, 2012; BRAGA, 2017; SINGER,

¹¹ Toma-se como limite temporal da análise desta dissertação o cenário imediatamente posterior às eleições de 2018. Isso se dá, porque os fazeres e refazerem do texto se encontram com cenários políticos distintos. Mesmo que eventos posteriores não deixem de atuar nas reflexões da autora, coloca-se esse marco para uma coerência maior no desenvolvimento textual.

¹² Utilizam-se aqui, provisoriamente, os termos de Alonso e Mische (2016).

2013). Por exemplo, com base em dados demográficos do *Occupy Wall Street* dos Estados Unidos, do Parque Gezi na Turquia e de Junho de 2013 no Brasil, Dean afirma que “as revoltas da última década são a luta de classes daqueles proletarizados sob o capitalismo comunicativo” (DEAN, 2016, p.16). Segundo esses dados, havia uma presença grande, nas ruas, de jovens com boa educação e de desempregados ou subempregados. Assim, “protestos de estudantes, dívidas, moradia e educação devem ser entendidos em termos de política de classe daqueles que se deparam com a proletarização sem ser uma forma de política separada ou de demanda específica” (DEAN, 2016, p.18). Essa explicação estrutural ajuda a dar luzes à diversidade de demandas e sujeitos presentes nos protestos de Junho de 2013: a precarização do trabalho¹³ e o capitalismo comunicativo atingem as pessoas de forma muito mais difusa, fragilizando as instituições e deixando os sujeitos sob a pressão de terem saídas individuais e empreendedoras para questões que são globais (DEAN, 2016).

Contudo, sabe-se que as características estruturantes da sociedade, por mais desiguais ou impactantes que sejam, não levam, necessariamente à ação coletiva ou à tomada das ruas em protestos heterogêneos. Della Porta considera o capitalismo como: “um agente estruturador importante, mas não um que age sozinho” (DELLA PORTA, 2015, p.28). Ela entende que “se deve lidar com o desafio de trazer estruturas ao foco sem perder a atenção na mobilização de recursos e mediação política, que têm sido contribuições importantes dos estudos de movimentos sociais” (DELLA PORTA, 2015, p.19). Nessa dimensão relacional e de contínua retroalimentação, a autora identifica processos interconectados entre a estrutura socioeconômica, os valores e as organizações que levam à formação de ações coletivas. Com isso, ela busca analisar as bases sociais dos protestos e entende, como outros autores também o fazem, que os protestos globais ocorridos no fim dos anos 2000 e início dos anos 2010 são parte de “um movimento anti-austeridade, mobilizado no contexto de uma crise do neoliberalismo” (DELLA PORTA, 2015, p.15)¹⁴.

De maneira semelhante a Jodi Dean, Della Porta identifica que uma nova classe seria o agente principal dos protestos. Ela seria “o precariado social, jovem, desempregado, ou apenas empregado em tempo parcial, sem proteção e, frequentemente, com boa educação” (DELLA PORTA, 2015, p.16). Contudo, esses protestos teriam tido um diferencial, se comparados aos

¹³ Sobre a precarização do trabalho, ver Standing, 2011.

¹⁴ Pontua-se que os protestos analisados por Della Porta (2015) são parte do campo progressista ou da esquerda (DELLA PORTA, 2015, p.32), de forma que parte do desafio desta dissertação é pensar, também, sobre o surgimento de ação coletiva contenciosa no espectro da direita política brasileira, em um mesmo contexto econômico global.

ciclos anteriores, de conseguirem uma coalizão de classes mais ampla, tendo como característica comum o impacto das políticas de austeridade em diversas classes (DELLA PORTA, 2015, p.70). Ela seria formada “por trabalhadores e usuários de serviços públicos. Trabalhadores sociais e usuários do sistema de bem-estar social estiveram na frente, frequentemente em mobilizações comuns pela defesa da saúde e educação públicas” (DELLA PORTA, 2016, p.75). O foco nos serviços sociais parece dialogar com o caso brasileiro, especialmente, ao se considerar que o transporte público foi o ponto inicial dos protestos¹⁵. Dele surgiram outras causas, que podem ser lidas pela chave da demanda de serviços públicos, em detrimento de gastos indevidos com a Copa de Mundo de 2014 ou com a corrupção (GOHN, 2014; SINGER, 2013; RICCI, ARLEY, 2014).

Por sua vez, a questão de classe, a do “precariado”, abre uma outra chave de análise. Singer (2013) se propõe analisar as bases dos protestos de Junho de 2013 e as mudanças materiais que teriam levado diversos setores, às ruas, naquele ano. A partir dos dados disponíveis do perfil dos manifestantes, em algumas capitais e em determinados dias, ele propõe a hipótese de que os protestos seriam:

Tanto expressão de uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional, quanto um reflexo daquilo que prefiro denominar de novo proletariado, mas cujas características se aproximam, no caso, daquelas atribuídas ao precariado pelos autores que preferem tal denominação: trata-se dos trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho (SINGER, 2013, p.27).

O autor identifica a presença acentuada de pessoas com alta escolaridade, remetendo a uma classe média tradicional, mas, ao contrário do que se infere do setor, havia uma presença expressiva de pessoas da metade inferior da pirâmide em termos de renda e ocupação. Considerando a ampliação da escolarização no período lulista, “é razoável pensar num novo proletariado com nível escolar elevado” (SINGER, 2013, p.31). Ele sugere que:

A melhor imagem para descrever a composição social das manifestações seja a de dois blocos relativamente equivalentes, formados por jovens e jovens adultos de classe média e outro por pessoas da mesma faixa etária, mas pertencentes à metade inferior da estrutura social brasileira, sendo estes com menos escolaridade média (SINGER, 2013, p.31-32).

O cruzamento de classes, então, teria sido resultado do momento de ampliação dos protestos, quando “outras frações da sociedade entram espontaneamente em cena,

¹⁵ Alguns autores, como Vinicius (2014) e Ortellado (2013) consideram insuficiente a leitura dos protestos como uma demanda por serviços, uma vez que identificam um desejo de constituição de novas formas de fazer democráticos em Junho de 2013.

multiplicando por mil a potência dos protestos, mas simultaneamente tornando vagas as suas demandas” (SINGER, 2013, p.25). Essa composição social heterogênea se justificaria por dois motivos de caráter material: o aumento do custo de vida dos setores médios e o aprofundamento das desigualdades nos centros hiperurbanizados. O primeiro teria levado a classe média tradicional às ruas e o segundo teria levado para lá o novo proletariado, que encontrava mais barreiras para suas condições de vida nas cidades.

Com relação ao primeiro, à época, percebia-se uma preocupação com uma inflação tópica nos meses anteriores a Junho de 2013 (SINGER, 2013, p.34). Mesmo assim, para o autor, a inflação não teria agido sozinha para movimentar a classe média, devendo ser somada a críticas que já vinham sendo realizadas ao lulismo pelos setores médios de direita e de esquerda (SINGER, 2013, p.34). Quanto ao segundo, relativo à questão dos centros hiperurbanizados, Singer entende que as contestações à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 partiram de uma crítica à desigualdade, em que se questionava a destinação de recursos públicos às cidades sede para finalidades que não só não ajudavam, mas iam contra a população mais pobre (SINGER, 2013, p.36). Nesse caso, “o reformismo fraco que caracteriza o lulismo encontra mais dificuldade para avançar em contextos hiperurbanizados, pois aí as mudanças custam caro e/ou implicam confrontos de classe, que não fazem parte do modelo” (SINGER, 2013, p.36).

Com tal análise, Singer contribui para que se perceba que as motivações materiais de participação nos protestos teriam sido diversas e, por isso, teriam contribuído para a presença de perfis diferentes nas ruas. A análise das bases sociais dos protestos de Junho de 2013 pelo autor se aproxima das ideias de Della Porta (2015) sobre a composição baseada em uma coalizão de classes cuja presença do precariado é central, mas não deixa de compreender os setores de classe média.

Por sua vez, Braga (2017) propõe uma articulação entre as políticas de austeridade, o crescimento do precariado e protestos no Sul global para realizar uma análise de Junho de 2013. O autor identifica que a crise do modelo fordista de produção, nos anos 1970, seguida da consolidação do neoliberalismo a partir dos 1980 tem levado a uma nova onda de mercantilização “cujo produto mais visível é o crescimento da insegurança econômica e da desigualdade entre as classes sociais em praticamente todo o mundo” (BRAGA, 2017, p.25). A deterioração do modelo fordista passa pelo crescimento da informalidade laboral e afastamento das proteções trabalhistas, levando a uma maior rotatividade e intermitência do trabalho. Com isso, a forma de organização sindical também é prejudicada.

A partir da crise da globalização, marcada pela crise econômica de 2008, mobilizações de trabalhadores se acirraram, só que mais orientadas contra os governos e não as empresas (BRAGA, 2017, p.27-28). Paralelamente, esse processo de precarização da condição proletária também é fonte de formação de “novos movimentos sociais protagonizados por jovens trabalhadores desempregados – ou subempregados – [que] representam um desafio ao conflito entre regulação política e acumulação econômica” (BRAGA, 2017, p.31). Para o autor, então, as novidades organizativas que emergiram no ciclo global de protestos aqui analisados, bem como suas demandas críticas à relação entre o capital e os governos, seriam parte, ou resultado, das transformações dos modelos produtivos e de sua regulação (ou, de fato, desregulação) pelo Estado.

No caso brasileiro, o autor entende que Junho de 2013 eclodiu em um contexto de fadiga do modelo petista de desenvolvimento apoiado no consumo combinado com o aprofundamento da crise da globalização, com impactos no ritmo de crescimento econômico, acrescido de uma inquietação social que estava contida durante o período de bom desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2005 e 2010. Nesse período de crescimento, houve uma entrada de milhões de trabalhadores no mercado formal de trabalho, que se caracterizava pela alta rotatividade, terceirização, flexibilidade e elevação nos acidentes de trabalho (BRAGA, 2017, p.225-226). Sua proposta, portanto, diz respeito à importância dos setores precarizados para o desenrolar dos protestos. Apesar das particularidades de análise, o diagnóstico da entrada no mercado de trabalho de milhões de brasileiros e as condições já precarizadas deste é semelhante entre Braga e Singer. Partindo da mesma base de dados de Singer, sobre os manifestantes de Junho de 2013, Braga (2017, p.227) entende que tais manifestações seriam resultado de uma elevação das expectativas populares produzidas pelas políticas petistas, que articulavam suas demandas por meio da gramática dos direitos sociais e trabalhistas. Além da composição social dos protestos¹⁶, o autor busca resgatar algumas lutas sociais imediatamente anteriores e posteriores aos protestos de 2013 para demonstrar o caráter “plebeu” ou “subalterno” de Junho de 2013 (BRAGA, 2017, p.233-241). Como sua agenda de pesquisa está focada na organização do trabalho, ele não entra em uma discussão mais minuciosa sobre a presença de setores da classe média e de pautas de direita nas manifestações, apesar de reconhecer que isso ocorreu.

¹⁶ Vale pontuar que Alonso e Mische (2016, p.07) entendem que havia uma composição diversa nos protestos que não seria baseada em classe. Por sua vez, Avritzer (2014) dá maior atenção à composição dos protestos pela classe média.

A identificação de uma base social ampla, com presença relevante do precariado e da classe média, contribui para compreender o alastramento dos protestos em questão e a sua grande diversidade de pautas, o que também se manifestou em outros protestos ao redor do mundo. A insegurança e a crise do neoliberalismo, somadas às do trabalho intermitente e instável estariam tão disseminadas que passaram a fazer parte de um contexto no qual a participação nos protestos poderia se dar por razões variadas e a própria forma de organização das manifestações – em rede e com uso de redes – contribuiu para dar maior dinamicidade a essa participação, como se verá na seção a seguir.

1.2. Dimensão organizativa: redes e indivíduos

Parte das novidades vindas dos protestos globais é uma forte expressividade dos indivíduos no formato comunicativo das redes sociais digitais e nos engajamentos mais personalizados de ação coletiva (GOMES, 2016; D'ANDREA, ZILLER, 2014b; BENNETT, SEGERBERG, 2012; DEAN, 2016; SILVA, 2014; OLIVEIRA et al, 2014; NUNES, 2014; KEANE, 2013). A proposta da primeira parte desta seção, então, é relacionar o uso de redes digitais com as formas organizativas mais fluidas e personalizáveis, que fizeram parte da convocação e articulação do ciclo global de protestos, com uma ideia de maior proeminência individual não só nas manifestações, mas, também, nas formas de subjetivação contemporâneas. Em seguida, considerando alguns limites de uma articulação baseada na difusão e fluidez, serão apresentadas duas propostas de organização da ação coletiva que buscam conciliar as novas formas com algumas ideias mais estruturantes.

1.2.1. Redes sociais e ação em rede

Como mencionado, o uso das novas tecnologias de informação e comunicação tem gerado debates sobre o formato organizativo dos protestos e das ações coletivas na contemporaneidade. Durante o ciclo global de protestos do qual Junho de 2013 faz parte, o papel das redes sociais foi crucial para a articulação das manifestações, tanto no que diz respeito a sua organização, quanto aos debates públicos realizados e à possibilidade de disputas narrativas entre mídias oficiais e mídias alternativas e relatos personalizados que ganhavam potenciais de alastramento maiores (D'ANDREA, ZILLER, 2014b; GOMES, 2016; SILVA, ZIVIANI, 2014; BENNETT, SEGERBERG, 2012). Tanto foi assim que a imprensa

internacional denominou a Primavera Árabe de “Facebook Revolution” e os protestos no Irã de “Twitter Revolution” (GOMES, 2016, p.368). O caso brasileiro não foi diferente e teve como lógica de atuação a intensa articulação entre as ruas e as redes sociais (SILVA, 2014; GOMES, 2016; OLIVEIRA et al, 2014).

Bennett e Segerberg (2012) afirmam que o crescimento de ações coletivas facilitadas por redes digitais faz parte de um contexto de fragmentação estrutural e individualização resultantes das pressões da globalização econômica vindas do fim do último século. “Essas orientações individualizadas resultam em engajamento político como uma expressão de esperanças pessoais, estilos de vida e demandas” (BENNETT, SEGERBERG, 2012, p.743). As consequências na ação coletiva e em suas formas de organização viriam da ideia de que “as pessoas podem, ainda, se unir a ações em grandes números, mas a referência de identidade vem mais de uma expressão, em larga escala, pessoal, inclusiva e diversa do que a partir de um grupo comum ou de uma identificação ideológica” (BENNETT, SEGERBERG, 2012, p.744). Na prática, haveria uma expressão por meio de enquadramentos personalizáveis, que seriam conteúdos transmitidos de forma fácil e ampla por mídias digitais a partir de identificações políticas próprias. Tais enquadramentos não se espalham de forma automática, mas, em casos de sucesso, esses padrões tecnológicos podem substituir outros mecanismos organizativos (BENNETT, SEGERBERG, 2012, p.745-746).

Para os autores, as ações coletivas convencionais não deixaram de existir e têm usado mecanismos das redes digitais, mas elas teriam custos maiores, exigindo que “as pessoas tomem decisões mais difíceis e adotem identidades sociais mais transformadoras de si do que as ações em rede digitais, baseadas em enquadramentos pessoais de ação organizadas em torno de tecnologias sociais” (BENNETT, SEGERBERG, 2012, p.748). É essa nova forma de ação que eles denominam de *ação conectiva* e que estaria ganhando mais espaço. Na ação conectiva, a organização se dá de forma mais individualizada e por meio de tecnologias, que resultam em ações sem uma identidade coletiva tão forte e sem tantos recursos organizativos. Nessa lógica, “agir publicamente ou contribuir para um bem comum se torna uma ação de expressão pessoal e reconhecimento, ou auto-validação conquistada pelo compartilhamento de ideias e ações em relações de confiança” (BENNETT, SEGERBERG, 2012, p.753).

Por sua vez, Keane (2013), propõe que se vive hoje em uma era de abundância comunicativa, na qual há uma integração sem precedentes entre texto, som e imagem, o que proporciona uma intensidade e velocidade na disseminação de conteúdo. Em sentido semelhante, Gomes (2016) entende que a contemporaneidade é marcada por uma hiperconexão

das pessoas – sobretudo as mais jovens – que se tem encaminhado para um padrão de conexão permanente e disseminado. Para ele, as modificações nos aparelhos de comunicação móvel, com a redução de custo de acesso à *internet*, foram causa e consequência desse estado de conexão cujas características estavam presentes em Junho de 2013. Sobre os protestos, o autor afirma que “não se trata apenas de uma hiperconexão dos sujeitos às plataformas dos meios sociais digitais, mas de uma incessante e febril articulação entre as várias arenas e múltiplas fábricas sociais do conteúdo político que se consumia e produzia ao mesmo tempo” (GOMES, 2016, p.282).

Característica do fenômeno de hiperconexão é a produção de conteúdos personalizáveis, de forma que não só as pessoas estão em conexão constante, mas elemento crucial desta conexão é o *self broadcasting*. “Mais do que o *broadcasting* de si, é a independência para fazer sozinho o *broadcasting* do conteúdo que se achar conveniente. À ideia de *broadcasting* se soma a noção de *sharing*, compartilhar, ‘colocar na roda’ [...]” (GOMES, 2016, p.378). Outros elementos característicos levantados por Gomes são o *social commenting* e o *social editing*, ambas formas de intervir sobre o conteúdo em seu momento de repercussão: a primeira com adição de comentários e a segunda com trabalhos de edição e montagem, dando aos conteúdos características próprias de quem os está repercutindo (GOMES, 2016, p.380-381). Essas quatro características têm em comum a proeminência do indivíduo sobre o conteúdo: a partir de perfis particulares é possível trabalhar e disputar narrativas, dando a elas dimensões mais pessoais e aumentando as chances da produção de conteúdo descentralizada e desintermediada de agências de comunicação tradicionais.

Aqui, é interessante pontuar como havia uma relação intrínseca entre a grande escala dos protestos em números de pessoas presentes nas ruas e a comunicação digital. O *slogan* “saímos do Facebook”, que tanto circulou à época, dá apenas uma parte da realidade: se os manifestantes saíram de casa e foram para as ruas, não deixaram o *Facebook* de lado, mas, sim, articularam intensamente as ruas e as redes para a produção dos protestos. Não se trata de dois espaços estanques, mas o estado de hiperconexão permite que estejam juntos, inter cruzados e, várias vezes, indistinguíveis. De forma semelhante, afirmam Silva e Ziviani:

Entendemos que esse fenômeno é fruto da apropriação social das ferramentas digitais e do espaço urbano que, entre outros aspectos, se caracteriza por agenciamentos múltiplos e em rede, pela sobreposição de mediações sociotécnicas e por complexificação da circulação de ideias na interface entre *internet* e ruas (SILVA, ZIVIANI, 2014, p.12).

Dessa forma, o próprio conteúdo presente nas redes sociais tinha como característica a articulação entre os eventos das ruas e os debates produzidos *online* com produção personalizada de materiais. Assim, a comunicação digital usada durante os protestos de 2013, por seus participantes, várias vezes se contrapõem, em forma e conteúdo, aos registros midiáticos tradicionais (D'ANDREA, ZILLER, 2014b, p.15). Os registros dos manifestantes traziam elementos de lugar comum: “sua força testemunhal anda lado a lado à ausência de padrões técnicos e tradicionais, como a definição das imagens ou a estabilidade da câmera” (D'ANDREA, ZILLER, 2014b, p.16). Haveria uma maior “incorporação e legitimação das imagens fora dos padrões técnicos e/ou produzidas por pessoas comuns” (D'ANDREA, ZILLER, 2014b, p.18), articulando imagens amadoras, produzidas ao vivo, com forte conteúdo emocional (D'ANDREA, ZILLER, 2014b, p.18-19). Essa forma de comunicação interliga a possibilidade de comunicação ao mesmo tempo massiva – pela capacidade de se disseminar de forma ampla – e pessoal – por vir de uma perspectiva subjetiva.

Não só de produção individual se fizeram as narrativas “não institucionais” dos protestos. Coletivos de mídia alternativa se formaram para a cobertura das manifestações, buscando uma produção de conteúdo que viesse das ruas e fosse um contraponto à cobertura midiática tradicional, como foi o caso, por exemplo, da Mídia Ninja, da Maria Objetiva e do BH nas Ruas, que faziam o acompanhamento das manifestações ao vivo. De todo modo, por mais que não fossem conteúdos vindos de perfis pessoais, eles adotaram as características levantadas de transmissão ao vivo, de caráter testemunhal e pouco técnico.

A produção de conteúdo personalizada e ao vivo se integra bem na dinâmica dos protestos de 2013, por trazer consigo uma perspectiva do “fazer com as próprias mãos” e de ruptura com a mídia tradicional. Desconfiados dos meios de comunicação tradicionais, que até pouco tempo criminalizavam manifestações em geral, os participantes dos protestos acreditavam mais em uma produção direta de conteúdo, como se os vídeos e relatos produzidos de forma quase instantânea fossem mais fidedignos do que as edições de conteúdo voltadas para as emissoras (LIMA, 2013). Nesse sentido, as redes sociais relativizaram o papel da grande mídia, especialmente, durante os protestos e abriram a possibilidade de “certo pluralismo midiático que permitiu que as manifestações não fossem apropriadas pela grande imprensa, seja na sua pauta, seja na sua convocação, mas se constituíssem em um universo mais plural de demandas e reivindicações, em seu primeiro momento” (AVRITZER, 2016, p.70).

Não se quer dizer, contudo, que o único espaço de cobertura e acompanhamento das manifestações foi feito nas redes sociais ou por coletivos mídia-ativistas, uma vez que parte do

debate e do discurso públicos foi modelado pela cobertura midiática tradicional. Portanto, vale pontuar alguns momentos da cobertura da grande imprensa, que são importantes. O primeiro seria uma mudança de direcionamento na cobertura dos protestos de São Paulo, ainda antes da eclosão geral das manifestações de Junho de 2013, que passa a apoiar os manifestantes contra a repressão policial vista como desproporcional (VELOSO, 2017, p.283; SILVEIRA, 2015, p.219; DOWBOR, SZWAKO, 2013). “O que começou com veemente condenação transformou-se, da noite para o dia, não só em tentativa de cooptação, mas também de instigar e pautar as manifestações, introduzindo bandeiras aparentemente alheias à motivação original dos manifestantes” (LIMA, 2013, p.92). O que é identificado por Lima como uma tentativa de cooptação é, também, visto como uma tentativa de pautar os rumos e interpretações sobre os protestos de forma mais conservadora (AVRITZER, 2016, p.74-75; RICCI, ARLEY, 2014, p.152-153). Finalmente, Avritzer identifica, especialmente no período posterior aos protestos, um aprofundamento das críticas ao governo federal. Segundo o autor, no momento, a “interpretação da grande mídia passou a prevalecer e foi o que determinou uma concepção convencional das manifestações como um protesto contra o governo federal ou contra o governo Dilma” (AVRITZER, 2016, p.74-75).

Voltando ao papel das redes sociais digitais¹⁷, busca-se argumentar que mais do que mecanismos de viabilização da ação coletiva, ferramentas que podem ser usadas para facilitar uma convocação para esta ou aquela atividade, houve uma forte aproximação entre a forma de organização dos protestos e o formato das redes digitais. Com isso, entende-se que a ideia de rede possa ser adotada não apenas como uma forma comunicativa baseada em espaços virtuais, uma ferramenta dentre tantas outras que podem viabilizar a ação coletiva, como também, a forma rede pode passar a ser a imagem da própria articulação ocorrida (NUNES, 2014). Ademais, a convocação difusa, o alastramento incontrolado dos temas e dos protestos de rua, a produção de conteúdo descentralizada e a apropriação subjetiva dos diversos sentidos dos protestos, com edições particulares e logo compartilhadas com o público, características das redes e ruas nos protestos de 2013, são exemplos de como o formato rede dá os sentidos organizativos do evento, aproximando-o, também, das características de ação conectiva apresentadas no início desta seção (BENNETT, SEGERBERG, 2012).

Em sua coloração libertária, o formato rede ressoa os princípios da horizontalidade, do rechaço a lideranças e da busca de formas não hierárquicas de viver e fazer política (que serão

¹⁷ Sobre o uso do *Twitter* para a disseminação dos debates e eventos nos protestos, cf.: Malini et al, 2016.

tratados no capítulo 4). Talvez por isso, também, grupos com essa filiação tenham ganhado tanta visibilidade durante Junho de 2013, sendo um polo articulador das esquerdas ali presentes e um condutor de práticas ao longo dos protestos. Porém, não só de esquerda foram feitos os protestos de Junho e, como a forma rede tem pouquíssimas barreiras de entrada e de saída, estavam presentes, nas mesmas ruas, apropriações diversas dos protestos e colorações políticas distintas. Ainda, o *self brodcasting* e o *social editing* trazem combinações de fragmentos com ressonâncias individuais, possibilitando experiências e demandas das mais diversas. Como se verá, por vezes, o que guiava as pessoas era apenas a vontade da experiência de participação que guia tantos comportamentos *online*: o puro e simples “fazer parte” de uma onda que se alastra (MENDONÇA, 2017).

Aqui não se pretende dizer que foram as redes sociais, o mundo virtual, que fizeram com que os protestos ganhassem a dimensão e a diversidade que tiveram. Não é uma relação causal, segundo a qual a *internet* é a causa e os protestos globais são as consequências, até porque a disseminação global de manifestações e as formas anti-hierárquicas de fazer política são anteriores ao advento e popularização da *internet*. Ao que se busca dar visibilidade é que, diante da íntima relação entre ruas e redes, há uma retroalimentação entre subjetividades, formas de ação coletiva e tecnologias de comunicação e informação, que pode ser pensada em termos de uma lógica de ação conectiva. Como desenvolvido por Bennett e Segerberg (2012), uma crítica geral às formas organizativas tradicionais faz parte do contexto contemporâneo, no qual essas novas formas de ação conectiva se dão. Aqui, argumenta-se que, durante Junho de 2013, a crítica à política institucional, relativa a partidos, movimentos sociais clássicos e sindicatos, e a crítica à mídia tradicional andaram juntas e se manifestaram na própria forma alternativa de organização e produção de conteúdo sobre os protestos: a articulação em redes. E ambas as partes, dois lados da mesma moeda, têm o indivíduo como elemento articulador, como parte que se apropria de forma personalizada dos conteúdos, que os edita e os reproduz, tanto nas suas redes sociais, quanto nas ações nas ruas, nas organizações e assembleias das quais participa, apropriando-se de fragmentos e compondo a imagem caleidoscópica que deu às ruas e redes de Junho colorações tão plurais.

1.2.2. Duas propostas organizativas

As novidades organizativas que ganharam projeção ao longo do ciclo global de protestos trazem dúvidas quanto aos formatos que seriam adotados por movimentos e organizações, a

partir de então. Se a potência do alastramento das causas via redes sociais, manifestada em rápidos ganhos de escala nas ruas, foi parte da força dos protestos e coloca em xeque algumas das práticas tradicionais da ação coletiva, ainda ficam em aberto as formas que serão adotadas ao se propor uma articulação com objetivos mais duradouros. A “desconfiança [quanto] às organizações e formas de ação mais estruturadas pode tornar-se um limite quando se trata de prolongar no tempo ideias e práticas inovadoras” (BRINGEL, PLEYERS, 2014, p.16; no mesmo sentido: ALONSO, MISCHÉ, 2015, p.33; NUNES, 2014, p.41). Essa questão se torna relevante, também, ao se pensar que o fenômeno presente não é a substituição completa das organizações formais por grupos auto-organizados por meio de mídias digitais, mas de um aumento de complexidade com a convivência e trocas entre essas diferentes formas de ação coletiva (BIMBER, FLANAGIN, STOHL, 2012).

Assim, entende-se que a questão da continuidade e durabilidade de formas de ação coletiva, em um contexto de engajamento flexível e fluido, é relevante para se compreenderem os momentos posteriores aos protestos. Apresentam-se, aqui, duas propostas organizativas: a primeira, realizada por Dean (2016), que traz um novo formato de partido comunista como mecanismo para articular politicamente os sentidos vindos das multidões; a segunda, realizada por Nunes (2014), baseada no formato de redes para dar maior dinamicidade à organização, sem deixar de levar em consideração a intencionalidade da ação e a adoção de papéis específicos para conquistar os objetivos.

Primeiramente, Jodi Dean (2016) tenta abordar a questão da proeminência dos indivíduos no ciclo global de protestos e propõe, como expressão duradoura e articuladora das multidões¹⁸ presentes nas ruas, a sua articulação na forma de partido. A autora parte de uma crítica ao individualismo presente nas manifestações que, ao se expressar como superior à coletividade, acabava por desconstituí-la e por deixar ao interesse de cada um a consecução dos eventos de protesto:

O individualismo de suas correntes democráticas, anarquistas e horizontalistas minou o poder coletivo que o movimento estava construindo. Fazendo com que a ação política dependesse da decisão individual, a ‘teologia do consenso’ fragmentou a unidade provisional da multidão de volta para singularidades desempoderadas (DEAN, 2016, p.09).

Nos protestos globais em questão, o individualismo aparece como uma lógica de ação em que o envolvimento na política pode ser feito de forma personalizada, seja por meio da auto

¹⁸ O termo usado pela autora, em inglês, é “crowd”, portanto diferente de “Multitude”, que é usado por Hardt e Negri, mas ambos têm tradução para o português de “multidão”.

expressão em rede sociais, seja nas assembleias em busca de consenso ou outros espaços de participação coletiva da multidão. A autora trata de uma dupla faceta da dimensão individualizante dos protestos que merece atenção: ela seria parte tanto de uma construção de um capitalismo comunicativo que hegemoniza o mundo contemporâneo, quanto a resultante de uma construção “realista” da esquerda, em que a identidade e a fragmentação superaram as condições de emancipação coletivas.

Quando a Esquerda ecoa prescrições à individualidade, quando nós enfatizamos perspectivas únicas e experiências pessoais, nós funcionamos como veículos para uma ideologia capitalista comunicativa. [...] Ao fazer da diferença individual a base de nossa política, nós falhamos na distinção entre capitalismo cognitivo e política emancipatória igualitária. Pior ainda, nós fortalecemos a ideologia que impede o cultivo de coletividades politicamente fortes. Chamar as pessoas para embasar sua política em experiências pessoais que as diferenciam das outras é reforçar a dinâmica capitalista de individuação (DEAN, 2016, p.27).

Essa estranha sintonia entre as ideias do campo da esquerda e a hegemonia global do capitalismo contemporâneo parece ser uma contradição importante para se compreender os protestos de Junho de 2013, não apenas pela crítica ao individualismo, mas pelos desenvolvimentos posteriores aos protestos, de crescimento do conservadorismo e da nova direita no país. Não se quer afirmar que haja uma relação causal entre um evento, os protestos, e os retrocessos visíveis ao redor do globo. O que se quer compreender são as afinidades, um tanto contra-intuitivas, entre aqueles que buscam construir um movimento contra-hegemônico e aqueles que buscam aprofundar tal hegemonia (ou mesmo retroceder em certos aspectos).

Dean parte da crítica para a proposição, dando a seu livro um objetivo de traçar diretrizes para uma atuação da esquerda hoje: a construção de um novo partido comunista, baseado nas características da multidão, mas que seja uma alternativa coletiva da busca pela emancipação social. A multidão vista nos protestos globais traria como elemento de força a possibilidade de instauração coletiva de uma abertura política. No entanto, ela não teria a capacidade organizativa de manter tal abertura e construir alternativas políticas. Seria o partido a forma que daria tais condições e permitiria à multidão se transformar em um sujeito político (DEAN, 2016, p.22).

Dívida, empobrecimento, policiamento e desapropriação têm incitado aqueles proletarizados pelo capitalismo cognitivo a se revoltarem. As demonstrações globais também trouxeram à frente as limitações da multidão. Seus poderes são destrutivos, criadores, imprevisíveis, contagiantes e temporários. A força que chega com a indeterminação da mensagem da multidão é a sua fraqueza quando a multidão dispersa. A multidão falha em suas capacidades de duração, implementação e execução. Sem mediação, isso é, sem a relação de transferência para outro espaço, ela não conhece o que ela deseja. A multidão não tem política. Ela é a oportunidade para a política (DEAN, 2016, p.160).

O partido, então, traria a possibilidade de cooperação e concentração de vontades que não estariam bem articuladas na forma da multidão. Na perspectiva da autora, o partido hoje seria a força do *movimento* da coletividade, tirando o foco da identidade ou da busca de um novo sujeito revolucionário (DEAN, 2016, p.159-160). A partir de uma “organização baseada na solidariedade, o partido mantém aberto o espaço político para a produção do desejo político comum, um desejo irredutível às condições capitalistas nas quais a maior parte das pessoas se encontra forçada a vender sua força de trabalho” (DEAN, 2016, p.157).

Nunes (2014), por sua vez, parte de uma crítica ao espontaneísmo, para propor alguns conceitos que são úteis não só como ferramentas analíticas para a compreensão dos protestos e movimentos sociais contemporâneos, mas, também, para que seja possível pensar em formas organizativas que respondam às dinâmicas contemporâneas de fluidez nas articulações. Dessa forma, o autor entende que a oposição entre os defensores da “filosofia da espontaneidade” e os defensores dos partidos deixa de lado as possíveis soluções de meio termo, “nas quais questões que poderiam ser pertinentes para ambos – como balancear abertura e aptidão por ações concertadas, como ser capaz de decisões estratégicas ao mesmo tempo em que se garante a democracia – poderiam aparecer” (NUNES, 2014, p.10). Sua proposta, então, é descrever a “organização dos desorganizados” e, a partir da sua dinâmica, buscar formulações que deem sentidos organizativos àquilo que é tido apenas como horizontal ou espontâneo.

Ele caracteriza as movimentações contemporâneas como parte de sistemas-rede, constituídas por movimentos-rede, que se estabelecem e ganham força de forma dinâmica. Aqui, o sentido das redes se aproxima ao debatido na seção anterior, pelo qual o formato organizativo em rede se relaciona intimamente com o uso de plataformas digitais. O autor define um sistema-rede como:

Um sistema de diferentes redes – de indivíduos, de agrupamentos (temporários ou permanentes, formais ou informais), de contas de redes sociais (individuais ou coletivas), de espaços físicos, de websites (corporativos, blogs) – que se constituem de tantas camadas interativas que não podem nem ser reduzidas a nem superpostas umas pela outras (NUNES, 2014, p.20).

Dentro do sistema-rede haveria a presença de inúmeros movimentos-rede, que seria “uma sub-rede de indivíduos que possuem uma autoconsciência de pertencimento, de forma mais ou menos clara e distintiva, a um ‘movimento’ que é uma rede, cujas partes são, elas mesmas, redes” (NUNES, 2014, p.26). Os movimentos-rede podem ser subdivididos, conforme características diversas como: suas bases sociais; orientações políticas; identidade e demandas. As características citadas podem se sobrepor e ter a participação de um mesmo indivíduo em

mais de uma das sub-redes. Dentro dessas subdivisões, também é possível distinguir coletivos mais e menos formalizados, grupos de amigos e outros elementos de isolamento de subgrupos (NUNES, 2014, p.26-27). A ideia, então, é da existência de dinamicidade e critérios diversos de aglutinação, que dão mobilidade para as sub-redes e para os indivíduos que delas fazem parte. “A ideia de um movimento-rede abre a possibilidade de várias formas de combinação de ambos – enxames, ação distribuída, diversidade de táticas, institucionalização, divisões, até (por que não?) partidos – podem ser escolhidas conforme as exigências da ocasião” (NUNES, 2014, p.29).

Mais do que uma aleatoriedade do formato difuso, Nunes entende ser possível pensar em intervenções estratégicas dentro do sistema-rede. A proposta, então, é de conciliar a intencionalidade das ações com a dinamicidade dos sistema-rede. “Há espaço para intervenções estratégicas que não são focadas em totalizar o sistema-rede, mas não deixa as coisas nas mãos de um ‘processo’ cego que é presumidamente virtuoso” (NUNES, 2014, p.14). Agindo por meio de camadas, por funções modificáveis conforme as circunstâncias e demandas, com aglutinações diversas, mas sem abrir mão de objetivos e intencionalidades, um movimento-rede poderia constituir-se como uma forma organizativa que sai da dicotomia, tida como falsa pelo autor, de unificação vinda de cima ou de uma variação de interações espontâneas.

Tendo apresentado as duas propostas, percebe-se que tanto Dean (2016) quanto Nunes (2014) compreendem a importância das formas menos estruturadas da ação coletiva, levando em consideração, no primeiro caso, o potencial de abertura vindo da coletividade das multidões e, no segundo, a sua dinamicidade. Ambos autores buscam usar elementos das novas formas organizativas para fazerem propostas que busquem não só uma maior durabilidade da ação coletiva, mas, também, um pensamento estratégico para que alcancem seu fim. Tanto o partido, quanto o movimento-rede, nesse sentido, quer se aproveitar de uma força vinda da difusão e canalizá-la para objetivos específicos

Como a reflexão sobre os eventos posteriores a Junho de 2013 perpassa esta dissertação, deve-se mencionar que a questão da duração da ação da multidão e do aproveitamento da potencialidade das forças difundidas nas redes tem aparecido em propostas políticas diversas no país. Em termos da continuação de movimentos de esquerda que ganharam proeminência em Junho de 2013, baseados nas ideias de horizontalidade e fortemente vinculados às redes digitais, ver-se-á que a manutenção dessa força é difícil. Depois da repressão continuada e da mudança de agenda para a política eleitoral nacional, esses grupos voltaram-se para uma atuação mais localizada e perderam força. Os movimentos de direita, também relacionados a

uma organização virtual, depois de passado o ciclo de protestos pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, perdem hegemonia da articulação social. Já, em termos político-partidários, há a proposta de filiação a partidos para a disputa eleitoral, que foi usada, em Belo Horizonte, pela campanha Muitas pela Cidade de Queremos. O grupo, que articulou movimentos sociais diversos, conseguiu eleger, pelo PSOL, duas vereadoras em 2016 e duas deputadas, uma estadual e outra federal, em 2018 (BARIFOUSE, 2018). Tática semelhante, mas não idêntica, veio do Movimento Brasil Livre (MBL) que também buscou filiações de seus membros em partidos diversos da direita política, como o DEM e o PSDB, para disputarem eleições em 2016 e 2018, conseguindo alguns mandatos legislativos pelo país (MACEDO, 2018). Organizações como o RenovaBR, o Acredito e o Livres foram formados como movimentos de renovação política, que atuam por meio de formação de lideranças e apoio a candidatos sem se constituírem como partidos (MACEDO, 2018). Se esses exemplos seguem as prescrições de Dean ou de Nunes é uma outra agenda de pesquisa, bastando dizer, por ora, que as tentativas de continuidade da abertura gerada por Junho de 2013 foram várias e de vieses políticos distintos.

1.3. Dimensão política: enfraquecimento do Estado e desconfiança institucional

Como visto até aqui, parte dos debates que passam pelas análises do ciclo global de protestos articula algumas mudanças vindas do processo de globalização e da hegemonização neoliberal, iniciadas na década de 1980, e mais recentemente, a crise econômica de 2008 e as medidas de austeridade adotadas por diversos países em resposta a elas. Desse contexto, foram abordadas duas dimensões relevantes para o ciclo global de protestos. Primeiro, a econômica, sobre a precarização do trabalho e as bases sociais do protesto (seção 1.1); segundo, a organizativa, a respeito da proeminência dos indivíduos e da fluidez nas formas de ação coletiva, estas ficaram visíveis com a relevância das redes nos protestos (seção 1.2). Agora, propõe-se acrescentar, às citadas, mais uma dimensão: a política, quanto aos resultados advindos de uma percepção da sociedade de que o Estado tem perdido poderes para grandes agentes do mercado (OFFE, 2013) e como isso tem gerado manifestações de desconfiança institucional por movimentos sociais e ondas de protestos (TAVARES, BENEDITO, 2018).

Offe (2013) parte da constatação de um declínio na participação política – que começou a aparecer nos dados a partir dos anos 1980, com a virada neoliberal (OFFE, 2013, p.214) –

para construir seu diagnóstico da situação e suas possíveis consequências. O autor toma como perspectiva a “experiência vivida” das pessoas, segundo a qual:

Sua experiência vivida é de viver em um Estado enfraquecido, ou em um em que é superado pelos *poderes fáticos* de atores do mercado corporativo. Sua resposta negativa é proporcional à sua percepção de falta de poder do Estado. Eles não se unem ao jogo da política democrática, porque eles estão em dúvida se, ao fazê-lo, eles iriam incrementar resultados que valeriam a pena seu esforço e valeria seu reconhecimento, nem acreditam que, ao fazer tais esforços, poderiam ter sucesso em modificar a agenda e prioridades que regem a política econômica como um todo (OFFE, 2013, p.202 - grifo no original).

O Estado enfraquecido teria uma crise fiscal endêmica, na qual ele passaria de agente taxador para um Estado endividado, que vive de empréstimos para ter alguma margem de manobra para ações (OFFE, 2013, p.213). Haveria uma inversão de assimetria: “mercados ditam a agenda e as restrições (fiscais) das políticas públicas, mas há pouco que as *políticas públicas* podem fazer, por sua vez, para restringir o reino e a dinâmica dos mercados cada vez mais expandidos” (OFFE, 2013, p.212 – grifos no original). Com isso, seria possível dizer que há “uma *lacuna dupla de controle*: governos perdem controle sobre a taxação e o setor financeiro, e, como resposta, os cidadãos perdem sua confiança de que a ideia de controle democrático sobre as políticas de governo tem credibilidade” (OFFE, 2013, p.214 – grifos no original).

Nessa situação de esvaziamento de poderes reais do Estado, ocorre uma diminuição da credibilidade de suas instituições e as pessoas, compreendendo o enfraquecimento, deixam de participar da política democrática. Porém, mais do que uma apatia, o autor visualiza quatro possíveis consequências do diagnóstico. A primeira, ele chama de uma política não institucional, a do “faça você mesmo”, pela sociedade civil, no qual ele insere o movimento dos *Indignados*, por exemplo. Como forma de substituição dos serviços públicos de má qualidade, os indivíduos realizariam ações, como: consumo crítico; boicotes; organizações de movimentos; doações; fundações e ações de caridade, (OFFE, 2013, p.215). A segunda consequência seria as irrupções de violência de massa em metrópoles, as quais ele vê como “formas de encobertar a liberação de instintos de massa ávidos e agressivos” (OFFE, 2013, p.215) - as mobilizações de Cairo em 2011 são um dos exemplos dados. A terceira seria o crescimento do populismo de direita, marcado por elementos como o fortalecimento das fronteiras nacionais, a intolerância e as formas agressivas de negar a diferença e a dependência de líderes carismáticos e empreendedores políticos de sucesso (OFFE, 2013, p.215-216). A quarta e última consequência seria a busca intensa de partidos e cientistas sociais por soluções

que aprofundem e melhorem a participação política, mas que não atacariam o cerne da questão, por virem de perspectivas procedimentais e institucionais (OFFE, 2013, p.216).

As quatro consequências traçadas por Offe parecem bem sintonizadas com os acontecimentos globais recentes e trazem elementos que passam por Junho de 2013, como a construção de uma ação política não-institucional. Também nos protestos ocorreram erupções de massa, com a forte performatividade da violência e do embate entre sociedade e aparato repressor do Estado. Nos anos que seguiram, houve um fortalecimento dos grupos de direita até a eleição de Jair Bolsonaro para presidente da República, de extrema direita autoritária e religiosa. Além disso, emergiram propostas de renovação política por novos formatos tidos como mais democráticos de participação na política eleitoral.

Tavares e Benedito (2018), a partir de uma perspectiva da sociologia fiscal, dialogam com o texto de Offe e com as noções de pós-democracia, da prevalência do mercado sobre os povos e do neoliberalismo como lógica que passa a reger todas as relações, inclusive a política, erodindo noções de governo e de comunidade¹⁹. Os autores demonstram a existência de uma política fiscal de caráter neoliberal nos governos petistas, especialmente devido à priorização máxima dos gastos orçamentários para o pagamento da dívida pública; ao aprofundamento da regressividade do direito tributário; ao insulamento do controle da política monetária, realizada pelos setores bancários e financeiros e ao desenvolvimento de projetos de infraestrutura impondo sacrifícios, como etnocídios e ecocídios, para a prevalência do mercado (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.183). Importa dizer que, apesar do uso de noções econômicas, opta-se por apresentar a análise de Tavares e Benedito dentro do tema da “dimensão política”, especialmente devido aos objetivos dos autores de, usando o prisma das finanças públicas, justificar “a tese de que o Brasil atravessa um processo de desdemocratização” (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.179) – tese de caráter eminentemente político. Nesse sentido, entendem, tanto sobre Junho de 2013, quanto sobre o ciclo global de protestos, que “há, quando menos, uma influência entre a frustração do eleitorado com a inviabilidade fiscal de suas demandas e a busca por outras formas de ação política em seu favor, tais como manifestações, greves e boicotes” (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.187).

A percepção do enfraquecimento do Estado e das formas de cidadania estaria, então, presente em Junho de 2013 e, para os autores, teria ocorrido uma confluência de, pelo menos,

¹⁹ No caso, dialogam com ideias desenvolvidas por Colin Crouch (Post Democracy: Cambridge: Polity, 2004), Wolfgang Streeck (Buying time: the delayed crisis of democratic capitalism. Londres: VERSO, 2014) e Wendy Brown (Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015).

três das consequências pensadas por Offe (2013) e apresentadas anteriormente (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.188). Dentre elas estão a tentativa de reforma política proposta pelo PT – uma busca de saída procedimental – e o crescimento de práticas vinculadas à direita não democrática, especialmente a partir dos protestos pelo *impeachment* de Dilma (TAVARES, BENEDITO, p.189-191). A terceira consequência diz respeito à política do “faça você mesmo”, que caracterizam como:

O desencantamento com um Estado incapaz de executar políticas públicas condizentes com as demandas vocalizadas em uma profusão de meios – oscilantes das eleições aos protestos – associa-se, no Brasil como nos demais países sob a égide do neoliberalismo, a um crescimento do rechaço às organizações partidárias e sindicais (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.189).

Eles identificam o ganho de proeminência do autonomismo como parte da consequência, uma vez que esse campo político possuiria “ostensivos atributos desse individualismo próprio à contemporânea política contestatória” (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.189). Os autores citam, como exemplo, algumas práticas como as decisões unânimes ou a divisão de passeatas em múltiplos trajetos, resultantes de opções aleatórias de pessoas presentes, todas elas características de uma primazia do indivíduo sobre o coletivo nos protestos de 2013. Ao que concluem: “o elemento paradoxal – ou contraditório – desta redução ao infinito da causa antiburocrática é o restabelecimento, por via transversa, da subjetividade política própria ao liberalismo e à economia capitalista” (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.190). Com isso, haveria uma dificuldade em traçar horizontes estratégicos claros e um engajamento apenas em uma “sucessão catártica de atos de revolta centrados no momento da negação (ao qual não seguem dialéticas positivities) do *status quo*” (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.190).

Percebe-se a existência de uma relação entre a falta de confiança nas instituições e o enfraquecimento da ação coletiva clássica, em especial no que diz respeito aos laços de identidade coletiva, à coordenação de ações com visão estratégica e alguma subordinação do indivíduo a construções feitas por grupos ou organizações mais estruturadas. Por mais que vários dos princípios do autonomismo (ou do pensamento libertário como um todo) parecem ter tido uma ressonância nesse contexto do ciclo global de protestos, é importante dizer que a crítica às instituições e à realização de ações mais individualizadas não é exclusiva deste campo político (como será desenvolvido no capítulo 4). Ademais, se existem ações desconectadas e “sucessões catárticas de atos de revolta”, existem, também, coletivos coesos que tentam perpetuar as formas de ação do campo libertário para além dos momentos de revolta. Sobre tal ponto, Alonso e Mische entendem que, tanto o campo de esquerda quanto o de direita

“posicionam-se contra o estado e demandam mais autonomia para a sociedade *vis-à-vis* as instituições políticas. E ambas contêm um traço romântico, um tipo de ‘desejo por uma comunidade’, uma chamada por uma nova fundação social e forma de pertencimento político” (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.14).

Algumas dessas tensões e contradições dentro de Junho de 2013, manifestadas nas críticas ambivalentes ao Estado, têm levado à busca de sistematização dos conflitos em polos políticos distintos. Em outros casos, são feitas propostas que buscam identificar elementos de coesão entre as divergências ou de sobreposição de campos políticos. Tais propostas serão tratadas nas próximas seções.

1.4. Junho de 2013: delimitações à esquerda e à direita

Inserido em um novo ciclo global de protestos, como se viu, Junho de 2013 compartilha com ele as características de uso de redes sociais; de fragmentação de atores e pautas; de práticas horizontalizadas; de crítica a formas tradicionais de política – formal ou de movimentos sociais e sindicatos – e de busca de formas de atuação política menos mediadas por instituições (DELLA PORTA, 2015; DEAN, 2016; BENNETT, SEGERBERG, 2012; TEJERINA, PERUGORRÍA, 2012; MARICATO et al, 2013; RICCI, ARLEY, 2014; TAVARES, BENEDITO, 2018). Essas características parecem contribuir para a abrangência dos protestos e a sua ampliação e, no caso brasileiro, para a presença de setores em oposição nas mesmas manifestações. Alguns dos protestos, no exterior, unificaram perfis diversos em bandeiras abrangentes, como *o Democracia Real Já*, na Espanha, ou *We are the 99%*, nos Estados Unidos. No caso brasileiro, a unidade dos atores ainda é de difícil identificação, seja porque não se formou uma bandeira específica para unificar os protestos, seja porque o aprofundamento das divergências, nos anos que os sucederam, torna mais difícil a identificação da unidade, hoje.

Compreende-se, então, que existe uma necessidade de se revisitar Junho e tentar entender parte das heterogeneidades e dos campos políticos diversos que lá estavam. De outro lado, deve-se, também, deve-se buscar reconstituir os sentidos comuns daquele encontro de diferenças. Afinal, a transformação das divergências – mesmo que conflituosas – de Junho de 2013 em campos em oposição aberta e continuada dependeu de eventos e articulações políticas posteriores, com reposicionamentos de grupos e, muitas vezes, de caráter distinto dos protestos, como as eleições de 2014 para a presidência, a crise econômica, o aprofundamento dos escândalos de corrupção e a repressão do campo de esquerda. Portanto, nesta seção e na que se

segue neste capítulo, serão tratadas, primeiro as propostas que delimitam os campos distintos – de direita e de esquerda – atuantes em Junho de 2013 (seção 1.4) e, em seguida, as que apontam sentidos unificantes da pluralidade dos protestos (seção 1.5).

1.4.1. Os autonomistas e patrióticos

Ângela Alonso e Anne Mische (2016) produziram um importante artigo para se dialogar sobre as divergências nos protestos de Junho de 2013, propondo uma sistematização de dois campos presentes nas ruas, um à esquerda e outro à direita. Para tanto, elas analisaram matérias de jornais, mídias sociais e entrevistas com grupos atuantes em São Paulo nos momentos imediatamente posteriores aos protestos (ALONSO, MISCHE, 2016, p.02). Em versão preliminar do artigo aqui em foco, as autoras explicam um pouco mais a metodologia adotada e fica mais evidente que os grupos entrevistados pertenciam à esquerda política, dos quais elas citam o Movimento Passe Livre, grupos locais do *Occupy*, movimentos de ocupação urbana, grupos anarquistas e adeptos da tática *black bloc* (ALONSO, MISCHE, 2015, p.03). Portanto, a parte da pesquisa realizada com atores presentes em Junho de 2013 foi feita apenas com um dos campos delimitados pelas próprias autoras, o de esquerda.

Compreendem elas que Junho de 2013 foi uma abertura de um ciclo de protestos mais amplo, “consistindo de diferentes atores, causas, processos e resultados que mudaram rapidamente com o tempo, desdobrando-se de maneiras divergentes” (ALONSO, MISCHE, 2016, p.02). Haveria, na época, a atuação de três repertórios: o *socialista*, o *autonomista* e o *patriótico* – a partir dos quais se formariam dois campos de ação estratégica, o autonomista e o patriótico.

Primeiro: o *repertório socialista* é tido pelas autoras como o mais conhecido no Brasil e que teve maior visibilidade nos anos 1980 e 1990²⁰, com presença dos movimentos estudantil, popular, trabalhista e da reforma da terra²¹. “Ele consiste de comunidades altamente compromissadas, demonstrações públicas de participação na organização [...], organização centralizada e hierarquizada e alta visibilidade de lideranças” (ALONSO, MISCHE, 2016, p.08). Segundo: o *repertório autonomista* tem como marcos políticos de relevo os Movimentos por Justiça Global, os protestos de Seattle em 1999, os Fóruns Sociais Mundiais, que

²⁰ Para conhecer mais sobre esses movimentos, ver: DOIMO, 1995.

²¹ No texto original, em inglês, as autoras usam o termo “land reform”, de forma que não foi possível compreender se elas faziam referência a movimentos rurais ou urbanos de reforma da terra.

começaram em Porto Alegre em 2001²². Ele “pode ser visto como um reenquadramento de formas anarquistas de organização do século 19 e início do século 20, que rejeitam liderança centralizada e autoridade, particularmente a do Estado” (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.08). Aparecem neste repertório elementos como marchas não violentas, ações diretas como ocupações e algumas demonstrações “violentas” de resistência como a tática *black bloc*, queima de objetos e depredação de símbolos de poder econômico e estatal (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.08). Terceiro: o *repertório patriótico* tem como referencial o sentimento nacionalista e os protestos pelas “Diretas Já”, de 1984, no momento de redemocratização do país e os protestos de 1992 pelo *impeachment* do presidente Collor, o “Fora Collor”. O uso das cores e de símbolos nacionais, bem como as marchas, dialoga com ambos ciclos de protestos prévios e a demanda contra a corrupção, que estava presente já em Junho de 2013, também remete ao Fora Collor (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.09).

Segundo as autoras, à medida em que os protestos se desenvolveram e as práticas geraram performances híbridas entre os repertórios, formaram-se dois campos de ação estratégica: o *patriótico* e o *autonomista*. “Eles podem ser considerados como parte de um macro-campo de oposição ao governo, mas estão em tensão um com o outro, de forma que achamos útil considerá-los como campos separados” (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.10). Nessa divisão, o repertório socialista acaba por estar presente em cada um desses dois campos, a partir das demandas presentes por melhorias em serviços sociais.

O *campo patriótico* foi identificado com participantes que não tinham experiência prévia em ativismo e partiram para as ruas quando tomaram conhecimento dos protestos. Eles não tinham coordenação, mas:

Eram movidos por um nacionalismo vago e um sentimento anti-petista forte, estando majoritariamente à direita do governo [...]. O repertório patriótico estava visível no seu uso de cores nacionais (verde e amarelo); símbolos convencionais (a bandeira e o hino nacional); *slogans* (“o gigante acordou”, “verás que o filho teu não foge à luta”); espaços canônicos (como a Avenida Paulista, que foi usada nos ciclos de protesto prévios) (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.10 – grifamos).

Por sua vez, o *campo autonomista* seria mais coeso e fácil de delinear, segundo as autoras, sendo guiado primariamente pelo repertório autonomista, caracterizado por:

Formas horizontais de organização, rejeição à hierarquia de gênero e liderança política formal, tomada de decisão por consenso e a troca de caminhões de som eletricamente amplificadas por cantos divertidos (o jogral), no qual a primeira fileira de manifestantes grita frases que são repetidas pelas fileiras posteriores. Símbolos

²² Para conhecer mais sobre esses protestos, ver: LUDD, 2002; DELLA PORTA, 2005; GRAEBER, 2009.

globais foram incorporados, como a estética *punk* (uso de preto), uso de artes e música (fanfarras e percussão), ações performáticas (queima de catracas) e a ocupação de espaços simbólicos (como uma ponte chique em um bairro de São Paulo recentemente ocupados por bancos, empresas e grandes companhias de comunicação) (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.10-11).

Como se verá, a identificação das cores nacionais com o pertencimento à direita do governo petista não parece ser o melhor critério de divisão de campos, uma vez que o uso dessas cores e de *slogans* patrióticos estava muito mais disseminado pelos protestos e foi feito, também, por pessoas que se identificavam com a esquerda. Também se percebe que as mesmas são formas de ação que encontraram maior ressonância em participantes individualizados, que foram aos protestos como primeiro momento de participação política no país, como as próprias autoras pontuam, não podendo ser imediatamente identificados com a direita política, ainda mais naquele contexto tão difuso. O critério da utilização de símbolos nacionais, parece melhor para encontrar grupos mais distantes do autonomismo do que para a identificação de grupos de direita, especialmente porque os símbolos patrióticos têm pouco respaldo nessa vertente política, que na objeção ao Estado e à autoridade, também desenvolve críticas aos sentimentos de patriotismo (BESANCENOT, LÖWY, 2016; BRINGEL, 2018, p.16). Assim, o guarda-chuva patriótico ajuda mais no sentido da exclusão dos grupos autonomistas, ou libertários, mas é um critério pouco coeso para a diversidade de grupos que ele abrange.

A divisão de campos proposta por Alonso e Mische sofreu críticas, que levaram à elaboração de propostas alternativas (BRINGEL, 2018; MENDONÇA, COSTA, 2018), que serão abordadas a seguir. Ainda assim, ela contribui para o debate a respeito das divergências e tensões dentro de Junho de 2013, oferecendo elementos para a construção de propostas de divisão e sistematização desses campos.

1.4.2. Os campos democrático-popular, alter-ativista, liberal-conservador e autoritário-reacionário

Em diálogo crítico com Alonso e Mische, Bringel (2018) apresenta uma outra forma de sistematizar campos de ação presentes *em e a partir de* Junho de 2013, na busca por compreender os ocorridos entre os protestos de 2013 e o *impeachment*²³ de Dilma Rousseff em 2016²⁴. Em sua proposta, Bringel compartilha com as autoras a visão de que, em 2013,

²³ O autor utiliza no texto o termo “golpe” e argumenta, de forma consistente, pelo seu uso.

²⁴ Uma versão próxima deste texto, mas que não aborda de forma tão detida a divisão de campos aqui apresentada, está disponível em BRINGEL, 2017.

existiam grupos mobilizados com visões e projetos distintos e, em geral, opostos, situados à direita e à esquerda do governo federal (BRINGEL, 2018, p.09). Ainda, o autor afirma que “ficou refletida a indignação difusa, a ambivalência dos discursos, a heterogeneidade das demandas e a ausência de mediação de terceiros e de atores tradicionais” (BRINGEL, 2018, p.10). Dentro da diversidade e tensões:

Houve uma *confluência ambígua*, marcada por movimentos contraditórios de *forças centrípetas* (a externalização da indignação e a simultaneidade presencial e simbólica nas mesmas ruas e praças) e *forças centrífugas* (que, apesar da copresença nos mesmos espaços, indicavam distintas motivações, formas de organização e horizontes de expectativas) (BRINGEL, 2018, p.20).

A caracterização dos protestos de 2013 como uma “confluência ambígua” é feliz ao mostrar uma ideia de atuação conjunta, mesmo que com divergências. Desta maneira, Bringel caracteriza Junho de 2013 como uma abertura societária²⁵, na qual o processo de difusão dos protestos levaria a um transbordamento para além dos movimentos iniciais. Chegam, assim, outros atores “que se uniram para fazer valer suas próprias reivindicações, sem manter necessariamente os laços com os atores que as desencadearam e/ou repetir as formas, a cultura organizativa, as referências ideológicas e os repertórios de ação dos iniciadores das mobilizações” (BRINGEL, 2018, p.11)

As discordâncias de Bringel com o trabalho apresentado de Alonso e Mische (2016) se desenvolvem no sentido dos conceitos usados pelas autoras, em especial de “repertório” e “campo”, e na própria tipologia desenvolvida, de forma que propõe uma sistematização alternativa. Como a dimensão conceitual de repertório e campo de ação²⁶ não são centrais aqui, coloca-se apenas a indicação da existência deste debate – do qual também participam Mendonça e Costa (2018). Quanto às críticas referentes à tipologia, Bringel entende que, apesar de Alonso e Mische captarem de forma adequada as fontes sociais e culturais para determinar os repertórios, a proposta delas ainda é problemática, especialmente, porque “não há um critério claro para definir os ditos repertórios e, de fato, se produzem várias sobreposições entre eles” (BRINGEL, 2018, p.18).

O autor, então, parte de uma análise política do Brasil nos últimos anos, em especial a partir da redemocratização (a partir de 1985), com foco maior no período petista, para realizar

²⁵ O autor desenvolve de forma mais detida o argumento da abertura societária em conjunto com Geoffrey Pleyers em BRINGEL, PLEYERS, 2015.

²⁶ O uso do termo “campo” nesta dissertação se dá na perspectiva de “campos políticos”, um termo usado de forma cotidiana por atores que são parte de ações coletivas contenciosas, e identificam, a partir da prática, formações de campos político-ideológicos distintos.

sua proposta de sistematização. Ele afirma que, “no Brasil coexistem, nos últimos anos, quatro campos de ação principais que têm estado presentes na disputa política em Junho de 2013 e desde Junho de 2013, mas cujas origens são bastante anteriores” (BRINGEL, 2018, p.14). São eles os campos: *democrático-popular*, *alter-ativista*, *liberal-conservador* e *autoritário-reacionário*. A proposta de Bringel se dá com a identificação de alguns marcos históricos e busca “manter, sempre que possível, as definições nativas, quer dizer, como alguns atores dos próprios campos se auto-denominam, ainda que com algumas mediações analíticas para colocá-los dentro de perspectivas mais abrangentes” (BRINGEL, 2018, p.14). Segue-se, então, para a apresentação dos campos propostos pelo autor em análise.

Primeiro, o campo *democrático-popular*, cujas origens históricas remontam às lutas contra a ditadura e emerge nos finais dos anos 1970 e início dos anos 1980, tendo como referências o Partido dos Trabalhadores (PT), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Sem desenvolver uma proposta alternativa de ruptura, este campo teve uma atuação decisiva de oposição ao neoliberalismo durante os anos 1990 e, como um todo, “possui um imaginário fortemente democratizante e uma perspectiva hegemônica da política, algo que acabou por se realizar a partir dos anos 1990, ao se consolidar como principal referência da esquerda brasileira” (BRINGEL, 2018, p.14-15). Especificamente sobre Junho de 2013, o autor afirma que este campo foi surpreendido pelo estopim dos protestos e atuou, pelo menos em seu começo:

Como boa parte dos movimentos sociais consolidados frente ao transbordamento de um novo ciclo de protestos: minimizando sua importância ou deslegitimando sua emergência, já que se viam, em muitos casos, como portadores da ‘experiência acumulada’ ou como mais capacitados sobre as lógicas de mobilização. Embora, esta visão foi revisada por muitos, por ter tido um preço importante de gerar uma desconexão com as novas gerações mobilizadas, subestimando, também, em geral, o potencial de mobilização da direita (BRINGEL, 2018, p.15).

Entende-se que a descrição da reação do campo democrático-popular se mostra adequada ao desenvolvimento de Junho de 2013, que será explorado no capítulo 2. É interessante perceber que, ao se diferenciar as esquerdas políticas, é possível compreender o papel que a esquerda hegemônica tinha naquele momento: muito longe de estar à frente dos protestos, distanciou-se deles, ou, então, buscou disputar seus sentidos depois que eles já tinham ganhado grandes dimensões²⁷.

²⁷ Um grupo que seria identificado com o campo democrático-popular, a União Nacional dos Estudantes (UNE), por exemplo, chegou tarde aos protestos, já em sua fase de ampliação, não teve muita força e, mesmo, era visto com desconfiança por outros participantes (ALONSO, MISCHÉ, 2016, p.07). Outro exemplo é dado por Ricci e

Pela proposta tipológica de Bringel, seria o campo *alter-ativista* que teria maior proeminência, à esquerda, nos protestos de Junho. Este segundo campo de ação, seria fruto de uma construção de uma esquerda alternativa ao campo democrático-popular, marcado, por todo o mundo, pela luta contra a globalização neoliberal e pela busca de diferenciação de uma esquerda tradicional a partir dos anos 1990, tendo como referência fundacional o levantamento zapatista de 1994 (BRINGEL, 2018, p.15-16). O autor aponta como referências deste campo, no Brasil, o próprio Movimento Passe Livre (MPL) e o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, bem como a renovação de movimentos estudantis a partir dos anos 2010 (BRINGEL, 2018, p.16). São características dele:

As concepções de poder e tomada do Estado, presentes no campo prévio, são trocadas por uma política territorial, prefigurativa e cotidiana, marcada pelo compromisso pessoal, a horizontalidade, a autonomia, o assembleísmo, a ação direta e as decisões por consenso. Os indivíduos ganham maior centralidade em detrimento de uma visão cerrada de coletividade e o discurso socialista e anticapitalista, que se perdeu rapidamente pelo caminho no campo democrático-popular, é aqui recuperado e fundido com matrizes políticas diversas provenientes do ecologismo, do feminismo e outras tradições da esquerda mais radical (BRINGEL, 2018, p.16).

Os elementos característicos do campo alter-ativista foram muito marcantes nas práticas e nas gramáticas de 2013, de forma que estiveram disseminados para muito além de um grupo coeso ou indivíduos adeptos, como, inclusive, demonstram Mendonça e Costa (2018). Por ora, resta pontuar que o nome “alter-ativista”, que se propõe “nativo” do próprio campo, não parece ser tão adequado à realidade brasileira. Ainda é difícil determinar-lhe um nome. Há os que se identificam como autonomistas, marxistas, anarquistas ou, de forma mais genérica, anticapitalistas ou posicionados “à esquerda do PT”. Não parece, contudo, existir uma identificação com o termo alter-ativista²⁸.

Agora, à direita, Bringel propõe um terceiro campo, heterogêneo, o campo *liberal-conservador*. O que aproxima os liberais e conservadores, para ocuparem um só campo de ação, é “a defesa do liberalismo econômico articulada com uma visão procedimental e restrita da democracia. A defesa do *status quo* aparece na aposta pela ordem e a defesa da lei como um fim em si mesmo” (BRINGEL, 2018, p.17). Este campo tem como referências positivas as liberalizações e privatizações da hegemonia neoliberal da década de 1990 e, mesmo que não tenha tido seus privilégios ameaçados pelo governo petista, tem dificuldades em aceitá-lo. Segundo o autor, as instituições, os despachos e as salas secretas são seus principais espaços de

Arley (2014, p.1541-56), que contam de uma tentativa tardia, já em 20 de junho, do PT aderir aos protestos, diferenciando-se deles ao propor o uso da cor vermelha pelos seus simpatizantes.

²⁸ A autora realiza essa reflexão a partir dos conhecimentos que tem deste campo, em especial em Belo Horizonte, São Paulo e Goiânia, cidades onde já realizou pesquisas ou trocas com militantes deste ponto do espectro político.

ação política, tendo ido para as ruas apenas recentemente. “Fortalecido durante os últimos anos, este campo liberal-conservador, entende os protestos de 2013 como a rebelião da sociedade indignada contra a corrupção e o *petismo*” (BRINGEL, 2018, p.18 – grifo no original). O Movimento Brasil Livre (MBL), o apoio à Operação Lava Jato e as marchas verde-amarelas pela destituição da presidenta Dilma Rousseff, bem como o combate ao campo democrático-popular são referências recentes deste campo (BRINGEL, 2018, p.18-19).

O quarto e último campo de ação, proposto por Bringel, é o *autoritário-reacionário*, cujo marco distintivo é não considerar que a democracia seja um valor a ser preservado, mesmo em suas versões mais restritas. O autor aponta como figura mais conhecida, nos últimos anos neste campo, Jair Bolsonaro, cujas pautas que mobilizam o nacionalismo e ódio se teriam convertido em uma referência para parte da população brasileira mais autoritária (BRINGEL, 2018, p.19). Para caracterizá-lo o autor afirma:

Mesmo que a crítica à esquerda, em geral, e ao campo democrático-popular, em particular, seja compartilhada com o campo liberal conservador (o que os tem levado a unificar-se pontualmente em algumas marchas e agendas, como o aborto e o antipetismo), neste caso, há um horizonte de regresso à ditadura militar, idolatrada por membros deste campo como um dos melhores momentos do país (1964-1985). A tortura é considerada, muitas vezes, uma prática legítima, o que faz com que se aproximem de posturas fascistas e de extrema-direita (BRINGEL, 2018, p.19).

Tendo apresentado as tipologias de Bringel, é possível afirmar que sua proposta tem maior precisão conceitual, embora a de Alonso e Mische tenha uma perspectiva mais circunscrita a Junho de 2013. Como se viu, Bringel se propõe a pensar campos de ação que atuaram em 2013 e depois disso, mas que têm origens bastante anteriores ao período. Não se propõe, contudo, a pensar nos pormenores dos campos durante 2013, em especial aqueles identificados com a direita na ocasião. Dessa forma, entende-se que a contribuição das sistematizações de Alonso e Mische (2016) e de Bringel (2018), para este trabalho, é de levantar guias de análise das diferenças dentro de Junho de 2013, que auxiliam na delimitação do campo de pesquisa empírica. Agora, passa-se para a discussão a respeito das análises que buscam elementos que unificam os protestos em questão.

1.5. Junho de 2013: propostas unificantes

No meio de gritos divergentes, cores diversas, demandas incompatíveis e práticas opostas, há elementos que delimitam os protestos de 2013 em uma unidade maior do que a coexistência de campos políticos distintos. Dessa forma, serão analisadas, nesta seção,

propostas que, sem buscar homogeneidades nos protestos trazem chaves de interpretação e conceitos que dão sentidos de unidade às manifestações. Assim, serão discutidas as formulações de: i) Mendonça e Costa (2018), que colocam o autonomismo como elemento a atravessar Junho de 2013; ii) Singer (2013), que dá ao centro pós-materialista o caráter de novidade e de proeminência; iii) Mendonça (2017), que identifica elementos de comunalidade na tensão singular-comum.

1.5.1. O autonomismo como elemento articulador

Críticos à divisão, que prejudica uma compreensão holística dos elementos compartilhados em Junho de 2013, Mendonça e Costa (2018) desenvolvem um argumento no qual as ideias e práticas autonomistas seriam o enquadramento mais amplo que daria sentido aos protestos. Os autores realizam uma crítica explícita à proposta de Alonso e Mische²⁹, a qual pode ser estendida à proposta de Bringel (2018) e de outros que buscam compreender aqueles acontecimentos a partir da divisão de grupos e ideologias atuantes nos protestos. Isso, porque a própria potência e distinção de Junho foi a capacidade de colocar divergências lado a lado:

O poder de deslocamento de 2013 adveio de sua capacidade de estabelecer um campo contencioso caótico, que permitiu que vários atores marchassem juntos, expressando sua indignação e seu desejo por expressão direta (não mediada). É exatamente essa interpretação que as explicações focadas em organizar e decompor os Protestos de 2013 parecem perder. A polarização de subcampos na política brasileira não precedeu as Jornadas de Junho, mas foi nutrida por elas (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.16).

Os autores entram no debate em torno da proposta de Alonso e Mische, criticando seu uso do conceito de “repertório”³⁰, que como já afirmado, não será abordado aqui. Contudo, duas outras críticas devem ser analisadas para a discussão sobre a busca dos sentidos unificantes de Junho de 2013, tendo o autonomismo como elemento articulador.

Primeiramente, eles afirmam que a proposta das autoras “ignora que o autonomismo não foi simplesmente um de muitos repertórios, mas foi um elemento que enquadrou o campo contencioso” (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.05). Nesse sentido, argumentam que todos que participaram dos protestos, independentemente de suas ideologias, tiveram de lidar com o imaginário autonomista, que lhes dava o enquadramento geral. “Organizações tradicionais e verticalizadas da esquerda e grupos patrióticos e conservadores tiveram de organizar suas

²⁹ No caso, Mendonça e Costa trabalham com uma versão do texto de Alonso e Mische de 2017, mas cujo conteúdo de divisão de repertórios e campos segue o mesmo.

³⁰ O conceito de repertório será tratado, brevemente, no capítulo 4.

formas de engajamento considerando as ideias autonomistas que enquadravam as ideias naquele contexto” (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.06). Em segundo lugar, para os autores, o processo de divisão e organização dos três repertórios, durante Junho de 2013, diz mais respeito aos momentos posteriores àquele mês, do que à junção confusa que existia durante os protestos. Eles defendem que o próprio poder de deslocamento de Junho está na sua “ameaçadora incompreensibilidade” (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.06). De forma que, “ao fragmentar o processo em *campos de ação estratégica* que se desenvolveram dali, as autoras podem silenciar a voz alta e incompreensível advinda deste evento” (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.06 – grifo no original).

É a partir destas críticas que Mendonça e Costa (2018) afirmam que as ideias e práticas autonomistas estruturaram o enquadramento geral dos protestos, mas não porque vieram de um crescimento gradual desta perspectiva na política brasileira, mas porque foram capazes de ressoar um contexto muito marcado pela crítica às formas tradicionais de fazer política. Assim, as ideias autonomistas de horizontalidade, anti-hierarquia, de ações sem liderança, seriam chave no ciclo global de protestos, no qual Junho de 2013 se inseriu. Acrescentam, ainda, o papel das mídias digitais, que teriam fortalecido “as oportunidades de formas individualizadas de comunicação, alimentando, também, a percepção de que cada uma poderia agir por si mesmo de uma forma não mediada. O terreno político, portanto, estava fértil para ideias e práticas autonomistas (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.09).

Para finalizar o argumento do autonomismo como enquadramento principal das manifestações, deve ser ressaltado que os autores não entendem que os diversos atores concordam com o conteúdo do autonomismo ou com todas as formas de ação direta (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.11). Mesmo com as diferenças ideológicas:

Existe um forte caráter anti-institucional ao longo das Jornadas de Junho. Isso é claro não apenas nos grupos de esquerda, que costumavam criticar “o Estado”, mas viram suas hierarquias e estruturas tradicionais ameaçadas. Isso também é evidente dentre os cidadãos de direita, que entenderam o processo como uma oportunidade de confrontar a força do Estado e das velhas estruturas de representação em torno de partidos e sindicatos. Grupos de direita nacionalista, que surgiram como resultado das Jornadas de Junho – incluindo o Movimento Brasil Livre (MBL) – emulam uma estética e estrutura comunicacional de raízes autonomistas. *Nós argumentamos, assim, que o autonomismo deve ser visto como um guarda-chuva mais amplo, que trabalha como um enquadramento de organização do campo contenciosos estruturado em um contexto de demanda de desintermediação* (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.11-12 – grifamos).

Mendonça e Costa são felizes ao encontrar, como elementos que dão unidade a Junho de 2013, a desconfiança institucional e a busca por desintermediação política, aproximando-se

ao abordado na seção 1.3. Contudo, parece haver muito mais uma aproximação entre as *formas de ação* autonomista e o *meio* no qual os protestos se inserem (comunicação digital e crise de representação política, por exemplo) do que das *ideias* propostas pelo autonomismo. O compartilhamento de formas de ação direta e de críticas às instituições e engessamentos burocráticos e hierárquicos não significa um compartilhamento normativo dos sentidos que essas práticas têm no campo autonomista. Por exemplo, as manifestações não traziam, como característica gerais, propostas anticapitalistas (SINGER, 2013, p.36), que são centrais no pensamento autonomista³¹. As diferenças de conteúdo normativo chegaram a ser pontuadas, de forma rápida, pelos autores aqui analisados, mas entende-se que ela deve ter um papel mais significativo na busca da construção de um sentido comum, nos protestos de Junho de 2013. Compreende-se, portanto, que o uso do termo “autonomismo” para dar o enquadramento geral, ou ser o guarda-chuva mais amplo dos protestos, não é adequado, por correr o risco de dar prevalência à forma sobre seu conteúdo, algo que as próprias ideias autonomistas – de prefiguração, ação direta e de inseparabilidade entre meios e fins, que serão abordadas no capítulo 4, por exemplo – não permitem.

1.5.2. Centro pós-materialista

Caminhando em direção a abordagens que não dialogam diretamente com o artigo de Alonso e Mische (2016), vale analisar a proposta de Singer (2013), que busca compreender os protestos de Junho de 2013 a partir da composição social e ideológica de seus participantes. No caso da composição social, como já tratado, ele aborda a presença simultânea, nos protestos, da classe média tradicional e do um novo proletariado (SINGER, 2013). No caso da composição ideológica, que não deixa de dialogar com as características de classe social, o autor utiliza a chave esquerda, centro e direita para organizar as demandas dos manifestantes. Assim, é importante justificar, de antemão, o motivo de a análise de Singer ser abordada como uma “proposta unificante” e não como uma de “delimitação à esquerda e à direita” dos participantes dos protestos. Isso se dá, porque, mesmo que utilize elementos de divisão de grupos e

³¹ Entende-se que o uso do termo “autonomismo”, pelos autores, por estar em diálogo direto com Alonso e Mische e conforme explicitado por eles (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.10), diz respeito a um campo político historicamente circunstanciado, que ganha visibilidade mais recente com os movimentos por justiça global, de íntima relação com o anarquismo, como tem sido abordado em diversos pontos desta dissertação. Portanto, não se compreende que o uso do termo pode ser feito de forma distanciada de suas manifestações históricas, a ponto de entender que a ideia de “autonomia” pode ser, igualmente, da direita política. Assim, um marco distintivo fundamental entre o autonomismo e outras propostas contra o Estado e de liberdade individual (como o libertarianismo e anarcocapitalismo) é sua dimensão anticapitalista.

ideologias, o autor traz a hipótese clara de que seria o centro pós-materialista que daria o sentido abrangente dos protestos, unindo as demandas de esquerda e de direita em uma leitura específica e generalizante: “faz sentido pensar que esquerda e direita se encontraram no centro ao cruzarem, em sentidos opostos, as avenidas do país” (SINGER, 2013, p.38).

Singer afirma que Junho de 2013 pode ser mais bem compreendido se os olhares forem voltados para o centro: se os pontos extremos do espectro político são mais visíveis do que os intermediários, seria o centro que daria um sentido à presença simultânea da direita e da esquerda (SINGER, 2013, p.37). De um lado, a esquerda – considerada por ele como “nova” – seria o marco da primeira fase dos protestos, conduzida ideologicamente pelo MPL. No caso, “do ponto de vista do MPL, a briga contra as tarifas de transporte são um modo de lutar contra o capitalismo, o sistema que se rege pela ‘lógica da mercadoria’” (SINGER, 2013, p.32). Na passagem para a segunda fase, há uma entrada de importantes setores da classe média, de forma que “as tendências de centro e direita pegaram carona na corrente deslanchada pela nova esquerda, só que os *caronistas* foram tantos que, em certo momento, acabaram por mudar a direção do veículo” (SINGER, 2013, p.33-34).

A direita, então, teria como principal pauta o combate à corrupção. Segundo o autor, “convém lembrar que, no Brasil, essa é sempre a arma favorita da oposição, e o objetivo quase único da direita, nesta quadra, é opor-se ao governo federal, tirando o PT do poder e, se puder, impedindo-o para sempre de voltar” (SINGER, 2013, p.35). Interessante notar como Singer já estava ciente e alerta quanto aos riscos de queda do governo petista frente à mobilização de direita contra a corrupção. Nessa etapa, teria ocorrido, também, uma conotação popular, à esquerda relativa a críticas contra a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 (SINGER, 2013, p.35). Haveria, assim, a presença da direita e das esquerdas nas ruas:

Mas o realmente novo foi a atuação do centro, o qual teve a vantagem de poder assumir uma e outra bandeira, bradando simultaneamente contra os gastos públicos privatizados pelo capital e contra a corrupção. Funcionou, assim, como uma espécie de inesperado generalizador do programa espontâneo das ruas (SINGER, 2013, p.36).

O autor segue para argumentar que o centro que atuou em Junho de 2013 era pós-materialista, seguindo a proposta de Ronald Inglehart (2009, *apud* SINGER, 2013, p.37). No caso, essas demandas começam a ganhar expressividade à medida em que uma sociedade começa a resolver seus problemas materiais. A transição seria intergeracional “realizada conforme os que já são socializados em um ambiente de classe média, livres do fardo material das gerações anteriores, vão se tornando maioria, provocando mudança profunda na maneira de enxergar a política por parte dos cidadãos” (SINGER, 2013, p.37). As demandas de

“autoexpressão” e “qualidade de vida” ganhariam força nesse centro pós-materialista. A hipótese do autor, então é de que:

A segunda fase não teria representado uma apropriação do movimento pela direita, mas uma muito mais sutil ressignificação por parte de um centro pós-materialista. Por meio dela, tanto os “hospitais padrão FIFA” como as “punições exemplares aos corruptos” passaram a simbolizar a modernização do Brasil. A hipótese de que um centro pós-materialista possa ter formado o eixo da segunda fase dos acontecimentos de junho encontra amparo nos dados disponíveis sobre o perfil ideológico dos manifestantes [...]. Não apenas o centro é a posição individualmente majoritária, mas, se considerarmos que a centro-esquerda e a centro-direita podem ser vistas como parte de um centro ampliado, chegaremos a que perto de 70% dos participantes giravam em torno de posições centristas (SINGER, 2013, p.38).

Mesmo que estivesse mais próximo à classe média, o centro teria conseguido encampar as propostas materialistas da direita e da esquerda e teria dado os sentidos gerais aos protestos, acreditando “em um tecido social unificado e participativo contra um aparelho estatal opressivo, do qual quer remover velhos hábitos, simultaneamente atrasados e corruptos” (SINGER, 2013, p.37). Apesar da tese de que a superação de demandas materiais leva à filiação a demandas pós-materiais ser complicada, o foco fora dos extremos do espectro político é importante para se pensar em Junho de 2013, uma vez que existiram confusas combinações de demandas e propostas em diversos perfis de manifestantes.

1.5.3. A singularidade e a construção do comum nos protestos

Para além de uma discussão organizada por critérios relativos ao espectro político, apresenta-se o argumento de Mendonça (2017), segundo o qual, na relação entre experiências singulares e o comum, seria possível identificar aspectos de unidade nas divergências de Junho de 2013. Como se viu, parte da discussão sobre a ação coletiva, hoje, passa pelas reconfigurações organizativas e mesmo subjetivas advindas das redes sociais e amplo uso da *internet*, bem como no debate a respeito da exacerbação do papel do indivíduo na sociedade neoliberal (BENNETT, SERGERBEG, 2012; DEAN, 2016). Percebendo a relação paradoxal entre processos individualizantes contemporâneos e a formação de ações coletivas, Mendonça (2017) realiza uma leitura a respeito dos protestos de Junho de 2013³². Ele se propõe a encontrar os sentidos comuns existentes na diversidade presente nas ruas, sem negar conflitos e disputas.

³² O autor analisa 20 entrevistas realizadas com pessoas que participaram dos protestos de Junho de 2013 em Belo Horizonte, aproximadamente um ano após o evento, sendo que a maioria delas faz parte de um campo político de esquerda, conforme indicado no texto. Ver mais informações sobre a metodologia adotada em Mendonça (2017).

Para tanto, articula a dimensão mais fragmentária dos protestos com as formas coletivas, ou seja, as singularidades dos indivíduos com o comum constituído nos protestos.

O objetivo de Mendonça é “argumentar que as manifestações multitudinárias estabelecem um tipo de comunalidade polifônica e ambivalente, profundamente marcada pela expressão comunicativa de si e pela experiência coletiva dessa expressão” (2017, p.141). Compreendendo que as próprias noções de “comum” e de “multidão”, conforme desenvolvidas por Hardt e Negri (2014 *apud* MENDONÇA, 2017, p.138-139), são fruto de relações não harmônicas, de singularidades não homogeneizantes, nem controladas por um único centro, é possível pensar nos protestos de 2013, a partir da relação singular-comum. Dessa forma, entende-se que a proposta de Mendonça contribui para este trabalho ao buscar elementos que unifiquem as divergências presentes nos protestos, não por proporcionarem uma ideia de coerência entre as diferentes perspectivas, mas por incluir a disputa, o agonismo e a contradição como constitutivas de sua comunalidade.

Nesse sentido, a copresença, a utilização de marcadores de espaço e tempo para o posicionamento dos participantes nas manifestações e o forte uso da dimensão corpórea são elementos identificados pelo autor, nas entrevistas, que dão sentidos comuns a 2013. A copresença é um elemento articulador das singularidades ao colocar lado-a-lado pessoas com perspectivas tão diferentes. “A copresença pública, seja em marchas, seja em ocupações e assembleias, mostrou-se absolutamente potente na continuidade da mobilização das singularidades em uma ação comum” (MENDONÇA, 2017, p.145-146). Isso fica mais claro nas falas dos participantes, quando se percebe que a participação nos protestos – o próprio estar nas ruas – tornou-se elemento de relevância maior do que as próprias causas de participação, de forma que:

Os depoimentos indicam a potência de uma experiência coletiva como a de junho de 2013. O acontecimento histórico se impõe aos sujeitos, afetando-os e retirando-os da continuidade de suas rotinas. O processo político os “atropela” e os empurra “para as ruas protestar”. Fundir-se à “massa” é a forma de “não ficar vendo a banda passar”, de dar visibilidade ao poder da população. A rua é o local de mostrar esse poder, para além das demandas que surjam dessa demonstração de empoderamento (MENDONÇA, 2017, p.146³³).

Quanto ao uso de marcadores de espaço e tempo, os entrevistados, frequentemente, narram sua participação nos protestos a partir de datas e locais dos acontecimentos que presenciaram, mesmo que, de fato, não tenham precisão na reconstrução dos elementos. Esses

³³ As expressões em aspas são retiradas de falas das entrevistas analisadas pelo autor no artigo em questão.

seriam mecanismos de “estabilidade em um processo multitudinário complexo e fragmentado, atravessando as diferenças e especificidades e evidenciando uma partilha corpórea da prática política. São índices de presença, de participação, da vivência concreta daquele período” (MENDONÇA, 2017, p.147).

Por sua vez, para o autor, é o corpo, em relação com o espaço e com outros corpos, que ganha maior centralidade nessa experiência. Seja por meio da apropriação festiva do espaço público, ressignificando-o e propondo alternativas, seja por ser alvo da repressão, o corpo vivencia o comum dos protestos (MENDONÇA, 2017, p.148-149). Assim,

O sentimento do medo e da dor, atravessados simultaneamente por ódios e amores partilhados, contribui para o estabelecimento de um sentido de pertencimento e de comunidade, ainda que este possa ser passageiro. Esse comum – construído processualmente ao longo da experiência partilhada do evento – revela uma percepção da natureza coletiva da ação (p.150).

Os elementos evidenciados nas falas dos manifestantes dão substrato para a articulação entre singular e comum, especialmente útil para manifestações caracterizadas pela própria fragmentação e divergência. A experiência corpórea, no tempo e no espaço das manifestações, traz referências comuns a experiências singulares, podendo ser vistos como elementos unificadores.

Importante ressaltar que o autor identifica, nas entrevistas, as divergências ideológicas entre manifestantes, especialmente no uso de elementos de diferenciação, como “direita” e “esquerda”, a distinção entre aqueles que usavam elementos patrióticos e aqueles que os criticavam e as visões opostas em relação à “violência” e ao papel dos partidos políticos. Os elementos de clivagem são semelhantes aos usados por Alonso e Mische (2016) e Bringel (2018) para a identificação de diferentes campos nos protestos, mas, conforme já notado, o autor em questão ainda propõe uma forma de dar sentidos comuns às divergências. “O comum das manifestações, o coletivo que surge desse encontro de singularidades, é plural, conflituoso e agonístico. Ele evidencia sua multiplicidade em cores, debates, tensões e polarizações” (MENDONÇA, 2017, p.155).

A proposta de Mendonça (2017), então, contribui para se pensarem as divergências como constitutivas de Junho de 2013 e a disputa interna como parte de seu todo e não como critério de divisão em experiências opostas. Em meio à diversidade e aos conflitos, outros elementos – no caso a copresença, o espaço, o tempo e o corpo – emergiam para dar sentidos comuns aos protestos.

Com base nas diferentes abordagens analisadas, entende-se, neste trabalho, que é possível buscar as tensões e confluências presentes na diversidade dos protestos de 2013, compreendendo que, por fim, eles ainda são dotados de sentidos comuns, mesmo que polifônicos. Se Junho de 2013 foram vários, podendo ser divididos em campos políticos diversos e, na expressão individual, como fragmento menor e em evidência nos protestos, ele ainda pode ser visto como um só: tendo como atributo característico o compartilhamento da diferença – algo não mais visto nas ruas brasileiras.

1.6. Uma proposta de divisão para análise

O presente capítulo buscou desenvolver alguns debates em torno de três dimensões dos protestos globais, iniciados com a crise econômica de 2008 e que se alastraram pelo mundo até a primeira metade dos anos 2010: as dimensões econômica, organizativa e política. Foi, então, possível perceber uma relação entre elas, em especial no que diz respeito à fluidez e dinamicidade dos protestos. Organizado por meio de redes, alastraram-se tanto *online* como *offline*, com expressões subjetivas de demandas presentes na pluralidade das pautas, mas relacionadas com um contexto de crise do neoliberalismo, na qual as filiações coletivas estão fragilizadas pela formação do precariado e pela perda de força das políticas públicas estatais, cujas manifestações políticas, desacreditadas, muitas vezes passam por demandas de desintermediação estatal, tanto à esquerda quanto à direita. Com isso, chegou-se à ambivalência – ou polivalência – de Junho de 2013: nos protestos, estiveram, lado a lado, pessoas e organizações que podem ser identificadas como de direita e de esquerda. Tantas outras podem ser entendidas como de centro, ou como “independentes”, que, por participarem pela primeira vez de protestos, ainda se encontravam em uma perspectiva um tanto maleável de suas filiações político-partidárias.

Com isso, será construída pela autora uma proposta de divisão para análise de Junho de 2013. De um lado, compreende-se, junto com Mendonça e Costa (2018) que a diversidade, a pluralidade e o conflito são constitutivos dos protestos e a busca de organizá-los em campos políticos separados pode descaracterizá-los. De outro lado, entende-se que a separação, ao menos temporária, ajuda a ter um olhar mais refinado das divergências que surgiram então. Isto posto, passa-se à proposta de divisão provisória.

Entende-se que a separação proposta por Alonso e Mische (2016) e Bringel (2018) acerta ao indicar o governo federal como ponto dentro do espectro político com o qual os demais manifestantes se relacionavam. Em especial, entende-se que os governos – não só o petista e não só na esfera federal – atuaram em resposta às manifestações e não chegaram a ter força em sua construção (SILVEIRA, 2015; RICCI, ARLEY, 2014). Contudo, percebeu-se que ambas propostas não trazem boas soluções para os novos manifestantes sem fortes filiações político-ideológicas, ou para as pessoas que se identificam com o centro político. Foi mencionado, também, que a identificação da direita com as performances patrióticas é frágil no contexto de 2013 e que a identificação do campo de esquerda com os nomes “autonomista” e “alter-ativista” tem pouca ressonância com os usos ditos “nativos”. Esses nomes não apreendem bem as heterogeneidades da esquerda atuante em Junho de 2013, em especial a relação com um campo marxista e marxista leninista, de tradição distinta do anarquismo. Mesmo assim, a identificação de um campo de esquerda nos protestos de 2013, por já terem referenciais mais consolidados na política contenciosa do país, é mais fácil do que a identificação do campo de direita, que ainda estava muito nebuloso.

A partir desta avaliação, propõe-se a divisão dos grupos e pessoas atuantes em Junho de 2013 como de esquerda e de “não esquerda” – conceitos que guiarão a análise dos eventos de Junho de 2013 em Belo Horizonte. Ao se usar conceitos advindos do espectro político, em especial o ponto da “esquerda” como referência, espera-se uma identificação desta com os marcos políticos já apresentados pelos autores como Alonso e Mische (2016), Mendonça e Costa (2018) e Bringel (2018). Não será realizada uma reflexão conceitual abstrata sobre os significados da esquerda hoje ou em que consiste este campo político, uma vez que se entende que tal discussão foge ao escopo desta dissertação. Contudo, após o estudo detido das características da atuação dessa esquerda antes, durante e após Junho de 2013, em Belo Horizonte, será realizada uma proposta de identificação desta experiência como a de uma coalizão marxista libertária (capítulo 4). Com isso, espera-se, no futuro, ser possível contribuir com reflexões mais aprofundadas dos significados do campo de esquerda contemporâneo.

Isso posto, sobre a esquerda, no capítulo 2, serão abordados os grupos que tiveram maior proeminência em Junho de 2013, que têm sido chamados pelos autores de “autonomistas” (ALONSO, MISCHÉ, 2016; MENDONÇA, COSTA, 2018) ou “alter-ativistas” (BRINGEL, 2018). Serão tratados os grupos marxistas, libertários, coletivos de cultura, de gênero e sexualidade, movimento estudantil, sindicatos e organizações de lutas urbanas. Como se verá, eles atuavam na cidade de forma crítica aos governos municipal, estadual e federal e tiveram

grande relevo no desenrolar dos protestos, com a articulação da Assembleia Popular Horizontal (APH), realização de convocações para as manifestações e, no fim do ciclo de protestos, com a ocupação da Câmara Municipal.

Por sua vez, no capítulo 3, no lugar de tratar do outro campo presente nos protestos como de “direita”, ele será identificado como de “não-esquerda”, justamente devido à nebulosidade de sua composição. A proposta vem da necessidade demonstrada de se pensar a diversidade de Junho sem partir da dicotomia esquerda-direita, mas dando espaço para apropriações parciais e manifestações individualizadas de visões políticas que ocorriam nos protestos. Se fosse o caso de tratar apenas de grupos e visões de direita, uma série de interpretações “independentes” ficariam de fora da análise. A ideia de nomeação do campo como de “não-esquerda”, inclusive, se mostrou pertinente nos diálogos com atores entrevistados, uma vez que vários não se viam imediatamente como parte da direita e faziam ponderações sobre suas filiações e sobre a própria pertinência de utilização do espectro político como forma de identidade. Entende-se que, muitas vezes, a existência de um outro campo político em Junho de 2013 vem mais de uma diferenciação e divergência com a esquerda do que por uma coesão de seus membros – por isso a opção de um conceito baseado na negativa.

Dessa forma, dois critérios foram usados para compor a “não-esquerda”: o uso das cores nacionais e a participação em grupos de direita durante e após Junho de 2013. O primeiro dá uma maior abrangência e diversidade à composição e segue Alonso e Mische (2015, 2016), quanto à presença de um repertório patriótico em Junho. Como se viu, o uso de cores e símbolos nacionais foi amplo nos protestos e transbordou os grupos de direita. A ideia é que esse critério permitiria encontrar pessoas não identificadas com a esquerda proeminente em Junho, a com filiações marxistas e libertárias – com críticas mais evidentemente ao uso desses símbolos –, mas não seria um critério restritivo demais a ponto de chegar apenas a atores de uma direita coesa. Por sua vez, o segundo critério tinha um objetivo de restringir o campo e procurou, especificamente, pessoas que se posicionavam publicamente à direita e/ou faziam parte de grupos de direita durante e após Junho de 2013.

Tendo feito essa explicação, o capítulo 3 realizará uma análise das entrevistas com pessoas identificadas como de não-esquerda e espera-se compreender mais sobre sua participação em Junho de 2013 e dar mais sentido para a diversidade presente nas ruas. Como afirmado, a divisão seria provisória e buscaria dar maior sistematização para a análise sobre Junho de 2013, de forma que se chegará ao capítulo 4 com o objetivo de buscar alguns sentidos comuns e suas tensões, que se manifestaram naquele Junho.

CAPÍTULO 2 – ESQUERDA³⁴

Seguindo o exposto anteriormente, a respeito da divisão provisória entre esquerda e não-esquerda em Junho de 2013, este capítulo irá tratar das experiências e perspectivas da esquerda nos protestos em Belo Horizonte. Conforme explicado na seção de metodologia, serão adotados: (i) literatura secundária sobre Junho de 2013 e os movimentos sociais que existiam na cidade antes dos protestos; (ii) a coleta de alguns dados em plataformas virtuais sobre os eventos e movimentos sociais posteriores a Junho, sobre os quais há menos literatura disponível.

Para conhecer melhor o contexto no qual Junho de 2013 irrompe em Belo Horizonte, serão apresentados alguns conflitos e reivindicações centrais na cidade, identificados com esse campo de esquerda. Em seguida, passa-se para uma reconstrução dos dias dos protestos de 2013, para se compreenderem os fluxos e embates ocorridos naquele período curto e intenso. Finalmente, serão abordados, ainda que de forma breve, os fluxos e refluxos posteriores a Junho neste campo.

2.1. Antes de Junho de 2013

A esquerda de Belo Horizonte, antes de Junho de 2013, fervilhava. Em uma construção política que se distanciava das formulações clássicas da hegemonização petista, iniciativas fortemente marcadas pela cultura e pela relação com o urbano se constituíam e se relacionavam na cidade (ALBUQUERQUE, 2013; BERQUÓ, 2016; OLIVEIRA, 2012; RENA, BERQUÓ, CHAGAS, 2013; VELOSO, 2017). Como se verá, a oposição às políticas de higienização e outras medidas voltadas para a realização da Copa do Mundo na cidade, adotadas pelo Prefeito de Belo Horizonte, deu forte substrato para a articulação de coletivos que se marcavam pela busca de construções políticas horizontalizadas, lúdicas e, ao mesmo tempo, disruptivas (SANTOS, 2016; DOMINGUES, 2016). Também nas causas do direito à cidade, a luta pela moradia de organizações de orientação marxista-leninista ocupou um espaço deixado pelas criticadas políticas de habitação do governo federal petista (BITTENCOURT, 2017; SILVA, 2012; NASCIMENTO, 2016). Finalmente, compondo este quadro, estavam também, nas ruas,

³⁴ Agradeço aos integrantes do projeto de pesquisa *Transformações do ativismo no Brasil: junho de 2013 em perspectiva comparada* (CAPES) pelas considerações no texto original sobre Junho de 2013, em Belo Horizonte, que deu bases para este capítulo, e que me incentivaram a continuar os caminhos que levaram a esta dissertação.

as reivindicações relativas ao gênero e sexualidade (MACHADO, PRADO, 2009; BARRETO, MAYORGA, GROSSI, 2017).

A criatividade e o questionamento às experiências organizativas tradicionais traziam potência para a esquerda belorizontina, situada à esquerda do PT, seja por características ideológicas, voltadas para o marxismo e para o anarquismo, seja por criticar diretamente políticas desenvolvidas pelo governo federal. Assim, os protestos de Junho de 2013 não ocorreram em um vazio político, embora a espontaneidade tenha sido mobilizada na sua forma organizativa e nos momentos de expansão do conflito político. Por isso, é importante conhecer alguns fatos anteriores a Junho em BH, elementos das disputas políticas da sociedade civil, os quais serão apresentados nesta seção.

Belo Horizonte chega a Junho de 2013 no segundo mandato de Antônio Anastasia (PSDB, 2010-2014), sucessor de seu correligionário Aécio Neves (PSDB), que também governou o Estado de Minas Gerais por dois mandatos consecutivos (2003-2010). No município, o ano de 2013 marca o começo do segundo mandato do prefeito Márcio Lacerda (PSB, 2009-2016). Em relação a seus governantes, três lutas populares são importantes para se chegar à análise de Junho de 2013: no Estado, as mobilizações de professores da rede estadual de educação; no Município, a Praia da Estação e o movimento Fora Lacerda. Outras cinco reivindicações também são centrais para delimitar o contexto local no qual se insere Junho, seja por serem temas que ganharam relevo ao longo dos protestos, seja porque elas evidenciam os atores e as demandas que passam a compor o grupo de esquerda então articulado. São elas: o carnaval de rua, as ocupações urbanas, a mobilização contra os impactos da Copa do Mundo de 2014, as reivindicações relativas a gênero e sexualidade e a luta pelo transporte público.

A seguir, passa-se à apresentação dessas reivindicações e articulações políticas.

2.1.1. A Praia da Estação³⁵

A Praça da Estação, nome dado à Praça Rui Barbosa, está localizada no hipercentro da cidade de Belo Horizonte, onde se encontra a entrada para a Estação Central de metrô e de trem do município. A partir do final da década de 1990, iniciaram-se projetos de requalificação do

³⁵ Toma-se a Praia da Estação como primeira reivindicação a ser estudada, por ela ser um marco simbólico de referência entre militantes, mas, também, por trazer em sua experiência elementos amadurecidos do que se constitui as reivindicações de esquerda que serão analisadas aqui. Para conhecer algumas lutas que antecederam a Praia da Estação, cf: Oliveira, 2012 e Ricci e Arley, 2014.

espaço: em 2004, o então prefeito da cidade, Fernando Pimentel (PT), terminou uma reforma da praça (ALBUQUERQUE, 2013, p.13). Esse processo de requalificação, entendido por muitos como higienização do espaço, foi seguido por seu sucessor, Márcio Lacerda (PSB): “[ele] foi responsável, já no início de seu primeiro mandato, por uma série de medidas urbanísticas de cunho nitidamente ‘higienista’ – voltadas para a construção de uma cidade pretensamente ‘ideal’ ao investimento empresarial” (BERQUÓ, 2016, p.25)³⁶. No fim do ano de 2009, como parte dessa série de medidas, Lacerda publicou o Decreto Municipal nº 13.798/2009 (BELO HORIZONTE, 2009), o qual proibia a realização de “eventos de qualquer natureza” na Praça da Estação:

Duas justificativas foram apontadas no texto do documento: a dificuldade em limitar o número de pessoas e garantir a segurança pública; e a depredação do patrimônio verificada nos últimos eventos realizados. Como resposta à proibição, ainda no mês de dezembro, começou a circular pela Internet uma chamada anônima para o protesto “Vá de branco”, que convocava os cidadãos belo-horizontinos a se manifestar – devidamente trajados de branco – contra a proibição (ALBUQUERQUE, 2013, p.13-14).

Após o primeiro evento contrário ao decreto da prefeitura, em que os participantes foram à Praça da Estação vestidos de branco, no dia 07 de janeiro de 2010, os debates continuaram de forma virtual e, em uma lista aberta de *e-mails*, foi proposta a realização de um novo protesto: uma praia na Praça da Estação. “O tom da manifestação é bastante explícito: trata-se de um protesto festivo, em que os manifestantes são incitados a trazer roupas de banho, instrumentos de percussão e viola para debater sobre a proibição do prefeito” (ALBUQUERQUE, 2013, p.16). A manifestação foi assim realizada, com cerca de 300 presentes, de forma descontraída. Na ausência de mar e “como as fontes da praça não foram ligadas, os presentes dividiram o aluguel de um caminhão-pipa, que já estava de sobreaviso para representar o mar e refrescar os banhistas de BH” (ALBUQUERQUE, 2013, p.19).

As Praias, nome curto que acabou se tornando referência desses protestos, continuaram acontecendo semanalmente até maio daquele ano, convocadas, majoritariamente, via *internet* e articuladas em ambiente virtual e em reuniões presenciais realizadas na própria Praça da Estação (ALBUQUERQUE, 2013, p.22). Em maio, também, ocorreu a revogação do decreto proibitivo e, até setembro de 2010, os debates entre os envolvidos ficaram arrefecidos. No entanto, devido a outras pautas locais, os atores são rearticulados e começa um movimento para

³⁶ Essa crítica ao prefeito Márcio Lacerda será importante para a formação do movimento Fora Lacerda, a ser abordado em seguida.

“ampliar as reivindicações da Praia para além do decreto e multiplicar as formas de ação para além da ocupação praieira em si.” (ALBUQUERQUE, 2013, p.24-25).

Oliveira (2012) sistematizou a composição política deste conjunto de atores da seguinte maneira:

1- Campo libertário: Jovens ativistas participantes de coletivos, iniciativas e movimentações que produziam ações coletivas contestadoras sobre a problemática da cidade. [...] a gênese da Praia da Estação tem a ver com a ação e influência desses jovens ativistas. Os jovens pertencentes a essa categoria representaram um setor minoritário na composição da Praia da Estação, a despeito da intensidade e visibilidade de seus posicionamentos no interior da movimentação.

2- Campo Cultural: Jovens atores e atrizes, participantes de grupos culturais — bandas e grupos vários, produtores e gestores culturais etc.

3 - Cidadãos engajados: Jovens e indivíduos que não se encaixam nas categorias anteriores e que vislumbraram na experiência da Praia da Estação uma oportunidade de participação em uma movimentação social. Agrupamos nessa categoria tanto indivíduos com experiência prévia de movimentação, quanto indivíduos que se identificaram com a movimentação praieira e se tornaram ativistas a partir dela.

4 - Banhistas: Agrupamos nessa categoria jovens e indivíduos que participaram da Praia da Estação motivados fundamentalmente pelas possibilidades criadas de encontro, festa, lazer etc. Eram os frequentadores eventuais ou não da movimentação e que não possuíam o ativismo e a contestação social como motivações de primeira ordem para participarem (OLIVEIRA, 2012, p.152-153).

A Praia, fruto dessa articulação, foi “construída em uma recusa à lógica de representação que rege esses movimentos e que os banhistas dizem rechaçar, fundando-se na horizontalidade, na ausência de lideranças e no anonimato como forma de organização coletiva” (ALBUQUERQUE, 2013, p.34). Esses princípios e formas de organização, bem como a aproximação entre os campos libertário, cultural e pessoas independentes, voltam a ocorrer em outras organizações políticas relacionadas a Junho de 2013, como se verá no Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (COPAC) e na Assembleia Popular Horizontal (APH), que serão tratados em momentos específicos neste trabalho. Contudo, nessas duas últimas organizações, e em outras articulações posteriores a Junho, deve-se adicionar o campo marxista e marxista-leninista.

Albuquerque menciona alguns eventos de “mote praiano” ocorridos a partir da Praia ou de seus articuladores, os quais passavam pelos temas da cultura, do direito à cidade, das periferias urbanas, da mobilidade urbana, da Copa do Mundo, das ocupações urbanas e da gestão da cidade pelo prefeito Márcio Lacerda³⁷. Assim, percebem-se temas alinhados com a questão da “gestão do espaço público, dos direitos humanos e à política (formal e informal) em Belo Horizonte” (ALBUQUERQUE, 2013, p.29).

³⁷ Uma lista detalhada desses eventos é tratada em Albuquerque, 2014, p.26-29.

A autora identifica dois eixos centrais na Praia da Estação: “a *ocupação dos espaços urbanos* (relacionada a um gesto simbólico de apropriação) e a *articulação em rede* (associada a princípios como a horizontalidade e o anonimato)” (ALBUQUERQUE, 2013, p.12). Além desses, entende-se ser necessário frisar a resistência lúdica, uma vez que o cenário cultural é de grande importância na política de Belo Horizonte³⁸. As expressões culturais se conectam com as formas de lutas urbanas aqui colocadas e com os debates sobre os usos da cidade e suas formas de exclusão social, sendo que a Praia da Estação é um marco nessas formas de resistência como “um ato festivo. O seu escopo, bastante aberto, era o de aglomerar múltiplas formas de manifestação cultural (oficinas, shows, performances e qualquer outra ação que os participantes se dispusessem a realizar) de forma a fazer frente à proibição da Prefeitura” (BERQUÓ, 2016, p.129). Nesse sentido:

A Praia provou possível experimentar o asfalto enquanto mar e o espaço público, controlado por interesses privados, não como lugar instituído, mas enquanto palco de afetos e trocas instituintes. A partir disso foi possível vislumbrar, por meio da experiência, o devir comum dos territórios públicos e, se não plantou-se semente, desencadeou-se rizoma, que como erva-daninha fez surgir inúmeras multidões criativas na cidade a partir de então (RENA, BERQUÓ, CHAGAS, 2013, p.81).

A Praia da Estação, certamente, é uma referência para as atuações de diversos grupos da cidade e é uma marca fundamental e formadora de uma ala da esquerda belo-horizontina que atuou com relevância em Junho de 2013. Berquó também a relaciona com a Ocupação da Câmara em 2013³⁹, A Ocupação⁴⁰ e com o Espaço Comum Luiz Estrela⁴¹ (BERQUÓ, 2016, p.134), os quais ainda serão mencionados ao longo deste capítulo. Além deles, citam-se o movimento Fora Lacerda, o carnaval de rua e o COPAC, que serão tratados na sequência, e o Tarifa Zero BH⁴². A resistência horizontalizada via ação direta lúdica e ocupação do espaço público é marca de Belo Horizonte e a Praia tem muito de contribuição para isso.

³⁸ Para uma análise específica deste campo, cf. Berquó, 2016.

³⁹ A Ocupação da Câmara de 2013 ocorreu ao final das manifestações de Junho de 2013 e será tratada posteriormente.

⁴⁰ Ato cultural colaborativo realizado, a princípio, na região do Viaduto Santa Tereza e que teve uma série de edições entre, principalmente, 2013 e 2014. Para saber mais, cf. Berquó, 2016.

⁴¹ Ocupação cultural em uma casa em Belo Horizonte, realizada em outubro de 2013, para formação e expressão cultural popular. Para saber mais, cf. Mayer, 2015.

⁴² Movimento social originado durante os protestos de Junho de 2013 em defesa da efetivação da mobilidade urbana como direito social e da gratuidade universal do transporte público no momento de seu uso. Para saber mais, cf. Veloso, 2017 e Domingues, 2016.

2.1.2. O movimento Fora Lacerda

Gestado a partir das oposições ao governo da prefeitura de Márcio Lacerda, o movimento Fora Lacerda passa a atuar na cidade de Belo Horizonte com uma composição suprapartidária a partir de julho de 2011, tendo dentre seus atores vários daqueles que participavam, organizavam e conduziam a Praia da Estação (ALBUQUERQUE, 2013, p.58).

Se em alguma medida o Fora Lacerda nasce da Praia da Estação (do descontentamento com as ações do prefeito e dos canais criados para criticar e protestar contra suas práticas de gestão), ele ao mesmo tempo amplia e reverbera sua discussão – não se furtando, por exemplo, a se relacionar com partidos políticos e movimentos sociais tradicionais, aspectos delicados para os banhistas (ALBUQUERQUE, 2013, p.58).

O Fora Lacerda manteve-se relacionado à Praia da Estação, convocando eventos praieiros com temas sintonizados com as agendas políticas do momento (ALBUQUERQUE, 2013, p.29), mas, especialmente, focou-se nas ações voltadas à oposição às medidas do prefeito. O movimento chegou, então, a uma atuação contrária à realização da Copa do Mundo de 2014, de forma aproximada com o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa⁴³. Os dois movimentos surgiram em períodos próximos, mas, segundo Santos (2016), a repercussão imediata do Fora Lacerda teria sido maior:

A isso credito a maior habilidade do movimento com as redes virtuais, produção de material para divulgação e símbolos de identificação: constante atualização da página de *facebook*, nome forte, cor chamativa, reuniões sempre feitas em praças. De ações concretas, fizeram um filtro de foto de perfil de Facebook do próprio movimento e a rede social se encheu de laranja perto das eleições; confeccionaram vários tipos de camisetas e adesivos - #ForaLacerda, #XôMarcio, #SomosTodosLaranja -; e marcaram eventos de lançamento dos “produtos” (SANTOS, 2016, p.22).

Também sobre essa capacidade de comunicação do movimento Fora Lacerda, relacionada com as formas de resistência lúdicas da cidade, entende-se que:

O movimento foi responsável por gerar um verdadeiro ambiente estético de resistência na cidade, em torno do qual criou-se uma nova multidão. A cor laranja, símbolo do movimento, invadiu as redes sociais, presenciais e virtuais, impregnando as camisetas e as fotos de crítica e indignação. Esses procedimentos simbólicos fazem surgir na cidade uma nova potência que, por ser afetiva, escapa à mídia e às agências de publicidade, tornando-se a forma comunicativa da multidão. As pessoas aderem a ela com prazer. E foi assim que, desde então, o movimento gay, representantes de partidos políticos, de sindicatos e outros agentes culturais da cidade coloriram-se, de laranja, em torno de um comum (RENA, BERQUÓ, CHAGAS, 2013, p.82).

Essa articulação de diversos setores de resistência de Belo Horizonte em oposição ao prefeito Márcio Lacerda é um marco importante para se compreender a proximidade de grupos de esquerda que se vinha construindo na cidade antes de Junho de 2013. Mesmo que existissem

⁴³ O COPAC será abordado na seção 2.1.5.

setores críticos a uma mobilização de alguma forma relacionada à política chamada de “institucional”, por dizer respeito às instituições estatais, que geraria polêmicas eleitorais no futuro, o movimento Fora Lacerda conseguia articular as diferenças da esquerda a partir da política lúdica, satírica e combativa. Algo que se aproxima ao que foi abordado sobre a Praia da Estação e que também será marca de outros grupos da cidade.

“O caráter essencialmente estético dos movimentos passa a ser uma das principais características da resistência que vêm se formando na cidade desde a Praia” (RENA, BERQUÓ, CHAGAS, 2013, p.82). Além da estética, estavam as ações de protestos, sendo que o Fora Lacerda levou às ruas três Marchas Fora Lacerda. A primeira Marcha ocorreu no dia 24 de setembro de 2011, quando os manifestantes saíram da Praça da Liberdade, situada em bairro de elite da cidade, e caminharam até a Praça da Estação, passando pela Prefeitura, onde realizaram uma lavagem da rua com caminhão Pipa. O movimento denunciava o prefeito por mau uso do dinheiro público, com viagens de jatinho fretado; por ter eleito seu filho como presidente da comissão da Copa da Mundo; por suas políticas de higienização social; e por seus elevados gastos com publicidade (FORA LACERDA, 2011). Dando sequência, e agora com enumeração no nome do evento, a 2ª Marcha Fora Lacerda foi realizada em 12 de dezembro do mesmo ano, dia do aniversário da cidade de Belo Horizonte, e contou com a parceria do COPAC, que realizou a entrega do Dossiê Nacional da Copa⁴⁴ à Prefeitura durante o ato (DOMINGUES, 2016, p.46). Por sua vez, a 3ª Marcha Fora Lacerda foi realizada em ano eleitoral, no dia 01 de setembro de 2012 (AMES-BH, 2012).

Depois das eleições municipais de 2012, na qual o prefeito saiu vitorioso em primeiro turno para reeleição, o movimento acabou se dissolvendo. Contudo, vários de seus atores e de suas discussões estavam presentes em Junho de 2013 e em outras organizações, repercutindo a experiência do Fora Lacerda.

2.1.3. As ocupações urbanas

Tratando do direito à moradia digna, as ocupações urbanas são parte relevante das lutas sociais da cidade de Belo Horizonte. Pelo menos, duas organizações que atuam na construção e fortalecimento delas estiveram envolvidas com Junho de 2013, são elas as Brigadas Populares (BP) e o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB).

⁴⁴ Para acessar o Dossiê, cf. ANCOP, s/d.

Primeiramente, as Brigadas Populares surgiram em Belo Horizonte, em 2005, e tomaram dimensão nacional, a partir de 2012. No sentido de formulações políticas, a organização tem como objetivo “contribuir com a edificação de uma pátria soberana e socialista”, tendo como diretriz o nacionalismo revolucionário (BRIGADAS POPULARES, 2011, s/p). Segundo Bittencourt (2017, p.61-62), “as Brigadas Populares se identificam como organização política de novo tipo, a partir de dos (sic) pressupostos gerais do marxismo e leninismo, mas a partir de uma leitura contemporânea e heterodoxa, assumindo a influência de vários outros autores e teóricos”. Parte da entidade é a frente de trabalho de Reforma Urbana, a qual tem fomentado e defendido as ocupações urbanas, pela qual ganhou relevo em Belo Horizonte, “fazendo contraponto ao consenso das políticas institucionais petistas e aos marcos do planejamento estratégico que se alçavam sobre a cidade de Belo Horizonte” (BITTENCOURT, 2017, p.64).

Quanto ao Movimento de Luta nos Bairros Vilas e Favelas, ele também surgiu em Belo Horizonte, em 1999, mas teve sua primeira ocupação organizada no Recife, em 2002, e atua em treze estados brasileiros (SILVA, 2012, p.71; MLB, 2014). É um movimento social ligado ao Partido Comunista Revolucionário, o qual se divide em movimentos de bairro, sindical e estudantil, de filiação marxista-leninista (SILVA, 2012, p.71). Assim, o MLB entende que a reforma urbana só seria possível com a superação da sociedade capitalista, “uma vez que os próprios exemplos demonstram que as políticas atuais caracterizam-se essencialmente pela construção de casas populares e não de emancipação dos indivíduos” (SILVA, 2012, p.72).

Ambas as organizações, então, partem de matrizes marxistas-leninistas e são críticas às políticas de moradia e urbanização adotadas pelos governos petistas na gestão nacional. Isso é importante na composição do espectro de esquerda que se uniu nas manifestações de Junho de 2013, em Belo Horizonte. Até aqui, percebemos a aproximação de militantes libertários, marxistas-leninistas, indivíduos de esquerda independentes, integrantes do campo cultural e militantes da Praia da Estação e do Fora Lacerda.

Algumas ocupações urbanas merecem menção, ainda que breve, nesta contextualização. Bittencourt (2017, p.18) identifica a ocupação Camilo Torres como marco de começo das lutas recentes de ocupação da terra urbana em Belo Horizonte, que ocorreu no Barreiro, em 2008. “Ela é seguida da Ocupação Dandara, experiência em maior escala, que definitivamente consolida esse paradigma de conquista do direito à moradia e à cidade, angariando ampla legitimidade na sociedade e demarcando a sua disputa política” (BITTENCOURT, 2017, p.18). A Ocupação Dandara, iniciada em 2009 no Bairro Céu Azul, foi organizada pelas Brigadas

Populares e, ao longo da disputa por sua consolidação, contou com suporte técnico de advogados e arquitetos voluntários, que atuavam junto aos moradores, criando uma parceria com setores universitários (NASCIMENTO, 2016, p.155-156).

Além dos atores universitários, as ocupações urbanas tiveram a capacidade de aglutinar diversos atores políticos, em especial nos momentos de começo de ocupações, quando doações e presença de apoiadores são essenciais para sua consolidação, e em momentos de risco de despejo. Bittencourt (2017, p.122) narra a formação de uma rede de centenas de pessoas e dezenas de entidades em torno da mobilização da Dandara, a qual seria acionada em outros momentos e locais, como na tentativa de despejo da Ocupação Zilah Spósito/Helena Greco, primeira a se constituir na região do Isidoro, na fronteira norte de Belo Horizonte.

Em 2010, ocorre a expansão da ocupação Camilo Torres para a formação da ocupação Irmã Dorothy e, a duas quadras de distância, forma-se, em 2012, a ocupação Eliana Silva, organizada pelo MLB (NASCIMENTO, 2016, p.156). A primeira ocupação Eliana Silva foi despejada depois de 20 dias de posse sobre o terreno, mas o MLB “instaura nova apropriação de imóvel ocioso, cerca de quatro meses após o despejo, no dia 25 de agosto de 2012” (BITTENCOURT, 2017, p.133).

Em maio de 2013, na região do Isidoro, ao norte de Belo Horizonte, surge a Ocupação Rosa Leão, seguida da Ocupação Esperança, ao seu lado, em junho. Compondo as proximidades das primeiras, em julho, é realizada uma terceira ocupação, a Vitória (NASCIMENTO, 2016, p.156). Apesar de sua proximidade no tempo com as manifestações de Junho aqui analisadas, Bittencourt (2017, p.157) relaciona o surgimento dessas ocupações mais aos processos de resistência da Ocupação Zilah Spósito/Helena Greco, na mesma região, do que aos protestos. Mesmo sem a identificação das origens das ocupações especificamente com Junho, é possível dizer que a resistência contra seu despejo, no meio do ano de 2014, contou com o acionamento da rede de apoiadores e a formação da luta conhecida como #ResisteIzidora⁴⁵, que tem como referência o campo político mobilizado em Junho e nos antecedentes aqui analisados.

⁴⁵ Rede de apoio às ocupações da região da Izidora, que estava ameaçada de despejo em meados de 2014. Cf. Bittencourt, 2016, cap.7.

2.1.4. O carnaval de rua de Belo Horizonte

Belo Horizonte era tida como uma cidade pacata no carnaval. Se seus moradores quisessem aproveitar a folia, era necessário que fossem para outras cidades, como o interior mineiro ou outras cidades tradicionais, como o Rio de Janeiro e Recife/Olinda. Até existiam alguns blocos tradicionais, mas um processo de criação de blocos independentes de carnaval, com dimensões políticas, só se inicia entre 2009 e 2010.

Em 2009, surgem “o Bloco Tico Tico Serra Copo (nascido no bairro Serra e levado, posteriormente, a locais da cidade tomados por conflitos territoriais) e o Bloco do Peixoto (no bairro Santa Efigênia)” (BERQUÓ, 2016, p.164). Já em 2010, começa um processo de expansão de blocos, citando-se, como relevantes para este trabalho, o Bloco da Praia da Estação, o Então Brilha!, o Mamá na Vaca e os Filhos de Tcha Tcha (BERQUÓ, 2016, p.164), que fazem parte de um circuito carnavalesco que mobiliza foliões de esquerda, a partir de discursos de ocupação do espaço público e da festa como forma de resistência e ressignificação do urbano. “Sua articulação apartada das instâncias oficiais de poder, divulgação via *internet* e perfil crítico frente à administração pública, além do caráter de ocupação da cidade, fazem com que o Carnaval comece a ser apontado como parte das mobilizações políticas de Belo Horizonte” (D’ANDREA, ZILLER, 2014a, p.12). Com essas características de contestação do poder público municipal, de forma lúdica e de reivindicação do espaço público, a Praia da Estação ganha uma relevância nesse processo:

A discussão em torno do carnaval de rua de BH e a formação de novos blocos independentes também se imiscuiu às Praias, sendo que, a partir de 2011, os blocos passaram a ensaiar aos sábados, durante as manifestações. Foi criado ainda um bloco da Praia da Estação, que desfilou em 2010, 2011, 2012 e 2013 durante o carnaval na cidade (ALBUQUERQUE, 2014, p.27).

As pautas dos grupos se misturaram com os blocos e trajetos, tendo ocorrido cortejos em ocupações urbanas, vilas, favelas e bairros periféricos, por exemplo. Também, originados durante a administração do prefeito Márcio Lacerda, relacionam-se com as pautas contra suas políticas higienistas e do direito à cidade⁴⁶. Assim, outro espaço frequentemente ocupado pelo carnaval de rua, em relação com outras lutas culturais e urbanas, é o baixio do Viaduto Santa Tereza, que passava por propostas de reformas e retirada de suas expressões culturais tradicionais. Localizado próximo à Praça da Estação, o eixo entre ela e o Viaduto formava um espaço de resistência e, durante o carnaval, fazia parte dos percursos de alguns blocos, inclusive

⁴⁶ Para conhecer algumas das formulações desses blocos do carnaval de rua de Belo Horizonte, cf. Carnaval de Rua BH, s/d (<https://www.facebook.com/carnavalderuaBH/>).

o bloco da Praia da Estação (BERQUÓ, 2016). “A festa carnavalesca torna-se, assim, em grande medida, uma expansão da tentativa destes movimentos [urbanos e culturais] de promover, por meio da festa, formas mais democráticas de apropriação dos espaços públicos da cidade” (BERQUÓ, 2016, p.165).

O carnaval de rua de Belo Horizonte tem crescido a cada ano. Com o aumento de suas proporções, tem-se visto a ampliação de formas comerciais da festa e a manutenção, não sem conflitos, dos blocos voltados para a resistência lúdica, identificados com o *slogan* “carnaval de rua e de luta”. Dentro da disputa dos próprios sentidos do carnaval, esses blocos entendem que:

Ano a ano o carnaval de Belo Horizonte vem se reinventando com blocos desejosos por liberdade, respeito às minorias e também por um lugar de encontro de várias lutas que seguem acontecendo na capital ao longo do ano, construído por pessoas (e não por empresas) e pra todo mundo, sem cordão, sem abadá, a maioria deles sem patrocínio, como um movimento de resistência e luta através de manifestações culturais das mais diversas (CARNAVAL DE RUA BH, 2017).

É em um cenário de fortalecimento das expressões de resistência no carnaval que ocorre Junho de 2013, dando força para a ideia de ocupação do espaço público, da ressignificação do espaço das ruas e para os grupos culturais e os aqui identificados como marxistas libertários.

2.1.5. O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte

Mencionado em seções anteriores, o Comitê Popular dos Atingidos pela Copa de Belo Horizonte (COPAC) é ator central em 2013. Vindo de uma preocupação advinda dos impactos negativos da realização da Copa do Mundo na África do Sul, ainda no ano de 2010 iniciou-se uma articulação pela criação de comitês nas doze cidades-sede da Copa no Brasil, dentre eles o de Belo Horizonte, os quais posteriormente se articularam na Associação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP). Os grupos buscavam uma construção nacional em defesa dos atingidos pela Copa, com uma antecipação temporal à realização do megaevento, para tentar evitar grandes danos à população (DOWBOR, SWAKO, 2013, p.47-48; RICCI, ARLEY, 2014, p.134-135; DOMINGUES, 2016, cap.2). A respeito dos objetivos do movimento, o COPAC narra em seu site que “inicialmente focávamos em minimizar os impactos negativos da Copa e na garantia de direitos básicos. Hoje nosso foco principal é o cancelamento dos contratos relativos a Copa, suspensão das leis inconstitucionais e consequente cancelamento do evento” (COPAC b, s/d). Essa mudança de foco, de minimização de danos para cancelamento da Copa,

ocorreu devido à grande força que o movimento ganhou com as manifestações de Junho de 2013, passando a defender o *slogan*, difundido naquela ocasião, “não vai ter Copa”.

Em Belo Horizonte, os primeiros integrantes do COPAC convidaram diversas organizações e indivíduos para participar das reuniões, sendo que na primeira havia uma grande diversidade de pessoas e, de princípio, algumas discordaram da proposta e abandonaram a construção (DOMINGUES, 2016, p.42-43). Mesmo assim, a integrante do movimento, Mariana Santos (2016, p.19-20), narra a presença frequente de uma pluralidade de perfis, como o MLB, as Brigadas Populares, os barraqueiros do Mineirão⁴⁷, grupos de pesquisa e extensão da UFMG, estudantes e pessoas independentes. Deve ser adicionada a essa lista a presença de integrantes do PSOL, de anarquistas e participantes da Praia da Estação (DOMINGUES, 2016, p.38). Aqui é possível perceber, então, uma mistura de atores e pensamentos marxista, marxista-leninista e libertário, bem como outras formas de identidade de esquerda, como o campo da cultura e outras mais heterodoxas, em especial nos setores independentes.

Uma das formas principais de trabalho do COPAC foi a articulação e organização dos atingidos pela Copa, buscando fornecer a “esses setores e grupos sociais [os] recursos necessários para fazer valer e salvaguardar seus direitos fundamentais face às ações do poder público e das empresas privadas” (COPAC a, s/d). Tal articulação com atingidos dava ao COPAC uma inserção direta nas demandas dos grupos violados pela realização da Copa, organizando ações em torno de suas necessidades concretas. Essa lógica de rede ia além dos atingidos, envolvendo outros grupos da cidade, o que dava força ao COPAC nos momentos de maior necessidade. Assim, mesmo que não fossem muitas as pessoas que realizavam suas ações cotidianas, sua organização em rede permitia que o número se expandisse em situações mais críticas (DOMINGUES, 2016, p.41).

O movimento era aberto, horizontal, sem lideranças e com poucas estruturas formais, o que evidencia a influência do pensamento libertário na sua organização, inclusive pela presença de atores autonomistas e anarquistas que se envolveram em suas mobilizações. Atores esses presentes, como se viu também, na Praia da Estação e no apoio das ocupações urbanas, por exemplo, dando relevo aos princípios organizativos no campo político aqui em foco. A abertura caracterizou-se, no COPAC, pela possibilidade de entrada e saída dos integrantes sem barreiras

⁴⁷ Trabalhadores que vendiam comida e bebida no entorno do Mineirão nas ocasiões de jogos e outros eventos, organizados pela Associação dos Barraqueiros do Entorno do Mineirão. Um dos impactos da Copa do Mundo em Belo Horizonte foi a retirada desses trabalhadores do espaço em que ficavam, devido às obras e a mudanças na gestão do estádio.

a priori. Quem tivesse interesse de compor o movimento poderia participar das reuniões, que eram divulgadas *online* e realizadas em locais públicos, e teria a mesma possibilidade, ao menos formalmente, de fala e deliberação (DOMINGUES, 2016). As tarefas eram “delegadas voluntariamente e as decisões feitas por votação em representação direta” (SANTOS, 2016, p.20). A horizontalidade também era considerada essencial para o movimento, no qual não se seguia uma lógica hierárquica ou de lideranças, mas, sim, uma simetria para propor e executar ações. Quanto às estruturas formais, “o Comitê se dividia em três frentes: Agitação e Propaganda, Mobilização e Articulação e Mapeamento e Elaboração” (SANTOS, 2016, p.20).

Antes de Junho, o COPAC desenvolveu uma série de ações na cidade, com elementos combativos, lúdicos e de conhecimento técnico acerca dos impactos da Copa na cidade, priorizando a ação conjunta com os atingidos⁴⁸. Dentre eles, mencionam-se, rapidamente: a realização de manifestações em conjunto com atingidos e com o Movimento Fora Lacerda; a ocupação da sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, visando a denúncia contra as obras para a Copa e as atuações repressoras do poder público sobre comunidades vulneráveis; a realização de intervenções lúdicas no espaço público, como a Copelada, entendida como um torneio de futebol popular, que diferente da Copa do Mundo, seria aberto e democrático; a elaboração de pareceres técnicos e a adoção de medidas judiciais em parceria com órgãos como o Ministério Público, a Defensoria Pública e o coletivo de advocacia popular Margarida Alves (RICCI, ARLEY, 2014; COPAC a, s/d; SANTOS, 2016; DOMINGUES, 2016).

Como será desenvolvido na abordagem específica dos acontecimentos em Junho de 2013 (seção 2.2), a ANCOP se preparava, no início de 2013, para a realização de eventos de resistência à realização da Copa das Confederações, sendo surpreendida pelas dimensões das manifestações que o mês dos jogos trouxeram (SANTOS, 2016; DOMINGUES, 2016). Tendo em vista o contexto da Copa das Confederações e a legitimidade que o COPAC tinha na mobilização contra a Copa do Mundo, além de abranger diversas forças da esquerda belo-horizontina, o comitê teve grande importância nas manifestações de 2013.

⁴⁸ Um histórico de ações desenvolvidas pelo COPAC é tratado em Domingues, 2016.

2.1.6. As reivindicações de gênero e sexualidade

As lutas do campo de gênero e sexualidade são essenciais para se pensar a esquerda contemporânea e elas trazem suas complexidades próprias, vindas de perspectivas heterogêneas do que se constitui a igualdade de gênero e a liberdade sexual e das táticas a serem adotadas na busca desses objetivos. Por um lado, no que diz respeito a políticas e garantia de direitos, existiram alguns avanços neste campo, podendo ser citadas: a promoção do Programa Nacional de Direitos Humanos, que deu espaço para a atuação em instituições governamentais por feministas e ativistas de movimentos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTT); as decisões do Supremo Tribunal Federal para o reconhecimento da união estável de casais do mesmo sexo, em 2011, e o reconhecimento da legalidade da interrupção da gravidez de feto anencefálico, em 2012 (MACHADO, 2018, p.10-12). Por outro lado, os movimentos de reação na sociedade contra esses avanços já estavam presentes antes de Junho de 2013 e, agora, têm ganhado mais espaço (MACHADO, 2018).

D’Andrea e Ziller (2014a, p.12) identificam como parte dos movimentos antecedentes de Junho de 2013 em Belo Horizonte, as Paradas do Orgulho LGBTT e a Marcha das Vadias, os quais serão brevemente tratados aqui. As Paradas do Orgulho LGBTT remontam a uma articulação mais tradicional de reivindicações de direitos e visibilidade de gênero e sexualidade, que não deixa de se atualizar em seus temas e incluir novos atores e demandas (como é perceptível nas próprias mudanças na sigla de identificação do movimento). Nesse sentido, as Paradas vêm ganhando maior força e visibilidade desde, pelo menos, 2003 da América Latina:

As Paradas, como evento estratégico da visibilidade homossexual, interpelam os mecanismos sociais e institucionais de inferiorização social e discriminação sofrida pela população homossexual na sociedade brasileira, transformando a condição de vida desta população em tema público de discussão, debate e reflexão para o Estado e para a Sociedade Civil. Nesse sentido, a “Parada GLBT” tem se revelado uma importante ação coletiva de cunho político, enquanto instrumento de participação social e política de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros na sociedade contemporânea, através da visibilidade que conquistou no espaço público e das questões que através dela emergem como tematizações da própria sociedade brasileira (MACHADO, PRADO, 2009).

Segundo Machado e Prado, a articulação das Paradas na cidade de Belo Horizonte tem especificidades que são interessantes para este trabalho. Primeiramente, elas foram inauguradas e dirigidas por sete anos por um movimento de lésbicas: a Associação Lésbica de Minas (ALEM - esse grupo também esteve presente na articulação da Marcha das Vadias). Em segundo lugar, os autores identificaram um padrão de realização das Paradas, em outras cidades, centralizado por uma única organização, enquanto, em Belo Horizonte, “todo o processo de organização e

deliberação tem sido desenvolvido pela Associação da Parada do Orgulho Homossexual de Belo Horizonte que é constituída por cinco ONGs [Organizações Não Governamentais]” (MACHADO, PRADO, 2009, p.08). Assim:

Este é um grupo bastante heterogêneo, com integrantes com concepções totalmente diferentes de política, de sociedade, de democracia e até mesmo de “homossexualidade”, trabalhando, dividindo tarefas e tomando decisões democraticamente. Esse processo de democratização não se faz sem restos, surgindo conflitos e diferenças que, por sua vez, geram novas posições de poder e novas alianças. Esses conflitos e diferenças implicam em concepções diversas sobre as estratégias de embate político (MACHADO, PRADO, 2009, p.08).

Para além da experiência de articulação, buscando decisões conjuntas, mesmo que perante conflitos de perspectivas, a Parada remonta, também, às ideias de ocupação do espaço público mediante experiências festivas, a colocação do corpo invisibilizado e, muitas vezes, violentado, como a própria forma de contestação e reivindicação por direitos. Essa experiência corpórea e lúdica dialoga com outras manifestações já apresentadas, como a Praia da Estação e o carnaval de rua, e, também, com a Marcha das Vadias, que será tratada agora.

A Marcha das Vadias ocorre em diversas cidades ao redor do mundo, tendo surgido em janeiro de 2011 em Toronto, no Canadá, questionando uma fala de um policial que, frente a uma série de estupros na Universidade de Toronto, declarou que as mulheres não deviam se vestir como “vagabundas” para não serem violentadas. A tomada de ruas protagonizada por mulheres coloca em questão o que significa ser vagabunda, ou vadia, e reivindica a liberdade das mulheres sobre seus corpos. A ideia de autodeterminação das formas de vestir e se relacionar sexualmente, independente de idade e aparência, ressignifica o termo “vadia”, de forma que nenhuma mulher pode ser violentada ou discriminada por ser quem ela é (BARRETO, MAYORGA, GROSSI, 2017, p.02). Parte da performance na Marcha das Vadias é expressar essas demandas a partir do próprio corpo, buscando ao mesmo tempo evidenciar os estereótipos sobre o corpo feminino e desobjetificá-lo. Assim, algumas formas empregadas são escrever frases em partes do corpo, estar nua ou semi-nua e vestir-se a partir de estereótipos de vadia.

Especificamente em Belo Horizonte, a Marcha das Vadias tem sua primeira edição também em 2011 e Barreto, Mayorga e Grossi chamam a atenção para o contexto em que ela ocorre: nas disputas de movimentos sociais urbanos contra as políticas promovidas pelo prefeito Márcio Lacerda. “A Marcha das Vadias surge nesse ambiente, integrando-se aos movimentos de ocupação da cidade e de questionamento dos usos do espaço urbano, o que pode ser

ressaltado inclusive pela escolha de trajeto da [primeira] passeata, terminando na Praça da Estação” (BARRETO, MAYORGA, GROSSI, 2017, p.02).

A Marcha das Vadias traz, também, elementos contemporâneos da ação coletiva, em especial sua realização por coletivos descentralizados e autônomos – com alta rotatividade de pessoas envolvidas em cada edição – e uma forte articulação vinda de plataformas digitais.

É um movimento novo e de grande visibilidade, que acaba por atrair interesse entre feministas e também entre mulheres em geral, levando um grande número de pessoas às ruas. Sem diretrizes claras ou uma organização formal o movimento também congrega uma diversidade de atrizes e atores, que o procuram com diversos objetivos e perspectivas (BARRETO, MAYORGA, GROSSI, 2017, p.02).

Assim, é possível dizer que a Marcha das Vadias ganha muita visibilidade na cidade e, dentro deste contexto, é interessante notar as articulações realizadas no campo de esquerda belo-horizontino. Vale pontuar a presença de alguns conflitos na organização da Marcha das Vadias, por exemplo, as tensões existentes quanto à presença de homens nas marchas e em sua organização e as divergências na relação entre as organizações que compunham a Marcha das Vadias e a prostituição, ora se aproximando mais das demandas das prostitutas, ora se afastando (BARRETO, MAYORGA, GROSSI, 2017). Outro conflito existente dizia respeito ao movimento feminista negro, que, por vezes, não se sentia representado na Marcha.

2.1.7. A luta pelo transporte público

É importante compreender o teor da luta pelo transporte público em Belo Horizonte, uma vez que parte relevante das manifestações de 2013 era a demanda contra o aumento tarifário encabeçada pelo MPL de São Paulo. Diferente desta e outras cidades, nas quais o MPL já era atuante em 2013, Belo Horizonte não tinha um movimento articulado em torno da demanda da gratuidade universal no transporte público. Dessa maneira, para compreender o campo de luta pelo transporte público, em BH, deve-se conhecer tanto a formação do MPL e sua breve experiência na cidade, quanto a demanda mais tradicional até Junho de 2013: a luta de estudantes secundaristas por meio-passe ou passe-livre estudantis.

O MPL, que ganhou grande projeção nacional durante Junho de 2013, já vinha acumulando experiências em reivindicações contra aumentos tarifários e pela bandeira da gratuidade universal no transporte público há uma década. O marco da Revolta do Buzu, em 2003, em Salvador, é usado pelo movimento para se compreender a disputa política e social que ele desenvolve: “a Revolta do Buzu exigia na prática, nas ruas, um afastamento dos

modelos hierarquizados; expunha outra maneira, ainda que embrionária, de organização” (MPL, 2013, p.14; também ver DOWBOR, SWAKO, 2013, p.46; VELOSO, 2017, cap.3). Outro marco é a Revolta da Catraca, em Florianópolis, em 2004, que teve como referência a Revolta do Buzu e conseguiu a revogação do aumento tarifário naquela ocasião (MPL, 2013, p.15; DOWBOR, SWAKO, 2013, p.46; VELOSO, 2017, cap.3).

Com esses antecedentes, foi durante o 5º Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em 2005, que o MPL se formou como uma organização de nível nacional, com os princípios de independência em relação a organizações e autonomia nos processos decisórios (VELOSO, 2017, p.264). Conciliando o referencial anticapitalista com a demanda concreta do passe livre, o “MPL surgia então como uma continuidade dos movimentos autonomistas antiglobalização que haviam ganhado força na virada do século e que se organizaram, principalmente, na Ação Global dos Povos” (VELOSO, 2017, p.264).

Em Belo Horizonte, houve uma breve experiência de organização de um MPL local no ano de 2005, vinda da visibilidade e força das manifestações de Salvador e de Florianópolis nos anos anteriores. No fim de junho daquele ano, correram boatos na imprensa de que haveria um aumento nas tarifas de ônibus da cidade, motivo que suscitou a chamada para uma reunião, a criação de uma lista de e-mails do Movimento Passe Livre e a convocação de uma manifestação em 1º de julho, a partir de quando o MPL-BH passaria a se organizar.

O grupo passa a discutir a federalização ao MPL nacional. Em que pese a reivindicação do transporte, percebe-se que os jovens reunidos em torno da sigla MPL-BH estavam muito mais desejosos em discutir a forma de seu movimento, impressionados com uma possibilidade latente de subversão da ordem e construção do novo, do que o conteúdo ou as estratégias para fazer avançar a pauta. Os tópicos que pautam o assunto da forma organizativa são os que mais geram respostas e discussões. É dessa maneira que a principal polêmica no grupo é a presença de bandeiras de partidos e outros movimentos nas manifestações pelo passe-livre (VELOSO, 2017, p.267).

O MPL-BH organizou, ainda, duas manifestações em 2005: uma no dia 25 de agosto, pelo passe livre estudantil e contra um possível aumento e outra no final de dezembro, quando a tarifa foi reajustada; também realizou uma intervenção no dia 26 de outubro, dia nacional de luta pelo passe livre. O grupo organizou comitês locais de luta pelo passe livre na UFMG e no Centro Universitário de Belo Horizonte (UNI-BH), mas o coletivo não sobreviveu ao fim do ano de 2005 (VELOSO, 2017, p.267-268).

Sem a formação de um MPL em Belo Horizonte, as demandas relativas ao transporte público na cidade não chegam tão rapidamente às formulações a respeito de sua gratuidade

universal. No caso dos MPLs que se consolidaram em outras cidades, o contato com a proposta de tarifa zero, ou seja, do financiamento indireto do transporte público, gerando sua gratuidade para todos no momento do uso, iniciou-se em outubro de 2005. Nesta ocasião, Lúcio Gregori⁴⁹, questionou a proposta original do MPL, de passe livre apenas para estudantes, e descreveu a proposta de tarifa zero que ele havia desenhado quando Secretário de Transportes em São Paulo (VELOSO, 2017, p.273). “Aos poucos, a proposta [de tarifa zero] que esteve fora do debate político por 15 anos, volta à pauta em meio ao agravamento da crise de mobilidade [...]” (VELOSO, 2017, p.274).

No caso belo-horizontino, findada a breve experiência do MPL local, as organizações que pautavam o transporte público eram aquelas ligadas às entidades estudantis secundaristas e a demanda central era o meio-passe ou o passe-livre estudantil. Nessas reivindicações, que muitas vezes seriam voltadas para o fortalecimento das próprias organizações, a Associação Metropolitana dos Estudantes Secundaristas da Grande Belo Horizonte (AMES-BH), vinculada ao PCR, foi importante na aprovação da lei de meio-passe estudantil da cidade em 2010. Outras organizações, como o MEPR, a Liga Operária Camponesa, PSTU e a UJS⁵⁰ também faziam parte dos grupos políticos que debatiam a demanda da gratuidade segmentada para os estudantes (VELOSO, 2017, p.271). Com isso, Belo Horizonte chega a Junho de 2013 com a pauta da tarifa zero ainda pouco difundida e amadurecida, apesar de alguns setores, como o universitário, com os debates proporcionados pela Revista PISEAGRAMA, e parte do PSOL-BH levantarem o tema antes dos protestos (VELOSO, 2017, p.272-277).

Ao longo de Junho de 2013 e de seus desdobramentos, ocorreram amplos debates sobre políticas de gratuidade no sistema de transporte público. A controvérsia maior estava entre a proposta tradicional da cidade, das gratuidades voltadas para estudantes, e a proposta de tarifa zero, pelos setores mencionados acima, aos quais se somaram os anarquistas e autonomistas (VELOSO, 2017). De fato, um ator novo que surgiu na cidade, gestado ao longo dos protestos é o movimento Tarifa Zero BH, que passa a defender a gratuidade universal no transporte público⁵¹.

⁴⁹ Lúcio Gregori foi Secretário de Transportes, entre 1989 e 1992, da prefeitura de Luiza Erundina (PT) em São Paulo. Ele fez uma proposta de gratuidade universal no transporte público, batizada de tarifa zero, a partir da municipalização do serviço.

⁵⁰ Siglas de organizações políticas marxistas ou marxistas-leninistas, respectivamente: Movimento Estudantil Popular Revolucionário; Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado; União da Juventude Socialista (juventude do PCdoB).

⁵¹ Sobre o Tarifa Zero BH, cf. Veloso, 2017 e Domingues, 2016.

2.1.8. Reivindicações da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais

Diferente das demais movimentações abordadas neste texto, a luta dos professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais (REE/MG) veio do campo sindical. Teve como principal articulador o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais (Sind-UTE) e como forma de ação as paralisações e as greves. O Sind-UTE⁵² é filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Brasil (CNTE), percebe-se, assim, uma afinidade com o campo político petista.

Os trabalhadores da educação estadual sempre foram ativos em suas reivindicações de classe. Considerando-se o período entre 2000 e 2008, apenas no ano de 2001 não ocorreram greves ou paralizações (CIRILO, 2012). É no período mais próximo a Junho de 2013, que um novo tema marca as reivindicações do setor, uma vez que em 2010 o Estado, cujo governador à época era Antônio Anastasia (PSDB), promulgou a Lei nº 18.975, de 29 de junho de 2010 (MINAS GERAIS, 2010). Com isso, “alterou a forma de pagamento dos servidores do estado, instituindo, a partir de então, a remuneração por subsídio” (CIRILO, 2012, p.77). O subsídio foi criticado, porque “não se apresentou como medida que visa estabelecer uma política remuneratória no sentido de valorizar os profissionais, já que extingue vantagens e não valoriza os profissionais com mais tempo de trabalho, apesar de o discurso governamental apontar para este sentido” (CIRILO, 2012, p.85).

A proposta de subsídio e uma falta de diálogo entre o governo tucano e o sindicato dos professores “resultaram na deflagração de mais uma greve na REE/MG, em 08 de junho de 2011, aquela que seria a mais longa greve dos trabalhadores em educação de toda história no estado” (CIRILO, 2012, p.80). Ao longo dos 112 dias de greve, que, segundo o Sind-UTE (s/d, s/p), “ganhou dimensões inimagináveis”, o Governo do Estado adotou medidas de tentativa de desmobilização, como a contratação de professores para substituírem os grevistas, a demissão daqueles contratados por designação e o corte de vencimentos relativo aos dias parados (CIRILO, 2012, p.81). A suspensão da greve ocorreu em 29 de setembro de 2011 após lentas negociações. Alguns meses depois, o Governo de Minas acabou por descumprir os acordos com a categoria e, em novembro de 2011, conseguiu aprovar, na Assembleia Legislativa a Lei

⁵² Originado em BH no ano de 1979 como União dos Trabalhadores do Ensino, participou ativamente das movimentações do setor durante a Ditadura Militar, da fundação da CUT em agosto de 1983 e, em 1990, já em governo democrático, consolidou a união de entidades da educação no sindicato único, formando-se o Sind-UTE (SIND-UTE, s/d, s/p).

Estadual nº 19.837/2011 (MINAS GERAIS, 2011), que colocou todos os servidores da REE/MG dentro do combatido regime de subsídio (CIRILO, 2012, p.82-83).

Esse histórico recente das mobilizações dos professores da Rede de Ensino do Estado de Minas Gerais, com sua força, legitimidade e aglutinação de sujeitos, fez com que eles aparecessem como atores relevantes em Junho de 2013. Como se verá, eles participaram de uma reunião com o Governador do Estado, marcada durante os protestos, mesmo sem terem centralidade nas articulações daquelas manifestações.

2.2. Durante Junho de 2013

Como já foi abordado, ao longo do mês de junho de 2013, ocorreu uma série de manifestações em Belo Horizonte convocadas de forma dispersa, pela *internet*, assembleias, reuniões de grupos políticos, debates presenciais e virtuais, bem como eventos e manifestações criados por “novatos” na cena política. Esse processo não foi totalmente coordenado e coerente. Assim, é praticamente impossível apreender a totalidade dos acontecimentos daquele mês, de forma que se propõe, nesta seção, desenvolver os principais eventos de protesto que ocorreram e outros momentos importantes, a partir do que foi sistematizado na literatura com foco na cidade de Belo Horizonte. Tal literatura adota, em termos gerais, uma perspectiva vinda do campo de esquerda atuante na cidade, de forma que a proposta aqui é descrever os eventos, buscando evidenciar os grupos, ações e disputas presentes no dia-a-dia dos protestos na Capital. Com isso, será possível conhecer um pouco mais de como os grupos apresentados anteriormente estiveram nas manifestações e como foi o dia-a-dia dos protestos na cidade.

2.2.1. Dias 15 e 16 de junho

Antes de os protestos irromperem em Belo Horizonte, o governo de Minas Gerais buscou impedir qualquer manifestação na cidade naquele mês, recorrendo ao Judiciário para tanto: “ainda em 13 de junho, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) proibiu manifestações públicas nos 853 municípios do Estado durante a Copa das Confederações. Mas a proibição judicial não impediu os protestos” (D’ANDREA, ZILLER, 2014a, p.13).

Assim, as manifestações chegaram a Belo Horizonte no dia 15 de junho, em um contexto em que não havia um aumento tarifário em vista (tipicamente, ele ocorre no dia 29 de dezembro de cada ano), mas com um planejamento de resistência contra a Copa do Mundo, prevista em

todas as cidades-sede dos jogos (SANTOS, 2016, p.25; DOMINGUES, 2016, p.47-48). Como mencionado, a ANCOP havia articulado a realização de manifestações, para aquele mês de junho, contra a Copa das Confederações nos dias de jogos em cada cidade-sede (SANTOS, 2016, p.25). Em Belo Horizonte, as expectativas eram tímidas, “a Copa das Confederações não seria o evento teste apenas para o governo, mas também para a militância, onde poderíamos testar o alcance da nossa visibilidade e o tamanho do apoio que conseguiríamos em atos públicos” (SANTOS, 2016, p.24). Ocorreram três reuniões de planejamento de ações, sendo a última no dia 10 de junho, com 50 a 60 participantes de diversas forças políticas (SANTOS, 2016, p.24-25; VELOSO, 2017, p.282).

O plano era realizar um “seminário antes da Copa [das Confederações], uma produção de cartazes em espaço público aberto no dia 15 de junho, dia da abertura, para podermos já ir imaginando quantas pessoas se movimentariam, e marchas nos dias dos três jogos em BH” (SANTOS, 2016, p.26). Naquele sábado, esperava-se o encontro das forças políticas mais ou menos usuais da cidade, as mesmas descritas na seção 2.1, e a realização das seguintes atividades: uma reunião de avaliação e planejamento das ações nos dias de jogos na cidade; elaboração de cartazes e realização de um jogo de futebol (a Copelada) na Praça da Savassi, região nobre da cidade e uma reunião sobre o aumento de tarifas em Belo Horizonte (VELOSO, 2017, p.282; RICCI, ARLEY, 2014, p.141). Também estava marcada uma manifestação no mesmo dia e horário, conforme convocação nacional, contra o Estatuto do Nascituro, projeto de lei que estava em tramitação na Câmara dos Deputados, que ampliaria os direitos dos fetos sobre os direitos reprodutivos das mulheres (CARTA CAPITAL, 2013). Contudo, os protestos ocorridos no dia em questão surpreenderam os integrantes do COPAC e deram rumo diferente às expectativas do movimento: “como um enxame de abelhas, mais e mais pessoas foram se agregando. Os organizadores, então, decidiram marchar até a Praça da Estação. [...] Ao chegar à Praça da Estação, já se reuniam, segundo levantamento da PM, doze mil pessoas” (RICCI, ARLEY, 2014, p.141-142).

Ainda na Praça da Savassi, foram elaborados os cartazes e realizadas as partidas de futebol da Copelada, mas, à medida em que a praça foi se enchendo, optou-se pela realização de uma assembleia entre os presentes para decidir como prosseguir com o dia. Votou-se pela caminhada até a Praça da Estação, local tradicional de atos da esquerda, mas que, para a Copa das Confederações, tinha sido cercada para a FIFA transmitir os jogos em telões, denominando o espaço de *Fan Fest* (SANTOS, 2016, p.25-26). No percurso e de forma não planejada, a manifestação encontrou o grupo que protestava contra o Estatuto do Nascituro, na Praça Sete,

caminho para se chegar à Praça da Estação, mas que estava com um número reduzido de manifestantes, provavelmente, devido aos acontecimentos na Savassi (RICCI, ARLEY, 2014, p.142). A mistura de pautas já pode ser percebida, então, nesse encontro de manifestações no primeiro dia de evento. Sobre esse desenrolar, Santos registrou:

Marchamos pelas pautas estipuladas [contra a Copa], mas já aí começamos a ver o rechaço de parte das pessoas a partidos e bandeiras, e um patriotismo exacerbado, símbolos novos nas manifestações belo-horizontinas mas que estavam ganhando espaço pelo país. Nessa manifestação, não havia ainda atos significativos contra o patrimônio, mas algumas pessoas furaram gigantescos balões dos patrocinadores da Copa na Praça da Estação, atos esses que provocaram pequenas discussões entre os participantes da marcha. E pareceu evidente, que, ao contrário dos atos em São Paulo, alguma ordem havia sido dada aos policiais a respeito de não agir com violência (SANTOS, 2016, p.26).

Assim, Santos identificou, já nesta primeira manifestação, elementos que ganharam relevância no desenrolar dos dias e que marcam os eventos de Junho de 2013 em BH: a disputa em torno dos partidos e bandeiras, o patriotismo e a depredação de patrimônio. Acrescentam-se a esses elementos, os já narrados: diversidade de pautas e a realização de assembleia para tomada de decisão sobre o trajeto da manifestação.

A surpresa do sábado levou à necessidade de o COPAC realizar uma reunião no dia 16 para discutir as próximas ações e a manifestação que ocorreria no dia 17. “Nessa reunião, coletivos autonomistas e anarquistas propuseram que fosse convocada para terça-feira, dia 18, uma Assembleia Popular Horizontal (APH), um espaço sem lideranças, autogestionado, em que se pudessem debater os rumos do movimento e suas pautas” (VELOSO, 2017, p.284). A realização da APH será tratada na seção 2.2.3, importando aqui pontuar que as reuniões de avaliação e planejamento foram frequentes entre os mais diversos grupos ao longo dos dias. Assim, por um lado, a ideia de difusão e ausência de objetivos, muitas vezes usada para criticar as manifestações, não é totalmente correta. Por outro lado, também ficará evidente que tais reuniões e articulações foram insuficientes para ditar os rumos dos protestos e limitá-los a uma agenda específica, como a crítica à Copa do Mundo ou as reivindicações pelo transporte público, por exemplo.

É, ainda, do dia 16 a decisão de criação do BH nas Ruas, plataforma de mídia colaborativa que acompanhou os protestos de Junho de 2013 em Belo Horizonte e que ganhou rápida projeção e centralidade na disseminação de informações locais (D’ANDREA, ZILLER, 2014a, p.19). A ideia da criação da página de *Facebook* surgiu em uma conversa, na mesma plataforma, no grupo de estudantes do curso de Comunicação Social da UFMG, a respeito da cobertura midiática e disputa de narrativas em torno dos protestos que já tomavam corpo em

várias cidades brasileiras. A proposta dos estudantes, então, era de aproveitar a presença de vários deles nas manifestações e reunir os materiais produzidos, a partir da perspectiva da rua, de forma colaborativa e publicá-los na plataforma virtual (OLIVEIRA et al, 2014, p.22).

2.2.2. Dia 17 de junho

Dia da primeira manifestação planejada pelo COPAC, por ser jogo da Copa das Confederações em Belo Horizonte, o 17 de junho deu o tom do que seriam as demais manifestações convocadas pelo movimento. O estádio onde ocorriam os jogos, o Mineirão, era o destino final desejado pelos manifestantes, por seu caráter simbólico diante da luta contra a Copa do Mundo na cidade. A distância entre o ponto de saída, a Praça Sete (local tradicional de manifestações de esquerda da cidade), e o de chegada é de aproximadamente 8,6 km, mas havia um claro empecilho: o perímetro da FIFA. Tal perímetro era uma zona territorial, com raio de 2 km de distância do estádio, em que o trânsito de pedestres e automóveis e o próprio comércio estavam regulados de forma diferenciada. Segundo seus críticos, isso seria uma espécie de apropriação privada temporária do espaço público, devido à realização dos jogos mundiais de futebol (MAIOR, 2014, p.35). Dentro do perímetro da FIFA, os manifestantes estavam proibidos de circular e era exatamente a entrada em tal local que eles buscavam, como uma forma de retomar um espaço que lhes foi tirado para a realização do combatido megaevento. Se a diversidade marcou os acontecimentos de 2013, o trajeto até o Mineirão é um marco simbólico da relevância da Copa do Mundo para Junho de 2013 em Belo Horizonte e da dimensão que os protestos ganharam, tendo em vista a grande distância percorrida a pé pelos manifestantes.

No dia 17, em questão, “trinta mil pessoas caminharam da Praça Sete até o estádio Mineirão, onde ocorria o jogo entre Nigéria e Taiti, sendo barradas por uma linha de policiais militares por duas vezes. Na segunda tentativa o cerco é rompido e a repressão policial se inicia, atingindo grandes dimensões” (VELOSO, 2017, p.283). A primeira barreira policial foi em uma altura anterior ao perímetro da FIFA, na Avenida Antônio Carlos, a segunda barreira foi mais adiante na mesma avenida (RICCI, ARLEY, 2014, p.146), próxima ao campus da UFMG e já limítrofe com o perímetro invisível, mas materializado no corpo dos Policiais Militares e agentes da Força Nacional de Segurança Pública.

Os grupos das reuniões pré-junho se posicionaram à frente da manifestação, mas caminhando por ela já ficava muito difícil identificar todas as suas pautas. Novamente, e com mais força, foram rechaçadas as bandeiras dos partidos, e gritos como “sem

partido”, “sem vandalismo” tiveram grande adesão diversas vezes. Foram também os primeiros atos mais articulados da tática que posteriormente eu entenderia ser a dos Black Blocs (SANTOS, 2016, p.26).

Também 17 foi o primeiro dia de cobertura do BH nas Ruas, que, mais uma vez de forma inesperada, teve um rápido crescimento: passou de 30 mil curtidas no *Facebook* em poucas horas. “As pessoas passaram a utilizá-la como um importante canal para receber e enviar conteúdo sobre as manifestações de Belo Horizonte. [...] A página também teve um grande poder de mobilização – mais alto no auge dos protestos –, prestação de serviços e conscientização” (OLIVEIRA et al, 2014, p.22). O acompanhamento “em tempo real” das manifestações marcou a cobertura dos protestos e as disputas de narrativas sobre os significados dos acontecimentos dos dias e noites de Junho, a partir das lógicas: da colaboração, da mídia alternativa e das produções de conteúdos pessoais.

A diversidade de pautas e sujeitos, tanto nos cartazes, quanto nas formas de se vestir e de se expressar, eram visíveis ao longo da marcha. Ao longo da extensão espacial e temporal do protesto do dia 17, viram-se ônibus pichados; manifestantes distribuindo flores brancas; manifestantes protegendo e homenageando a Coronel Cláudia, responsável pela operação policial de repressão aos protestos; um homem e uma mulher caindo de um viaduto e se ferindo devido à violência policial (RICCI, ARLEY, 2014, p.147). Ou seja, estavam presentes, lado a lado, experiências e perspectivas distintas, algumas vezes opostas a respeito dos protestos, e evidenciadas aqui pela relação com a polícia: ao mesmo tempo em que havia manifestantes feridos pelas forças policiais, outros manifestantes se aproximavam de sua mandante.

2.2.3. Dias 18, 19 e 20 de junho

Ricci e Arley definem o período entre 18 e 22⁵³ de junho como de “intensa disputa política entre organizações e manifestantes que procuravam liderar os rumos dos protestos” (RICCI, ARLEY, 2014, p.148). Por mais que o termo “liderar” seja controvertido dentro do campo libertário, especialmente por seus adeptos serem contrários a hierarquias e a projeções de indivíduos sobre a coletividade (SARAIVA, 2018, p.70-72), certamente houve uma disputa de pautas, interesses e perspectivas dos processos que ocorriam naqueles dias. Os autores narram a realização de uma reunião, para dar maior coesão entre os grupos e pautas, com membros de movimentos e partidos de esquerda, listados por eles: Brigadas Populares, Levante

⁵³ O dia 22 será tratado em tópico separado, por ter ocorrido nele a maior manifestação em Belo Horizonte.

Popular da Juventude, Via Campesina, Marcha Mundial das Mulheres, organizações LGBT, Movimento de Luta de Bairros, Vilas e Favelas (MLB), SindUTE, CUT, movimento estudantil, PT, PCdoB, PSTU, PSOL, PCB, PCO⁵⁴ (RICCI, ARLEY, 2014, p.159). Repare-se que esses atores fazem parte dos grupos mobilizados na cidade, junto a independentes e libertários, nas pautas antecedentes a Junho de 2013, narradas na primeira seção deste capítulo. Assim, a proximidade das organizações de esquerda foram marco de Junho, em Belo Horizonte.

Dessa atuação conjunta, optou-se pela retirada dos carros de som das ruas e foram criados quatro blocos de percussão, articulados por grupos já atuantes na cidade, como os grupos de Maracatu, do carnaval de rua, o Levante Popular da Juventude e o COPAC. Tais blocos tinham como função “animar os manifestantes. Mas também faziam intervenções que coíbiam possíveis conflitos de grupos ideológicos opostos. Assim, quando se ouvia alguma palavra de ordem discriminatória, como ‘Sem Bandeiras!’, os blocos aumentavam o som” (RICCI, ARLEY, 2014, p.159).

Contudo, foi a Assembleia Popular Horizontal de Belo Horizonte (APH) que conseguiu aglutinar de forma mais ampla esses grupos de esquerda já existentes na cidade e sujeitos independentes, novos atores que buscavam um fórum de articulação política naquele junho. As sessões da APH eram realizadas no Viaduto Santa Tereza, espaço parte das disputas políticas da cidade⁵⁵, e objetivavam realizar “um trabalho coletivo-colaborativo, horizontal e suprapartidário que busca sistematizar as pautas do movimento e divulgá-las de maneira clara, bem como propor e realizar atos organizados na cidade visando uma resposta efetiva para as demandas levantadas” (APH, 2013a, s/p). Tratava-se de um espaço de formulação e articulação de demandas políticas. Além da horizontalidade, princípio constitutivo e denominador da assembleia, deve-se frisar a presença da gramática da ocupação do espaço público, vinda de experiências anarquistas e autonomistas referenciadas nas lutas alterglobais⁵⁶.

Assim, a ideia de convocação da APH adveio dos anarquistas e autonomistas participantes do COPAC e ela foi convocada por esse coletivo (RICCI, ARLEY, 2014, p.148; VELOSO, 2017, p.284). Sua primeira sessão foi realizada na noite do dia 18 de junho, na qual se definiu que o COPAC seria a referência para a convocação de atos identificados com aquela coalizão de esquerda, a fim de se proporcionar uma maior unidade entre os participantes e para

⁵⁴ São siglas de partidos políticos, das quais ainda não foram apresentadas: Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido da Causa Operária (PCO).

⁵⁵ Uma série de manifestações culturais relacionadas ao espaço do Viaduto Santa Tereza antes de Junho de 2013 é tratada em Berquó, 2016.

⁵⁶ Sobre as assembleias nas lutas alterglobais, cf. DELLA PORTA, 2005.

evitar confusões de pautas com outras manifestações que ocorriam espontaneamente ou a partir de outras convocações pouco mapeadas na literatura. O COPAC, seria, “responsável por convocar os eventos nas redes sociais das marchas e ocupações aprovadas em Assembleia, para assim não pulverizar os atos e dissipar a já grande mobilização” (RICCI, ARLEY, 2014, p.242). Ainda na primeira sessão, foram deliberadas algumas temáticas para a APH, como a tarifa zero na Região Metropolitana de BH; o repúdio ao pedido e concessão de liminar proibitiva de protestos de rua na cidade; a defesa dos comerciantes ambulantes, artesãos e pessoas em situação de rua e a defesa de expressões culturais da cidade (RICCI, ARLEY, 2014, p.243-244). Com o desenrolar das manifestações, contudo, a APH ganha maior força para as convocações e debates do que o COPAC (SANTOS, 2016, p.29). Assim, a APH, tornou-se “um dos principais símbolos das manifestações de junho na capital mineira” (RICCI, ARLEY, 2014, p.147-148).

Também no dia 18, ocorreu uma manifestação no centro da cidade, seguindo o caldo da marcha do dia anterior, mas, dessa vez, sem a presença organizada dos grupos de esquerda e sem o caminho até o Mineirão. O mesmo pode ser dito sobre o dia 19, quando o trajeto estava voltado para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (D’ANDREA, ZILLER, 2014, p.14-15; RICCI, ARLEY, 2014, p.151-152). Nos mesmos dias, 18 e 19, ocorreram eventos de quebras de vitrines, ataques a bancos e lojas e prisão de participantes dos protestos (RICCI, ARLEY, 2014, p.151). Assim, as práticas voltadas contra o patrimônio estavam disseminadas nos eventos de protesto de Junho de 2013, não sendo exclusivas das passeatas dirigidas ao Mineirão, convocadas pela APH e pelo COPAC.

O dia 19 marcou a revogação dos aumentos tarifários de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em Belo Horizonte, apesar de não ser momento de aumento de tarifa, corria a demanda de redução dos preços cobrados para o uso do transporte público, sendo que ainda não tinham ocorrido avanços concretos nesse tema (VELOSO, 2017, p.285). Também é do dia 19 a decisão do Supremo Tribunal Federal que derrubou a liminar pedida pelo Governo de Minas Gerais, que proibia a realização de manifestações no Estado⁵⁷ (D’ANDREA, ZILLER, 2014a, p.14).

O dia 20 foi o dia das maiores mobilizações em todo o Brasil (SECCO, 2013, p.75), mas não em Belo Horizonte, que teve como ápice o dia 22. Para Veloso, no dia 20 teria ocorrido a “perda de controle de seus rumos pelas organizações de esquerda. Repressão pela polícia,

⁵⁷ Nesse caso, o coletivo belo-horizontino de advocacia popular Margarida Alves, teve relevância na disputa judicial.

perseguição nas ruas e ataques de grupos de extrema-direita são relatados” (VELOSO, 2017, p.285). Na data, ocorreu mais uma manifestação não convocada pelo COPAC nem pela APH, cuja concentração se deu na Praça Sete e “andou à deriva, passando pela Praça da Liberdade, pela Câmara Municipal, descendo pela Avenida dos Andradas para retornar à Praça Sete” (RICCI, ARLEY, 2014, p.153). Como será abordado no capítulo 3, vários entrevistados participaram dos protestos no dia 20, tendo como marco de encontro a praça Tiradentes, que faz parte do trajeto descrito. Alguns dos entrevistados, com idade acima de 45 anos e identificados com a direita política, participaram dos protestos apenas no dia em questão, descrevendo-o com a qualidade de ser pacífico, com a presença de famílias e uma grande diversidade de pautas. Aqui, percebe-se, então, uma diferença nas narrativas do dia, em especial quanto a seu caráter “pacífico” e à sua legitimidade como um todo. É o que se vê, também, a seguir:

A manifestação do dia 20 foi interpretada por membros do COPAC como um alerta. Para eles, era visível que forças políticas conservadoras ou despolitizadas tentavam liderar vários protestos que se multiplicavam aceleradamente. Algumas organizações partidárias como a Turma do Chapéu (organização da juventude do PSDB) tentaram se destacar naquela passeata e foram vaiadas (RICCI, ARLEY, 2014, p.153-154).

Assim, se a diversidade de pautas e a disputa entre campos políticos – e mesmo apolíticos – já estavam presentes desde o começo das manifestações, é ao longo dos dias 18, 19 e 20 que as divergências se aprofundam e, ao mesmo tempo, coexistem.

2.2.4. Dia 22 de junho

Como dito anteriormente, o dia 22 foi palco das maiores manifestações de Junho de 2013 em BH, estimando-se entre 100 mil e 150 mil presentes (RICCI, ARLEY, 2014, p.160). Nesse dia, ocorria jogo da Copa das Confederações, de forma que o protesto foi convocado pelo COPAC e pela APH e seguiu o trajeto da Praça Sete em direção ao Mineirão (VELOSO, 2017, p.285; RICCI, ARLEY, 2014, p.160; D’ANDREA, ZILLER, 2014, p.15). Apesar da convocação realizada pela esquerda, ao longo da manifestação era possível perceber diferentes demandas, cores e cantos. Por exemplo, “enquanto parte dos manifestantes estava em confronto com a Polícia Militar perto da Av. Abrahão Caram, o restante se encontrava fora da zona de conflito” (OLIVEIRA et al, 2014, p.30). Na parte da frente ocorria o confronto, no mesmo limite do Território FIFA:

Várias barreiras policiais foram postadas e, em determinado momento acabaram por cercar a multidão, que não tinha como recuar ou avançar. Alguns manifestantes

atearam fogo e começaram a depredar concessionárias de carros. Cavalaria, tropa de choque e Força Nacional de Segurança Pública (que estava postada no interior do Campus da UFMG) usaram bombas de efeito moral, gás lacrimogêneo e disparos de balas de borracha contra os manifestantes, que revidavam com rojões, pedras, bombas caseiras e coquetéis *molotov* (RICCI, ARLEY, 2014, p.160).

Mais uma vez, o objetivo de chegar até o Mineirão foi frustrado e o cenário de confronto tomou amplas proporções. Um manifestante de 22 anos, Luiz Felipe Aniceto de Almeida, caiu do Viaduto José Alencar, na altura do confronto policial, e veio a falecer após três semanas (RICCI, ARLEY, 2014, p.160).

Ainda no dia 22, foi realizada uma pesquisa com os participantes no momento de concentração do protesto na Praça Sete⁵⁸, que traz alguns resultados interessantes para este trabalho. Quanto ao perfil dos manifestantes, a maioria presente era jovem, sendo 54,5% dos menores de 25 anos e apenas 26,5% tinham mais de 40 anos de idade. Mulheres e homens participaram na mesma proporção. 70,7% fazia parte da população economicamente ativa e metade dos entrevistados possuía renda familiar abaixo de 5 salários mínimos. Metade dos entrevistados tinha escolaridade média elevada, em comparação com a média brasileira. Os participantes obtinham informações pelas redes sociais (69,9% se informavam pelo *Facebook* e 66,7% pela *internet*) e já tinham ido a mais de uma manifestação da série de Junho, sendo que 60,9% informaram ter ido a mais de uma e 40% tinham participado de três ou mais manifestações (RICCI, ARLEY, 2014, p.257-258). Assim, verificou-se a composição dos protestos com jovens com alta escolaridade, mas com uma distribuição de renda mais diversificada do que a expectativa do nível de escolaridade. Se em 2010 a renda per capita média de Belo Horizonte era de R\$1.497,29, o que equivalia a quase três salários mínimos da época (PNUD, IPEA, FJP, 2013), metade dos manifestantes vinha de uma faixa de renda inferior à média da cidade. Logo, a identificação imediata dos protestos apenas com a classe média parece equivocada, e a análise de Singer (2013), de uma base social composta tanto da classe média quanto de um perfil precarizado, com ensino superior, mas renda baixa, parece mais adequada.

Quanto às administrações municipal, estadual e federal, as avaliações negativas predominaram, sendo mais fortes no caso do prefeito Márcio Lacerda (50,1% péssima, 21,5 ruim), seguido do governador Antônio Anastasia (49,9% péssima, 20,5% ruim). A presidenta Dilma Rousseff apresentou índices melhores (30,8% péssima e 16,9% ruim). Os principais problemas do país seriam a educação (26,9%), a saúde (26,9%) e a corrupção (15,8%). A

⁵⁸ Realizada pelo Instituto Innovare, com 5% de margem de erro, disponível em Ricci e Arley, 2014.

segurança pública e o transporte coletivo figuraram abaixo, respectivamente com 8,2% e 8,0% das respostas. Ficou demonstrada a fraqueza dos partidos, sendo que 78% dos manifestantes não se identificavam com nenhum partido, o PT era preferido por 9,3% e o PSDB por 2,0%. 26,4% rejeitava todos os partidos políticos e a rejeição do PT era de 23,7% e do PSDB era de 25,2% (RICCI, ARLEY, 2014, p.258-261). Interessante notar que, no momento, a rejeição de Dilma Rousseff era inferior à dos políticos locais, ou seja, o governador do Estado e o prefeito de Belo Horizonte, dando uma força à ideia de demandas vindas da prestação local de serviços públicos, como a saúde e a educação. Sobre isso, Tavares e Benedito chegam a pontuar a sobrecarga dos municípios quanto à oferta de serviços públicos, de forma discrepante ao repasse tributário vindo da União: “o fato é que a Constituição da República afetou uma gama crescente de competências para tais entes da federação, sem garantir-lhes contrapartida tributária compatível” (TAVARES, BENEDITO, 2018, p.187). Tal sobrecarga e dificuldade de cumprir com as competências municipais, seria, para os autores, elemento elucidante do foco das críticas nas prefeituras naquela ocasião. Por fim, a crítica à corrupção, que ganha maior proeminência nos protestos posteriores a Junho e às eleições federais de 2014, figura a 10 pontos percentuais abaixo dessas demandas de serviços. O PT, inclusive, tem preferência, se comparado ao PSDB, mesmo constatando-se que a rejeição aos partidos tenha sido a regra.

2.2.5. Dias 23 e 25 de junho

Para os dias 23 e 25 de junho não houve manifestações convocadas pelo COPAC ou pela APH, mas eles são relevantes para a cronologia dos protestos. No dia 23, ocorreu a segunda sessão da APH, que contou com a participação de 500 pessoas e se organizou em doze Grupos de Trabalho, baseados no princípio da autonomia, e duas comissões voltadas para questões operacionais específicas: a Comissão de Comunicação e a Comissão de Construção e Disseminação de Assembleias. Os Grupos de Trabalho foram divididos segundo as temáticas: Transportes (posteriormente denominado de Mobilidade Urbana); Reforma Urbana; Educação; Meio Ambiente; Reforma Política; FIFA e Megaeventos; Desmilitarização e anti-repressão policial; Saúde; Direitos Humanos e lutas contra as opressões; Democratização da Mídia; Cultura; e Permacultura (APH, 2013a).

Os GTs agregavam grupos políticos que já tinham atuação no tema e pessoas novatas, de alguma forma interessadas em compor e participar da articulação. Dos GTs mencionados, os quatro primeiros tiveram maior concretude em seus trabalhos posteriores, e apenas o GT de

Mobilidade Urbana se transformou em um movimento social que seguiu atuando com relevância na cidade, o movimento Tarifa Zero BH (VELOSO, 2017, p.285-286). Além deste, é importante mencionar que o GT de Cultura foi constituído de uma forma controversa, porque, até a terceira sessão da APH, ele não tinha sido proposto. A falta desse GT “havia estimulado o início de um processo paralelo aos encontros assembleários, voltado especificamente para a discussão da cultura e de seu papel no âmbito das experimentações políticas vivenciadas em meio aos protestos” (BERQUÓ, 2016, p.211). Dessa forma, ocorriam ações simultâneas entre a formação de um grupo externo à APH, o Comitê Popular de Arte e Cultura, e o enfim constituído GT de Cultura. Berquó avalia que as frentes “constituíam duas manifestações distintas de um mesmo processo. A pulverização do grupo e essa espécie de atuação simultânea em dois espaços diferentes pareciam ser fruto da enorme rapidez com que as dinâmicas dos protestos ocorriam” (BERQUÓ, 2016, p.214). Interpreta-se que a demora da formação do GT de Cultura pode ser relacionada à maior dimensão de confronto direto nos protestos de 2013 e uma menor (mas não ausente) dimensão lúdica e cultural, típica dos antecedentes de Junho.

No dia 25, por sua vez, o COPAC foi chamado para uma reunião com o Governador do Estado, Antônio Anastasia (PSDB). Na negociação para a reunião, o COPAC conseguiu aumentar a presença de participantes, de cinco para dez, o que permitiu uma ampliação das pautas debatidas e a participação de outras categorias que não estavam no COPAC, como os mencionados professores da Rede Estadual de Educação de Minas Gerais, que haviam recentemente encabeçado a maior greve do setor na história mineira (CIRILO, 2012). Da reunião, saíram alguns acordos, como a realização de um novo encontro com apresentação de pautas a serem definidas em assembleia, apesar de já terem sido apresentadas, naquela ocasião uma lista de dez itens com temas como transporte público e direitos humanos. Sobre as manifestações em si, ficou combinado que “o limite de segurança (perto do Mineirão) seria demarcado com uma barreira sem a presença de policiais, que ficariam distantes. A PM só reagiria, segundo o acordo, se manifestantes agredissem a polícia” (RICCI, ARLEY, 2014, p.166). Contudo, cenas de confronto entre PM e manifestantes não puderam ser evitadas, como se verá na seção a seguir.

Segundo narraram alguns integrantes do movimento, participantes de um grupo focal⁵⁹, ocorreram tensões sobre a participação na reunião, mesmo assim, eles avaliaram que obtiveram alguns êxitos nos acordos realizados com o governador e entenderam a participação como

⁵⁹ Grupo focal realizado com cinco integrantes do COPAC, em setembro de 2015, para a pesquisa de Domingues, 2016.

positiva. Houve, contudo, um questionamento quanto à legitimidade de interlocução do COPAC com o governo e a adequação do momento para tal reunião, uma vez que, com a força das ruas, alguns entenderam que negociar com o Estado seria uma atitude “pelega” ou arrefecedora das massas (DOMINGUES, 2016, p.100).

Na assembleia posterior, o comitê sofreu um rechaço por isso [ter ido à reunião com o Governador]. Mesmo internamente, existia um conflito: a conversa foi proposta inesperadamente pelo governo, o que demandou uma decisão rápida da participação e fez com que alguns membros do comitê que estavam reunidos na sede de outra organização por outros motivos decidissem por comparecer sem o aviso e o debate com todos os integrantes (SANTOS, 2016, p.29).

A partir do caso narrado, percebe-se uma reivindicação maior da APH para atuar na organização do campo de esquerda e deliberar a respeito das táticas a serem adotadas pelo campo. Ademais, com a formação dos GTs na APH, a organização do campo de esquerda começa a ganhar corpo e a buscar formulações políticas, a partir de temas e pautas concretas. Passadas as manifestações de 2013, a APH busca se consolidar como espaço de formulação e de articulação política permanente na cidade, o que acontece com maior relevância até o fim da Copa de 2014 (APH, s/d – será abordado, também, na seção 2.3).

2.2.6. Dia 26 de junho

Dia de semifinal da Copa das Confederações em Belo Horizonte, o dia 26 foi a data da última manifestação da série relacionada aos jogos e com o trajeto da Praça Sete até (quase) o Mineirão. O COPAC propôs seguir os acordos realizados com o Governo de Minas Gerais e impedir que ocorressem confrontos com a polícia. Para isso, tentou-se direcionar a manifestação para além da Avenida Abrahão Caram, local onde ocorreram os confrontos anteriores, usando de um cordão humano de manifestantes. Contudo, tal controle do ato tornou-se impossível, por suas próprias dimensões e pela ausência de figuras de comando dos protestos. De fato:

Um grupo tentou derrubar a grade que limitava a passeata na Avenida Abrahão Caram [antes da barreira policial] e foi contido, com violência, pela PM, que atirou bombas de gás lacrimogêneo, por volta das 17h00. [...] Muitas pessoas seguiram a passeata na Antônio Carlos e não entraram em confronto com a PM (RICCI, ARLEY, 2014, p.167).

Durante esse confronto, ocorreu a queda de outros dois manifestantes do Viaduto José Alencar, Douglas Henrique, que faleceu no dia seguinte, e Daniel de Oliveira Martins, que fraturou o rosto e uma perna (RICCI, ARLEY, 2014, p.167). Ocorreram, também, “depredações e incêndios nas concessionárias ao redor [...] e – após a primeira dispersão do ato – [a Polícia

Militar] passa a perseguir e prender manifestantes pelas ruas do centro da cidade” (VELOSO, 2017, p.287).

Assim, percebe-se que a polêmica reunião com o governador não conseguiu os resultados esperados para a manifestação e confirmou alguns dos limites desse diálogo nos protestos de Junho de 2013. De um lado, o COPAC não cumpria o papel tradicional de liderança que guiaria os rumos do protesto, apesar de sua relevância para a esquerda. De outro, a polícia seguiu com sua atitude repressora. Apesar da narrativa de Ricci e Arley colocarem nos manifestantes a iniciativa de furo do bloqueio policial, também é sabido, inclusive pelos próprios autores⁶⁰, que existia a presença de policiais infiltrados nas manifestações, ficando sempre a dúvida de quem teria começado o embate. Independentemente de quem começou o confronto, a própria atitude da polícia de perseguir e prender manifestantes no centro da cidade, também mostra os altos níveis de repressão advindos da PM.

A convocação da manifestação do dia 26 também traz elementos significativos para compreender Junho de 2013 em Belo Horizonte. Por mais que as convocações para os atos não fossem exclusivas do mundo virtual, os eventos de *Facebook* eram centrais para marcar as chamadas e os horários e locais de encontro. Assim, foram feitos três eventos distintos para articular protestos no mesmo dia: o “5º Grande Ato | Assembleia Popular Horizontal”, com 204 mil convidados e 16.500 confirmados; o “#VemPraRuaBH”, com 578 mil convidados e 58.500 confirmados; e “O Gigante vai abraçar o Mineirão” com 5 mil convidados e 424 confirmados (ALZAMORA, ARCE, UTSCH, 2014, p.48-50). Segundo as análises dessas autoras sobre os eventos, aquele promovido pela APH teve centralidade articuladora, apesar de não ter a maior adesão virtual, por ser “a ele que manifestantes recorrem para saber aspectos operacionais da marcha: onde devem se concentrar, o que devem levar, como devem agir” (ALZAMORA, ARCE, UTSCH, 2014, p.50). No que diz respeito aos temas de cada um:

Enquanto o “#VemPraRuaBH” se esforça para ser um evento em favor da reforma política, mesma bandeira abraçada, ainda que sem muita convicção, pelo “O Gigante vai Abraçar o Mineirão” o “5º Grande Ato” se assemelha mais à forma peculiar das manifestações: horizontal, multifocal, sem proposição temática definida, sem proposta comum a ser defendida. Certamente as questões urbanas, valorização e defesa do transporte público, questionamento aos custos da Copa e a relação entre poder público e FIFA, reivindicação de recursos para políticas públicas e bandeiras políticas como a derrubada da PEC 37, ganham espaço nos *posts*, numa profusão de demandas tão diversas quanto as que ganharam as ruas nos cartazes (ALZAMORA, ARCE, UTSCH, 2014, p.52).

⁶⁰ Por exemplo: Ricci, Arley, 2014, p.169.

Assim, a diversidade estava posta não só nas ruas, mas também nos seus espaços e debates virtuais. Deve-se pontuar, contudo, que existia uma diferença entre a disseminação de pautas da APH e a pauta da reforma política, esta encampada pelo “#VemPraRuaBH” e pelo “O Gigante vai Abraçar o Mineirão”, evidenciada, inclusive, pela estética nacionalista adotada por eles: as cores principais do evento eram o verde e amarelo com fundo preto, enquanto o evento da APH adotava as cores preta, branca e cinza (ALZAMORA, ARCE, UTSCHE, 2014, p.57). A questão do uso das cores mostrou as diferenças políticas nas ruas, ainda que possa ser questionada quanto a sua precisão para a divisão de grupos dentro de Junho. É o que se percebe quando Alonso e Mische (2016), no artigo abordado no capítulo 1, entendem que existia um campo político, à direita, identificado com as cores da bandeira do Brasil, que as autoras denominaram de “campo patriótico”. Por mais que as cores tragam alguns sentidos de diferenciação entre uma ideia tradicional de grupos marxistas e libertários, cujas cores tradicionais seriam o vermelho e o preto, e as demandas nacionalistas identificadas pelas autoras com a direita, entende-se que o verde e o amarelo estavam muito mais disseminados pelos protestos de Junho de 2013, sendo difícil de posicioná-los em um só lado do espectro político, como será abordado de forma mais detida no capítulo 4.

No que diz respeito, especificamente, à questão da tarifa de ônibus, na manhã do dia 26, a Câmara Municipal de Belo Horizonte aprovou, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 417/2013 (BELO HORIZONTE, 2013). Tal Projeto de Lei (PL) foi enviado pela Prefeitura do município para promover a redução de cinco centavos na tarifa de ônibus, a partir da isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Se o PL fosse aprovado, em segundo turno, a Prefeitura também assinaria um Decreto promovendo o “cancelamento da taxa de Custo de Gerenciamento Operacional (CGO), que era repassada diretamente à BHTRANS [Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte] como parte de sua receita, configurando um montante anual de R\$ 25 milhões” (VELOSO, 2017, p.286). Assim, esse projeto era polêmico para os integrantes da APH e do seu GT de Mobilidade Urbana, pois com ele:

A Prefeitura fazia uma dupla manobra. Por um lado, deixava de incorporar à redução da tarifa as isenções de impostos feitas pelo governo federal: o PIS/COFINS, que vigorava desde maio daquele ano, e a isenção de imposto sobre a folha de pagamentos, que vigorava desde janeiro. Essa isenção poderia representar, pelo menos, mais dez centavos de desconto na tarifa. Por outro lado, com o PL 417/13, a PBH buscava atender uma pauta histórica das empresas de ônibus: a isenção total do ISSQN para o setor, que configurava um considerável aporte de recursos para o município (VELOSO, 2017, p.286-287).

Os desdobramentos imediatos de Junho de 2013 em Belo Horizonte têm relação direta com essas tentativas de manobra da Prefeitura no que diz respeito à política tarifária do sistema

de transporte coletivo. Coloca-se, assim, em evidência a pauta do transporte público como relevante não só em suas origens dos protestos aqui realizados, mas ao longo de sua realização e momentos posteriores, como se verá a seguir.

2.2.7. Dias 27 e 29 de junho

No dia 27, seguinte à última grande manifestação da Copa das Confederações, ocorreu a 3ª sessão da APH, na qual o PL nº 417/2013 foi debatido e combinou-se a realização de uma manifestação na Câmara Municipal, no dia do segundo turno da votação (sábado, dia 29 de junho). O objetivo da manifestação era pressionar pela aprovação de emendas ao projeto, que seriam propostas por parlamentares do PT: “a primeira exigindo que fosse incorporada à redução a isenção dos impostos federais, totalizando uma redução de 20 centavos; e a segunda que as planilhas do sistema de ônibus fossem abertas” (VELOSO, 2017, p.287-288).

Na manhã da votação, dia 29, ocorreu um conflito entre as forças de segurança e manifestantes que foram impedidos de entrar para acompanhar a votação junto a outros que, por terem chegado mais cedo, conseguiram entrar na Câmara.

Simultaneamente, o projeto de lei é aprovado em sua forma original, com as emendas da bancada petista rejeitadas. A indignação toma conta dos manifestantes, que decidem imediatamente permanecer na Câmara, em seu saguão de entrada. Começava assim a ocupação da CMBH, que iria durar oito dias (VELOSO, 2017, p.288).

A continuidade dos protestos, para a esquerda formadora da APH, saiu das ruas e foi para a Câmara e abriu um novo capítulo nessa história, por meio da ocupação. Parte das reivindicações giravam em torno do controverso PL e da redução das tarifas de ônibus, mas “a exemplo do processo de manifestações que havia tomado o país no mês anterior, a difusão das pautas era algo incontrolável” (VELOSO, 2017, p.291). A Ocupação da Câmara foi um momento de intensa ação política, unindo diversos setores da esquerda, envolvendo formulações cotidianas sobre os significados da própria ocupação, a divisão de tarefas para a manutenção do espaço e o desenvolvimento de pautas e reivindicações dentre os ali presentes. Nesse momento, o Comitê Popular de Arte e Cultura ganha maior expressão:

Numerosas experimentações de cunho estético-político realizadas por este grupo no espaço passam a conformar [...] dinâmicas fundamentais em meio ao movimento de ocupação, permeando de tal forma e com tal intensidade os demais processos que o envolvem – as discussões realizadas nas Sessões da Assembleia Popular Horizontal, as negociações com o Poder Público, a estruturação do espaço, as dinâmicas referentes às refeições (BERQUÓ, 2016, p.77).

No que diz respeito às tarifas de ônibus, ocorreu a diminuição em R\$0,15 (e não os R\$0,10 propostos anteriormente pela Prefeitura), com as conquistas da incorporação dos impostos federais e da manutenção da taxa CGO. Dois dias depois da redução das tarifas, a Ocupação da Câmara se desfez. Avançando mais no tempo, a taxa da CGO foi extinta em 2014, sem a contrapartida de redução dos preços das tarifas, significando um aumento nas receitas das empresas de ônibus na ordem de 22 milhões de reais naquele ano (VELOSO, 2017, p.338).

2.3. Após Junho de 2013

*E eu que já fui uma brasa,
Se assoprarem posso acender de novo*

Adoniran Barbosa, Já fui uma brasa

Para o COPAC, as resistências que ocorreriam em Junho de 2013, durante a Copa das Confederações, seriam um ensaio, um teste, para o grande momento: a Copa de Mundo de 2014 (DOMINGUES, 2016, p.47; SANTOS, 2016, p.24). Já ficou claro que as expectativas não se confirmaram pela realidade. Se existia um lastro de articulação política e social na cidade, que se encontrou e disputou sentidos nos protestos, Junho de 2013 foi além desse acúmulo prévio, fazendo com que as expectativas fossem altas em 2014, mesmo prevendo-se que um evento como Junho fosse muito difícil de repetir.

Das lutas tratadas na seção 2.1., entre junho de 2013 e junho de 2014, o COPAC continuou suas ações contra os impactos da Copa do Mundo, agora inspirado pela ideia de não realização da Copa do Mundo no Brasil (COPAC b, s/d). O Tarifa Zero BH, que começou como um grupo de trabalho da APH, ganhou forte projeção na cidade e, ainda em 2013 começou a ter maior independência da Assembleia e a seguir seus próprios rumos. Um marco disso foi o lançamento, em setembro de 2013, da campanha de coleta de assinaturas para o Projeto de Lei de iniciativa popular para a implantação da gratuidade universal no transporte público do município (VELOSO, 2017, p.297-315). O protesto lúdico e de ocupação do espaço público se fortaleceu em uma série de edições de A Ocupação, iniciadas em 07 de julho de 2013, ato cultural autogestionado que buscava evidenciar a cultura em espaços no centro da cidade, que passavam por processos de higienização (BERQUÓ, 2016, p.227). O espaço do Viaduto Santa Tereza continuou em disputas com a administração municipal e, em fevereiro de 2014, foi ocupado por movimentos sociais e culturais, que questionavam as propostas de obras que seriam realizadas no espaço (BERQUÓ, 2016, p.280-283). Novas ocupações urbanas surgiram

e a resistência contra o despejo das ocupações da Izidora foi marco do segundo semestre de 2014, conforme será tratado a seguir. Chama a atenção, também, a ocupação do casarão do Espaço Comum Luiz Estrela, para fins culturais e com modelo autogestionado de organização, em 26 de outubro de 2013 (MAYER, 2015, p.143). Com a volta do verão, em 2014, as Praias continuaram acontecendo na Praça da Estação, preparando para o carnaval de 2014, que ganhava maiores dimensões e novos blocos. A Marcha das Vadias aconteceu em maio de 2014 e se interligou com as causas das ocupações urbanas, da cultura e da mobilidade urbana naquele ano: seu trajeto saiu da Praça da Rodoviária até a Praça da Liberdade, passando por áreas de prostituição da cidade; ao chegar ao seu destino final, um ônibus organizado pelo movimento Tarifa Zero BH, que tinha uma frente feminista atuante, aguardava participantes da Marcha que queriam ir para a Ocupação Cultural #6, na ocupação urbana Guarani-Kaiowá, que realizava no mesmo dia uma festa como parte de sua luta pelo direito à moradia (TARIFA ZERO BH, 2014).

A Assembleia Popular Horizontal continuou se reunindo, com frequência considerável, aproximadamente uma vez por semana (APH, s/d), buscou criar espaços para as discussões relacionadas à cidade, em especial, à Copa do Mundo e realizou, também, “aulões” com temas vindos de seus grupos de trabalhos e organizações que a compunham (APH, s/d). A APH convocou, ainda em dezembro de 2013, um ato chamado “Resiste BH”, na data de aniversário da cidade, com uma pauta aberta: “Dia 12 de dezembro no aniversário de Belo Horizonte voltaremos às ruas. Diversos movimentos e muitas pautas. Todxs focados na BH que desejamos” (APH, 2013b). Importante perceber que um ato como este, que não tinha exatamente um objetivo concreto, além de marcar a data de aniversário da cidade com a presença de organizações e formas de resistência, mostra como o caldo de Junho de 2013 deu força para esses grupos de esquerda, que procuraram dar continuidade à visibilidade e energia que ganharam com os protestos.

Assim, se antes de Junho, a esquerda belo-horizontina já fervilhava, seus momentos imediatamente posteriores continuaram quentes e potentes – podendo ser criticado por um certo voluntarismo vindo do contexto, também. Chega-se, então, à Copa do Mundo de 2014 e muita expectativa estava acumulada, tanto do lado dos militantes, quanto do poder público, que temia um novo ciclo de protestos como o de 2013 e os prejuízos que isso poderia causar durante um megaevento. Diferente de Junho, o elemento do inesperado não atuaria neste momento e a repressão estatal foi forte, mas não gerou a comoção de 2013 (DOMINGUES, 2016, p.49-51).

Os movimentos, novamente compondo uma rede articulada pelo COPAC e pela APH, optaram pela tática de realização de manifestações nos dias de jogos, mas não chegaram até o

fim dos dias da Copa do Mundo. De fato, ocorreram quatro manifestações contra a Copa do Mundo de 2014, nos dias 12 (dia da abertura da Copa), 14, 17 e 28 de junho (dias de jogos sediados em BH). O número de manifestantes, contrariando as expectativas, foi consideravelmente menor do que nas mobilizações de 2013 e diminuiu à medida em que as manifestações se repetiam e a repressão criava medo nas pessoas. Uma militante chegou a ser presa durante os protestos da Copa de Mundo. Como forma de repressão, a Polícia Militar de Minas Gerais utilizou uma tática conhecida popularmente como “Caldeirão de Hamburgo”, pela qual ela impedia que os manifestantes se movessem em marcha por cercá-los de todos os lados. Os participantes, portanto, continuavam os protestos parados e cercados pela Polícia. Essas manifestações foram marcadas pelo uso de iniciativas lúdicas, que escancaravam a força repressiva frente a manifestações justas e pacíficas, e várias Copeladas foram realizadas. Com o fim do megaevento, a atuação do COPAC se dissolveu com o tempo, tendo sido realizadas algumas reuniões mais esvaziadas até se entender pelo fim do movimento e uma migração de militantes para outras causas (DOMINGUES, 2016, p.50-51).

Identificam-se, ao menos, quatro movimentos posteriores (ou concomitantes) à Copa do Mundo que passaram a interferir na atuação deste campo político e ditar alguns dos caminhos que ele passa a seguir. São eles: (i) a repressão; (ii) o ganho de proeminência da agenda partidária-eleitoral; (iii) irrupções marxistas libertárias; (iv) retorno às atuações localizadas; (v) reencontro na disputa eleitoral. Abordam-se esses pontos, ainda que brevemente, para que se compreenda o contexto no qual o campo marxista libertário passa a atuar e seja possível traçar algumas hipóteses para sua perda de força hoje. Se a atuação dos movimentos sociais deve ser pensada de forma relacional, inclusive com seus opositores, e nunca isolada (TARROW, 2009, p.18; DELLA PORTA, DIANI, 2006, p.20; DELLA PORTA, 2015; FLIGSTEIN, MCADAM, 2012), esses quatro movimentos identificados colocam os momentos posteriores a Junho de 2013 em relação com outros campos políticos, como a reação do Estado aos grupos de esquerda que ganhavam força e a agenda partidário-eleitoral frente a movimentos sociais que, pelas próprias características ideológicas, buscam articular agendas independentemente das eleições e disputas partidárias.

Primeiramente, a repressão dos movimentos aqui abordados é muito forte e, de alguma forma, entram na rotina de atuação tanto dos grupos, que passam a se preocupar mais com uma “cultura de segurança” nos protestos e em seu dia-a-dia⁶¹, quanto do próprio aparato estatal.

⁶¹ A APH, por exemplo, realizou duas oficinas de “cultura de segurança” em 2014. Na descrição de um dos eventos de chamada para a oficina, a APH afirma: “No atual momento, no qual percebemos a perseguição e criminalização

Assim, o uso de policiamento ostensivo e forças repressoras voltadas para a dispersão de grupos, como é o caso da tropa de Choque, por exemplo, não ficou apenas nos protestos relacionados aos megaeventos e passou a ser regra nas convocações de protestos pela Assembleia Popular Horizontal e, por exemplo, pelo Tarifa Zero BH (VELOSO, 2017, p.332-354). Deve-se citar, também, o grande clima de medo presente na resistência contra o despejo das ocupações da região da Izidora, que estava na iminência de acontecer no segundo semestre de 2014. Na ocasião, a rede de apoiadores das ocupações urbanas teve papel importante na realização de ações no território da Izidora e decidiu permanecer em vigília, uma vez que o possível despejo demandaria grande força policial para a retirada de mais de oitocentas famílias de três ocupações diferentes⁶². Apesar do medo, a resistência também teve um caráter lúdico, de forma que eventos culturais eram realizados nas ocupações para atrair os apoiadores e fortalecer os laços de solidariedade⁶³.

No que diz respeito à repressão, as respostas, em geral, vêm de agentes estatais. Assim, a atuação das forças repressoras é significativa para os rumos e constituição da ação coletiva. Tarrow identifica os mecanismos de facilitação e repressão seletivas como parte dos elementos que compõem o declínio do ciclo de confronto político (TARROW, 2009, p.191). Contudo, a repressão é um elemento que exige cuidado analítico, porque ela própria pode ocasionar indignação e ampliação do movimento. Quando ela ocorre contra “reivindicações de amplo espectro feitas por coalizões de desafiantes, reprimindo cegamente e recusando-se a atender qualquer uma delas, um sentimento de injúria e de acentuada solidariedade contrabalança o processo de polarização e impede deserções” (TARROW, 2009, p.201). Outro efeito pode ser o aumento dos setores radicais, devido ao enfraquecimento dos moderados, “porque elimina, por exemplo, a possibilidade de conciliação e torna a deserção inútil e perigosa” (TARROW, 2009, p.201). De todo modo, outro dos efeitos possíveis é a total inviabilização do coletivo devido à repressão sobre ele destinada ou mesmo pelo fechamento do Estado a qualquer organização política da sociedade civil, típica de Estados autoritários (TARROW, 2009, p.201).

A hipótese aqui aventada é que houve uma repressão seletiva dos grupos marxistas e libertários após o fim dos protestos de Junho de 2013, que não inviabilizou totalmente sua existência, mas, somada com os outros movimentos posteriores aos protestos, que ainda serão

dos movimentos sociais, é essencial trocarmos informações e vivências sobre como garantirmos nossa privacidade e segurança, tanto nas ruas quanto nas redes” (APH, 2014).

⁶² Para conhecer mais sobre a articulação #ResisteIzidora, cf: Bittencourt, 2016, cap.07 e Resiste Izidora, s/d.

⁶³ Cita-se, por exemplo, a realização da Resistência Cultural – Todos com Isidoro, que durou três dias nas ocupações Rosa Leão, Esperança e Vitória (RESISTE IZIDORA, 2014).

abordados, contribuiu para uma perda de força desse campo político. Assim, no sentido de corroborar com essa hipótese, que não poderá ser testada aqui, citam-se alguns outros eventos de repressão do campo, em Belo Horizonte e em outras cidades.

Em BH, acrescenta-se ao cenário já construído a detenção de quatro militantes do movimento Tarifa Zero BH, em 26 de janeiro de 2015, após realização de uma série de manifestações contra o aumento de tarifa de ônibus. O movimento entende trata-se de uma retaliação à realização de um ato, com queima de pneus em frente ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (VELOSO, 2017, p.354). Em agosto de 2015, ocorre o maior evento de repressão aos marxistas e libertários, em termos numéricos, quando a Tropa de Choque da Polícia Militar de Minas Gerais utilizou sua força para dispersar os manifestantes convocados pelo mesmo movimento. Na ocasião, mais de cem pessoas foram feridas, outra centena ficou sitiada em prédios nos arredores da manifestação, até que a PM autorizou a saída dos manifestantes, sem deixar de revistá-los antes, e sessenta participantes do protesto foram detidos (DOTTA, SANTOS, 2015).

Para citar o exemplo de outra cidade, em Goiânia, também houve uma forte perseguição ao movimento relacionado com as demandas do transporte público, sendo que em 23 de maio de 2014 três estudantes foram presos como parte da “Operação 2,80”, promovida pela polícia de Goiás, que acompanhava a atuação da Frente de Lutas pelo Transporte Coletivo. Os estudantes ficaram presos até obterem *habeas corpus*, passando a responder ao processo penal em liberdade e foram absolvidos em 2017 (DESNEURALIZADOR BRASIL, 2016). A atuação da Frente foi completamente inviabilizada pelo clima de medo, conforme narraram integrantes do grupo para a autora, em pesquisa de campo realizada, em Goiânia, no segundo semestre de 2017⁶⁴. No Rio de Janeiro, vinte e três ativistas foram processados por crimes como dano qualificado, resistência, lesões corporais, posse de artefatos explosivos, formação de quadrilha e corrupção de menores, tendo sido publicada a decisão condenatória, em primeira instância, no dia 17 de julho de 2018 (JUSTIFICANDO, 2018). Treze dos vinte e três ativistas, após tal condenação, publicaram nota na qual denunciavam abusos como produção ilegal de provas, invasões de residências e procedimentos persecutórios ao longo do processo (JUSTIFICANDO, 2018). No dia 26 de fevereiro de 2019, o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações que fossem baseadas em depoimentos de um policial que havia sido infiltrado

⁶⁴ Agradeço ao CNPq pelo financiamento para a realização do campo de pesquisa com militantes do campo autonomista da cidade de Goiânia, por meio do Projeto *Protestos e engajamento político: discurso e identidade em manifestações contemporâneas*. Agradeço, também, a todas as pessoas que se contribuíram para sua realização.

nas manifestações, de forma que o processo retorna a sua origem e os militantes, réus, seguem em liberdade (AMORIM, 2019).

Por mais que não faça parte do escopo desta dissertação a verificação da hipótese aqui levantada, entende-se que é importante compreender que a reação repressora aos grupos de esquerda que ganharam proeminência em Junho de 2013 e, por algum tempo depois desses protestos, é essencial para evitar análises simplistas de relação entre Junho e a ascensão da direita no país.

Com isso, passa-se para o segundo movimento, identificado como posterior à Copa do Mundo de 2014: o ganho de proeminência da agenda partidário-eleitoral. Passada a realização do megaevento, as eleições presidenciais tornam-se o foco do ano de 2014, tendo ocorrido uma disputa apertada entre a candidata à reeleição, Dilma Rousseff (PT), e o candidato do partido que encabeçava a oposição eleitoral, Aécio Neves (PSDB). A petista consegue ser reeleita com 51,64% dos votos válidos e Aécio Neves questiona a validade do resultado e a confiabilidade das urnas eletrônicas (MATIAS, ROSA, BULA, 2014). Ainda em 2014, inicia-se uma agenda em prol do *impeachment* da presidenta, que ganha maior fôlego em 2015, combinada com a Operação Lava Jato. Se as eleições têm a potência de tomar o foco da agenda política do país durante sua realização, os anos seguintes foram dominados pela disputa entre os defensores do *impeachment* e aqueles contrários. As ruas foram tomadas pela divisão entre os primeiros, vestidos de verde e amarelo, com dizeres contra a corrupção e contra o PT, e os segundos, de vermelho e em defesa de Dilma, acusando seus opositores de golpe (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015). Após a queda de Dilma, ainda houve um movimento pela saída de seu vice-presidente, Michel Temer (MDB), que passou a ocupar a presidência em maio de 2016, mas, com o tempo e a vitória dos verde-amarelos, as ruas voltaram a se arrefecer.

Neste cenário, a hegemonia da esquerda deixou de ser dos grupos marxistas libertários, que, se estiveram presentes nas ruas, foram em apoio à causa e não como protagonistas da defesa da presidenta. Assim, o Partido dos Trabalhadores e seus aliados voltaram a ocupar esse espaço de hegemonia até, inclusive, as eleições de 2018, quando esse continuou sendo o partido de esquerda que, apesar de derrotado, mais tinha capacidade de aglutinação de votos no país.

Se os marxistas libertários deixam de ter protagonismo no cenário de disputa partidário-eleitoral, eles têm certos momentos de irrupção, que foram identificados como o terceiro movimento posterior à Copa do Mundo para este campo. Como exemplos, citam-se, no final de 2013, os rolezinhos de jovens moradores das periferias urbanas em *shoppings*, inicialmente em

São Paulo, convocados de forma descentralizada pelo *Facebook*, mas que também se espalharam em outras cidades do país (BRAGA, 2017, p.232-233). Também, as ocupações de mais de mil escolas no Brasil em 2016 contra a reforma do ensino médio e a Proposta de Emenda à Constituição 241 (PEC 241), que estabeleceu um teto de 20 anos no orçamento público (M.R., 2016). Em 2015, São Paulo tinha presenciado, também, ocupações em escolas contra fechamentos de escolas no estado, mas é em 2016 que essa forma de ação, que remonta às ideias libertárias de ação direta, ganha o território nacional. No caso de 2016, a reivindicação ia contra as medidas adotadas pelo governo Temer, que, com a então PEC 241 (agora Emenda Constitucional 95/2016), viria a colocar, no texto constitucional, um teto de gastos públicos por vinte anos, além da reforma do Ensino Médio (M.R, 2016). As ocupações escolares se alastraram pelo país e tiveram protagonismo de estudantes secundaristas, mas também chegaram às universidades e a apoiadores que não estavam dentro dos prédios ocupados, que contribuíam doando aulas para os estudantes e alimentos (REDAÇÃO, 2016). A articulação também levou grupos para Brasília, em dois protestos de grande dimensão contra a PEC 241.

Além disso, os grupos marxistas libertários seguem atuando em suas localidades, talvez não mais de forma tão próxima e articulada, o que leva ao quarto ponto: do retorno às atuações localizadas. Assim, no caso belo-horizontino, das reivindicações e organizações apresentadas na seção 2.1, de antes de Junho, apenas o movimento Fora Lacerda, o COPAC e a Marcha das Vadias deixaram de existir, cada um a seu tempo. Por outro lado, como já foi apresentado, novas organizações e reivindicações passaram a atuar na cidade. Não é possível, aqui, levantar todas as ações desses grupos, mas compreende-se que eles persistem, apesar de terem perdido a visibilidade imediatamente posterior a Junho.

Finalmente, chega-se ao quinto ponto, do reencontro na disputa eleitoral. Alguns grupos e indivíduos das reivindicações antes, durante e depois de Junho de 2013, à esquerda, passaram para uma atuação político-eleitoral. A perspectiva seria de uma entrada neste espaço, até então pouco explorado pelos grupos, “ocupando” a política institucional com movimentos sociais e culturais e uma perspectiva de renovação política que ganhou força nas duas últimas eleições. Essa foi a experiência da campanha *Muitas pela Cidade que Queremos*, que buscou articular movimentos sociais diversos da cidade de Belo Horizonte para a entrada em um partido, no caso o PSOL, para a realização de um mandato que levasse as pautas desses movimentos para o Legislativo municipal. Duas vereadoras foram eleitas no ano de 2016 (Áurea Carolina e Cida Falabella – sendo que a primeira, após ser eleita Deputada Federal, foi substituída por Isabella Gonçalves em 2018), cujos mandatos buscam ser coletivos e de diálogo com suas bases de

movimentos. A campanha foi reeditada em 2018, agora na eleição estadual e federal, tendo conseguido a eleição de uma Deputada Estadual (Andreia de Jesus) e uma Deputada Federal (Áurea Carolina) pelo grupo (BARIFOUSE, 2018). Esse seria um reencontro de uma coalizão de grupos, mas, agora, com uma perspectiva eleitoral e heterodoxa, e portanto, não marxista libertária.

CAPÍTULO 3 – NÃO-ESQUERDA

*Não cante vitória muito cedo, não
Nem leve flores para a cova do inimigo
Que as lágrimas do jovem
São fortes como um segredo
Podem fazer renascer um mal antigo*

[...]

*Tudo poderia ter mudado, sim
Pelo trabalho que fizemos, tu e eu
Mas o dinheiro é cruel
E um vento forte levou os amigos
Para longe das conversas, dos cafés e dos abrigos
E nossa esperança de jovens não aconteceu
E nossa esperança de jovens não aconteceu, não, não*

Belchior, Não leve flores

A discussão a respeito das divisões possíveis dentro das manifestações de Junho de 2013 levou à sistematização, no capítulo anterior, dos acontecimentos antes, durante e após o evento na perspectiva de esquerda. Chega-se a este capítulo, então, com o objetivo de conhecer e sistematizar a participação, em Junho de 2013, de atores não identificados com a esquerda – em especial, essa esquerda de orientações marxistas e libertárias. Serão analisadas as entrevistas realizadas, de forma que são retomados os de seleção de entrevistados, já justificados na seção de metodologia e ao final do capítulo 1. São eles: sujeitos engajados em organizações de direita durante e após Junho de 2013 ou pessoas que utilizaram as cores da bandeira do Brasil nos protestos. São indicadores abrangentes, especialmente, porque não se queria restringir a pesquisa a grupos coesos de direita liberal ou conservadora, tendo em vista as fortes dimensões da difusão e da não mediação por organizações vindas de 2013. Vale ressaltar que esse critério amplo de escolha de entrevistas levou à seleção de duas pessoas que se identificaram com a centro-esquerda e, algumas que se colocaram próximas ao centro e centro-direita. Isso não se mostra como um problema, uma vez que o objetivo da seleção era, justamente, isolar os grupos marxistas e libertários, de forma que o presente capítulo não trata, apenas, da direita política.

Este capítulo, então, busca uma simetria com o anterior, mas, agora, com foco nas narrativas sobre Junho de 2013, vindas de entrevistados que, à época, se definiriam como “não-esquerda”, seguindo a divisão provisória aqui proposta. Para tanto, utilizam-se, principalmente, as interpretações advindas das entrevistas realizadas. O capítulo está dividido nas seções a respeito: (3.1) dos engajamentos dos entrevistados antes de Junho; (3.2) das interpretações

sobre o começo de Junho de 2013, a participação nos protestos e seu dia-a-dia; (3.3) das compreensões quanto aos eventos posteriores a Junho; (3.4) dos sentidos que os indivíduos dão a sua participação nos protestos; (3.5) da atuação da direita durante e após os protestos.

3.1. Antes de Junho de 2013

A presença e atuação de organizações não identificadas com a esquerda antes de Junho de 2013 constitui uma ampla agenda de pesquisa e um terreno vasto a ser explorado⁶⁵. Esta dissertação busca contribuir para a compreensão do engajamento de sujeitos de não-esquerda antes de Junho, porém com a limitação da metodologia adotada, pela qual será possível conhecer apenas os grupos nos quais os entrevistados atuavam. Não se trata, então, de um levantamento exaustivo de organizações, mas de uma contextualização que permite a construção de hipóteses e algumas inferências. Especialmente, será possível compreender as formas de participação política desses atores e as narrativas em torno delas – e não um mapeamento de organizações, que não é objetivo aqui. Para tanto, estão sistematizadas, no quadro abaixo, as participações dos entrevistados em organizações, antes e depois de Junho de 2013, em Belo Horizonte.

Quadro 01: Participação em organizações políticas antes e depois de Junho de 2013*

Participação em organizações políticas antes de Junho de 2013	Participação em organizações políticas depois de Junho de 2013
Não participava	s/d: Participação no Mulheres da Inconfidência
Década de 90 até início dos anos 2000: filiado ao PSDB Não participava de organizações em Junho de 2013	2015: Filiação ao Partido Novo
Não participava	2016: Filiação ao PSDB s/d: Juventude Estadual do PSDB 2016: Participação no MBL
Não participava	2013: Participação no Patriotas 2014: Saída do Patriotas
2013: Movimento Estudantil na Faculdade de Direito da UFMG	2017: Participação no movimento Acredito
Não participava	Não participa Afinidade com Partido Novo
Não participava 2011: Assessoria do Governador Antônio Anastasia (PSDB)	Não participa Interesse de se filiar ao Partido Novo
Não participava	2015: Participação no Patriotas
Não participava	2017: Participação no movimento Acredito
Não participava	2018: Participação no MBL

⁶⁵ Citam-se os trabalhos de Rocha (2017) e de Casimiro (2018) como exemplos de trabalhos que têm buscado mapear organizações de direita em atuação nas últimas décadas.

Participação em organizações políticas antes de Junho de 2013	Participação em organizações políticas depois de Junho de 2013
s/d: Filiação ao PSDB 2011: Assessoria do Governador Antônio Anastasia (PSDB)	Filiado ao PSDB 2014: Encerra assessoria do Anastasia (PSDB) 2015: Assessoria do governador Pimentel (PT) 2015: Transferência para cargo em Brasília, onde permanece até 2016
Não participava	2015: Filiação ao Novo 2016: Desfiliação do Novo 2017: Participação no movimento Valor Ocidental
Não participava	s/d: Grêmio estudantil 2016: Participação no Livres
s/d: Grêmio Estudantil no Colégio Sagrado Coração de Maria 2004: Diretório Acadêmico da FUMEC	Não participa
2011: Turma do Chapéu 2012: Filiação ao PSDB 2012: Atuação na campanha do candidato Márcio Lacerda, para Prefeitura de Belo Horizonte	2015: Saída da Turma do Chapéu 2015: Desfiliação do PSDB Não se filiou a outro partido 2018: Assessoria do prefeito Alexandre Kalil
2012: Filiação ao PSDB	2015: Executiva de Juventude do PSDB 2016/2017: Desfiliação do PSDB
N/R	2018: Participação no MBL
s/d: Movimento Estudantil no Ensino Médio 2005: Filiação ao PSDB 2008: Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito Milton Campos 2010: Turma do Chapéu 2011: Cargo no Governo de Minas Gerais Maio/2013: Desfiliação do PSDB	2014: Encerra cargo no Governo de Minas Gerais s/d: Participação no RenovaBR s/d: Participação no Livres

Fonte: Elaboração própria com base no conteúdo das entrevistas.

* A identificação dos entrevistados em números foi suprimida e sua ordem de apresentação foi aleatorizada, para fins de manutenção do anonimato dos participantes das entrevistas.

Legenda: N/R – Não Respondeu; s/d – sem data [data da entrada na organização não foi indicada na entrevista]

Da análise do Quadro 01, a respeito da participação política dos entrevistados, depreende-se que há uma centralidade no PSDB nessas experiências. É importante mencionar que a forma de acesso aos entrevistados, a partir da técnica da bola de neve (WEISS, 1994), não tem a precisão estatística de generalização. Então, não se quer dizer que a participação no PSDB era a única ou a mais importante forma de atuação política, mas, sim, que, dentre os entrevistados, o partido teve uma centralidade. Em seguida, utilizando-se, também, da literatura e conhecendo-se um pouco mais da atuação do partido e de seus movimentos de juventude em Belo Horizonte e em Minas Gerais, é possível argumentar pela força do PSDB como articulador da direita, antes de Junho de 2013, inclusive devido a seu papel aglutinador de oposição ao PT à época.

Por ora, apresentado o quadro, é possível verificar que, das dezessete pessoas que responderam ao questionamento sobre participação em alguma organização política antes de Junho de 2013, cinco chegaram a ser filiadas ao PSDB, sendo que duas delas não eram mais no momento dos protestos. No que diz respeito aos movimentos de juventude, havia participação

de entrevistados na Turma do Chapéu, esta, também, ligada ao PSDB e, no movimento estudantil, este tradicionalmente mais ligado à esquerda. Contudo, a maior parte das pessoas não tinha qualquer experiência de participação em organizações políticas antes de Junho. É o caso de onze dos dezessete respondentes. O cenário se inverte no momento posterior a Junho de 2013: quinze dos dezoito entrevistados têm participação em alguma organização política.

Quanto à autoidentificação a respeito de seu posicionamento político, apresentam-se, abaixo, alguns excertos de falas dos entrevistados, quando questionados.

Quadro 02 – Identificação Política dos Entrevistados

Número	Idade	Sexo	Raça/Cor	Identidade Política
Entrevistado 01	35	M	Branco	N/R
Entrevistado 02	25	M	Branco	"Eu sempre me vi um pouco mais como centro-esquerda, assim, no máximo"
Entrevistado 03	24	M	N/R	"Eu já me identifiquei como uma pessoa liberal, uma pessoa de direita, hoje o Brasil me obriga a me identificar como uma pessoa de centro, porque a gente redefiniu o que é direita no Brasil".
Entrevistado 04	33	M	N/R	"Quando eu converso com meus colegas das Ciências Sociais eles me veem como um direitoso, direitão, mas dentro do partido, nessas discussões que eu travo, eu sou visto como extrema esquerda, então estou em algum lugar perdido ali e acabo, talvez, me encontrando no centro, alguma coisa desse tipo"
Entrevistado 05	21	M	"De parda para branca"	"Eu sou um social liberal"
Entrevistada 06	28	F	Branca	"Centro-esquerda, por esse lado de progressista, principalmente em relação aos costumes, não conservadora. E em relação ao mercado um pouco mais livre"
Entrevistado 07	26	M	N/R	"Até surgir o Bolsonaro eu me considerava de direita e quando surge o Bolsonaro, eu não quero ser, se o Bolsonaro é de direita eu não quero ser de direita. Não sei, eu me considero liberal."
Entrevistado 08	49	M	Pardo	"Se você for falar comigo economicamente, eu acho que o liberalismo é o melhor caminho. [...] Agora, quando a gente fala no campo do costume e no campo da moral, eu já tenho uma visão um pouco mais conservadora"
Entrevistada 09	54	F	Branca	"Eu acho que sou do meio, tendendo para a direita"
Entrevistado 10	36	M	Branco	"Eu acho que hoje a gente não pode se estabelecer: 'eu sou de direita ou de esquerda'. [...] Então posso falar que sou um social democrata. Eu tenho um aspecto liberal muitas vezes para o mercado [...] [E na visão de mundo] Liberal. Eu sou menos conservador"
Entrevistada 11	50	F	Branca	"Eu sou uma pessoa de direita. Mas eu diria que uma pessoa que acredita que o liberalismo é um bom caminho, mas um liberalismo moderado ainda no Brasil. Acha que o Brasil ainda tem um dever pra fazer em relação ao social [...]. Em termos de costumes eu não sou exatamente uma pessoa radical de direita"
Entrevistado 12	21	M	Negro	"Sou de direita conservador, mas sou liberal na economia"

Número	Idade	Sexo	Raça/Cor	Identidade Política
Entrevistado 13	N/R	M	Branco	"Sou de direita, conservador, pró liberdade econômica"
Entrevistado 14	25	M	Branco	"Eu me identifico como um social democrata. Mas não aquele social democrata fervoroso. Eu tenho algumas posições mais conservadoras e outras são mais liberais, então eu me coloco lá como um centro direita, mas bem centrão"
Entrevistado 15	68	M	Branco	Entende que é "mais de direita, porque a esquerda está suja"
Entrevistado 16	32	M	Pardo	"Como as pessoas em geral gostam de colocar como esquerda e direita, eu digo que sou um cara centrista. Num processo mais profundo eu diria que eu sou um social liberal, ou social democrata, a depender do viés. Liberal nos costumes, sem sombra de dúvida, e na economia defendendo que o Estado não deve intervir além da conta"
Entrevistada 17	24	F	Branca	"Sou mais liberal economicamente falando, acredito que nos costumes eu seja mais conservadora"
Entrevistada 18	N/R	F	N/R	N/R

Fonte: Elaboração própria com base no conteúdo das entrevistas.

Legenda: F= Feminino; M= Masculino; N/R = Não Respondeu

No que diz respeito às identificações políticas que as pessoas entrevistadas têm de si mesmas, várias não respondem diretamente à pergunta. Alguns entrevistados diferenciam suas posições entre a economia e os costumes, fazendo combinações entre posicionamentos liberal e conservador em cada um desses parâmetros. Surgem pessoas com ideias de moderação, de identificação com o centro e com a social democracia e duas se identificam com a centro-esquerda. Durante as entrevistas, perfis mais autoritários apareceram, embora não afirmados no momento da pergunta a respeito de sua identificação política. Esse é o caso do Entrevistado 12 e do Entrevistado 15, que são favoráveis à intervenção militar como solução para o Brasil hoje, fato percebido ao longo da fala de cada um. Dessa forma, percebe-se que foi possível encontrar uma variedade de posicionamentos políticos no espectro de centro-esquerda à direita mais extrema.

Após essa visão geral, passa-se a uma apresentação dos espaços políticos de que eles participavam antes de Junho. Frisa-se que esta é uma apresentação das organizações identificadas pelos próprios entrevistados, cujas experiências e interpretações são as linhas condutoras do presente capítulo. Serão vistos elementos do histórico de cada uma das organizações e algumas formas de atuação em Belo Horizonte antes de Junho. Serão abordados: (i) o PSDB; (ii) a Turma do Chapéu e outros movimentos de juventude e (iii) a ausência de engajamento político dos entrevistados.

3.1.1. O PSDB

Como se depreende do Quadro 01, todos os entrevistados que, antes de Junho de 2013, tinham alguma filiação partidária estavam filiados ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O PSDB surgiu em 1988 como uma ruptura de um grupo que compunha o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB – atual Movimento Democrático Brasileiro, MDB). As interpretações a respeito das causas de tal rompimento ainda geram debates. Roma (2002) pontua a existência de uma interpretação dominante, segundo a qual a ruptura teria uma origem ideológica, uma vez que o PSDB teria se originado com uma orientação de centro-esquerda. Segunda tal visão, o partido teria feito um movimento de deslocamento no espectro político a partir de 1994, chegando à direita (ROMA, 2002, p.71). O autor, por sua vez, traz uma análise da estrutura do partido e de suas decisões e chega à conclusão de que haveria um posicionamento público do novo partido à centro-esquerda, mas seu programa de governo⁶⁶ teria sido orientado, desde o início por uma agenda política liberal (ROMA, 2002, p.75). Dessa forma, busca-se salientar que, seja a partir de uma guinada à direita, seja de uma orientação vinda das lideranças partidárias de afinidade liberal desde sua concepção, o PSDB ocupa (ou, ao menos ocupava⁶⁷) um importante papel político-partidário da direita brasileira.

O PSDB, portanto, se torna um importante partido de referência à direita, tendo ocupado a presidência do país entre 1995 e 2003. Ele também se consolida, após sua saída do governo federal, como ponto de oposição aos governos petistas e como alternativa ao lulismo, fazendo-se presente nos embates eleitorais nacionais, chegando ao segundo turno em oposição ao PT. Em Minas Gerais, o PSDB estava no governo desde 2003, com dois mandatos consecutivos de Aécio Neves, que saiu do posto para se tornar senador em 2010. Na ocasião, Antônio Anastasia, seu vice-governador e correligionário, assumiu o cargo e disputou eleições para se tornar governador. Ele saiu vitorioso e iniciou seu novo mandato como governador de Minas Gerais em 2011. Antes deles, Eduardo Azeredo foi o primeiro governador de Minas Gerais pelo PSDB, entre 1995 e 1999. Assim, vê-se que o partido tem uma relevância significativa para o Estado. Em Belo Horizonte, o ele esteve à frente da prefeitura por um mandato, compartilhado entre Pimenta da Veiga e Eduardo Azeredo, seu vice, ambos tucanos. O prefeito da cidade, em Junho de 2013, Márcio Lacerda (PSB), foi eleito com apoio do PSDB e do PT, no seu primeiro

⁶⁶ Para o Programa do PSDB, cf. PSDB, 1988.

⁶⁷ O surgimento de uma nova direita no Brasil tem levado ao questionamento a respeito do papel do PSDB no espectro político brasileiro. Alguns entrevistados, inclusive, afirmam que não se identificam mais com a direita, se ela for considerada a partir dos extremos que tem ganhado no país. Por exemplo, o Entrevistado 07 afirma que: “Até surgir o Bolsonaro eu me considerava de direita e quando surge o Bolsonaro, eu não quero ser, se o Bolsonaro é de direita eu não quero ser de direita”.

mandato, e, no segundo, com apoio do PSDB. Por ter grande força, também, no Estado de Minas Gerais, não é de se estranhar que, dentre aqueles que tinham uma atuação política anterior aos protestos de 2013, o PSDB fosse uma força aglutinadora.

No que diz respeito à atuação do partido nos protestos de Junho de 2013, os entrevistados que eram filiados ao PSDB à época foram consensuais em afirmar que não houve tal articulação. A participação desses militantes, então, se deu a partir de decisões individuais de irem aos protestos, conforme conta:

Entrevistado 01: Durante o período, eu estava filiado ao PSDB. Mas que eu me lembro, se eu puder acrescentar, **o PSDB em si, não mobilizou dentro da cidade de Belo Horizonte, nenhum tipo de movimento para participar dessas manifestações**, até porque houve um rechaço a partidos políticos, né, tanto a esquerda, quanto de centro, direita [...]. Então, eu fui como cidadão, não fui como membro de partido político.

Entende-se, portanto, que, apesar de o PSDB ter uma relevância na política local e nacional, sua atuação, como organização, não foi central em Junho de 2013. De fato, o partido atua mais como governo, ou seja, com respostas aos protestos, como é o caso da tentativa de impedir a realização de qualquer manifestação em Minas Gerais durante o período da Copa das Confederações e da reunião realizada com alguns manifestantes. Como se depreende da fala citada e ficará mais claro, seus filiados participaram de forma desarticulada, convocados por um sentimento de participação difuso.

3.1.2. A Turma do Chapéu e outros movimentos de juventude

Os movimentos de juventude são uma forma tradicional de engajamento de pessoas novas que se aproximam de uma atuação política, seja pela via partidária, seja pelo movimento estudantil. No Quadro 01, foi possível perceber a experiência de alguns entrevistados em ambas formas de organizações juvenis, sendo que a que tinha mais relevo em Belo Horizonte era a Turma do Chapéu. Assim, esta organização será tratada com maior enfoque aqui e, ao final, serão abordados alguns elementos sobre a Juventude do PSDB e o movimento estudantil.

A Turma do Chapéu era uma organização de juventude, relacionada com o PSDB, mas desvinculada da Juventude do Partido. Sua proposta era conseguir um maior engajamento de jovens na agenda política e partidária sem a necessidade de integrá-los na burocracia do partido,

vista como desmobilizadora. Gabriel Azevedo, um de seus fundadores, conta em seu *blog* que os integrantes se questionavam: “como poderíamos ajudar na campanha sem estar exatamente dentro da estrutura da juventude partidária? Como engajar jovens sem filiá-los na legenda?” (AZEVEDO, 2015, s/p). Assim:

A Turma do Chapéu nasceu em 25 de Junho de 2010. Um grupo de jovens mineiros queria participar da campanha eleitoral de uma maneira mais inovadora. Queríamos fazer a diferença. Logo no primeiro evento, o lançamento do candidato Professor Antonio Anastasia ao Governo do Estado resolvemos usar redes digitais, câmeras e, principalmente, interação para mostrar a política por outro ângulo (PSDB, 2011, s/p).

Em sua atuação, a Turma do Chapéu buscou dar uma experiência mais descontraída à participação política, usando fortemente da comunicação política digital para a atuação em campanhas eleitorais e em outros assuntos relacionados ao partido. As viagens pelas 27 capitais do país e, também, pelo interior de Minas Gerais marcaram a atuação do grupo, que eram vistas como uma forma de conseguir novos membros – os quais passavam por um processo de seleção – de realizar uma formação política e de ajudar o partido nas campanhas eleitorais (AZEVEDO, 2015). Sobre a Turma do Chapéu:

Entrevistado 03: Eu via em movimentos, tipo a Turma do Chapéu, como uma oportunidade de **receber essas pessoas que estavam interessadas em participar desse processo, próximo, ideologicamente do PSDB, sem estar na estrutura do PSDB, porque não tinha o que fazer no PSDB.** Não tinha uma atividade sendo desenvolvida. E a Turma do Chapéu era contratada do Instituto Teotônio Vilela, que era o órgão de formação política, para desenvolver essas atividades. Então tinham atividades muito interessantes.

Ele diferencia a Turma do Chapéu da Juventude do PSDB, sendo que um desses elementos é o fato de que “tinha um membro da Turma do Chapéu, que era o [Fulano⁶⁸] que tinha cargo no governo do Estado, todo o resto não tinha. Era muito diferente da Juventude partidária, porque todo mundo ali tinha cargos e tinha cargos muito baixos no governo do Estado” (Entrevistado 03). A organização da Turma do Chapéu, então, buscava se diferenciar de uma atuação voltada para a distribuição de cargos no governo. Em entrevista, Gabriel Azevedo conta, animado, da forma de organização do grupo:

Novidade! *Nós não temos cargos! Nem patentes, tampouco hierarquia! Temos encargos! Quem filma, quem cria, quem mobiliza, quem edita, quem escreve.... Funcionamos em rede!* Temos cerca de 20 colaboradores mais próximos e cerca de 100 candidatos que desejam fazer parte. Na última etapa que abrimos inscrições para que as pessoas pudessem participar do projeto “Chapéu na Estrada”, tivemos 512 inscrições! (PSDB, 2011, s/p - grifamos).

⁶⁸ Menções a nomes serão omitidas para preservação de anonimato.

Aqui, é interessante notar como a organização em rede surge como uma qualidade para o grupo e, de alguma forma, dialoga com a horizontalidade identificada em Junho de 2013. A Turma do Chapéu seria, assim, uma alternativa desburocratizante de atuação próxima ao PSDB, trazendo propostas tidas como inovadoras da comunicação política digital e de uma organização mais fluida. Vale pontuar, de todo modo, que ainda se trata de uma atuação que gira em torno do partido, reafirmando o peso dessa organização para a direita no período anterior a Junho. A Turma do Chapéu acabou em 2015, segundo o Entrevistado 03 e, atualmente, seus meios de comunicação – tão essenciais para sua atuação – foram todos tirados do ar.

Por sua vez, a Juventude do PSDB, integrada na estrutura organizacional do partido, é chamada, também, de PSDB Jovem. Diferente da Turma do Chapéu, nela existem cargos e uma Coordenação Executiva, para a qual só têm direito de votar e ser votado os integrantes filiados ao partido (VALPARAÍZO, 2000). Como se nota no Quadro 01, dois entrevistados passaram a participar da Juventude do PSDB após os protestos de Junho de 2013, mas não foram entrevistadas pessoas dessa organização antes de Junho.

Finalmente, a outra forma de engajamento político de juventude mencionada pelos entrevistados foi o movimento estudantil. Espaço clássico de formação política de várias pessoas, o movimento estudantil belo-horizontino vinha sendo hegemônico pela esquerda, seja por meio de organizações de juventude partidária ou por pessoas independentes que tinham tal posição política. Ao longo das entrevistas, não foi possível conhecer muito sobre a atuação específica de cada organização de movimento estudantil de que cada entrevistado fez parte. É possível, porém, afirmar que algumas falas dos entrevistados indicavam posições independentes de partidos por parte das organizações do movimento estudantil e, uma ou outra, se aproximava de grupos de esquerda. Com isso, busca-se pontuar que tal forma de engajamento estava presente nas experiências anteriores a Junho de 2013 e não era uma atuação especificamente de direita.

3.1.3. O não-engajamento político

Como visto no Quadro 01, a maior parte dos entrevistados não tinha experiência de participação em organizações políticas antes dos protestos de 2013, tendo, inclusive, ido aos protestos de forma individual ou entre amigos, sem filiações a grupos ou coletivos políticos.

As motivações para esse não engajamento foram variadas, sendo que o Entrevistado 15 e a Entrevistada 09 apontaram como razão um sentimento anti-político. O Entrevistado 15 conta que, ainda novo, aprendeu que a política não era legal – sua família, em Barbacena, era política, mas seu pai não era, ele era crítico e falava para os filhos que “ou eles cuidavam da própria vida ou eram políticos”. Parte dessa crítica, que ele compartilha com o pai, vinha de uma ideia de “aproveitamento do [bem] público” pelos políticos. Por sua vez, a Entrevistada 09 afirma: “Eu acompanho o que está acontecendo pra mim [sic] não ser leiga, mas eu detesto política, eu detesto político, entendeu? Eu acho que esse povo, assim, me passa uma impressão de gente oportunista, mal caráter, mentirosa, demagoga, não gosto desse tipo de pessoa na minha vida”.

Os Entrevistados 12 e 14 contam que, talvez devido a sua idade e ao perfil familiar de pouco envolvimento com a política, suas mães não os deixavam participar de manifestações. Para o Entrevistado 14, os protestos de Junho de 2013 foram o momento no qual ele confrontou sua mãe para poder participar: “Eu sempre tive aquela vontade, mas eu tomei a coragem de virar pra minha mãe e falar: ‘Não, eu vou!’ foi em 2013” (Entrevistado 14). Ao contrário dele, o Entrevistado 12 só tomou tal iniciativa nos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, não tendo ido às ruas em 2013.

Por sua vez, o Entrevistado 08, que chegou a ser filiado ao PSDB durante alguns anos, conta que, por motivos profissionais, afastou-se da política, porque ficou: “cuidando da empresa, né. [...] Viajei muito, fiquei muito tempo fora, no exterior, que me ajudou, inclusive, a ter algumas percepções políticas que tenho hoje, né, devido a essa minha experiência profissional, principalmente de fora”. O Entrevistado 13 também narra que não se engajava politicamente por ter outras prioridades no seu cotidiano, e conta que vivia “uma vida pacata, normal, do dia-a-dia, sabendo que havia problemas [...]. Mas a partir do momento de eu começar a ler mais, a tomar conhecimento, comecei a perceber. E foi na esteira dos primeiros protestos de 2013”.

Dessa maneira, como será desenvolvido, havia uma presença forte de pessoas sem engajamento prévio nas manifestações de Junho de 2013 e outras que passaram a se engajar politicamente após os protestos. Aquele mês foi, para muitas delas, um despertar que as tirou de uma rotina cotidiana afastada da política e as impulsionou para outras formas de participação.

3.2. Durante Junho de 2013

Em conformidade com o apresentado anteriormente, será feita uma apresentação do dia-dia de Junho de 2013, a partir dos relatos das entrevistas realizadas.

3.2.1. O começo de Junho e suas causas

O começo de Junho de 2013 é retomado pela maior parte dos entrevistados como marcos a causa dos 20 centavos na tarifa de ônibus em São Paulo e a repressão policial ocorrida em tal cidade, noticiada pela imprensa, e que teria levado à ampliação dos protestos por todo o país. À exceção do Entrevistado 05, que relaciona, brevemente, os protestos à onda global iniciada nas revoltas do Oriente Médio, e da Entrevistada 09, que trata das manifestações como iniciadas na Praça Sete, de Belo Horizonte, contra o aumento das passagens, a leitura geral é de que o começo estaria na cidade de São Paulo. Nesse sentido, a história contada segue, em linhas gerais, o apresentado a seguir:

Entrevistado 16: Eu me lembro que as manifestações começaram em São Paulo, alavancadas por movimentos mais ligados à questão da mobilidade urbana e elas ganharam um contorno de comoção nacional quando houve cenas de violência policial contra alguns participantes em São Paulo. E isso ampliou o movimento por lá e fez com que o movimento ganhasse outras rodadas em outras capitais.

Parte dessa comoção nacional viria de uma virada de cobertura midiática:

Entrevistada 06: [...] E a minha percepção é de que quando a resposta [...] do governo de São Paulo é de boicotar, de reagir muito violentamente, começa a ter uma aceitação de parte da sociedade [...]. **Em algum momento teve uma virada, que eu não sei explicar como [...] em que a mídia passa a apoiar isso.** E eu acho que começou a tomar uma proporção tão grande, que aí é a hora que chega pra gente [...]. Aí a causa começa a ficar um pouco mais difusa né.

O Entrevistado 14, que corrobora com tal narrativa, entende que houve uma diversificação nos perfis de manifestantes: “pessoas que estavam lá nas ruas não têm as mesmas ideologias que as pessoas que começaram as manifestações. Mas acabou tomando uma dimensão muito grande né? Acabou que todo o país se mobilizou, independente de ideologias”. Segundo o Entrevistado 05, a ampliação de pautas teria uma relação com a entrada de novos

atores, mais velhos, nos protestos: “E você vê que no caminho dos acontecimentos, ele começa a ficar cada vez mais velho, ele vai crescendo de idade. [...] E aí, com isso, outras questões são colocadas em pauta”.

Algumas pessoas se identificavam, de alguma forma, com a pauta do transporte público, seja com a própria ideia de passe livre, como é o caso do Entrevistado 14, ou com a demanda de transparência nos contratos de concessão do serviço, para a Entrevistada 06. Contudo, alguns entrevistados fizeram questão de se afirmar contrários à demanda tarifária, apesar de identificá-la como originária dos protestos, como é o caso do Entrevistado 03, que pontua: “OK, o pessoal do ônibus de graça. Vai lá o pessoal do ônibus de graça. Eu olho com um certo desprezo, não é minha pauta, eu não acho interessante”.

Se as narrativas de começo e ampliação dos protestos são semelhantes, as motivações pessoais para a participação nas manifestações eram diversas e nem sempre identificadas com os temas levantados em seu início. Em meio a tamanha pluralidade, alguns dos entrevistados narram que sua própria participação vinha sem muita certeza dos motivos:

Entrevistado 08: [...] Eu estava ali na expectativa de... **mas ainda de uma forma errática, eu acho, hoje fazendo essa análise, porque estava protestando por protestar**, sem... Achando ruim, mas sem botar nomes nos bois, né. Tipo assim, sem aquela preocupação, num primeiro momento de: “É por causa disso, é por causa daquilo”. Ou, se é por causa daquilo, qual que é a solução pra se dar? Qual a solução então né, porque apontar sem dar solução também, pra mim, hoje, na minha percepção é bobagem.

Essa participação ainda sem muita direção, é apontada também como um sentimento de dever de estar nas ruas, em um momento histórico, como já foi tratado em outros momentos (MENDONÇA, 2017). O Entrevistado 05 pontua que uma de suas razões para ter participado dos protestos de Junho de 2013 “era a crença de que eu estava fazendo algo importante”. De forma semelhante, o Entrevistado 14 afirmou que “Sempre achei o brasileiro um povo muito inerte politicamente. E quando eu vi a engajação [sic] popular, eu quis fazer parte também”. A participação nos protestos também é vista, pela Entrevistada 09, como uma maneira de sentir “que pelo menos você está tentando alguma coisa, dentro do que você pode”. Há quem identifique um envolvimento de caráter de enxame e, por vezes, sem sentido, como é o caso a seguir:

Entrevistado 07: Muita gente também foi na onda, encontrei com vários amigos, várias pessoas que eu jamais poderia imaginar que tinham qualquer

tipo de posicionamento político, qualquer tipo de afinidade política e que **foram, porque meio que virou uma festa, digamos assim, que virou moda à época.** Era um grupo muito grande, então você conseguia ter um pouco de várias coisas lá dentro.

Tendo em vista essa amplitude e multiplicidade dos protestos, o Entrevistado 16, entende que a causa não era muito clara, mas era de “insatisfação generalizada” e o Entrevistado 07 afirma que “era um pouquinho de cada coisa, cada um fazendo uma reivindicação que acreditava ser justa e que no final você tinha aquele híbrido ali se manifestando contra tudo e contra todos”. Há quem busque listar tais causas, por vezes até perdendo a conta no meio do resgate de motivos. Por exemplo, o Entrevistado 01 faz uma lista que envolve temas como a ineficiência do transporte público, demandas represadas por serviços, o combate à corrupção, os megaeventos e a insatisfação da classe média e conclui: “é difícil a gente achar uma causa principal”. Como se verá, há uma forte crítica desenvolvida pelos entrevistados à difusão de pautas e a uma participação vista como inconsequente nos protestos.

Mesmo reconhecendo as dificuldades de encontrar causas específicas para Junho, a questão econômica foi levantada por várias pessoas como motivo de sua própria insatisfação e que teria, também, levado outras pessoas aos protestos. Foram retomados marcos como “a crise na energia, a crise na conta de água. Crise no gás também teve” (Entrevistada 18), a alta do preço de tomates e a inflação. Nessa narrativa, já era possível sentir os primeiros efeitos da crise econômica que se aprofundaria no Brasil nos anos seguintes, como disse o Entrevistado 08: “o Brasil estava começando a falir na parte econômica, estava começando a entrar num processo de declínio e com os índices de deterioração da vida”.

A partir da questão econômica, alguns entrevistados fazem uma conexão direta entre o governo petista e uma crítica a sua política econômica. O Entrevistado 14 questiona o controle da crise econômica de 2009 pelo PT e continua: “Se não me engano a inflação já estava começando a comer também, isso era um dos motivos que me causavam revolta a ponto de ir, mas o maior mesmo era oposição ao PT e a inflação”. De forma semelhante:

Entrevistado 05: Eu era crítico ao governo petista na época, continuo sendo, hoje, bastante crítico, não escondo. Via falhas no sistema, principalmente, porque [...] **eu olho muito pra economia, para dados. [...] Então eu estava indo pra realmente criticar o governo.** Eu achava o governo incompetente, como eu acho até hoje que foi.

Por sua vez, a Entrevistada 11 faz uma relação entre a crise econômica e a corrupção, sendo que a manifestação seria “sobre a insatisfação quanto aos rumos econômicos e, aí, foi entrando essa questão da corrupção, Mensalão”. O Mensalão também é lembrado pelo Entrevistado 04, que afirma: “desde a época do Mensalão já existe uma pequena revolta por causa da corrupção, isso aí acabou surgindo antes até das manifestações, que talvez tenha influenciado no início. Não no início, mas no engajamento completo da população”. O tema da corrupção é chave para a ida da Entrevistada 09 aos protestos, que só participou quando o chamado para as ruas deixou de ser sobre o transporte público e passou para a crítica à corrupção e ao sistema político:

Entrevistada 09: [...] Lembro que começou, aquilo que eu te falei, uma manifestação na Praça Sete, negócio do aumento da passagem. **Só que nas redes sociais começou um movimento de aproveitar a situação e todo mundo ir pra rua pra lutar, pra mostrar a insatisfação com o sistema corrupto, de corrupção política, o sistema político.** Então isso criou uma dimensão enorme, nas redes sociais e mobilizou todo mundo pra ir pra rua mesmo, e foi o que eu fiz. Eu e todo mundo que eu relaciono, que estava pensando na mesma coisa. E todo mundo foi, como eu te falei, todo mundo parecia que estava numa chaleira, esquentando e foi todo mundo [...].

A Entrevistada 09 relaciona a crítica à corrupção com uma crítica ao sistema político como um todo, como se vê também em sua fala: “Os protestos, as causas eram a indignação com o sistema, a indignação com a corrupção na cara da gente, é... Essas coisas, a gente queria que mudasse a política, a ideologia da política, que voltasse a... Porque todo mundo que é honesto se sentia ridículo”.

Outras pessoas entendem que a insatisfação generalizada dos protestos se identificava com uma crítica à classe política, sem fazer tal conexão com a corrupção. Segundo o Entrevistado 16, tal insatisfação viria de uma “distância entre classe política e sociedade”. De forma semelhante, o Entrevistado 10 que os protestos vinham da: “insatisfação com a classe política. Aquilo ali era óbvio. As bandeiras eram várias. ‘Menos estádio mais saúde’, ‘Menos isso, mais educação’. Mas isso são pautas, vamos dizer, eram bandeiras naturais de uma classe política”.

Ocorre, também, uma identificação com uma crise mais ampla, que envolveria o Estado como um todo:

Entrevistado 08: Encontrei pessoas que estavam insatisfeitas por diversos motivos, diversos motivos e no final a gente via que era o Estado atrás disso tudo. **O Estado como o grande fomentador de uma crise de diversas ordens, está entendendo?** Seja social por causa de violência, seja econômica por causa do modelo econômico, entende?

Contudo, essa identificação de uma grande crise política não foi consensual dentre as entrevistas, sendo interessante conhecer a crítica desenvolvida pelo Entrevistado 04 a essa análise. Ele, que tem uma trajetória da burocracia estatal, percebeu um “desprezo que é manifestado pela política, pelos políticos e pelo Estado”, que já o incomodava à época:

Entrevistado 04: E quando aconteceu esse protesto de 2013 eu me senti um pouco, assim, um pouco... **Pela minha trajetória, pela minha personalidade, por aquilo que eu acreditava, eu senti um pouco que esse protesto era contra mim e contra gente como eu, sabe?** Que está lá, o Estado tentando fazer as coisas acontecerem, assim. Que é um trabalho de formiguinha, que é um trabalho que ganha pouco, que é um trabalho pouco reconhecido. [...] E é um trabalho que sofre muito preconceito, porque todo mundo acha que todo mundo que trabalha no Estado é corrupto, que é preguiçoso, que é... [...] **E eu vi assim, quem eram as pessoas que estavam manifestando naquele momento? Eram pessoas que nunca haviam, até aquele momento, se interessado por nenhum tipo de debate político, sabe?**

Para o Entrevistado 04, suas motivações para participar dos protestos se aproximavam mais a demandas como uma “reforma política que pense numa nova forma de financiar candidaturas e partidos, né? Que tire protagonismo dos grandes financiadores, algo desse tipo” ou serviços públicos básicos.

Outra razão levantada foram as críticas à realização da Copa do Mundo, que foram motivações para o Entrevistado 02 e o Entrevistado 07 estarem nos protestos de 2013. O primeiro identifica o COPAC como referência e o segundo não faz tal relação, narrando as análises realizadas pelo Deputado Romário ao megaevento como razão para seu descontentamento com o megaevento.

Algumas pessoas mencionaram que participaram das manifestações por “curiosidade”, para entender o que levava as pessoas aos protestos. É o caso do Entrevistado 16, que foi por “curiosidade para entender melhor quem é que estava participando. Para entender o que estava acontecendo. Eu me lembro, realmente, de estar em alguns [protestos] perguntando por que as pessoas estavam ali”. O Entrevistado 01 narra que sua primeira motivação para participação era “saber, entender o contexto político que nós estávamos vivendo, né”. E o Entrevistado 03,

afirmou “eu fui por curiosidade. Eu fui por curiosidade, mas eu imagino que o que catalisou foi isso, assim, pessoas que foram... mas foi uma curiosidade mesmo”.

Finalmente, deve-se mencionar uma narrativa que destoou das demais. O Entrevistado 13, que não foi às ruas em 2013, entende que “quem está por trás daquelas manifestações de 2013 chama-se Foro de São Paulo”, que as teria organizado como uma forma de desestabilização política para a implantação do comunismo no Brasil:

Entrevistado 13: Posso te garantir que aquelas manifestações acenderam um alerta vermelho, literalmente. **Nós estávamos próximos de uma tentativa da esquerda de implantar o comunismo no Brasil.** Porque é o seguinte, a esquerda ela criaria o caos para criar, através de uma desestabilização social, pra fazer uma, pra lançar as mesmas estratégias que são usadas em caso de caos. **Naquela época, tentaria fazer uma concentração maior ainda de poderes no Executivo,** como um voto de confiança, ditar regras, pra poder contornar uma situação que a própria esquerda, a extrema esquerda, criou, foi criminoso o que a esquerda fez em 2013. Continua fazendo, desde então, eles tentaram acelerar um processo que já vinha no Brasil.

Diferente do que foi narrado até aqui – que os protestos tiveram início em São Paulo, expandiram-se pelo país, devido à repressão policial, e diversificaram suas pautas à medida em que eles se ampliavam –, o Entrevistado 13 entende que: “o brasileiro estava pouco se lixando pros 20 centavos, ele se aproveitou do *start* inicial da esquerda para exigir outras coisas e foi onde a esquerda se ferrou. Ela percebeu que tinha perdido a narrativa. O brasileiro está farto da esquerda no Brasil”. Para ele, a entrada de novos atores, contra a esquerda, teria impedido o avanço do plano de desestabilização e da conquista do país pelo comunismo.

3.2.2. Participação em Junho

Passeatas, percursos, encontros, confrontos, depredações, jogos da Copa das Confederações, cartazes e cores são alguns elementos que servem de marcos nas memórias dos entrevistados para se situarem em Junho de 2013. A rua e o momento de chegada e de saída das manifestações dizem de quando estiveram presentes e suas motivações para permanecerem ou não no trajeto. Quem eles viram e o que essas pessoas faziam são referências para uma “manifestação pacífica”, com crianças e famílias, ou para uma manifestação mais controversa, com Black Blocs, depredações e repressão policial – ou, ainda, para uma crítica da manifestação festiva e sem sentido. O Mineirão, a Av. Antônio Carlos e a Av. Abraão Caram são espaços retomados como palco das manifestações – e dos confrontos – para aqueles que seguiram as

convocações em dias de jogos da copa de futebol. Mas a Praça Tiradentes, a região hospitalar e até a Praça da Liberdade foram bastante lembradas pelos entrevistados, referentes às manifestações do dia 20 de junho. Algumas ausências, como poucas menções (ou nenhuma) ao COPAC e à APH também dizem de suas experiências em Junho.

Assim, com base nesses resgates de memória serão tratadas as formas de participação e o dia-a-dia dos protestos de Junho de 2013 para os entrevistados. Com o auxílio da linha do tempo com a sistematização dos eventos diários de Junho (Apêndice A), foi possível reconstituir características dos dias de manifestação e identificar quando os entrevistados estavam presentes nas ruas, conforme quadro a seguir.

Quadro 03: Sistematização de participação nos dias de protesto

Entrevistados que participaram das manifestações por dia de protesto*					
Dia 15	Dia 17	Dia 19	Dia 20	Dia 22	Dia 26
Entrevistado 02	Entrevistado 01		Entrevistado 02	Entrevistado 02	
Entrevistado 03	Entrevistado 02		Entrevistado 08	Entrevistado 04	
Entrevistado 04	Entrevistado 05		Entrevistada 09	Entrevistado 05	
Entrevistada 09	Entrevistado 07		Entrevistada 11	Entrevistado 07	
Entrevistado 16	Entrevistado 14		Entrevistado 14	Entrevistado 16	
			Entrevistado 15		
			Entrevistado 16		

Fonte: Elaboração própria com base no conteúdo das entrevistas.

*A Entrevistada 06 afirma ter participado em dois dias, mas não conseguiu definir quais

Quanto às formas de participação em Junho de 2013, como se nota, o Entrevistado 02 foi o mais frequente nas manifestações, mas ele muda sua forma de estar ali presente: no começo, realiza os trajetos completos, depois passa a ter uma atuação voltada para a coleta de relatos sobre a repressão policial em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Faculdade de Direito da UFMG. O então estudante de Direito narra o último dia de protestos: “[dia] 26 agora, não lembro, mas eu acho que fiz parte. Na verdade, a gente estava em todas, mas depois eu parei de ir pro Mineirão porque estava até cansando” (Entrevistado 02).

Também, percebem-se várias falas nas quais os entrevistados se colocavam como participantes dos protestos, mas não se viam como protagonistas deles. Não apoiavam tanto o que viam e, ainda, faziam distinção entre os elementos de concordância e de discordância. É interessante pontuar aqui, para a discussão a respeito das formas de participação nos protestos, que a escolha de quando chegar e sair das manifestações foi usada como uma das formas de os

entrevistados se mostrarem um pouco afastados de certas experiências de Junho. Por exemplo, é o caso da fala da Entrevistada 06: “Eu sei que eu achei, que tinha um povo assim, tomando cerveja, tava uma coisa meio esquisita aí eu não fiquei”. Ou, no caso do Entrevistado 16, que deixou de participar de protestos devido aos embates entre manifestantes e policiais: “eu passei a não querer ir na hora em que os protestos descambaram para a violência. Ou seja, havia, visivelmente, uma parcela das pessoas que participavam, com o objetivo de fazer quebra-quebra. Não eram todos, mas eu discordo, radicalmente, de qualquer protesto violento”.

Se Junho foi, primeiro, uma série de manifestações de rua, houve também quem se sentisse parte dos protestos mesmo sem terem participado das passeatas, como foi o caso do Entrevistado 12, que acompanhou os protestos pelas redes sociais, porque sua mãe não o deixava ir para as manifestações. Aqui, é importante mencionar que os entrevistados, em geral, identificam o uso de redes sociais como principal fonte de informação sobre os protestos. Por sua vez, o Entrevistado 10 afirmou ter participado de Junho por ter passado pelas passeatas no caminho para os jogos e ter ficado retido no Mineirão, após o fim das partidas, devido ao policiamento agressivo: “o pessoal falava pra gente que era a manifestação que estava ocorrendo, só que quem estava fechando o cerco era a polícia. Então você ia correr pra onde, né?”. Essas falas mostram a dimensão de Junho de 2013, que faz com que pessoas que não estiveram nas ruas, ou mesmo que discordam em vários momentos do que aconteceu durante o período, sintam-se, de alguma forma, parte dos protestos e tocados por eles.

Não só as formas de participação e engajamento foram diferentes entre os entrevistados, mas, também, as interpretações a respeito dos eventos ocorridos. Uma evidente controvérsia gira em torno dos embates entre policiais e manifestantes. Por um lado, há quem rejeite completamente as práticas de depredação do patrimônio que se disseminaram na época. Por outro lado, há quem aponte que a repressão policial foi excessiva e inadequada ao longo dos protestos. Sobre os confrontos, também é importante dizer que as pessoas se lembram da morte de alguém por ter caído do viaduto, mas não se recordam do dia, nem do fato de terem sido quatro óbitos registrados, relacionados à queda do viaduto na altura da Av. Abrahão Caram. Outra controvérsia diz respeito ao uso de bandeiras e outras formas de identificação político-partidária nos protestos. Há quem, seguindo uma ideia de manifestação apartidária e, por vezes, contra partidos, coloque-se de forma contrária ao uso desses símbolos. Apesar de ter sido uma compreensão minoritária nas entrevistas, houve, contudo, quem defendesse o uso de bandeiras de partido, como expressão de uma liberdade individual, ou como forma de dar maior coerência aos protestos.

Os confrontos entre manifestantes e policiais, o debate a respeito do uso de bandeiras e outros símbolos de identificação política e o papel das redes sociais são identificados como práticas presentes em Junho de 2013 e, por isso, apresentados aqui de forma breve. Esses pontos serão tratados também no capítulo 4. Agora, tendo sido traçados os elementos gerais da participação dos entrevistados em Junho de 2013, passa-se às narrativas dos dias de junho.

3.2.2.1. Dia 15 de junho

Conforme foi abordado no capítulo anterior, o dia 15 de junho marcou o começo de Junho de 2013 em Belo Horizonte. Na data, pessoas se reuniram na Praça da Savassi, onde ocorreram uma Copelada e uma reunião sobre a tarifa de ônibus na cidade. À medida que tal encontro foi ganhando maiores dimensões, as pessoas presentes saíram em marcha até a Praça da Estação, passando pela Praça da Liberdade e encontrando uma outra manifestação contra o Estatuto do Nascituro, na Praça Sete. Ao chegarem à Praça da Estação se depararam com a *Fan Fest*, organizada para a transmissão de jogos da Copa das Confederações (D'ANDREA, ZILLER, 2014a; SANTOS, 2016; DOMINGUES, 2016; VELOSO, 2017; RICCI ARLEY, 2014, OLIVEIRA et al, 2014).

Sobre o dia, os entrevistados contam um estranhamento. Era a primeira manifestação, em BH, daquilo que ainda estava por se tornar um dos maiores eventos de protesto do país. O Entrevistado 03, que afirmou ter participado dos protestos “por curiosidade”, contou que estava nas proximidades da Praça da Savassi nesse dia e foi até lá para ver o que estava acontecendo e disse: “Essa tinha cara de manifestação sobre nada” – ele optou por não seguir a passeata, ficando apenas na Praça da Savassi, onde ocorria a pelada de futebol. O clima festivo causou estranhamento ao Entrevistado 05, que lembra: “Essa primeira que começou numa festa e, no final, acabou, e virou uma manifestação. Que foi uma coisa até estranha, né, no Brasil começa uma manifestação fazendo carnaval, fazendo uma festa”.

Por sua vez, a Entrevistada 09 conta que esteve no dia junto com amigos, que “estava com uma blusa azul, uma saia dessas de ginástica, azul e verde, tênis e uma bandeirinha [do Brasil]”. Ela lembra que não seguiu a passeata para a Praça da Estação, mas que estava com cartazes:

Entrevistada 09: O [Fulano], que é dono de uma empresa, ele fez um tanto de cartaz, eu lembro que a gente chegava lá e ele já tinha os cartazes. Eu não lembro o que estava escrito nos cartazes, mas era tudo assim: “Nós não somos

palhaços”, não sei o quê. Uns 10 cartazes. E aí cada um ficava com um cartaz, muito engraçado. Nesse aqui, no dia 15.

Apenas o Entrevistado 02 contou ter seguido todo o trajeto da manifestação, da Praça da Savassi até a Praça da Estação, junto com seus colegas de movimento estudantil:

Entrevistado 02: Eu lembro muito bem da hora que a gente viu a *Fan Fest* porque foi uma coisa assim: **“E agora o que a gente faz?” ficou uma coisa meio sem saber.** Porque no começo era isso, tinha até um certo clima de resistência contra a Copa do Mundo, né, são vários eventos que culminaram nisso. [...] E nessas primeiras manifestações acho que tinha mais identidade mesmo. [...] **Foi nesse começo que a gente falou: “Legal, vamos ver onde é que está indo”.**

Com a surpresa, estranhamento e expectativa de vários, o dia 15 de junho deixou alguns entrevistados com vontade de participar, como foi o caso do Entrevistado 14, que “estava doido” para ir, mas a mãe ainda não havia deixado. Outros ainda iriam começar sua participação na série de protestos.

3.2.2.2. Dia 17 de junho

Retomando a descrição realizada no capítulo 2, o dia 17 de junho foi o dia da primeira manifestação com o trajeto em direção ao Mineirão, quando houve o primeiro jogo da Copa das Confederações em Belo Horizonte. A passeata foi barrada pela PM em dois pontos da Av. Antônio Carlos: o primeiro ainda no começo e o segundo, na altura da UFMG, quando ocorreram embates entre policiais e manifestantes (VELOSO, 2017; RICCI, ARLEY, 2014; SANTOS, 2016; OLIVEIRA et al, 2014). O Entrevistado 05 conta de sua chegada à Praça Sete:

Entrevistado 05: [...] Eu estava saindo da escola, então ia faltar de aula [...]. Então eu desci, peguei, foi um grupo de colegas, a gente desceu, saímos do [Bairro] Sagrada Família, descemos e encontramos o povo na Praça Sete. E a gente desceu e a gente via e a quantidade de pessoas que iam a pé porque os carros ficavam parados. As pessoas não iam de carro, num sentido até de segurança né, pra não tacar pedra, tacar fogo, porque quando o povo junta fica todo mundo doido. Aí a gente já viu e deu uma concentração, só que a concentração já estava se montando para começar a andar, para começar a subir a [Av.] Antônio Carlos. [...] A gente foi sem bandeira, com uniforme de escola mesmo, com uniforme de colégio porque mal tive tempo de trocar roupa. Saí, fiquei animado: “Vamos? Vamos.”, juntou um grupinho de colegas e fomos.

Diferente desse combinado de participação conjunta com colegas, o Entrevistado 14 conta uma prática que também se tornou frequente nos protestos, que era ir sozinho às manifestações e, coincidentemente, encontrar pessoas conhecidas nas ruas: “Então acaba que você encontra uma pessoa ou outra que você conhece, apesar de estar aquela multidão, mas acaba acontecendo de encontrar com as pessoas lá no local. Mas eu não cheguei, efetivamente, a marcar de encontrar com ninguém lá”.

Ainda, sobre dia 17, os confrontos foram bastante lembrados. Para o Entrevistado 02, este teria sido o dia “mais marcante” e explica que: “nunca tinha visto um confronto, mesmo, de manifestação e polícia militar. E eu fiquei só até as primeiras bombas de gás terem sido jogadas contra os manifestantes”. Como pontuado anteriormente, as avaliações dos entrevistados a respeito dos confrontos entre manifestantes e policiais era controversa. Nesse sentido, o Entrevistado 01 entende que houve tanto uma desproporção no uso da força pelo aparato repressor, quanto dos manifestantes. Isso o fez deixar de ir às manifestações: “porque depois começou a ter a invasão dos Black Blocs também, começou a ficar até arriscado você ficar num lugar desse e as pessoas passaram a perder a vontade de ir também, né”. Quanto aos excessos da PM, ele afirma:

Entrevistado 01: Eu realmente não vi, da parte onde eu estava realmente ali, grupos armados da sociedade para tentar atacar forças policiais e etc., mas o que **eu vi no dia e eu posso, isso posso dizer, foi uma reação brutal da polícia, tentando dispersar o movimento.** [...] Eu vi gás lacrimogênio, helicóptero, cães, bala de borracha, esse tipo de coisa. Eu fiquei de longe vendo, né, não quis chegar perto, até porque poderia me acertar uma coisa dessas, né, mas realmente foi desproporcional.

Em relação aos confrontos, o Entrevistado 07 relembra diferenças existentes dentro das marchas ao descrever o comportamento de alguns manifestantes que se envolviam nos confrontos e outros que buscaram proteger a comandante da Polícia, entendendo que ela corria risco de ser atacada por pessoas ali presentes.

Entrevistado 07: Na época a comandante da PM era a Comandante Cláudia, acho que é Cláudia que ela chama. E antes, bem antes da UFMG, eles deram uma segurada no pessoal, na Antônio Carlos, era a primeira linha da PM. E em algum momento a Coronel Claudia estava sozinha no meio do pessoal e aí algumas pessoas meio que: “Opa, ela está sozinha”, **algumas pessoas meio que manifestaram algum interesse de querer agredir ela, de querer... E aí os próprios manifestantes fizeram um cordão em volta dela, protegeram ela e tiraram, essa foi uma coisa que me marcou bastante também naquele dia.** E tiraram ela dali do meio.

Mesmo com as discordâncias e controvérsias sobre a “violência” em Junho de 2013, os protestos ainda cresceram no decorrer dos dias, ganharam novos atores e as práticas de confronto e depredação de patrimônio continuaram.

3.2.2.3. *Dia 20 de junho*

Antes de tratar sobre o dia 20, deve-se mencionar que o dia 19 de junho não foi citado explicitamente pelos entrevistados, de forma que ainda é nebulosa a descrição de seus eventos, apesar de existirem registros de ao menos uma manifestação neste dia (RICCI, ARLEY, 2014). O dia 20 de junho, por sua vez, é tido como um marco nacional da ampliação dos protestos e uma mudança mais evidente dos rumos e atores dos mesmos, alargando a disputa de sentidos de Junho de 2013, ainda durante sua ocorrência. Como foi dito no capítulo anterior, no dia 20, ocorreram as maiores manifestações em escala nacional (a maior, em Belo Horizonte, foi no dia 22 de junho). Na Capital mineira, a manifestação saiu do padrão dos protestos diurnos, com trajeto até o Mineirão. Esse foi um protesto noturno, em região nobre da cidade e convocado de forma dispersa, o que demonstra a disputa de sentidos de Junho (RICCI, ARLEY, 2014; SANTOS, 2016; D’ANDREA, ZILLER, 2014a; SECCO, 2013; VELOSO, 2017; MENDONÇA et al, 2019).

Também foi no dia 20 que novos manifestantes entrevistados vão para as ruas e, talvez não por acaso, tenham perfil um pouco distinto dos que narraram sua participação nos dias anteriores. Esse foi o único dia em que os Entrevistados 08, 11 e 15 estiveram presentes, todos eles com idade igual ou superior a 45 anos e que passaram a se envolver com política, após os protestos de 2013⁶⁹.

Os entrevistados têm como referência espacial deste dia a Praça Tiradentes e uma passeata tranquila pela região hospitalar, colocando o Parque Municipal e a Câmara dos Vereadores como parte do trajeto, chegando de volta à Praça Sete. A Entrevistada 09 conta que foi para a manifestação depois do trabalho e que “tinha muita gente”. Dessa vez, ela não levou cartazes, mas diz: “eu fui com uma roupa verde ou amarela, uma blusa amarela, não lembro se era verde ou amarela”. O Entrevistado 15, que, em termos gerais, se distancia dos protestos de 2013 e não concorda com eles, aderiu ao dia 20 e disse que “foram crianças, mães...”, como forma de demonstrar a tranquilidade do protesto. Por sua vez, o Entrevistado 08 foi, também,

⁶⁹ A Entrevistada 09 tem perfil semelhante e esteve presente nas manifestações dos dias 15 e 20 de junho.

depois do expediente e se encontrou com conhecidos por acaso. A ausência de confrontos policiais é lembrada por ele também: “fomos lá, ficamos lá um tempo, conversando, encontrei essas pessoas. Mas, assim, muito pacífica, era um aglomerado de pessoas mesmo. Todo mundo reivindicando alguma coisa, assim, muito doido isso” (Entrevistado 08). Como pontuado no capítulo anterior, Veloso (2015, p.187) registra a ocorrência de repressão policial e ataques vindos de grupos de extrema direita na data. Por mais que possam se tratar de eventos distintos, em locais distintos, há uma discrepância entre os sentidos depreendidos sobre o dia entre ele e os entrevistados.

Quanto ao novo perfil de manifestantes, deve-se dizer que não houve uma substituição entre os participantes, ocorrendo incômodos e divergências entre eles. Sobre o dia, o Entrevistado 02 conta que: Eu lembro que teve alguns outros movimentos que quiseram: “Vamos protagonizar isso daí”. [...] Foi essa da quinta-feira [dia 20] que eu fiquei p***. [...] [Q]ue eu saí antes porque eu já estava de saco cheio, não estava aguentando mais”.

Um evento interessante, que evidencia uma forte crítica à política e à mídia tradicionais presente nos protestos de 2013, foi lembrado por um dos entrevistados⁷⁰:

Aí no dia 20 aconteceu até algo curioso porque eu estava no trânsito e o protesto passou por mim, ali na Av. Brasil. E eu desci, estava no carro e desci, fui aplaudir, e **algumas pessoas do PSOL estavam no protesto e começaram a me xingar, me lembro disso, sabe? De falar assim: “Esse daí é político!” e aí começaram a me acusar de deputado**, “Esse daí é deputado, não sei o que e tal”. Aí algumas pessoas que estavam no protesto não sabiam quem eu era e começaram: “Não, você não pode, você é político, político não pode participar!”, aí começou pequeno. Depois vieram algumas pessoas me cercar e começaram a me vaiar, me xingar, não exatamente porque eu era eu, ninguém sabia, mas porque acharam que eu era deputado. [...] Então dessa forma participei, nessa quinta, desse jeito diferenciado. **E eu ficava falando: “Mas eu concordo com vocês e tal, vocês estão certos!”** Mas nessa hora ninguém te escuta né. E o bom é que tinha alguns jornalistas e vieram: “O que está acontecendo?”, eu falei: “Eles não tão muito com minha cara aqui não, porque acharam que sou deputado”. **E me lembro que nesse dia também houve muita agressão a jornalistas. Vários jornalistas vieram e falaram: “Pô, eu também não estou conseguindo entrar, porque eles veem o símbolo da Globo, veem o símbolo do jornal e falam que não querem cobertura”.**

Interessante notar que o entrevistado identificou essa hostilidade vinda, primeiro, de grupos da esquerda. Isso dá evidências para a amplitude da crítica às instituições vindas de

⁷⁰ O número de alguns dos entrevistados será suprimido, a depender do conteúdo das falas, para que não seja possível sua identificação.

ambos polos do espectro político e, também, da presença de atores de esquerda nesse dia, apesar de ter sido um protesto diferente dos demais.

3.2.2.4. Dia 22 de junho

O dia 22 de junho integra a série de atos com o trajeto da Praça Sete até o Mineirão, passando pela Av. Antônio Carlos e com confrontos na altura da Av. Abrahão Caram, tendo sido o maior em Belo Horizonte (VELOSO, 2014; RICCI, ARLEY, 2014, D'ANDREA, ZILLER, 2014a). O Entrevistado 04 relata que participou das manifestações com o pai e amigos e que, em seguida, foram para o jogo da Copa das Confederações. Vestia, então, a camisa da Seleção Brasileira de Futebol, “mas não porque fazia parte do movimento verde e amarelo, porque eu estava indo pro jogo” afirma. Sobre a participação nos protestos e no jogo, ele conta:

Entrevistado 04: Eu acabei participando de dois universos completamente diferentes nesse dia. [...] o raciocínio que eu fiz, [...] mais ou menos na época, era o seguinte: quando essa Copa do Mundo, decidiu-se pela Copa aqui no Brasil, todo mundo aplaudiu, todo mundo decidiu que isso seria assim e agora as pessoas parece que se arrependeram e querem que a Copa não aconteça.

Por sua vez, o Entrevistado 05 narra que esteve na manifestação, novamente com seus colegas, e não estava próximo do confronto policial, sendo que o que lhe chamou a atenção foi a diversidade presente nas ruas: “eu lembro que era muita gente, foi muita bagunça e tinha gente de tudo quanto é cor, tinha muita bandeira diferente. O que foi legal e também mostrou um pouco da disrupção que eu falei no começo da entrevista, que não tinha uma causa central”. Em meio a essa diversidade, o Entrevistado 05 salienta uma entrada tardia do movimento estudantil, de esquerda, nos protestos:

Entrevistado 05: O que também me fez ter contato até com o movimento estudantil mais tradicional porque eles entraram a posteriori, de forma mais forte para capitanear, no momento que já estava a crise, [...] no dia 22 de junho, em BH, você tem o ápice do movimento, mas ele já está entrando num momento de crise.

O Entrevistado 02, nesse momento, começa a integrar uma parceria com a OAB-MG para a realização de acompanhamento jurídico das manifestações e coleta de relatos de repressão policial. Interessante notar o envolvimento da OAB-MG nos protestos, o que também

evidencia a diversidade presente nas ruas e a participação de grupos e pessoas a partir de suas demandas e capacidades específicas, como é o caso do apoio jurídico por parte de entidades da área.

3.2.2.6. Dia 26 de junho

O dia 26 de junho seguiu, também, o roteiro dos protestos em dia de jogo da Copa das Confederações, com a passeata andando a Av. Antônio Carlos até ocorrerem embates na Av. Abrahão Caram (RICCI, ARLEY, 2014; VELOSO, 2017; ALZAMORA, ARCE, UTSCH, 2014). Foram poucas as menções explícitas a esse dia pelos entrevistados, sendo que nenhum deles identificou ter participado das passeatas. O Entrevistado 10 reporta que foi para o jogo da Copa das Confederações, de ônibus convencional, e, portanto, viu uma aglomeração de pessoas no Centro. E o Entrevistado 03, quando viu, na sistematização de datas usadas na entrevista (Apêndice A), o escrito “convocatória para ato por 3 eventos distintos: APH, #VemPraRuaBH, O Gigante vai abraçar o Mineirão”, afirmou em tom crítico:

Entrevistado 03: Isso aqui, 26 de Junho, eu acho que é a cara desse negócio, Assembleia Popular Horizontal, estava tentando puxar o negócio pra esquerda, Vem Pra Rua que é um negócio genérico e o Gigante Acordou mais genérico ainda.

Com isso, encerram-se os dias de protestos de Junho de 2013, com algumas evidências de seus sentidos e controvérsias para os entrevistados. Em seguida, serão tratados os eventos posteriores a Junho e as conexões que esses protestos têm com o *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, segundo os entrevistados.

No capítulo anterior, foi abordada a reunião ocorrida no dia 25 de junho entre participantes do COPAC e o governador Antônio Anastasia (PSDB) (SANTOS, 2016, p.29; DOMINGUES, 2016, p.100). Uma outra reunião foi lembrada por um integrante do governo, entrevistado, sendo que, pelas características narradas, ela teria ocorrido, já em 09 de julho, na ocasião da Ocupação da Câmara Municipal, que foi uma das ações que imediatamente sucedeu

os protestos de Junho para a esquerda. Por mais que fuja ao escopo temporal da narrativa dos dias de Junho de 2013, entende-se que vale a citação de sua interpretação dos eventos de então:

Era muito disperso, ainda, o movimento. Não tinha cara, não tinha líder, não tinha alguém que representasse aquilo, o que estava acontecendo, mas o governador ele abriu as portas do Palácio da Liberdade, naquele momento, para poder receber os manifestantes. Então, eu me lembro que a Mídia Ninja, por exemplo, transmitiu essa reunião no Palácio da Liberdade e que os garotos foram conversar com o governador, um pouco falar sobre as demandas deles, enfim. E como era o contexto das Copa das Confederações, duas demandas fortes que surgiram, que talvez foram as que tinham maior visibilidade naquele momento, foram as demandas dos barraqueiros do Mineirão e as demandas dos feirantes do Mineirinho, porque eles eram os mais diretamente, eu acho, afetados naquele exato momento. [...] **E algumas pessoas que não eram do movimento dos barraqueiros, que são lideranças que emergiram quase que por abiogênese nesse momento de 2013 eles tomaram a bandeira dos barraqueiros e foram para dentro do Estado negociar, em nome dos barraqueiros.** E isso foi uma coisa muito curiosa nesse momento porque não havia a completa legitimidade para que essas pessoas falassem em nome dos barraqueiros [...]. **Então, assim, são algumas coisas que parecem contradições, mas que são... Brotaram nesse solo fértil dos protestos e das manifestações de 2013.** [...] **Aí eu me lembro que um dos garotos chamou o governo de assassino nesse momento** [devido à morte de um manifestante que caiu de um viaduto], uma coisa muito pesada nesse nível, sabe? **Então foi um momento muito tenso porque as pessoas se sentiram muito empoderadas de afrontar o governador dentro do Palácio da Liberdade, mas muitíssimo sem saber onde aquilo tudo ia dar.** Ninguém sabia onde aquilo ia dar, então nós, no Estado, estávamos apavorados naquele momento de achar que: “O que vai acontecer né?”, parecia que a revolução estava batendo as portas, assim. **Só que os garotos que estavam demandando também, também não sabiam o que demandar, o que pedir, porque não eram movimentos orgânicos que surgem na sociedade e que ficam anos esperando uma oportunidade** [...]. E eles não estavam preparados para poder falar. Então uma reunião como essa durou horas, foi muita reclamação, coisas desse tipo, de chamar o governador de assassino, de fazer esse tipo de bravata, mas que não chegou a lugar algum.

Percebe-se, então, um forte desconforto por parte do entrevistado sobre os rumos da reunião ocorrida com o Governador, entendendo uma falta de direcionamento e objetivos dentre os presentes no encontro e, mesmo, uma atitude de afronta perante a autoridade estatal.

3.3. Após Junho de 2013

No que diz respeito aos acontecimentos posteriores a Junho de 2013 e suas consequências, alguns elementos mais ou menos pontuais são identificados como decorrentes deles. A redução do preço das tarifas de ônibus, por exemplo, teria sido a consequência imediata

das manifestações para o Entrevistado 05. As ocupações das escolas secundaristas e o movimento contrário à PEC do Teto de Gastos foram identificados pela Entrevistada 18. A eleição de Alexandre Kalil para a prefeitura de Belo Horizonte, como uma candidatura que questionava a política tradicional, foi pontuada pelos Entrevistados 03, 04 e 10. O bom desempenho de Jair Bolsonaro (PSL), então candidato à presidência, foi apontado, de forma negativa, pelos Entrevistados 04 e 10, como um sintoma de um cansaço das instituições políticas. Também eleitoralmente, mas em tom satisfeito, o Entrevistado 16 falou da renovação política, com os exemplos da eleição de Áurea Carolina (PSOL), Gabriel Azevedo (PHS) e Mateus Simões (Novo) como vereadores em Belo Horizonte em 2016.

Assim, percebe-se que há uma identificação de novidades políticas, ora vistas como positivas, ora vistas como negativas por parte dos entrevistados. No aspecto positivo, alguns levantam que teria ocorrido um aumento na participação política dos cidadãos, visto pelo Entrevistado 05 como um “amadurecimento democrático”. Segundo ele, haveria um maior acompanhamento do governo e uma maior problematização de sua atuação: “agora as pessoas criticam o governo, as pessoas buscam o que o governo está fazendo, busca-se uma informação, tem-se uma cobrança contra a corrupção” (Entrevistado 05). Por sua vez, a Entrevistada 06, que vê um saldo positivo no aumento de engajamento, traz a ressalva de um maior acirramento entre posicionamentos radicais e afirma:

Entrevistada 06: Eu acho que **as pessoas começaram a se engajar mais, a participar mais, a se interessar mais pela questão política, desde o movimento de 2013. As redes sociais falam muito mais nisso do que antes,** eu acho que, imagino, que pros governos deve ter começado um temor, assim, de que a qualquer [momento] podem parar de novo minha cidade, vai dar uma confusão.

O Entrevistado 07 e a Entrevistada 11 identificam uma mudança em sua própria atuação, que agora tem a discussão política muito mais presente em seu dia-a-dia, em especial por meio de uso das redes sociais e posicionamento nelas. “Acho que de 2013 pra cá [...], se surge uma discussão da sociedade em geral, seja aborto, porte de arma, que eu preciso participar, que eu preciso emitir minha opinião sobre. Eu não posso deixar com que o resultado... Que saia dali e aconteça sem o meu posicionamento” (Entrevistado 07).

Por outro lado, apesar do maior engajamento político, percebe-se uma maior descrença nos partidos políticos, pontuada de forma crítica pelos Entrevistados 01, 03, 04 e 06. O Entrevistado 03 afirma, de forma sintética, as consequências de Junho neste aspecto:

Entrevistado 03: A consolidação do ambiente de pouco diálogo. Maior desconfiança nos mecanismos institucionais e da nossa capacidade de mudança, justamente porque nós tivemos um movimento enorme que não levou a muita coisa. Desconfiança das pessoas nas pessoas e nas instituições.

Essa maior descrença nos políticos tradicionais e nos partidos é pontuada de forma positiva por outros entrevistados, como é o caso do Entrevistado 12, que afirma que: “alguns políticos assustados, né? E, na casinha lá, eles começaram: ‘Opa, já era’. E isso é verdade, eles ficaram com medo, ficaram com medo, porque ia[m] perder a mamata, né?”. Haveria, assim, uma consequência de maior preocupação dos políticos com o controle social e a opinião pública, com medo, também, de novas manifestações populares, em busca por renovação política. É o que entende o Entrevistado 14: “Se não fosse a preocupação dos políticos, com a revolta da população, em 2013, não teria se mudado a ideia dos políticos [...] do que deve ser a política. Até surgiu essa imagem da política nova e política velha”.

A polarização política também foi pontuada como uma das consequências de Junho de 2013. O Entrevistado 08 identifica essa polarização entre “uma visão liberal, mesmo, em confronto com uma visão socialista”. Por sua vez, o Entrevistado 01 também identifica certa polarização vinda de Junho, mas coloca as eleições de 2014 como fator crucial para tal divisão entre esquerda e direita. Desse embate entre esquerda e direita, o Entrevistado 03 percebe uma perda de espaço dos grupos tradicionais de direita: “se os grupos mais identificados à esquerda tentaram se beneficiar daquele movimento em algum momento, os grupos de centro e centro-direita, que à época era o que o Brasil tinha de direita e hoje já foram empurrados, absurdamente, pro centro, só perderam ali”.

Dessa forma, foi identificada, também, a entrada de novos atores políticos. A Entrevistada 06 identifica um novo protagonismo para os jovens e o Entrevistado 04 entende que os grupos que ganharam maior força foram aqueles que se mobilizaram em prol do *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff. O Entrevistado 02, depois de listar uma série de movimentos que teriam surgido após Junho de 2013, que ocupariam todo o espectro político, afirma que em todos eles há uma tentativa de inovação política:

Entrevistado 02 São trajetórias diferentes, mas que eu vejo que, talvez, iniciou em 2013, mas que **são movimentos que saem do âmbito partidário, do âmbito de movimento social clássico, pra tentar inovar**, alguns mais fortes, com uma estrutura até ideológica mais consistente, [...] e outros ainda que estão procurando o seu lugar, mas que pelo menos identidade têm.

Finalmente, dentre as consequências, o Entrevistado 13 identificou o surgimento de dois movimentos no Brasil: “o movimento liberal e o movimento conservador”. E, com isso percebeu, também, que não estava sozinho: “eu pensava que eu era isolado e descobri que muita gente pensa como eu. Quer uma mudança profunda no Brasil, pra começar, criminalizando o comunismo” (Entrevistado 13). O Entrevistado 05, que passa a atuar no Livres, de viés liberal, também fala que, depois de Junho, conseguiu encontrar pessoas com as quais tinha maior afinidade política: “nesse sentido, as Jornadas impactaram a minha atuação política futura, acho que elas me ajudaram a falar: ‘Você não está sozinho, tem outras pessoas que concordam com você’”.

3.3.1. Conexões com o *impeachment*

As turbulências políticas não se acalmaram depois de Junho de 2013 e o processo que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff foi um dos grandes eventos políticos que sucederam os protestos de Junho. Se é certo que um evento foi posterior ao outro, com a retomada das ruas por movimentos contra a corrupção, contra a Dilma e contra o PT no final do ano de 2014 e, com mais força a partir de 2015 (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015; TELLES, 2015), também é certo que a sucessão no tempo não é suficiente para o estabelecimento de uma relação de causalidade entre um elemento e outro. Assim, não se propõe, nesta seção, nem nesta dissertação, tratar da questão de se os protestos de Junho “causaram” o *impeachment*. Primeiro, porque a metodologia aqui adotada não permite tal verificação. Depois, porque se entende que essa é uma pergunta demasiado simplista a respeito de um processo que envolveu atores e fatores para além da mobilização de protestos, como a política eleitoral, a economia do país, o poder Judiciário e outras instituições como o Ministério Público Federal e a mídia. De tal forma, o que se propõe abordar, aqui, é como as pessoas entrevistadas estabelecem conexões, em suas narrativas, entre Junho de 2013 e o *impeachment* da presidenta, a fim de compreender os impactos que Junho proporcionou ao engajamento político delas. E, nesse sentido, se os protestos de 2013 trazem, para elas, linhas de continuidade ou de ruptura da sua experiência política, em especial para aqueles que se engajaram nos protestos pela retirada da presidenta do poder.

A complexidade do processo que levou ao *impeachment* é evidenciada, também, nas falas dos entrevistados que buscam retomar os fatores que levaram à destituição de Dilma Rousseff. Para além das mobilizações de rua, os entrevistados se lembram (não todos de uma

vez) das pedaladas fiscais; da Lava Jato; do Mensalão; da luta contra a corrupção; da crise econômica; de uma insatisfação com o sistema político; de certa inabilidade de Dilma Rousseff para gerir o país, após sua reeleição; da contestação do resultado das eleições por Aécio Neves (PSDB) e de uma crítica generalizada ao PT e seu projeto de governo.

Em meio a esses fatores, os protestos pelo *impeachment* têm uma grande força para os entrevistados, não apenas para aqueles que concordaram com a causa e se viram, de alguma forma, à frente da mobilização, mas, também, para aqueles que discordaram da retirada da presidenta do poder. Tal força gera, por vezes, desconexões e sobreposições na memória dos entrevistados, dificultando o isolamento entre o que aconteceu em Junho e do que aconteceu depois. O Entrevistado 04, tentando retomar o uso de redes sociais em Junho, conta da mistura de elementos na sua memória:

Entrevistado 04: E acaba que, assim, **recuperando um pouco na memória, essas coisas na minha memória elas se fundiram de alguma forma assim, sabe?** Manifestação a favor do *impeachment* e a manifestação de 2013, o que é até um pouco curioso de se pensar, porque... **Como que o embrião de uma coisa já estava se anunciando na outra, né?**

Por sua vez, durante a conversa com a Entrevistada 11, ocorreram diversos momentos nos quais ela deixava de falar sobre os protestos de 2013 e passava a falar sobre as manifestações pelo *impeachment*, vendo-as com mais empolgação e relevância. Quando ela estava buscando se lembrar da manifestação a qual teria ido em Junho de 2013, afirma que: “a gente meio que confunde né, não dá pra lembrar. [...] A de 2014 e depois também, para o *impeachment*, né, aí eu fui em todas” (Entrevistada 11).

Parte marcante dessa confusão da memória e elemento retomado pelos entrevistados para demonstrar conexões entre Junho e o *impeachment* é a mobilização da população para a participação de protestos de rua em larga escala. É como entende o Entrevistado 07, que diz: “eu acho que as manifestações só conseguiram atingir esse patamar um pouco pela memória de 2013”. Ele afirma, também: “Eu não cheguei a ir pra rua, mas sempre que eu pensava em ir, na minha cabeça estava 2013, na minha cabeça estava que aquilo não era algo irrisório, de que aquilo poderia ter algum impacto” (Entrevistado 07). Também, o Entrevistado 14 entende que a participação nas ruas foi fundamental para o aceite do pedido de *impeachment* pelos políticos: “Por mais que não seja a mesma pauta, talvez não tivesse tanto engajamento se não fosse o

início de 2013, porque como eu falei, foi o pontapé inicial. [...] Porque a população, realmente, tomou esse gosto de ir pras ruas em 2013”.

Alguns elementos são identificados como iniciados em 2013, como: o Entrevistado 05 vê que o desgaste do governo petista se inicia em 2013 – “Junho de 2013 desgastou a Dilma, desgastou o modelo Lula petista de governo, de direção econômica, de tudo, desgastou o modelo de aliança”. A Entrevistada 09 identifica o início do engajamento contra a corrupção – “depois de 2013 começou todo mundo a querer voltar o padrão de honestidade. Então virou assim os corruptos e os honestos”. O Entrevistado 10 encontra uma continuidade de um sentimento de descontentamento político vindo de 2013 – “ali [em 2015/2016] o descontentamento com a classe política continuou, o pessoal não atinou com a coisa, por isso eu ia e ouvia”. Finalmente, o Entrevistado 04 vê o começo da articulação dos grupos que tomaram frente na organização dos protestos pelo *impeachment* – “esses grupos que cresceram em quantidade de pessoas, que se fortaleceram, nesse momento de 2013, foram, justamente, os grupos que se mobilizaram depois para poder fazer as manifestações e passeatas a favor do *impeachment*”.

Por outro lado, diferenças são percebidas entre um ciclo de protestos e outro. A principal mudança percebida seria entre a difusão característica de Junho de 2013 e o foco dado aos protestos seguintes. O Entrevistado 01 narra que, após descobrir a ferramenta da mobilização de rua, os movimentos voltam: “mas com uma agenda mais focada, que é o Fora Dilma. Ali sim houve uma capacidade de aglutinação de todos em torno de uma agenda, derrubar o governo da Dilma, tirar através do *impeachment*”. Assim, a diferença entre a difusão de Junho e o foco dos protestos posteriores coloca em questão as conexões entre os ciclos. O Entrevistado 03 ressalta que: “em 2013, não dava pra falar que o problema era o presidente da república, porque o movimento não tinha surgido contra o presidente. Era mais difícil ser fora Dilma ali [em 2013] porque ele era mais perdido. Esse aqui [pelo *impeachment*] ficou muito objetivo”. E o Entrevistado 04 coloca a diferença de que “ali [em 2015/2016], já não tinha mais esquerda e direita, era exclusivamente de direita, aquelas manifestações pró *impeachment*. Já não tinha polifonia nenhuma, era uma voz uníssona, não tinha cartaz de nada”.

O Entrevistado 01 questiona a relação entre ambos ciclos de protestos e levanta alguns pontos de aproximação e distanciamento entre eles:

Entrevistado 01: [...] Não há uma demarcação muito clara, porque entre os dois movimentos ocorre uma eleição no Brasil. [...] E, logo em seguida

[...] da reeleição da Dilma, já houve uma semana após, já houve protestos de rua, pedindo a saída da Dilma, não reconhecendo processo político. **Eu acho que ficou adormecido o gigante ali, que despertou novamente porque tinha uma causa, que aglutinava uma parcela grande da sociedade, 50% quase, que não votou no PT.** [...] Agora uma ligação entre os dois, ficaria... **Não sei se haveria uma ligação, a não ser esse imediatismo,** essa possibilidade de que o instrumento existe, foi utilizado e pode ser um fator determinante pra impactar a sociedade brasileira. **Mas as causas foram distintas, né, foi um momento diferente, mas em comum havia um governo que ainda estava lá e que era apontado como a causa dos problemas, o governo Dilma Rousseff.**

A Entrevistada 06 também se debruça mais sobre as dúvidas a respeito das conexões entre Junho de 2013 e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Sobre o começo de Junho, afirma que “acho que o objetivo de 2013 quando ele começa não é *impeachment* de Governo Federal, são pautas mais próximas das pessoas, de políticas que chegam nas pessoas, né? Políticas públicas que são a serviço das pessoas”. Mas entende que há uma aproximação entre o final de Junho de 2013 e os protestos pelo *impeachment* e, ainda, pondera: “Acho que porque juntou, assim, essa manifestação de 2013, ela foi acontecendo e como teve a Copa logo em seguida, e aí foi o mesmo ano de eleição, acho que teve manifestações durante esse tempo todo, né? Aí é difícil diferenciar em que momento começa uma coisa e a outra” (Entrevistada 06).

Se há, entre os entrevistados, algumas dúvidas a respeito das conexões entre o *impeachment* e Junho de 2013, para o Entrevistado 13, esses seriam eventos desvinculados. Deve-se retomar que o Entrevistado 13 compreende Junho, como parte de um projeto petista de se perpetuar no poder, a partir de uma tática desestabilização social. Assim, os protestos pelo *impeachment* se distinguiriam de Junho, uma vez que, segundo ele, esse movimento “não foi só contra a Dilma, foi contra o PT, foi contra a esquerda que tentava implantar um projeto venezuelano no Brasil” (Entrevistado 13). Nesse sentido, não é possível encontrar conexões claras entre um ciclo de protestos e o outro, a não ser como uma forma de reação do posterior ao anterior:

Entrevistado 13: Só que eles [os protestos de Junho de 2013] tiveram que morrer na praia, porque na verdade, logo em seguida, a população quis [se] desvincular daquela violência. Inicialmente eles começaram, conseguiram, de certa forma, fazer uma arregimentação, formular a manipulação, na verdade, da população. Mas como a população percebeu a violência por parte deles, o vandalismo [...] não condiz com o que a população brasileira pensa. **Tanto é verdade que o movimento pró-*impeachment* da Dilma, todos os movimentos impeachmistas da Dilma foram ordeiros, organizados e sem violência.** A população tirou apoio daquelas

manifestações e se recolheu e quem ficou na rua foram os baderneiros, as pessoas realmente que tinham um projeto político de desestabilizar o Brasil.

Como se percebe, se parece haver elementos de Junho que se conectam e continuam nas manifestações pelo *impeachment*, há, também, uma compreensão de maior complexidade entre tais conexões. O estar nas ruas e as grandes manifestações trazem aproximações, mas a difusão e a “violência”, presentes em Junho, trazem afastamentos entre elas. Ademais, a realização das eleições em 2014 é vista como um elemento forte que traz novidades para o cenário e pode enfraquecer tais conexões.

3.4. Sentidos de Junho de 2013

Nesta seção, propõe-se abordar as interpretações que os entrevistados dão para os impactos de Junho de 2013 em suas próprias vidas. A noção dos “sentidos de Junho”, então, se diferencia das visões relativas às causas e consequências dos protestos – já abordadas – e das gramáticas – que serão tratadas no próximo capítulo – justamente por trazerem à superfície uma reflexão dos significados que os entrevistados dão a sua participação nas ruas e nos momentos posteriores aos protestos em foco. Foram identificados dois principais “sentidos” durante as entrevistas, que serão abordados a seguir: (i) *Junho como um despertar*, um impacto de retirada da inércia de várias pessoas ou uma forma de trazer à tona elementos que estavam, até então, adormecidos para elas; (ii) um entendimento de envolvimento apenas parcial, com ressalvas e incômodos durante e depois dos protestos, que leva a uma compreensão de uma participação com *afastamentos de Junho*.

3.4.1. Junho como um despertar

Despertar, quebra de paradigma, espasmo, pontapé inicial, esses são termos usados pelos entrevistados para mostrar a dimensão de abertura que os protestos de 2013 tiveram em suas vidas. Trata-se de uma força que os tirou de uma inércia ou os levou para um lugar distinto daquele anterior aos protestos. Nesse sentido, quando questionado sobre os impactos de Junho de 2013 em sua atuação, o Entrevistado 14 respondeu:

Entrevistado 14: Eu nunca parei para pensar nessa trajetória, mas com certeza foi o **pontapé inicial**, né? Foi meu primeiro contato, não com a política em si, mas com o **ativismo político**. Apesar [de] que eu não era um ativista na

época, mas, com certeza, isso aí acabou desencadeando o meu percurso na política.

O Entrevistado 14 filou-se ao PSDB em 2016 e passou a integrar o MBL também naquele ano. Por sua vez, o Entrevistado 08, que vinha de um longo período afastado da política e concentrado em questões profissionais, conta que sua participação na manifestação do dia 20 de junho foi suficiente para o começo de um processo de engajamento político: “fui só nessa, mas deu o despertar” e afirma que “pra mim foi um espasmo, um primeiro espasmo”. O Entrevistado 05, que também era independente nos protestos de 2013, entende que os protestos foram uma “quebra de paradigma”. Ele se engajou no grêmio de sua escola após 2013 e é, hoje, do Livres, tendo montado candidatura para concorrer nas eleições legislativas de 2016 e 2018 pela REDE. Esse ganho de participação política também foi pontuado pela Entrevistada 11, que começou a atuar no grupo Mulheres da Inconfidência após Junho. Ela afirma: “Eu não era uma pessoa... Eu acho, que assim, o grande ganho da sociedade brasileira, com tudo isso que está acontecendo, com esse descortinar, realmente era o engajamento político né? Que era muito menor, né” (Entrevistada 11).

Já o Entrevistado 13 entende que se despertou no sentido da necessidade de se engajar contra a esquerda e o PT:

Entrevistado 13: Tirei várias lições dali, inclusive quero lembrar que ali eu não estava engajado politicamente, ali eu estava começando a despertar. Vendo as coisas erradas, vendo muitas coisas... **Se uma coisa dos protestos de 2013 serviu foi pra despertar muita gente para as coisas que estavam acontecendo. Os protestos de 2013 é como, assim, se o PT quisesse colocar o pé no acelerador pra tentar fazer o bolivarianismo,** a exemplo da Venezuela, entendeu isso? Só que calcularam errado.

Como consequência, ele teria começado a estudar: “o resultado que me despertou para eu entender melhor os fenômenos políticos que estavam acontecendo, né. O resultado é que aquilo ali eu percebi que era um estratagema de instalação de um regime comunista totalitário no Brasil” (Entrevistado 13). O Entrevistado 15 também conta que os protestos de 2013 foram relevantes, porque o fizeram “ler para saber o que está acontecendo no país”. O Entrevistado 13 foi filiado ao Partido Novo entre 2015 e 2016 e, hoje, participa de um grupo chamado Valor Ocidental, de linhagem conservadora. O Entrevistado 15, independente em Junho, passou a fazer parte do grupo Patriotas entre 2013 e 2014.

Já o Entrevistado 12, coloca a dimensão nacionalista da “ordem e progresso” como necessidade apreendida da revolta de Junho: “eu acho que a manifestação de 2013 trouxe um pontapé inicial pra gente colocar ordem nesse país e que possamos ter progresso também, entendeu? Pra gente deixar algumas ideologias de lado que não deram certo no mundo”. Ele, também, não tinha atuação política antes de Junho e passou a se envolver com o Patriotas e com as manifestações pelo *impeachment* nos anos posteriores aos protestos.

A ideia de despertar não ocorreu só entre pessoas que não tinham engajamento político prévio aos protestos. O Entrevistado 10, que atuou no movimento estudantil, percebeu que houve uma “quebra de paradigma [que] acendeu a luz” para ele, devido à identificação de uma insatisfação política generalizada. Por sua vez, o Entrevistado 02, que ainda estava no movimento estudantil durante os protestos, conta: “2013 acho que foi o grande crescimento, assim, em termos políticos e termos de conhecimento mesmo. [...] E sair da Academia e ir pra rua, você vê outra forma de despertar da política, né?”. Hoje, ele atua no movimento Acredito.

Por sua vez, o Entrevistado 01, que era filiado ao PSDB à época, narra a experiência do despertar de forma intensa e percebe uma frustração após os protestos, que é compartilhada com vários dos entrevistados:

Entrevistado 01: Então foi realmente um marco muito importante que **nos fez despertar e a mim foi realmente uma experiência de vivenciar isso e eu realmente tinha expectativa de que o Brasil ia se transformar após aquelas manifestações**, que a gente ia chegar num consenso, em algum tipo de agenda transformadora e foi uma grande frustração no final.

Portanto, o despertar seria um abalo que motivou deslocamentos individuais na atuação política. Contudo, por mais que seja comum nas experiências dos entrevistados, deu-se em sentidos diversos: Junho acordou as pessoas para várias interpretações e caminhos a serem seguidos posteriormente.

3.4.2. Afastamentos de Junho

Como foi visto, o envolvimento dos entrevistados em Junho de 2013 deu-se com sentimentos contraditórios e interpretações críticas. Então, se houve um despertar que levou as pessoas às ruas, com uma força de atração potente dos eventos intensos e velozes, também ocorreram estranhamentos e desconfortos dos participantes. O sentimento de estranhamento,

desconforto e crítica, durante e após os protestos, é o que se identificou como os “afastamentos de Junho” percebidos nas entrevistas.

A crítica à difusão das manifestações foi um importante fator de estranhamento, uma vez que alguns entrevistados identificaram na diversidade de pautas e na ausência de lideranças um problema para a conquista de objetivos. É assim que a Entrevistada 06 entende: “quando você começa a manifestar sem causa concreta, você não consegue nem negociar, em que momento que cessa aquilo? [...] Se você não tem uma pauta, ou se você não tem uma coordenação, se você não tem um objetivo, fica difícil saber quando aquilo deve cessar”. Inclusive, tamanha dispersão foi um problema para que ela continuasse nos protestos, chegando a se questionar: “‘Não sei se vou conseguir participar de uma coisa que é tão sem foco’. As pessoas estão lá manifestando e eu via gente que eu sabia que tinha uma posição muito diferente da minha, gente que não tinha coerência, na minha percepção política, que estava manifestando” (Entrevistada 06).

Esse desejo de maior direcionamento das manifestações se traduziu, também, em uma frustração diante da conquista de poucos resultados concretos. Havia uma expectativa de transformação tão difusa quanto os próprios protestos, de forma que os momentos posteriores a eles foram decepcionantes.

Entrevistado 01: Não chegamos a nada, aquilo ali se evaporou e depois polarizou numa eleição de 2014, né, que teve uma pauta completamente distante da agenda inicial, das manifestações, daquelas reivindicações, né, das ruas e voltamos pra velha polarização da política brasileira, né? **Então foi, digamos assim, parece que foi um movimento que se perdeu. Foi, sei lá, um ato único e depois ele não teve continuidade.**

Também foi estabelecida uma conexão entre essa difusão e uma característica geral das manifestações de negação da política, o que causava um desconforto para alguns entrevistados. A Entrevistada 06 afirmou que: “teve uma coisa assim muito forte, assim, depois, que também é uma coisa que eu não gosto, que me assustou, disse assim: ‘A gente não pode ter nenhum partido aqui’. Essa de: ‘Esse movimento é apolítico’ e é quase contra o político, anti-político, né? Anti-partido”. O Entrevistado 04 compartilha desse incômodo quanto às posturas anti-políticas dos manifestantes. Tal desconforto se tornava maior pelo fato de que ele se sentia um tanto impotente em meio à direção que os protestos tomavam: “Então, assim, a gente começou a colocar tudo dentro do mesmo caldeirão, começou a fazer uma crítica exagerada contra tudo

e contra todos e aí eu ficava me sentindo até um pouco angustiado de não conseguir oferecer o mínimo da minha visão sobre isso, sabe?” (Entrevistado 04).

Outro “afastamento de Junho” presente nas entrevistas foi a crítica à “violência”, que também teria levado à saída de algumas pessoas dos protestos. O Entrevistado 03 afirmou ter ido à manifestação do dia 15 de junho por curiosidade, mas, com relação aos dias seguintes, relata: “acredito que não tive a mesma curiosidade e depois começou a ficar violento, falei: ‘Não vou nesse trem não’. Entendeu? Não tenho por quê. Assim, sempre fui muito medroso. A curiosidade vai até...”. De forma semelhante, conta o Entrevistado 07: “Sobre a violência? [...] [F]oi a minha principal discordância. Foi meio que o estopim para eu perceber que eu estava fazendo parte de uma coisa com a qual eu não me identificava tanto. Foi o motivo que me fez sair”. E o Entrevistado 16: “E também, eu passei a não querer ir na hora em que os protestos descambaram para a violência. Ou seja, havia, visivelmente, uma parcela das pessoas que participavam, com o objetivo de fazer quebra-quebra”.

Ainda, quando questionada a respeito de sua identificação com grupos participantes dos protestos, a maioria disse não ter tais afinidades, tendo uma participação individual nos protestos. Os Entrevistados 03 e 16 responderam de forma muito breve, com um “não”, não se sentiam parte de qualquer grupo que estava protestando, e o Entrevistado 16 completou, em seguida, que foi como um “indivíduo”. O Entrevistado 04, por sua vez, foi além, e disse se sentir “um *outsider* nesse processo”, mesmo tendo ido a duas manifestações.

Uma outra forma de se sentir afastado de Junho surgiu nas entrevistas, agora, mais marcada por uma comparação e uma ideia de protagonismo nos protestos pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, que levaria a um apagamento da participação em 2013 ou a uma diminuição de importância nesses protestos. É o que acontece quando o Entrevistado 14 diferencia sua participação em Junho de 2013, como “um cidadão comum”, da participação nas manifestações pelo *impeachment*, como “ativista”, e afirma que: “eu realmente comecei a participar, efetivamente, a partir de 2016 porque aí eu já comecei a trabalhar nas manifestações” (Entrevistado 14). O impacto dos protestos pelo *impeachment* foi bastante forte, em especial entre aqueles que participaram, de alguma forma, de sua organização em Belo Horizonte. Tais eventos, de certa maneira, sobrepõem-se aos acontecimentos de Junho e afastam os manifestantes deles, uma vez que seu protagonismo e o engajamento significativo ocorrem posteriormente.

Se houve quem ganhou mais pertencimento e protagonismo políticos após os protestos de 2013, houve também quem se sentiu “sem lugar” com o fim deste ciclo de protestos. Os últimos, de alguma forma, sentem um estranhamento quanto a seu papel após tamanho evento político ou, então, não se identificam com os rumos posteriores a ele. Nesse sentido, o Entrevistado 02 narra que se afastou de movimentos políticos ao fim do ano de 2013 e conta:

Entrevistado 02: Não soube bem pra onde direcionar minha vontade política, né? Minha questão de engajamento, porque eu não me sentia tão identificado mais, as coisas de polarização, [...] pra mim, não é como tem que ser construída politicamente as coisas. **Até saí um pouco, tirei férias, fiz o intercâmbio lá, meio que nessa. Fiquei um pouco órfão de movimento político.**

Não se reconhecendo na polarização entre direita e esquerda que se acirrou com o tempo, o Entrevistado 02 fala que “deixou de se sentir protagonista” e, depois, se corrige: “não é protagonista, mas de sentir que eu estava, que era aquilo mesmo que eu queria, me senti num lugar estranho, num lugar errado”. O Entrevistado 04 também se percebe um tanto sem lugar no cenário posterior a Junho de 2013:

Entrevistado 04: Porque é o seguinte, **antes de 2013 eu olhava para a política e eu sabia muito bem me localizar nesse universo, navegar por esse universo.** Sabia muito bem o que eu queria e quais as competências que eu deveria ter e onde eu poderia chegar, sabe? Cheguei a pensar em ser candidato, em ser candidato no interior, enfim, e nesse momento eu me sentia como uma espécie de referência. [...] **E depois de 2013 a sensação que eu tive é que isso se perdeu sabe? Agora todo mundo é capaz de dizer sobre tudo, então eu não me sinto mais como referência de nada pra ninguém e isso me desorienta,** porque eu já não sei mais se com as habilidades e competências que eu construí se elas são suficientes para me levar para algum lugar. E até minha própria noção de onde eu gostaria de chegar ela se transformou, sabe? **Não sei mais se quero ser candidato a alguma coisa hoje, enfim, porque eu acho que a política se transformou de uma maneira muito profunda depois desses protestos.**

Um outro sentido de afastamento se deu para alguns dos entrevistados que faziam parte do PSDB e não viram reflexos dos protestos de Junho na estrutura institucional da qual participavam:

Entrevistado 01: Não teve nenhuma reflexão sobre 2013, realmente como se fosse um momento que não tivesse ocorrido, sabe? Fiquei impressionado com a miopia das lideranças, de todos os partidos né, de tentar tocar uma eleição em seguida, com os mesmos métodos, o mesmo sistema, a mesma

agenda [...]. Então, esse tipo de coisa já foi me desiludindo com relação a partidos políticos como instrumento de participação, não é? **E eu acho que não houve reflexão nenhuma, porque não houve mudança de agenda, não houve mudança de sistema de participação interna, continuavam sistemas oligárquicos, fechados, concentradores de poder, antidemocráticos, etc. Não mudou nada, absolutamente nada**

De forma semelhante, o Entrevistado 03 critica a falta de envolvimento do partido no processo de filiação de novos membros.

Entrevistado 03: [...] Não teve nenhuma mudança no processo de filiação. O processo de filiação não ficou mais fácil, ele continua presencial [...]. Não teve um cuidado com quem ia receber essas pessoas. **Não tinham atividades previstas para os filiados, não tinham discussões previstas para os filiados, ninguém nunca perguntou pro filiado o que ele ia fazer.**

Assim, percebe-se que havia uma expectativa de maior democratização da estrutura partidária, como um resultado de um evento de protestos que foi entendido, por muitos, como uma manifestação de uma insatisfação política generalizada. Contudo, isso não ocorreu.

Os “afastamentos de Junho” trazem componentes para a reflexão sobre uma apropriação parcial de elementos dos protestos, que faziam com que alguns dos entrevistados fossem para as ruas, mas sem se sentir totalmente confortáveis com o decorrer das manifestações e com as consequências delas advindas. Tanto por uma frustração, quanto por uma discordância de práticas ou por um encontro de protagonismo posterior – nos protestos pelo *impeachment* – alguns pontos são tomados como referência para uma participação crítica, afastada, de Junho de 2013.

3.5. Uma nota sobre a direita e as organizações criadas

Especificamente sobre a atuação da direita nos protestos de 2013, alguns pontos devem ser abordados, mesmo que de forma breve. Viu-se que, apesar de existirem grupos organizados identificados com a direita, antes de Junho, a participação massiva de pessoas de verde e amarelo não foi articulada de fato por tais grupos, fazendo parte da ampliação de atores e formas de ação. Eles não tinham experiências prévias de convocação e organização de manifestações na cidade, diferente dos grupos marxistas e libertários. O mecanismo de convocação das manifestações foi difuso, por eventos de *Facebook*, sendo mais plausível a lógica do enxame e da necessidade individual de participação em um evento histórico nacional.

Por sua vez, os protestos que vieram depois, a partir do final de 2014, parecem ter maior influência de uma direita verde-amarela organizada, com a participação de grupos nos quais alguns dos entrevistados passam a se envolver no contexto do pedido de *impeachment* de Dilma Rousseff. Contudo, para entender a formação desses protestos, é necessário não só compreender a relação de Junho de 2013 com eles, mas, também, os eventos do ano de 2014, que teve, pelo menos, dois momentos significativos: primeiro, a tentativa de protestos contra a Copa do Mundo, encampada pelos marxistas libertários, que não conseguiu sucesso e foi fortemente reprimida (SANTOS, 2016; DOMINGUES, 2016); segundo as eleições presidenciais, na qual a candidata petista foi reeleita e seu opositor, Aécio Neves, foi derrotado, iniciando-se os rumores sobre a possível queda da presidenta (MATIAS, ROSA, BULA, 2014). A hipótese aqui aventada é que o ano de 2014 representa mais uma ruptura frente às características e demandas de Junho de 2013, a nível nacional, do que uma continuidade. Diferente de 2013, em 2014, o eixo de disputa começa a se envergar para a política formal, político-partidária e eleitoral, ao mesmo tempo em que o PT volta a hegemonizar o campo da esquerda. É nesse novo ambiente em que a nova direita de fato ganha escala no país e a polarização se aprofunda: não entre marxistas libertários (black blocs, autonomistas, baderneiros...) e coxinhas, mas, sim, entre petistas (petralhas, mortadelas...) e coxinhas.

Não desconectada de um fenômeno global, no caso brasileiro, a nova direita é composta por uma mistura de liberais (e libertarianos), conservadores (religiosos) e autoritários, com um forte marco antipetista (e anticomunista), que tiveram na eleição de Jair Bolsonaro a institucionalização desse campo. Ela, portanto, é diversa em seu interior e realiza combinações de princípios, sendo importante entender que existem nuances em sua composição. Ocorrem, por exemplo, diferenciações dos posicionamentos relativos à economia e aos costumes, entre liberais e conservadores. De outras combinações desses valores, resultam elementos como a recusa à democracia ou ideias de segregação ou supremacia racial (CARAPANÃ, 2018; MIGUEL, 2018; MESSEMBERG, 2017).

No que diz respeito à dimensão econômica, Carapanã identifica a adoção de um realismo capitalista, buscando “a remoção de barreiras do poder corporativo, inspirado na versão anglo-saxã do conservadorismo cultural misturado ao liberalismo econômico” (CARAPANÃ, 2018, p.35). Dessa forma, a descrença nas instituições estatais traria um aprofundamento do desmonte de aparatos, focado especialmente naqueles que garantem direitos civis e direitos humanos, vistos como excessivos ou mesmo errados (CARAPANÃ, 2018, p.36). Por sua vez, Miguel aponta o libertarianismo, que vem da escola econômica austríaca e prega a liberdade de

contratos e do mercado sem regulação, baseado em uma ideia de que “liberdade” significa a ausência de interferência externa e total autonomia dos indivíduos, daí uma crítica geral a qualquer tentativa de regulação estatal (MIGUEL, 2018, p.19-20). Messenberg, identifica a característica com o neoliberalismo, que se manifestaria por meio das ideias de “Estado mínimo, eficiência do mercado, livre iniciativa e corte de políticas sociais” (MESSEMBERG, 2017, p.640).

Quanto ao segundo aspecto, o das questões culturais ou morais, para Carapanã (2018, p.37-39), a nova direita recria o inimigo comunista com a ideia de um “marxismo cultural” que deve ser combatido, por manifestar um perigo aos valores tradicionais. Nesse sentido, Miguel (2018, p.22) entende que haveria uma reciclagem do anticomunismo, com uma sobreposição entre antipetismo e anticomunismo, criando-se a ameaça externa do “bolivarianismo” venezuelano, de viés conservador moral. O autor, também, identifica como elemento o fundamentalismo religioso, que teria ganhado força política no Brasil a partir da entrada das igrejas neopentecostais na política eleitoral, nos anos 1990. Segundo o autor, o termo “fundamentalismo” se justificaria pelos posicionamentos desses grupos, que se dariam de forma a anular qualquer possibilidade de debate em causas como a oposição ao direito ao aborto e a contrariedade diante de políticas inclusivas da entidade familiar e de combate à homofobia (MIGUEL, 2018, p.21). Sobre o antipetismo, Messenberg identifica que: “Ao PT é atribuída a responsabilidade tanto da crise econômica que nos assola mais diretamente nos últimos três anos, quanto ao que é reconhecido por eles como um dos principais, senão o principal problema do país: a corrupção” (MESSEMBERG, 2017, p.634). No que diz respeito ao conservadorismo moral, a autora indica que há uma expressão, “de forma extremada, de conteúdos de natureza homofóbica, sexista, racista e xenófoba” (MESSEMBERG, 2017, p.638).

Como já é possível perceber, de um lado, nem todos os entrevistados de direita se enquadram nesse cenário de uma nova direita, alguns se sentindo desconfortáveis e insatisfeitos com os rumos que esse campo político acabou tomando. Por outro lado, pode-se identificar alguns que se aproximem às características supracitadas, com manifestações antipetistas – em conexão com as críticas à corrupção – e anticomunistas, defensoras de perspectivas conservadoras, críticas ao Estado e com afinidades autoritárias, inclusive com defesas da Ditadura Militar iniciada em 1964. Em geral, nem todas essas características ao mesmo tempo.

Além da perspectiva das trajetórias individuais, uma série de organizações, nomes e siglas passam a compor uma constelação de grupos que começam a atuar em Belo Horizonte e no Brasil nos anos que sucederam Junho de 2013. Conforme o Quadro 01, as organizações nas

quais os entrevistados passam a atuar são: o Movimento Brasil Livre (MBL), o Partido Novo, o Livres, o RenovaBR, o Movimento Acredito, o Mulheres da Inconfidência, o Patriotas e o Valor Ocidental⁷¹. No que diz respeito aos objetivos deste capítulo, serão feitas considerações a respeito de temas depreendidos das falas dos entrevistados a respeito dessas organizações, em especial sobre seu foco nas pautas nacionais, as conexões realizadas entre Junho de 2013 e o surgimento de tais grupos e a relevância das redes sociais para seu funcionamento.

Sobre as organizações listadas, percebe-se que são grupos de escopo e perspectivas diferentes. Em termos político-ideológicos, é possível identificar grupos mais marcadamente liberais, como o MBL, o Partido Novo e o Livres. De caráter conservador, o Valor Ocidental. Por sua vez, o Mulheres da Inconfidência, segundo a Entrevistada 11 é “meio a meio, tem muita gente lá que é família, propriedade e tradição. Tem muita gente que é católica, tem um meio a meio. Mas tem a outra metade que não é, que é uma pessoa de centro, assim”. Outros não trazem de forma clara sua identidade político-ideológica, como é o caso do RenovaBR, que atua em busca da renovação política, com cursos de formação de lideranças, por exemplo. Também atuante na agenda da renovação política, o Movimento Acredito se recusa a se definir dentro do espectro de direita e esquerda, questionando a pertinência de tal divisão. Finalmente, o Patriotas, que é um grupo virtual, tem forte caráter nacionalista e, em suas postagens no *Facebook*, traz temas relativos à política nacional, de combate à corrupção, algumas de cunho antipetistas e com características antipolíticas.

Diferente dos grupos marxistas e libertários, abordados no capítulo anterior, que têm uma atuação focada em âmbito local, os agora em questão são caracterizados por uma forte agenda nacional, de forma que se chega ao segundo ponto a ser tratado. Mesmo que tenham diferentes posicionamentos, todos esses oito grupos buscam atuar, de alguma forma, nas pautas nacionais: seja pela busca de renovação política, organizando-se na forma de partido ou atuando como movimentos na construção da mobilização do *impeachment*, por exemplo. Os focos estão no andamento da política do país, com forte observância das instituições representativas e eleitorais. Mesmo os grupos de menor dimensão, como o Mulheres da Inconfidência e o Valor Ocidental buscam “mudar o Brasil” (MULHERES DA INCONFIDÊNCIA, s/d, s/p) ou atuar para “a recuperação do Brasil como Nação próspera, ordeira e livre” (VALOR OCIDENTAL, s/d, s/p). O MBL ganha projeção nas mobilizações, de caráter nacional, pelo *impeachment* de

⁷¹ Indicam-se as páginas virtuais das organizações para conhecer um pouco mais sobre sua atuação, tendo sido usadas, também, como fontes nesta seção. Cf.: MBL, s/d; MBL, 2015; NOVO a, s/d; NOVO b, s/d; LIVRES, s/d; RENOVABR a, s/d; RENOVABR b, s/d; ACREDITO, s/d; MULHERES DA INCONFIDÊNCIA, s/d; PATRIOTAS, s/d; VALOR OCIDENTAL, s/d.

Dilma Rousseff e os Entrevistados 11 e 12 narram a presença de uma articulação que envolvia outras organizações para a execução de tais manifestações, como o Vem Pra Rua, o Patriotas e o Mulheres da Inconfidência. Os partidos e movimentos cujo foco específico é a atuação na política eleitoral, como o Partido Novo, o RenovaBR, o Livres e o Movimento Acredito, têm, por natureza, uma atuação voltada para a esfera nacional e eleitoral.

Quanto às conexões realizadas pelos entrevistados entre Junho de 2013 e o surgimento dos grupos mencionados. De fato, apenas o Livres e o Movimento Acredito estabelecem uma conexão entre os protestos de 2013 e seu surgimento. Primeiramente, o Livres faz uma relação entre o movimento liberal e as manifestações em seu *site*:

Em junho de 2013, a sociedade civil ganhou as ruas de todo país para protestar contra os políticos e evidenciar o colapso do sistema. O movimento liberal marcou presença nas manifestações e começou a articular sua contribuição para a renovação do sistema político brasileiro. Chegou a hora de construir as ideias liberais na prática (LIVRES, s/d, s/p).

O Entrevistado 05 entende que existe essa relação e afirma que tal interpretação não é pacífica dentro da organização: “alguns gostam de falar: “Não, um pouco dessa raiz de ser um movimento, de querer ser uma associação agora, de querer fazer uma agenda política é pelos sucessos e pelas falhas de 2013”. Enquanto outros não querem nem carregar essa herança”.

Em continuação, a página de abertura do *site* do Acredito estampa um mural de fotos de várias manifestações, sendo possível identificar que, pelo menos, algumas delas foram tiradas nos protestos de Junho de 2013 (ACREDITO, s/d, s/p). O Entrevistado 02 entende que existe uma relação entre a formação do Acredito e Junho de 2013, e fala que o grupo “até se intitula um movimento que veio, foi germinado em 2013”. Segundo ele, esse não é um tema recorrente para a organização. A Entrevistada 06 também identifica que Junho de 2013 teria sido uma “semente da insatisfação” que teria levado, dentre outras coisas, à criação do Acredito, apesar de existir um lapso temporal de quatro anos entre uma coisa e outra. Ela afirma, inclusive, que seu surgimento viria de um contraponto a uma leitura antipolítica presente em Junho de 2013: o movimento vem “de uma coisa que é política, que precisa de partido, que defende partido, que defende a mudança por meio da política e não sem a política, que defende os princípios democráticos, que defende a estabilidade” (Entrevistada 06).

Quanto às outras organizações, no caso do MBL, os Entrevistados 14, 17 e 18 não veem relação entre Junho de 2013 e seu começo: “Acho que não [tem a ver]. Acho que é um envolvimento político, como qualquer outro. Foram pessoas jovens que começaram a questionar coisas, até mesmo que a escola impunha, né, para eles” (Entrevistada 17). De fato,

as Entrevistadas 17 e 18 retomam o uso de redes sociais e a divulgação de vídeos pelos fundadores do movimento como marcos para seu surgimento. Quanto ao Partido Novo, o Entrevistado 13 afirma: “Olhando a justificativa dos fundadores, o Novo é um movimento de antes de 2013, ele é um movimento 2010, 2011, então, em 2013 o processo do Novo já estava em curso, então eu não tenho essa percepção de se fazer essa comparação”.

Finalmente, deve dizer que as redes sociais foram levantadas como parte significativa do surgimento e atuação dessas organizações. Há algumas, como o MBL, que se valem das redes sociais para se organizarem e atuarem e fazem uma comunicação política efetiva por meio delas. As redes sociais como um híbrido de organização e comunicação são características, também, de outros grupos, como o Movimento Acredito, que, segundo o Entrevistado 02: “utilizando as redes sociais acaba que [o movimento] vai entrando no Brasil inteiro”. Há, também, aquelas organizações que se dão majoritariamente de forma virtual, que é o caso do Patriotas e do Mulheres da Inconfidência. O último, segundo a Entrevistada 11, funciona por meio do *whatsapp* e, ainda, tem uma página de *Facebook*. Ela conta que teria ocorrido um processo informal de aglutinação de pessoas no grupo de *whatsapp* para a discussão e ação políticas, de forma apartidária. O Valor Ocidental, também, foi iniciado pelo *whatsapp*, segundo o Entrevistado 13, e ainda é pequeno, mas atua por meio de estudos, debates e palestras. Mesmo sendo impossível pensar essas organizações sem a utilização de redes sociais, estudos mais aprofundados são necessários para conhecer especificamente suas características.

Tendo exposto e analisado o conteúdo das entrevistas realizadas com sujeitos que não se identificam com a esquerda que ganhou relevo em Junho de 2013 e conhecido suas formas de atuação em organizações, é possível passar para o próximo capítulo que buscará sistematizar os atores, práticas e gramáticas atuantes nos protestos e as tensões existentes dentro deles.

CAPÍTULO 4: ATORES, PRÁTICAS E GRAMÁTICAS DE JUNHO DE 2013 EM BELO HORIZONTE

Conforme o exposto até aqui, Junho de 2013 se insere em um ciclo global de protestos caracterizado pela ação coletiva fluida e dinâmica, inclusive com críticas às instituições estatais e midiáticas, em um cenário de hegemonia neoliberal e enfraquecimento do Estado. Existiu uma grande diversidade e um engajamento personalizado, com apropriações parciais de elementos dos protestos, sendo que alguns interpretam os protestos pela chave da ambivalência entre a atuação da direita e da esquerda. Aqui, se propôs uma divisão provisória entre esquerda e não-esquerda, para conhecer mais sobre a atuação e as interpretações de perfis distintos que estiveram presentes em Junho.

Chega-se a este capítulo, então, com o objetivo de análise geral de Junho de 2013, em Belo Horizonte, mobilizando os conceitos analíticos: atores, práticas e gramáticas. Tenta-se, ao mesmo tempo, não perder de vista a existência de divergências em Junho, e, também, considerar as aproximações presentes nas manifestações. Dessa forma, divisões de caráter político-ideológico se mostram insuficientes para compreender as divergências disseminadas em Junho, que dificilmente ficam isoladas em um só lado do espectro político. Utilizam-se, portanto, os conceitos mencionados acima, por permitirem encontrar linhas gerais nos acontecimentos dos protestos e, dentro delas, identificar tensões e conflitos que perpassaram todos seus acontecimentos. Conforme será exposto a seguir, os atores são compreendidos como indivíduos ou organizações que participaram dos protestos, As práticas são as formas de ação adotadas e as gramáticas são entendidas como princípios articuladores dos atores e práticas. A proposta aqui desenvolvida não se pretende homogeneizadora nem totalizante, mas busca construir uma reflexão a respeito consonâncias e dissonâncias em Junho de 2013. O capítulo encerra com uma consideração a respeito da diversidade e o conflito como marcos distintivos do evento estudado.

4.1. Atores

A apresentação de atores nos protestos de Junho de 2013 em Belo Horizonte se deu ao longo dos capítulos 2 e 3 desta dissertação, de forma que aqui, mais do que apresentar os coletivos e sujeitos um a um, será realizada uma retomada e uma reflexão a respeito dos atores individuais e coletivos que estiveram nesses protestos. Percebeu-se a existência de atores coletivos anteriores às manifestações e a participação ampla de pessoas de forma desfilhada de

organizações políticas. Não havia apenas um ator coletivo encabeçando os protestos, mas uma agregação difusa de indivíduos e coletivos que formavam coalizões ou que emergiam e se constituíam naquele momento, facilitados pelo uso de redes sociais digitais. Depois dos protestos, também foi possível verificar, pelos dois capítulos anteriores, que houve a continuidade da ação dos coletivos que já existiam e atuavam na cidade, uma formação de novas organizações (cujas relações específicas com Junho variam), um maior engajamento individual de pessoas independentemente da participação em coletivos e, de forma contrária a esse fervilhar posterior, uma desmobilização de outros sujeitos.

Tendo em vista essas características, entende-se que os atores de Junho de 2013 podem ser interpretados em dois níveis: o dos indivíduos e o das organizações. Objetiva-se, com isso, compreender algumas características dos protestos, em especial a personalização e a desfiliação da participação individualizada e, no caso das organizações, a proeminência de uma coalizão entre marxistas e libertários antes e durante as manifestações.

4.1.1. Indivíduos: personalização e desfiliação

Um protesto com as dimensões e diversidade como Junho de 2013 implica a participação ampla de sujeitos que não tinham um histórico de militância e que não estariam envolvidos em coletivos políticos (TARROW, 2009, p.185). No caso desses protestos, em Belo Horizonte, viu-se, tanto pelas entrevistas realizadas, quanto em Mendonça (2017), que havia uma vontade grande de participação nas manifestações pela própria vivência daquele momento político: o estar nas ruas e o envolvimento nos debates presenciais e virtuais sobrepunha, de alguma forma, as demandas específicas ou os objetivos traçados por coletivos pré-existentes. Daí a importância das pessoas que não pertenciam a nenhuma organização política sobre os rumos das manifestações, inclusive para seu ganho de escala e diversificação de demandas.

Sobre tal envolvimento personalizado e com apropriações parciais e diversificadas dos temas e sentidos em disputa, tem-se que o engajamento das pessoas se dá com uma multiplicidade pertencimentos nos diversos âmbitos da vida.

Indivíduos não mais pertencem a uma única comunidade que caracteriza a aquisição de sua identidade e seus conteúdos substantivos. Nós participamos simultaneamente em um número de áreas da vida social [...]. Em cada uma dessas áreas nós somos apenas parte de nós mesmos, apenas algumas dimensões de nossas personalidades e experiências são ativadas (MELUCCI, 1996, p.124).

A participação desfilhada, com demandas personalizáveis, ao mesmo tempo plurais e parciais, marca Junho de 2013: tanto pelas práticas de produção de conteúdos personalizados e colaborativos, quanto pelos sentimentos de afastamento de elementos que ocorriam em Junho. A presença nos protestos não significava uma concordância geral com seus rumos, mas escolhas pontuais a respeito de ações e ideias que eram coerentes com cada um naquela ocasião, ocorrendo debates e embates ao longo dos dias de protesto. Assim, também se chama a atenção para a dimensão da força do tempo presente (que se verá que foi, também, um tempo acelerado) nas demandas:

Em sociedades complexas, nas quais a mudança se tornou a condição rotineira de existência, o presente, contudo, ganha um valor inestimável. [...] A cultura jovem direciona a atenção da sociedade ao valor do presente como o único critério da mudança; ela exige que o que deveria ser relevante e dotado de sentido é o aqui e o agora, e ela clama para si o direito da provisoriedade, da reversibilidade das decisões, da pluralidade e do policentrismo das decisões das vidas individuais e dos valores coletivos (MELUCCI, 1996, p.122).

Com isso, entende-se que houve uma participação relevante de indivíduos que oscilavam entre uma participação intensa – marcada pelo envolvimento com um evento com a forte potência do presente, do “aqui e agora” –, e realizavam apropriações parciais das diversas práticas e demandas que se produziam, de forma veloz e mutável, naquele momento. A isso se soma a força das redes sociais digitais na convocação e andamento dos protestos, que têm trazido ações coletivas caracterizadas por enquadramentos personalizáveis da ação (BENNETT, SEGERBERG, 2012) e a intervenção em conteúdos disseminados nas redes introduzindo neles perspectivas pessoais (GOMES, 2016; D’ANDREA. ZILLER, 2014b).

Alguns desses indivíduos, como se viu no capítulo 3, tinham filiações político-partidárias em organizações que não se envolveram de forma deliberada nos protestos, reforçando a ideia da participação personalizada em Junho de 2013. Pelo que foi visto até aqui, foram as organizações de esquerda que buscaram dar um alinhamento aos protestos, mesmo que pautadas por princípios contrários à ideia de vanguarda, como o da horizontalidade. Foi possível verificar, contudo, que tais tentativas atingiram apenas partes dos protestos, articulando grupos e pessoas na Assembleia Popular Horizontal e em torno de demandas e perspectivas que já tinham algum lastro na cidade. A entrada de novos atores, não identificados com formas tradicionais de organização e militância, está, portanto, além dessa articulação de organizações de esquerda. Dessa forma, o envolvimento nos protestos primeiro como “pessoa”, como “cidadão” e, depois, como participante de alguma organização política, parece ter sido marco característico de 2013.

A identificação da força de uma participação individualizada e desfilhada é importante para a compreensão da multiplicidade de Junho de 2013. Conforme debatido no capítulo 1, a ação coletiva contemporânea tem marcos de maior personalização, com engajamentos temporários e parciais, o que significa, também, uma atuação com menos vínculos de pertencimento a grupos ou coletivos (BENNETT, SEGERBERG, 2012; DEAN, 2016). A perda de força das instituições estatais para o desenvolvimento de políticas públicas, por se encontrarem em um *déficit* fiscal constante, tem erodido noções de pertencimento comunitário. Surgem, então, proposições políticas que questionam tais instituições, como seria o caso da política do faça você mesmo, das irrupções violentas e do crescimento do populismo de direita, no Brasil e no mundo (OFFE, 2013; TAVARES, BENEDITO, 2018). Percebe-se uma aproximação entre desconfiança institucional e enfraquecimento dos laços coletivos, inclusive na política contenciosa. Com isso, as visões de mundo particularistas e os objetivos pessoais ganham forte relevância, vistas em Junho de 2013, por exemplo: na forma de se expressar no mundo virtual; nas assembleias, cujas decisões são baseadas no consenso; nas decisões pontuais sobre qual cartaz levar para as ruas, quais cores usar e onde entrar e sair das manifestações.

Diferente de uma ideia de pessoas que se somariam a um grande protesto por coesão ideológica ou identificação com as organizações e demandas pautadas, a participação em Junho de 2013 se deu de forma personalizada. Os posicionamentos políticos dos manifestantes tinham impactos mais fracos. As partículas, o entrecruzar constante e veloz de visões de mundo em conflito, atuaram como desestabilizadores desses fatores homogeneizantes. Cada qual tomando suas opções particulares e expondo suas interpretações e objetivos para os protestos, a partir da própria expressão de si. Com isso, a busca de coerência, em especial a partir de divisões do espectro político, mostra-se frágil perante uma grande camada de pessoas que participaram dos protestos de forma parcial, maleável e não tão coesa.

4.1.2. Organizações

No que diz respeito às estruturas organizativas, demonstrou-se que Belo Horizonte já vinha mobilizando formas de ação coletiva tidas como mais fluidas e facilitadas pela *internet*, como era o caso da Praia da Estação, do Fora Lacerda, da Marcha das Vadias, do carnaval de rua e da Turma do Chapéu. Tais organizações não atuavam de forma isolada e se relacionavam com formas centralizadas e hierarquizadas de atuação política – mesmo que de forma conturbada. Assim, do campo da esquerda, as aproximações já existiam com organizações, de

estrutura mais verticalizada, como marxistas leninistas, sindicatos e movimentos sociais. Do lado da direita, a Turma do Chapéu tinha relações com o PSDB e sua Juventude partidária. Houve, então, uma troca entre essas formas de organização antes e durante Junho de 2013, ora de forma mais harmônica e ora mais conflituosa. De forma que não se quer dizer que os protestos em análise foram fruto apenas de uma ação desconcertada, por meio de convocações descentralizadas para manifestações em plataformas virtuais. Também não se quer dizer que elas foram fruto de uma articulação planejada ou de um campo que já se preparava para tamanha irrupção social. O que se deu foi uma série de interações e disputas entre grupos e formas organizativas, entre a demanda por direcionamento dos protestos e a defesa de sua difusão disruptiva.

Nessa interação conflituosa, viu-se, no capítulo 2, que as organizações que já estavam atuando na cidade de forma contestatória, de esquerda, tiveram maior proeminência na tentativa de articulação dos protestos. Foi possível verificar, no capítulo 3, que organizações de direita não se mobilizaram para estar nas ruas de forma coletiva. Propõe-se, então, pensar que não era o critério do espectro político, mas sua posição como *status quo*, que levou à atuação ou não de organizações nas manifestações. Com isso, é possível, também, entender uma semelhança de reação entre os ocupantes de espaços do *status quo* político na ocasião, de forma que se pode ver o papel do Governo Federal, petista, e do Governo do Estado de Minas Gerais, peessedebista, por lentes semelhantes, como o faz Silveira pensando na escala federal:

É interessante observar que enquanto forças de esquerda tradicional, em geral, criticaram as manifestações, partidos de direita, como o PSDB, também se colocaram perplexos diante da explosão das ruas. Os representantes da direita no Parlamento consideravam que os jovens nas ruas eram massa de manobra das esquerdas. [...] Ao mesmo tempo, sindicalistas e lideranças do PT diziam que os manifestantes não representavam o povo, eram “coxinhas” ou simplesmente “fascistas” (SILVEIRA, 2015, p.220).

Por mais que militantes individualizados desses partidos políticos tenham estado nas ruas, a atuação dessas legendas⁷², centrais na estrutura político-partidária brasileira, foi de repressão dos protestos e de tentativa de alguma negociação com grupos de manifestantes (SILVEIRA, 2015; RICCI, ARLEY, 2014). Como as entrevistas realizadas não evidenciaram a articulação de grupos de direita para a participação coletiva nos protestos, entende-se que as organizações de esquerda que contestavam o *status quo* tiveram um papel mais relevante em Junho de 2013, inclusive porque já estavam mobilizadas à época. Novos grupos de direita, que

⁷² Levanta-se a hipótese, que não foi possível abordar neste trabalho, que indivíduos filiados ao PT também participaram dos protestos, apesar de não ter ocorrido um direcionamento, ao menos inicial, do partido para tanto.

também contestam o espaço do PSDB dentro do espectro político brasileiro, surgiram depois de 2013, tendo relevância em sua participação nos protestos pelo *impeachment* de Dilma Rousseff.

No que diz respeito a essas organizações de esquerda, ao longo das análises descritivas das mobilizações antes e durante Junho de 2013, foi possível identificar a presença de atores de uma esquerda composta, majoritariamente, de atores marxistas-leninistas, anarquistas e autonomistas, independentes, ligados ao campo cultural, de defesa dos direitos de gênero e sexualidade, universitários e alguns com formulações heterodoxas dos pensamentos marxistas e libertários. Em certos contextos, como na greve da Rede de Estadual de Educação de Minas Gerais e nas articulações do Fora Lacerda, há uma aproximação de grupos do espectro petista a esses outros atores. Os atores citados se colocaram em contato constante durante as manifestações de 2013, de forma que foram parte central nas formulações e encaminhamentos da esquerda nesses protestos.

Diferente dos autores que identificam esses grupos como “autonomistas” (ALOSNO, MISCHÉ, 2016; BRINGEL, 2018; MENDONÇA, COSTA, 2018; TAVARES, BENEDITO, 2018), propõe-se, então, a nomeação dessas organizações de esquerda, atuantes em Belo Horizonte, como uma coalizão marxista libertária. O primeiro objetivo dessa identificação é construir um conceito mais afinado com as particularidades de Belo Horizonte, marcado por uma atuação de aproximação entre organizações marxistas, marxistas-leninistas e libertárias⁷³. Nesse caso, chamá-los todos de “autonomistas” seria homogeneizante e usaria um conceito mais restritivo do que a realidade – afinal, o autonomismo é parte do campo libertário e tem alguns entrecruzamentos com o marxismo (SOUZA, 2015). O segundo objetivo é determinar o lugar menos central dos grupos petistas nessa articulação de esquerda, de forma que eles transitam pelo campo marxista libertário em certos momentos em que a afinidade é maior, mas não são definidores de suas práticas e gramáticas, por exemplo. A nomenclatura marxista libertária evidencia isso em termos positivos, evitando-se uma conceituação na via negativa, como a nomeação “esquerda não-petista”, por exemplo.

Essa conceituação vem da proposta de Besancenot e Löwy (2016) de se pensar não só nas divergências entre os marxistas e os libertários, mas identificar as alianças e solidariedades

⁷³ Segue-se a conceituação de Marcelo Lopes de Souza (2015, p.81-82), pela qual o campo libertário contemporâneo seria composto pelo anarquismo, neanarquismo e autonomismo. Evidencia-se, aqui, que o autonomismo é apenas um dos componentes do campo libertário. Adota-se, também, o uso nativo do termo libertário como identificado com a esquerda e o termo libertariano, identificado com a direita, como o anarcocapitalismo.

existentes entre eles. Entende-se Junho de 2013, em Belo Horizonte, como um momento de aproximação, vinda de experiências de parcerias anteriores. Segundo os autores:

O marxismo libertário não é uma doutrina, um *corpus* teórico concluído: trata-se antes de uma *afinidade*, de um certo encaminhamento político e intelectual: a vontade comum de desvencilhar-se, pela revolução, da ditadura do capital para construir uma sociedade desalienada, igualitária, liberada do jugo autoritário do Estado. Com efeito, não existe *um só* marxismo libertário, mas uma grande diversidade de tentativas, mais ou menos bem-sucedidas, de criar pontes entre as duas grandes tradições revolucionárias (BESANCENOT, LÖWY, 2016, p.188 – grifos no original).

É essa afinidade, na forma de coalizão de organizações, que se identificou ao longo de Junho de 2013, em Belo Horizonte, atuando na APH, buscando definir trajetos e demandas, reunindo-se com o governador do Estado e fazendo suas narrativas em plataformas de mídia alternativa, conforme visto no capítulo 2.

A caracterização dos grupos de esquerda como integrantes de uma coalizão marxista libertária se deu não porque atuavam de forma isolada, mas porque foi possível identificar uma maior proeminência dessa articulação durante os protestos. Isso não suprime outras experiências e perspectivas de Junho, essenciais para se compreender as divergências e aproximações existentes naqueles protestos. Nesse sentido, deve-se tratar, especialmente, da formação de novas organizações de direita após os protestos.

Como visto no fim do capítulo 3, uma série de organizações de direita se formaram nos anos posteriores aos protestos. Outras, que não se identificam com tal ponto do espectro político, surgiram buscando incidir em processos eleitorais, visando uma “renovação política”. A abordagem de tais organizações neste capítulo deve ter o cuidado com os marcos temporais: quase todas as organizações que foram mencionadas pelos entrevistados surgiram depois de 2013, não havendo que se dizer que elas atuaram nos protestos ou influenciaram em seus rumos. De todo modo, foi visível, pelas entrevistas e análises, que os protestos tiveram um efeito de despertar político em diversas pessoas, que, movidas pela potência de Junho e encontrando outros que compartilhavam de sua indignação, organizaram-se em novos coletivos e passaram a atuar na política.

Parte dessas organizações podem ser classificadas conforme a tipologia proposta por Bringel (2018), entre liberais-conservadores e autoritários-reacionários, os quais formaram uma coalizão, também, em demandas como o *impeachment* de Dilma Rousseff. Isso ficou evidente nas entrevistas, com a atuação conjunta de grupos como o MBL, o Mulheres da Inconfidência, o Patriotas e o Valor Ocidental. Tal coalizão atua, também, na eleição de Bolsonaro à presidência da República, mas grupos liberais e de renovação política e entrevistados dessas

filiações, como o Livres, o RenovaBR e o Acredito – bem como os militantes do PSDB – questionavam o apoio ao então candidato. São perceptíveis, então, dissensos entre os grupos e visões de direita.

Se havia atuação de pessoas com essas visões em Junho de 2013, ela se deu de forma muito mais desorganizada. A interação de percepções de direita, naquela ocasião, se dava de forma mais errante e individualizada, sem formulações coletivas, referenciadas em organizações. E ainda há muito a se conhecer sobre sua atuação política e os acontecimentos posteriores a Junho de 2013 que levaram à estruturação de tais grupos.

4.2. Práticas

Seguindo a proposta de sistematização, as práticas são pensadas como as formas de participação dos manifestantes em Junho de 2013, que puderam ser apreendidas a partir das descrições dos protestos na literatura e nas narrativas realizadas nas entrevistas. As práticas fazem parte de repertórios de ação contenciosa mais amplos (ALONSO, 2012⁷⁴, p.26), promovendo diferenciações entre manifestações.

As rotinas decantadas no repertório [...] só ganham vida se interações presentes se valerem delas. Como cada uso é peculiar – sempre reconhecemos uma passeata, sem que ela seja exatamente igual a nenhuma outra –, variações se inventam no curto prazo. No longo, sobrevivem e se difundem inovações bem-sucedidas, “emprestadas” por outros atores em novas circunstâncias (ALONSO, 2012, p.26).

Assim, os atores de Junho de 2013 mobilizam práticas disponíveis no repertório contemporâneo de ação coletiva, que exige teorizações próprias, as quia não serão feitas. Pensadas no curto prazo, as práticas distinguem a participação dos manifestantes em protestos específicos, dando elementos para diferenciá-los, ou aproximá-los, de outros da mesma época. Das diversas práticas presentes em Junho de 2013 e que foram descritas aqui, busca-se a sistematização de cinco pontos que se mostraram centrais para sua compreensão, quais sejam: (i) as passeatas; (ii) os símbolos e performances; (iii) os confrontos; (iv) a mídia colaborativa, os conteúdos personalizados e o uso de redes sociais; (v) as assembleias.

⁷⁴ Neste artigo, Alonso (2012) faz uma retomada histórica do conceito de “repertório” desenvolvido por Charles Tilly, que, apesar de não ser central para esta dissertação, é usado aqui como parâmetro para se compreender a sistematização de “práticas” proposta.

4.2.1. As passeatas

A tomada das ruas em formato de marcha é uma forma rotineira e tradicional de protesto (p. ex. TARROW, 2009, p.123-124), de forma que se deve argumentar pela necessidade de evidenciar essa prática em Junho de 2013. Entende-se essa importância, em primeiro lugar, devido à dimensão numérica de participantes nas passeatas, à quantidade de manifestações convocadas e à visibilidade obtida. Em segundo lugar, a forma-marcha, a tomada das ruas, foi mais do que rotineira ou de grandes dimensões, uma vez que a realização do protesto acabou por estar conectada ao próprio estar na rua e a conseguir concluir o objetivo de chegar até o Mineirão, em Belo Horizonte. Em terceiro, a participação de pessoas sozinhas nas passeatas também traz evidências a respeito da importância dos indivíduos nesses protestos.

No evento estudado, o estar nas ruas trazia a pluralidade de sentidos de Junho e a importância de se envolver naquele momento uno, tido como histórico. O compartilhamento das vias vinha no sentido de dar unidade à divergência:

Os sujeitos defendiam causas diferentes, agendas distintas, ideologias políticas diversas. Tinham percepções diferentes sobre o cenário político e, muitas vezes, adversários opostos. Partiam de diagnósticos distintos sobre problemas e injustiças e almejavam futuros bastante variados. E, no entanto, caminhavam juntos, partilhando um espaço e um tempo que os retirava da ordem de suas experiências cotidianas. A copresença pública, seja em marchas, seja em ocupações e assembleias, mostrou-se absolutamente potente na continuidade da mobilização das singularidades em uma ação comum (MENDONÇA, 2017, p.145-146).

Como ocorreu uma ampliação de sujeitos e pautas durante os protestos, identificou-se que, para muitos, o importante era estar presente nas manifestações, “mesmo que não se tivesse clareza do que queriam. Isso porque o que queriam não era tão relevante quanto o fato de estarem na rua, querendo alguma coisa. Essa era a novidade política mais eloquente” (MENDONÇA, 2017, p.146). Essa centralidade da participação, ainda que sem compreender os objetivos concretos de sua presença ou mesmo dos próprios protestos, também foi marcante nas falas dos entrevistados analisadas no capítulo anterior.

Porém, as manifestações de rua tinham sentidos distintos, evidenciados em seus trajetos. Alguns entrevistados diferenciaram algumas manifestações como violentas e outras como pacíficas. Também, foi identificado que ocorreram manifestações convocadas pelo COPAC e pela APH e outras convocadas por atores diversos. Ocorreram manifestações convocadas para o mesmo dia e local, por sujeitos e com pautas diferentes. Se ainda não foi possível identificar um padrão nas convocações esparsas, identificou-se a distinção existente naquelas chamadas pelo COPAC e pela APH: o trajeto até o Mineirão (RICCI, ARLEY, 2014).

Assim, é possível identificar algumas tensões na prática das passeatas de Junho de 2013. Chegar até o Mineirão, entrando no perímetro da FIFA, visto como um espaço desapropriado da população e de seu uso tradicional pelo megaevento, era um objetivo de setores da manifestação, em especial, daqueles que já atuavam em demandas relativas ao espaço público e contra os impactos da Copa. Contudo, a partir das entrevistas, foi possível compreender que tal objetivo não era compartilhado por todos, mesmo que fizessem parte das passeatas com tal trajeto. A insistência em adentrar o território FIFA foi expressamente questionada por alguns entrevistados, por exemplo: “Agora, eu achei também um despropósito tentarem invadir a área da FIFA, eu sabia que se isso acontecesse, obviamente, que a polícia ia reagir, não iam deixar estragar com o esquema montado lá para fazer o evento” (Entrevistado 01).

Outra característica das passeatas, vista no capítulo 3, foi a agregação de participantes que se dirigiam a elas sozinhos, encontrando pessoas conhecidas por acaso. Trata-se de uma prática em sintonia com a identificação da força da participação personalizada nos protestos. Dentre os que foram acompanhados para os protestos, a companhia era de amigos ou familiares, de forma que não se constituía uma participação em grupos políticos específicos.

A prática das passeatas, portanto, dá a dimensão agregadora de Junho de 2013, que levou as pessoas para as ruas independentemente de participarem de organizações políticas ou de concordarem com tudo o que se expunha ao longo delas – inclusive quanto a seu trajeto. A ideia de fazer parte das manifestações, mesmo que não se soubesse exatamente por quais motivos, parece mais central do que os objetivos e diretrizes traçados por identidades coletivas específicas. A *vivência personalizada* de Junho, então, se coloca como característica das próprias passeatas ocorridas. E a rua surge como lugar de encontro da diversidade e, no meio dela, o encontro com os semelhantes. Como dito por alguns entrevistados, alguns se surpreendiam ao ver conhecidos e visões semelhantes se manifestando nas ruas, gerando um novo sentimento de “não estar sozinho. De todo modo, não se quer dizer, com isso, que as passeatas fossem uma soma de indivíduos atomizados, uma vez que ao tomar as ruas, uma marcha continua tendo sua dinâmica coletiva, em especial quando se pensa nas dimensões que as de 2013 tiveram. As ruas lotadas, com uma força social intensa, fazem parte da vivência de Junho e da memória do “povo nas ruas”. A imagem de centenas de milhares de pessoas em passeatas ressurgiu ao longo das entrevistas, inclusive, como uma memória retomada no novo ciclo de protestos, pelo *impeachment*.

4.2.2. Os confrontos

Os confrontos, o debate sobre a violência e o lugar da proteção dos patrimônios público e privado, foram práticas que resultaram em polêmicas importantes em Junho de 2013. Percebe-se, ao longo da narrativa dos eventos de Junho, que ocorreram confrontos relativos às tentativas de furar os bloqueios policiais no perímetro FIFA e a disseminada depredação dos patrimônios público e privado. De um lado, manifestantes (e, quem sabe, potenciais infiltrados), do outro, o aparato repressor do Estado, mobilizado na forma da Polícia Militar e da Força Nacional de Segurança Pública. Houve, também, embates entre manifestantes, inclusive alguns identificados com a extrema-direita, e ataques a símbolos político-partidários.

Dessa forma, nos diversos dias e lugares, independentemente das forças que convocavam os atos, ocorriam momentos de confronto. É difícil precisar e, talvez, irrelevante definir, para os propósitos deste trabalho, quem começou os conflitos, uma vez que ele se mostrou constitutivo das práticas de Junho. No caso de Belo Horizonte, as manifestações começaram depois da grande repercussão da repressão desmedida dos protestos de São Paulo: o confronto estava posto nas próprias origens da mobilização. De todo modo, é importante pontuar que:

Como muitos estudos têm mostrado e como temos aprendido pela experiência em diferentes países, a violência dos movimentos é uma profecia autorrealizável. A intervenção pelas agências de garantia da lei é justificada publicamente como necessária para prevenir possível violência, sendo que, na realidade, é a sua própria presença que, frequentemente, cria as condições nas quais a ação violenta irrompe (MELUCCI, 1996, p.303).

Também é a primeira vez que ocorre a utilização ampla da tática Black Bloc em Belo Horizonte e no Brasil, mostrando, mais uma vez, a ressonância das práticas alterglobais nos protestos de 2013, uma vez que tal tática ganhou relevo global nessas lutas libertárias no fim dos anos 1990 (LUDD, 2002). Dessa tática, estavam presentes o ataque ao patrimônio, identificado, ou não, com grandes marcas capitalistas; a proteção dos manifestantes da repressão policial, pelo posicionamento na frente das marchas e a reação a esses ataques, por exemplo, devolvendo as bombas de gás lacrimogêneo à barreira policial; o uso de máscaras que cobriam os rostos dos sujeitos, feitas com panos ou com blusas. Devido a essa relação do campo libertário com algumas práticas de depredação ao patrimônio, pensadas como mecanismos de denúncia relativas ao capitalismo e a outras formas de opressão, os posicionamentos deste campo em momentos como o de Junho de 2013 são sempre difíceis.

Sobre essa difícil relação, Graeber desenvolve algumas ponderações. Em primeiro lugar, o autor entende que a organização de ações particularmente agressivas vai contra a proposta de organização não hierárquica anarquista, uma vez que ela “é uma das poucas formas de atividades humanas que parece ser mais eficiente se organizada de cima-para-baixo, na base do comando” (GRAEBER, 2009, p.222) – e que existem acordos tácitos quanto ao uso de formas mais disruptivas de ação. Contudo, segundo ele o debate fica mais complexo quando ocorrem ações violentas por parte de indivíduos que se dizem anarquistas ou grupos subalternos, uma vez que “por princípio, deveria ser de cada um que resiste a decisão do que é uma ação legítima de resistência contra um poder intrinsecamente ilegítimo” (GRAEBER, 2009, p.222).

Como afirmado, no caso de Junho de 2013, a prática de ações de depredação de patrimônio estava disseminada e não era exclusiva do campo libertário – nem realizada em nome deste campo. Contudo, entende-se que houve uma identificação pelas forças repressoras, corroboradas pela mídia, dos grupos marxistas libertários com tais práticas, ocorrendo uma repressão seletiva sobre essa coalizão ao longo dos protestos e depois dele, conforme visto no capítulo 2. Por outro lado, como foi desenvolvido no capítulo 3, por mais que grande parte dos entrevistados se colocasse de forma contrária a qualquer forma de “manifestação violenta”, houve, também, uma crítica a abusos policiais e à desproporcionalidade do uso da força pelo Estado. Assim, identifica-se tanto uma tensão a respeito da prática do confronto, uma vez que alguns atores foram mais contundentes do que outros na crítica às ações disseminadas de depredação ao patrimônio, quanto uma aproximação entre eles, em alguns momentos, quanto à crítica da repressão abusiva.

4.2.3. Uso de símbolos e performances⁷⁵

As formas de se vestir, os cantos, os cartazes e as cores fazem parte das performances adotadas ao longo das passeatas de Junho de 2013, tendo sido realizadas menções a várias delas nos capítulos precedentes. Percebe-se que houve uma centralidade na expressão dos manifestantes por meio de símbolos e performances, que nem sempre eram coerentes entre si. De fato, existiam tensões entre as simbologias, frases e cores empregadas. Durante as manifestações, havia momentos em que os cantos se opunham uns aos outros, como as

⁷⁵ A plataforma Grafias de Junho traz uma ampla base de fotos dos protestos de Junho de 2013 e foi usada como referência para retomar algumas performances presentes nestes protestos em Belo Horizonte. Cf. GRAFIAS DE JUNHO, s/d.

oposições entre “sem partido” e “sem fascismo” e entre “sem violência” e “sen-sualiza”, e outros em que eles eram marcadores das demandas, como “vem pra rua”, “não vai ter Copa” (MENDONÇA, 2017, p.152). Os cartazes são demonstrativos das diferenças e pluralidades de pautas que conviveram nas ruas naqueles dias: “há desde referências à corrupção até demandas por qualidade na saúde e na educação, pela laicidade do estado, protestos contra o projeto de lei denominado estatuto do nascituro e o autoritarismo da FIFA, entre muitos outros” (D’ANDREA, ZILLER, 2014a, p.14; ver também RICCI, ARLEY, 2014, p.34).

Porém, mais do que ressaltar a presença de símbolos diversos nos protestos, quer-se mostrar que houve, dentre os manifestantes, a necessidade de reproduzirem tais símbolos, de irem às marchas escolhendo cores para se vestir, produzindo cartazes diversos e expressarem suas demandas por meio de seus corpos: sua voz, pinturas faciais e aquilo que conseguem carregar. Retoma-se, com isso, o que foi tratado no capítulo 1, com Mendonça (2017), a respeito da importância dos corpos e sua relação com o espaço das manifestações, para a construção de sentidos de pertencimento naqueles protestos. O autor usa como características da experiência corpórea de Junho de 2013, a copresença pública, a reinvenção do espaço público a partir de sua ocupação nos protestos e os sentimentos de medo e de dor vindos da repressão (MENDONÇA, 2017, p.148-149). A isso, soma-se, aqui, a expressão por meio de símbolos levados aos protestos que, ao mesmo tempo, permitiam uma identificação individualizada das pautas a que se aderira e, de uma forma coletiva, a quais grupos cada um se aproximava ou se distanciava.

Os cartazes, por exemplo, permitiam que cada um levasse demandas personalizadas, que podiam até se aproximar com outras presentes, mas sua confecção no momento das manifestações, com os instrumentos disponíveis e pelas próprias mãos dos manifestantes, dava a cada um, alguma particularidade. Simultaneamente a permitir essa expressão individualizada, os cartazes sintetizavam coletividades em ação. Muito mais agregadores do que outras práticas em oposição, o porte de cartazes diversos possibilitava uma visão geral dos protestos, pela qual se percebe a multiplicidade e fragmentos entrecruzados.

Outra questão interessante a respeito da formação de identidade coletiva em Junho de 2013 diz respeito ao frequente uso de máscaras. Dentre as utilizações, foram reconhecidas referências ao Guy Fawkes, símbolo do grupo *Anonymous*, formas de encobrir os rostos de pessoas que buscavam se esconder na multidão e/ou realizar práticas identificadas com a tática Black Bloc e usos para se protegerem do uso de gás lacrimogêneo pela polícia, com panos e máscaras de gás. O anonimato proveniente das máscaras parte de uma ambiguidade da

promoção da negação da identidade ao mesmo tempo em que possibilita sua criação. Em seu uso militante, pode ser compreendido como mecanismo de combate às hierarquias capitalistas e forma de criação de “espaços de horizontalidade, reciprocidade e solidariedade” (ASENBAUM, 2018, p.10). Pode-se pensar, porém, que as máscaras foram utilizadas de forma mais ampla do que entre aqueles que já eram militantes iniciados. Um exemplo ilustrativo é a dica da consultora de moda Glória Kalil, que escreveu uma coluna intitulada “Moda para protesto, roupa de guerra”, voltada para a participação em Junho de 2013, na qual indicava: “muito se fala em panos embebidos em vinagre para diminuir os efeitos do gás. Nesse caso, quanto menos sintético o tecido, melhor. *Leve camisetas, bandanas, pedaços de algodão*, que seguram melhor a substância e também te ajudam a respirar” (HOJE EM DIA, 2013 – grifamos).

Entende-se, então, que a cobertura dos rostos foi utilizada, também, como forma de proteção contra a repressão policial e mesmo uma solidariedade diante daqueles que foram mais violentamente reprimidos. Esses parecem elementos importantes para a compreensão da formação de uma identidade coletiva a partir do anonimato das máscaras.

Ao negar alguns aspectos da identificação legal e da persona fisicamente encorpada, o anonimato transcende a publicidade ou a privacidade, transformando sentimentos privados em demandas políticas e transmitindo-as à esfera pública, facilitando, assim, a ausência como presença (ASENBAUM, 2018, p.19-20).

O cobrir os rostos, certamente, não foi consensual e gerou polêmicas quanto às práticas tidas como “legítimas” nos protestos, em especial em discursos contrários à tática Black Bloc e à “violência”. Contudo, parece haver um sentido mais abrangente em seu uso, especialmente tendo em vista as origens da ampliação de Junho de 2013: a identificação dos abusos policiais. Em um contexto de personalização dos protestos e expressão de si, vários manifestantes encontraram no anonimato a forma de se colocarem em meio à multidão, participando de uma formação de identidade coletiva dos mascarados.

Ainda, duas formas de manifestação por meio de símbolos em Junho de 2013 foram tratadas de forma mais detida nas entrevistas, devendo ser abordadas aqui, para continuar nas formulações a respeito dos sentidos de tais usos e as tensões existentes, são elas: o uso de símbolos patrióticos e o porte de bandeiras político-partidárias.

Primeiramente, o uso da bandeira do Brasil e outros símbolos patrióticos, como cartazes com dizeres do hino nacional e, mesmo, o cantar do hino ao longo das marchas foi bastante marcante nos protestos de Junho de 2013 e mais uma característica de estranhamento entre os

manifestantes. Começou, então, a ocorrer uma associação entre o uso das cores verde-e-amarelas e a direita ou ideias antipolíticas (ALONSO, MISCHÉ, 2016; SOUZA, 2015, p.147-148). Nesse sentido, em Junho de 2013, houve uma:

Particular estranheza a força com que emergiu nas ruas o canto dos estádios “eu sou brasileiro, com muito orgulho, com muito amor”, o hino nacional, a profusão de bandeiras verde e amarela, e referências como “o gigante acordou” e “verás que um filho teu não foge à luta”, associados à rejeição à presença das bandeiras partidária (vermelhas), em certa fase do conflito (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015, p.10-11).

Depois de Junho de 2013, já no ciclo de protestos pelo *impeachment*, as práticas de ataques a bandeiras – em especial do PT, que não eram proeminentes em Junho – e o uso das cores nacionais ganham maior força (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015, p.12) e essa conexão entre as práticas nacionalistas e a direita fica mais evidenciada. Como parte dos objetivos desta dissertação é conseguir delimitar o que eram práticas de Junho de 2013, de forma a distingui-las do que ocorre posteriormente, é necessário entender como se deu o uso das cores nacionais durante a ocasião. Por exemplo, a observação das fotos presentes na plataforma Grafias de Junho levou à identificação de pessoas ligadas à esquerda que se vestiram de verde e amarelo, pintaram o rosto com essas cores e empunharam a bandeira do Brasil nos protestos. Esse ponto é levantado, apesar de não ser uma observação sistemática e generalizável, para mostrar um pouco da difusão da estética nacionalista e como ela vai mudando de sentido com o tempo, tanto durante Junho e, especialmente, depois.

Das dezoito pessoas entrevistadas, sete pessoas recordam ter usado, de alguma forma, as cores nacionais nos protestos⁷⁶, e as narrativas sobre essa prática vão em dois sentidos opostos: a maior parte retoma a ideia de nacionalismo e defesa do país, mas há quem se diga envergonhado pelo uso dessas cores. No primeiro sentido, o Entrevistado 14, que foi para duas manifestações com a camisa da seleção brasileira de futebol, afirma:

Entrevistado 14: Era um momento de externar o nacionalismo, né? Não era aquela camisa pra usar só quando está tendo futebol. Pensei: “Pô, né... é o momento de eu me demonstrar um ser nacional”. E como eu estava lá lutando pelo que eu achava melhor pelo país, nada melhor de usar do que as cores do país.

Por outro lado, os entrevistados 02 e 04 sentem vergonha de ter usado a blusa do Brasil nos protestos, uma vez que começaram a perceber uma mudança de sentido que o uso de tais

⁷⁶ São eles os entrevistados 01, 02, 04, 07, 09, 11 e 14.

cores passava a ter: “era uma coisa que me envergonhava um pouco, porque eu já estava percebendo, já estava claro pra todo mundo o que essas cores estavam... O sentido que elas ganhariam, assim, dali a pouco, né” (Entrevistado 04). É difícil, neste trabalho, identificar as forças e os mecanismos que levaram à mudança de significado do uso de símbolos patrióticos para uma conotação de direita ou antipolítica. Porém, é possível perceber que, a princípio, havia um uso difundido do verde e amarelo, colocando a ideia de nacionalismo como mais ampla do que apenas da direita em Junho de 2013.

O segundo ponto levantado, nas entrevistas, diz respeito às divergências identificadas no uso de bandeiras e outras formas de identificação político-partidárias. Ocorreram registros de ataques presenciais e virtuais a militantes identificados com partidos políticos ou outros símbolos políticos (RICCI, ARLEY, 2014, p.172-173). Souza fala de agressões de “manifestantes (em geral, [proto]fascistas) contra manifestantes (em geral, de esquerda, seja a esquerda partidária ou libertária)” (SOUZA, 2015, p.146). Tatagiba, Trindade e Teixeira retomam que ocorreu uma disputa, também, nas redes sociais entre aqueles que defendiam e aqueles que criticavam o porte de bandeiras nas manifestações, sendo que “a crítica não se voltou somente aos partidos, mas de alguma forma aos setores organizados em geral” (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015, p.11). Em resposta a essas práticas tidas como antipolíticas e que davam sinais das diferenças existentes nas manifestações, a primeira sessão da APH definiu “que todos os militantes partidários poderiam portar bandeiras e camisetas durante as manifestações. A primeira assembleia aprovou, ainda, o *slogan* ‘somos esquerda, sim!’” (RICCI, ARLEY, 2014, p.173). Como se vê, tais práticas têm sido identificadas com os setores de direita dos protestos, em especial pelo teor anti-esquerda presente nos ataques aos símbolos político-partidários. Optou-se, então, por perguntar aos entrevistados de não-esquerda sua opinião a respeito do uso de bandeiras e símbolos partidários nas manifestações e as respostas foram tanto no sentido de apoiar seu uso, quanto de rechaçá-lo.

Dentre os argumentos usados para o apoio ao uso de bandeiras e símbolos partidários em geral, estava uma ideia de dar maior coesão às pautas e às demandas dos protestos. Nesse sentido, o Entrevistado 03 afirma que: “Eu acho que é mais honesto você ir com a bandeira do partido. [...] Eu acho que se as manifestações tivessem mais bandeiras de partido elas teriam sido mais efetivas, elas teriam menos gente, mas poderiam ter chegado a algum lugar específico”. Sobre a prática de rechaço às bandeiras, é o Entrevistado 04 que demonstra mais incômodo: “eu preferiria uma manifestação cheia de bandeira de partido do que uma

manifestação onde uma única bandeira surge e as pessoas começam a gritar contra ela. [...] Eu gostaria de ver mais partidos, mais política, partidos mais fortes [...] do que mais fracos”.

Por sua vez, os argumentos contrários ao uso de bandeiras se dirigem no sentido de que tais símbolos iriam contra a própria natureza das manifestações de Junho de 2013. O Entrevistado 16 entende que os partidos políticos eram parte do que era criticado nos protestos de 2013: “os partidos não estavam no gatilho ou na faísca que criaram eram esses movimentos, pelo contrário, eles eram parte do ambiente que era criticado. Nesse sentido, ocorre, também, uma diferenciação entre a participação da sociedade civil, do povo, e dos partidos, sendo estes explicitamente questionados. A Entrevistada 09 afirma: “Não era por partido, ninguém estava lutando por partido nenhum. A gente, a voz da gente, era o seguinte: ‘Não importa de qual partido você seja, se você for corrupto você tem que ser punido, você não serve para me representar’”.

Nas falas dos entrevistados percebe-se uma crítica generalizada aos partidos e à tentativa que eles teriam de tomar os rumos das manifestações (sem explicitar em qual direção), tirando-as do povo. Propõe-se, então, que havia mais uma tensão a respeito do papel dos partidos, da representação e do sistema político, do que um embate de agendas ideológicas em si. Mesmo que a coalizão marxista libertária tenha optado pela defesa do uso de símbolos político-partidários, percebem-se divergências e embates mais gerais a respeito dos sentidos de seu uso e da legitimidade de seu porte durante os protestos.

4.2.4. A mídia colaborativa, os conteúdos personalizados e o uso de redes sociais digitais

Seguindo na análise das práticas presentes em Junho de 2013, o uso de redes sociais digitais, com a formação de espaços de mídia colaborativa e disseminação de conteúdos personalizados foram marcantes. Foram vistos, nos capítulos anteriores, por exemplo, a formação do BH nas Ruas e as convocações difusas por eventos de *Facebook*. Pelas narrativas dos entrevistados, as redes sociais foram centrais para o acompanhamento dos acontecimentos, com a identificação de de convocatórias difusas, que ultrapassavam a temática original dos protestos – os 20 centavos da tarifa de ônibus – passando para temas como a corrupção e a crise política. Dessa forma, a dinâmica das redes sociais digitais foi característica da potência dos protestos em análise.

As manifestações escancararam a incapacidade de um modelo jornalístico baseado na lógica ‘poucos falam para muitos’ de dar conta da complexidade, da intensidade e da velocidade de um acontecimento dessa magnitude. A indignação, os debates e as manifestações públicas que se efetivam nas interfaces entre as redes digitais e o espaço urbano funcionam na lógica das redes e não na transmissão massiva e centrada do jornalismo convencional (D’ANDREA, ZILLER, 2014a, p.17).

A diversidade das manifestações fez uma cobertura também difusa, em “tempo real”, na qual os participantes dos protestos podiam colocar seus ângulos e perspectivas e participar dos debates que se espalhavam. Eles conseguiam ultrapassar os discursos centralizados da mídia e criar narrativas próprias.

Propõe-se, então, a distinção entre mídia colaborativa e produção personalizada de conteúdo. Ambas têm como origem essa crítica à efetividade da mídia tradicional para o acompanhamento e a análise dos protestos, mas a primeira é um pouco mais centralizada do que a segunda. A mídia colaborativa viria da concentração de materiais produzidos por sujeitos e perspectivas diversos. Isso, porque haveria uma preocupação de validação do conteúdo produzido, que tinha origens distintas e velocidade de produção muito rápida. Ao mesmo tempo, haveria uma necessidade de resposta célere e de produção de conteúdos o mais próximo do tempo real possível, para que a comunicação tivesse a eficácia buscada naqueles dias (OLIVEIRA et al, 2014).

O caso da produção personalizada de conteúdo tende a ser mais descentralizado, com práticas mais individualizadas e independentes, como o *self broadcasting*, *social commenting* e o *social editing* (GOMES, 2016), tratados no capítulo 1. Diferente da mídia colaborativa, essa produção não passa por um agente centralizador do material, como seria o caso do BH nas Ruas, o Mídia Ninja, ou outras. São exemplos dessa forma de comunicação, os materiais produzidos durante os protestos, ou as postagens feitas por envolvidos – antes, durante e depois – com análises pessoais do que estava acontecendo e intervenções nos conteúdos com comentários e edições. D’Andrea e Ziller (2014b, p.24-25) identificam a produção de vídeos com forte caráter testemunhal e emotivo, vindos de experiências e não de atuações profissionais. “E a possibilidade de dissenso é fortalecida pela circulação ampla de registros múltiplos” D’Andrea e Ziller (2014b, p.24).

Assim, por mais que houvesse um acompanhamento do desenrolar dos protestos pela mídia tradicional, houve uma centralidade no uso das redes sociais para a constituição da ação coletiva. Trata-se de uma prática que perpassou os diferentes grupos e perspectivas presentes nos protestos de Junho de 2013, não havendo que se falar de tensões entre campos políticos neste caso: o conflito se dava na própria interação virtual. Provavelmente, as fontes de

informações, os perfis seguidos e os grupos de debate dos quais as pessoas participavam variava, mas a centralidade das redes sociais digitais e da produção de conteúdo colaborativo e personalizado, para a experiência de Junho é geral.

4.2.5. As assembleias

Passa-se para a última prática de Junho de 2013 que será abordada aqui, qual seja, a realização de assembleias. Como narrado anteriormente, depois de duas manifestações que tinham o COPAC como referência, foi realizada a primeira sessão da APH, que articulou, principalmente, a coalizão marxista libertária para debater os rumos dos protestos. No decorrer dos dias, a APH tornou-se referência, superando, inclusive, o COPAC (RICCI, ARLEY, 2016; VELOSO, 2017). Tais assembleias, conforme descrito em outro trabalho, seriam:

Espaços abertos, de encontro de manifestantes, debate político e busca de diretrizes para a ação política, as assembleias buscavam tomar decisões por consenso, abrir espaço para a fala do maior número de pessoas possível, realizar sorteios e rotatividade de funções para papéis de mediação nos debates e usavam métodos de expressão silenciosos, em geral, gestos com as mãos, para que os participantes pudessem demonstrar suas opiniões sem interrupções e, assim, envolverem-se nos rumos do debate (DOMINGUES, 2018, p.142).

A prática das assembleias se constitui como alternativa às formas de organização política tradicionais e evidencia a inclusão por meio da fala e participação política direta a partir da deliberação das pautas propostas. Elas dialogam com experiências do campo libertário, dos movimentos alterglobais e com uma crítica às instituições representativas (MENDONÇA, ERCAN, 2015, p.275; DELLA PORTA, 2005, p.337). Com a ressalva de que elas não “eram um paraíso de debate respeitoso entre iguais. Elas eram lugares de conflito. Elas não estavam livres de relações de poder existentes” (MENDONÇA; ERCAN, 2015, p.275), coloca-se que:

As assembleias buscaram ser inclusivas e visíveis, manifestando uma forma diferente de fazer política. [...] Cheias de narrativas emocionais e histórias individuais de marginalização e exclusão, a comunicação desenvolvida nas assembleias teve um papel importante para manter as grandes mobilizações (MENDONÇA; ERCAN, 2015, p.275).

A realização de assembleias ocorreu em outras cidades do Brasil e mesmo em outros países, como é o caso da Turquia (MENDONÇA, ERCAN, 2015). Em Belo Horizonte, foi possível a articulação de uma assembleia, que se reuniu frequentemente durante e após os protestos, dividida em grupos de trabalho. Em outros locais, como o Rio de Janeiro, não foi possível unificar os grupos de esquerda em uma única organização horizontal em forma de assembleia.

As assembleias são identificadas como uma forma de ação que buscou agregar setores de esquerda organizada e manifestantes independentes, mas que, de alguma forma, se identificavam com a agenda dos grupos de trabalho da APH ou com a forma de fazer política, guiada pela ocupação do espaço público – no caso belo-horizontino, o baixio do Viaduto Santa Tereza – e pela horizontalidade. Entende-se, então, que esta é uma prática marcada mais pela vertente libertária e que não se expandiu tanto para setores fora da esquerda, o que não quer dizer que não tenha tido a participação de sujeitos de não-esquerda em sessões da APH. Infere-se a centralidade da esquerda não só por causa de suas referências libertárias, mas, também porque as assembleias não foram mencionadas nas entrevistas com a “não-esquerda”. Ainda, como pode ser percebido ao longo do capítulo 2, a própria constituição da APH teve como objetivo dar coesão a um campo político específico, a esquerda que via os rumos dos protestos se alterarem à medida em que as pautas e atores se ampliavam e diversificavam (RICCI, ARLEY, 2014; VELOSO, 2017).

4.3. Gramáticas

De forma simples, uma gramática é um conjunto de regras e prescrições que determinam o uso de uma língua, estruturando, assim, os padrões da escrita e da fala. Utiliza-se, aqui, a ideia de gramática como forma de identificar alguns princípios que guiam e criam coerência ao uso das práticas pelos atores em Junho de 2013. Assim, se as práticas variam em ciclos de confronto distintos, a realização de uma ou outra forma de ação se relaciona com princípios estruturantes, que fundamentam seu uso naquele momento.

Edson Nunes (2003), no livro “A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático”, usa a noção de gramática como categoria para compreender as relações entre sociedade e Estado na história brasileira. Ele entende que: “existem quatro padrões institucionalizados de relações ou ‘gramáticas’ que estruturam os laços entre sociedade e instituições formais no Brasil: clientelismo, corporativismo, insulamento burocrático e universalismo de procedimentos” (NUNES, 2003, p.17). No prefácio a este livro, Lessa retoma o conceito empregado por Nunes e explica:

A engenhosa noção de "gramática", com toda sua carga semântica, indica a existência do que poder-se-ia designar como as diferentes linguagens em uso no mundo da política. Se linguagens são formas de vida, as "gramáticas" indicam os princípios que as estruturam. No texto, tais princípios estão presentes no modo pelo qual instituições e sistema social se articulam e, o que é fundamental, na maneira pela qual ações e expectativas humanas são produzidas (LESSA, 2003, p.05).

Portanto, toma-se como referência a ideia de gramática como princípios estruturantes da ação política para a compreensão dos acontecimentos de Junho de 2013. A menção ao trabalho de Nunes é feita como um exemplo, para que se compreenda o uso da noção de gramática neste trabalho, que optou por não seguir Alonso e Mische (2016) no uso de “repertório”. Apesar da ideia de repertório ser comumente usada na literatura de movimentos sociais, entende-se, assim como Mendonça e Costa (2018), que o uso deste conceito da maneira como foi feita no trabalho de Alonso e Mische “esvazia o conceito de repertório de suas fortes raízes históricas e estruturais” (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.05). Conforme mencionado na seção 4.2., a ideia de repertório tem uma dimensão de época e as variações nas formas de ação não implicam, necessariamente, mudanças de repertórios (ALONSO, 2012). “Repertórios não são algo completamente flexível e fluido, mas são historicamente forjados a partir de padrões e rotinas. Repertórios tomam tempo para sedimentar. Eles mudam muito lentamente” (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.05).

A proposta de utilização da noção de gramática, então, permite que se encontrem padrões nas ações dos manifestantes e que eles sejam relacionados a princípios que guiam tais práticas, os quais são abstratos e historicamente duradouros, mas não traz a perspectiva estrutural da noção de repertório. Neste caso, as gramáticas se relacionam intimamente com as práticas e com seus atores, inclusive em suas perspectivas políticas, dando coerência e sentido para a linguagem que eles empregaram especificamente neste ciclo de protestos.

Dessa forma, os atores e práticas evidenciados ao longo do texto e das seções anteriores estão envoltos em gramáticas que guiam suas participações, sendo possível a identificação de quatro gramáticas centrais de Junho de 2013 em Belo Horizonte, que serão abordadas a seguir: (i) a horizontalidade; (ii) a aceleração; (iii) a ocupação do espaço público; (iv) o nacionalismo.

4.3.1. Horizontalidade

A horizontalidade foi um princípio muito difundido durante Junho de 2013, o qual ressoa experiências e formulações marxistas libertárias, a partir do rechaço à representação política e da busca por decisões autônomas no que diz respeito aos rumos da própria vida. Contudo, é possível se pensar na gramática da horizontalidade para além de tais referenciais de esquerda e entendê-la como estruturadora de outras ações disseminadas pelos protestos. Esta seção, então, buscará dialogar com alguns referenciais, de esquerda, que constituem a horizontalidade como um princípio e trazer, também, outras formas de se pensar tal gramática

como estruturadora de atores e práticas de não-esquerda. Propõe-se que a horizontalidade é uma gramática e não, apenas, uma forma de organização, uma vez que ela é um princípio que guia uma série de outras práticas, como: busca de desconstrução das lideranças, produção descentralizada da mídia colaborativa e dos conteúdos personalizados, críticas a instituições políticas e a retirada de carros de som dos protestos. A apresentação da horizontalidade como gramática, portanto, mostra que essa ideia articulava diferentes espaços, sujeitos e ações em Junho, tendo a procura da desconstrução de hierarquias e da criação de espaços de igualdade e autodeterminação como articuladoras de atores e práticas durante os protestos.

Sobre horizontalidade Saraiva (2018) chama a atenção para suas dimensões negativa e aberta:

[...] [E]stamos, antes de tudo, lidando com uma negativa: não somos como as organizações da esquerda institucional, não trabalhamos pela pirâmide. O princípio é, dessa forma, um conceito aberto: a bem da verdade, não sabemos ao certo como funciona uma coletividade horizontal (isso é algo a ser inventado), mas sabemos que não queremos ser verticais (SARAIVA, 2018, p.64).

Dessa forma, a ideia de horizontalidade está ligada ao objetivo de desierarquização, uma não distinção entre as pessoas, entre diretoria do movimento e base, e a atuação nas decisões em conformidade com as próprias vontades e perspectivas (SARAIVA, 2018, p.64). A desierarquização, para Besancenot e Löwy faz parte das perspectivas constitutivas do marxismo libertário, pela qual “as escolhas coletivas [são submetidas] ao controle e à deliberação de todos, sem continuar a deixar ao patrão ou ao dirigente a possibilidade de decidir à nossa revelia” (BESANCENOT, LÖWY, 2016, p.160). Nesse sentido, a procura de desconstrução de hierarquias se relaciona à ideia de autonomia, quando cada pessoa pode, sem estruturas de opressão, primeiro definir quem se é e, em seguida, participar de forma igualitária nos destinos de determinado coletivo, atividade ou, com alguma generalização, sociedade⁷⁷.

Nessa desconstrução de hierarquias, haveria uma compreensão de que, ao mesmo tempo, todos seriam líderes e todas as projeções rumo à liderança individualizada de uma pessoa ou outra sobre o coletivo seriam rechaçadas (SARAIVA, 2018, p.72). Essa seria uma ambivalência da horizontalidade, na qual, de um lado, “a ideia de todos/as sermos líderes parte do pressuposto de todos/as integrantes são indistintamente responsáveis pelas ações do movimento, em oposição à passividade que muitas vezes é vista como marca das ‘bases’ em

⁷⁷ Um ponto de conexão interessante da gramática da horizontalidade que não poderá ser aprofundado aqui é sua relação com a proeminência do indivíduo existente no campo libertário, o que parece estar em alguma sintonia com os elementos de maior personalização da política contemporânea.

organizações verticais” (SARAIVA, 2018, p.70). De outro lado, “a aposta na ausência de liderança enquanto pressuposto da horizontalidade desponta. O surgimento de lideranças é visto como um risco para o movimento, que precisa ser evitado” (SARAIVA, 2018, p.76).

Outro sentido da horizontalidade é a política prefigurativa, segundo a qual se propõe a vivência, aqui e agora, dos princípios que se visa alcançar no futuro. Haveria em movimentos sociais a “tentativa de desenvolver estruturas organizativas baseadas na participação (no lugar de delegação), construção de consenso (no lugar de voto para obter maioria) e redes horizontais (no lugar de hierarquias centralizadas)” (DELLA PORTA, 2005, p.337-338). Ou seja, a proposta de concretizar, na prática política cotidiana, aquilo que se objetiva para o futuro. A prefiguração, aqui, não é entendida como uma gramática em si, mas como parte da construção da gramática da horizontalidade, uma vez que o que se buscou prefigurar foram as próprias relações pessoais e políticas desierarquizadas⁷⁸.

Segundo Gordon, “‘política prefigurativa’, é, agora, um termo familiar para o *ethos* de unidade entre meios e fins, distintiva de movimentos sociais contemporâneos” (GORDON, 2017, p.02). Na tradição militante⁷⁹, a prefiguração parte de uma ideia que poderia ser chamada, também, de *path dependence* entre as práticas revolucionárias e seus resultados: aquilo que se faz hoje cria as direções do caminho a se seguir, de forma que as decisões tomadas acabam por determinar o conteúdo e a forma da revolução (GORDON, 2017, p.09). Com essa compreensão, o autor percebe que o uso anarquista do termo tem buscado mais a intervenção para a formação do futuro do que a antecipação do futuro para o presente. Em especial, por essa acepção ter uma construção aberta dos fins a serem buscados e se basearem em propostas de práticas éticas presenteístas, com pouca associação com o futuro (GORDON, 2017, p.11-13). Esse presenteísmo se relaciona, também, com a ideia de horizontalidade quando, muitas vezes, ela se limita aos procedimentos decisórios e busca de respostas para situações de curto prazo, com dificuldade de construir a substância do mundo-futuro que se quer realizar hoje. Essa dimensão, bem identificada por Gordon, não poderá ser aprofundada aqui, mas levanta bons

⁷⁸ A prefiguração também está relacionada com a ideia de ação direta, que será tratada na seção a respeito da ocupação do espaço público (seção 4.3.3).

⁷⁹ O autor diferencia as origens cristãs da prefiguração dos seus usos no campo da esquerda libertária, uma vez que, na tradição cristã, há uma relação mais forte com a temporalidade do passado e do futuro, uma realização do presente-futuro a um só tempo, do que na tradição militante (GORDON, 2017).

questionamentos a respeito dos limites da centralidade da política prefigurativa e do princípio da horizontalidade para determinados movimentos hoje⁸⁰.

Em Junho de 2013, a APH procurou atuar de forma horizontal, como se vê em seu próprio nome, definindo tal princípio como “espaço sem hierarquização, onde todos tem [sic] a liberdade de se expressar, o direito de falar livre de coações e o mesmo peso para decidir” (APH, s/d, s/p). A busca era de inclusão dos participantes diversos para tomarem as decisões de forma coletiva e terem a possibilidade de influenciar nessas decisões em igual medida. Na mesma toada, havia o rechaço à formação de lideranças dentro da APH (RICCI, ARLEY, 2014, p.173). Além disso, a assembleia buscou usar da ideia de horizontalidade para dar conformidade à diversidade dos protestos. Partindo da ideia de autonomia dos sujeitos, a horizontalidade tenta proporcionar espaços em que a pluralidade e a divergência sejam possíveis. Assim, foram propostas formas de articulação entre as perspectivas, como a divisão em grupos de trabalho e a busca de consenso nas decisões. Isso sem o objetivo de supressão de pautas por imposições ou hierarquias, ou de construção de uma vanguarda para os protestos (RICCI, ARLEY, 2014, p.174-175). Trata-se, então, de uma construção em que a amplitude não é vista como um problema, mas como uma possibilidade ao mesmo tempo de agregação de sujeitos e de opções autônomas de engajamento em demandas.

Até aqui, ficaram evidenciadas algumas referências da esquerda para a gramática da horizontalidade. Contudo, entende-se que ela abrangeu atores e práticas fora do espectro da esquerda: agora, sem a filiação normativa, da horizontalidade como forma de libertação ou de prefiguração do mundo desierarquizado que se objetiva atingir. A horizontalidade, para a não-esquerda, pode ser pensada a partir de perspectivas de atores e práticas que questionavam estruturas estabelecidas e propunham como alternativas mecanismos não hierarquizados e que fugiam da política representativa ou outras instituições tradicionais. Nesse sentido, concorda-se com Mendonça e Costa, segundo os quais, em Junho de 2013, houve:

[...] *Uma ampla aceitação de formas de ação direta contenciosa locais, paroquiais e horizontais*. Tais formas de ação não devem ser concebidas como um repertório específico de grupos autonomistas, em oposição aos patrióticos e socialistas. Esses atores políticos diversos readaptaram suas formas de agir em um contexto profundamente marcado por práticas que estavam intimamente relacionadas com o autonomismo (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.11 - grifamos).

⁸⁰ Tavares e Benedito (2018) também realizam uma crítica a respeito da “falta de horizontes estratégicos claros” dos grupos autonomistas.

No que diz respeito ao lugar das lideranças, houve um forte rechaço a sua formação. Se houve uma crítica à difusão dos protestos e à dificuldade de se estabelecer demandas e rumos específicos para eles, houve, também, a crítica constante a qualquer constituição de líderes ou identidades coletivas que centralizassem as manifestações. A própria constituição de Junho de 2013 era refratária a líderes, não apenas em sua dimensão de esquerda, que, de fato, tinha medo de uma apropriação “ilegítima” dos protestos por algum “oportunista” (RICCI, ARLEY, 2014, p.174). Passando dos marxistas libertários para a não-esquerda, havia práticas disseminadas que se tornavam empecilhos a essa hierarquização: o forte rechaço a partidos e aos símbolos de identificação política são exemplo disso. A própria ideia de representação política por meio de partidos era questionada, objetivando-se, à esquerda e à direita, um fazer com as próprias mãos, típicos de uma autonomia individual horizontal.

Apesar das diferenças ideológicas entre grupos, houve uma forte característica anti-institucional ao longo das Jornadas de Junho. Isso é claro não só em grupos de esquerda, que costumavam criticar “o estado”, mas viram suas hierarquias e estruturas tradicionais questionadas. Isso também foi evidente entre cidadãos de direita, que compreenderam o processo como uma oportunidade para confrontar a força estatal e as velhas estruturas de representação em torno de partidos e sindicatos (MENDONÇA, COSTA, 2018, p.11-12).

Por sua vez, a mídia colaborativa e a produção personalizada de conteúdos são outro exemplo da disseminação da gramática da horizontalidade, uma vez que passa para os atores que estavam vivenciando os protestos a responsabilidade da cobertura midiática e a possibilidade de fala a respeito dos acontecimentos. Paridade de vozes, difusão de conteúdo, narrativas diversas – sem passar por filtros estabelecidos por instituições já consolidadas da mídia tradicional – com relevância da perspectiva de cada manifestante para a construção das narrativas dos protestos, são características que se aproximam da ideia de horizontalidade.

Outro elemento seria a retirada dos carros de som dos protestos (RICCI, ARLEY, 2014, p.159). Dentro da lógica da horizontalidade, os carros de som criam uma disparidade entre os participantes do protesto, uma vez que a voz de quem fala nele é ampliada e sobreposta às demais. Quem tem acesso ao carro de som acaba por ter maior possibilidade de guiar os rumos da manifestação, dando suas palavras de ordem, cantos e análises, sendo que outros participantes teriam menor possibilidade de intervir. No caso, de 2013, no lugar dos carros de som, havia baterias, onde a participação é aberta. Os cantos vinham das vozes dos manifestantes e eram diferentes em pedaços distintos da marcha. Dessa forma, cada qual com seus cartazes, tambores e demandas, expressando suas visões pessoais, somavam-se à pluralidade de Junho, disputando seus sentidos.

Não se quer dizer, com isso, que houve a proeminência do campo autonomista – ou da coalizão marxista libertária – em Junho de 2013. Nem que houve uma real horizontalidade ou inexistência de figuras de liderança nos protestos. Algumas pessoas e grupos conseguiam projeções maiores nos rumos dos protestos do que outras, mas havia mecanismos ativos que questionavam sua existência. Quer-se dizer, contudo, que a gramática da horizontalidade foi importante para guiar a presença de pessoas nas manifestações e suas ações, independentemente de sua identificação política.

4.3.2. Aceleração

O tempo veloz marcou os dias de Junho de 2013, no encontro entre redes sociais e espaço público, dias e noites de protestos, reuniões e debates presenciais e virtuais. Nisso se insere a mudança rápida dos rumos dos protestos, sempre marcada na literatura (AVRITZER, 2016; SOUZA, 2015; SILVEIRA, 2015; RICCI, ARLEY, 2014; LIMA, 2013) e nas falas dos entrevistados, que tentam retomar os acontecimentos e suas causas, mostrando como eles começaram de uma forma – sobre o transporte público e a repressão policial – e, depois se tornaram outra. Em um curto espaço de tempo, confrontos de ideias foram formados, pautas se inseriram no debate e novas formas de ação se colocaram. Um tempo rápido, formativo, criativo e conflituoso constitui a gramática da aceleração.

A aceleração parece típica dos ciclos de protestos, que, segundo Tarrow, em seus momentos de ascensão, há uma difusão de novas formas de confronto, criação de novos quadros interpretativos e uma intensificação de fluxos entre desafiantes e autoridades (TARROW, 2009, p.182). O autor retoma a ideia de “momentos de loucura” para dizer sobre o começo e a ampliação dos ciclos de protestos e afirma que “nesses momentos, o impossível se torna real – pelo menos nas mentes dos participantes” (TARROW, 1993, p. 282). Mas não deixa de alertar que “tais momentos são inquietantes e, muitas vezes, deixam os participantes decepcionados – para não dizer das elites e das autoridades políticas” (TARROW, 1993, p. 282). Nessa ampliação dos protestos:

Grupos específicos voltam a participar regularmente da vanguarda de ondas de protestos social (exemplo: mineiros, estudantes), mas, no pico do ciclo, a eles se juntam grupos que não são geralmente conhecidos por suas tendências à revolta (exemplo: camponeses, trabalhadores em pequenas indústrias, trabalhadores de colarinho branco) (TARROW, 2009, p.185).

Esses momentos são de ritmo muito mais intenso de trocas, conflito e criação do que outros períodos de menor confronto e mobilização sociais. “Na incerteza e exuberância da fase

inicial de um ciclo de mobilização, a inovação se acelera e novas formas de confronto são desenvolvidas e difundidas” (TARROW, 2009, p.186). Além disso, “a informação flui mais rapidamente, aumenta a atenção política e as interações entre grupos de desafiantes e destes com as autoridades aumentam em frequência e intensidade” (TARROW, 2009, p.187).

Em uma dimensão temporal, Junho de 2013 teve as características de aceleração dos ciclos de protestos, que ocorreu com as especificidades do momento contemporâneo. Essa gramática da aceleração é marcada, em Junho de 2013, pela ampliação de pautas sendo demandadas, a entrada de novos manifestantes, individualizados, que não eram atores característicos dos protestos até então, a série continuada de manifestações diárias, o surgimento de novas formas de ação, os conflitos dentre os manifestantes a respeito daquelas legítimas ou não de serem empregadas e a intensa troca de informações e debates virtuais e na mídia tradicional. Dessa forma, se a aceleração é usual nos ciclos de protestos, deve-se pensar nas formas como ela apareceu em Junho de 2013 e a sua constituição como uma gramática naquele momento. Aqui, serão abordadas, especificamente, as formas de aceleração vindas do uso das redes sociais, da difusão dos protestos e dos embates entre os participantes.

A importância das redes sociais para o ciclo global de protestos do fim da década de 2000 e início de 2010 já foi abordada no capítulo 1 e suas formas de uso nos protestos de Junho de 2013 foi trabalhada na seção 4.2.4. O que se busca abordar, aqui, é como a própria centralidade das redes sociais contribuiu para a aceleração dos protestos de 2013. Se é impossível ignorar a importância da mídia tradicional na ampliação dos protestos (AVRITZER, 2016, p.76; SILVEIRA, 2015, p.219; LIMA, 2013, p.92), a gramática da aceleração parece mais própria da novidade do uso das redes sociais em protestos de larga escala e em como elas foram importantes para os rápidos debates que ocorriam na sociedade. De forma sintética, “a observação da movimentação das redes sociais, em 2013, permite afirmar que a *internet* se consolidou como espaço de disputa política e plataforma de mobilização” (SILVEIRA, 2015, p.223).

Keane (2013) usa a ideia de uma era de abundância comunicativa para pensar as novas tecnologias de informação e comunicação, com plataformas multimídia, conteúdos gerados por usuários e comunicação direta entre pessoas. Por mais que essas novidades possam criar algumas ilusões, alguns elementos de mudança são certos, inclusive em termos da aceleração dos fluxos de troca possibilitado pelas novas mídias digitais.

[...] Quando avaliadas em termos de velocidade, abrangência e complexidade, a nova galáxia da abundância comunicativa não tem precedentes históricos. A integração

digital do texto, som e imagem é inédito, em termos históricos. Da mesma maneira o são a dimensão compacta, a portabilidade e a acessibilidade financeira de uma ampla gama de instrumentos de comunicação capazes de processar, enviar e receber informações de uma forma facilmente reproduzível, em vastas quantidades, através de grandes distâncias geográficas, em um rápido período de tempo e, algumas vezes, de forma instantânea (KEANE, 2013, p.09).

Assim, a rápida velocidade nas trocas comunicativas digitais marca os fluxos dessa abundância comunicativa, ou de hiperconexão, termo usado por Gomes (2016). Dessa forma, se é possível pensar em uma característica típica dos ciclos de protestos de uma velocidade rápida na entrada de atores, no surgimento de novas formas de ação e nas trocas de informação, deve-se pensar que, nas condições contemporâneas, isso se deu de forma mais intensa e potencializada pela própria característica da velocidade e descentralização das redes sociais. A disseminação de eventos virtuais em várias cidades, inclusive no interior (VEIGA, 2014), convocados por perfis que surgiam no calor do momento, vários deles anônimos ou de grupos e *slogans* que estavam sendo criados durante os próprios protestos (ALZAMORA, ARCE, UTSCHE, 2014), marcam o passo acelerado da chamada para as ruas em Junho de 2013.

Isso leva para a segunda característica da gramática da aceleração, qual seja, a difusão, não só nas redes sociais, mas nos protestos como um todo. A pluralidade de pautas e a diversificação de sujeitos esteve presente nos protestos e ganhava maiores dimensões de forma rápida. Contudo, tal diversidade não era só uma soma de reivindicações ou uma grande lista de demandas. De fato, havia uma interação veloz entre manifestantes e modificações nos rumos dos protestos a partir delas. Nesse sentido está a ideia de “difusão” que foi bastante presente nas entrevistas realizadas, segundo a qual as manifestações teriam tido uma dispersão grande em suas demandas e uma dificuldade de encontrar direcionamento. Isso se relaciona com a gramática da horizontalidade, mas, aqui, a difusão é colocada como componente da gramática de aceleração: este é um fenômeno que independe da desierarquização, sendo uma manifestação da rapidez como os protestos se transformaram.

Além da dificuldade de encontrar unidade e conquistar objetivos, a ideia de difusão traz à tona as disputas existentes nos protestos. Havia uma participação acentuada dos manifestantes, e mesmo das pessoas que não iam às ruas, em fóruns diversos – virtuais e presenciais – para dar sentidos para os protestos, mostrando que os debates eram generalizados e perpassavam os campos políticos de maneira difusa. Algumas dessas questões traziam modificações para os protestos à medida que ocorriam, outras trouxeram divergências tais que se tornaram temas mais claramente em disputa, o que compõe o último elemento da gramática da aceleração: os embates entre participantes.

Assim, parte da aceleração presente em Junho de 2013 se deu com a entrada de novos atores nos protestos e a ocorrência de novas formas de ação em disputa. Como se viu, ocorreram embates em torno do tema da violência, identificada ora com a repressão policial, ora com a atuação de manifestantes no ataque à propriedade. Também houve divergência a respeito do uso de símbolos político-partidários e das cores nacionais, sobre os quais foi possível perceber que seus sentidos se modificavam ao longo dos protestos (e depois deles). Esses embates levavam a uma rápida disputa dos sentidos de Junho, enquanto ainda estava em curso, e a modificações nas práticas adotadas. Inclusive, tendo em vista a realização quase diária de manifestações, muita coisa aconteceu em pouco tempo – os protestos foram, ao mesmo tempo, intensos e difusos. Dessa forma, essa gramática é um dos motivos para a dificuldade de se falar sobre esses protestos, afinal, seus sentidos estavam em mutação constante.

4.3.3. Ocupação do espaço público

A terceira gramática identificada como articuladora de atores e práticas de Junho de 2013 foi a ocupação do espaço público, com expressões que podem ser pensadas na perspectiva da esquerda e outras de formas mais abrangentes. Vinda de uma ideia de ressignificação dos usos do espaço público, essa seria uma das formas de movimentos sociais atuarem contemporaneamente, colocando em questão os limites dos canais oficiais de participação, passando à construção de formas de ação direta. “Em meio a processos de territorialização, relações sociais (re)articulam-se, vinculadas a uma tentativa de resistir às forças e aos efeitos desagregadores do capitalismo (semi)periférico, em particular no momento do parcial ‘desmonte’ dos Estados nacionais” (SOUZA, 2015, p.120). O autor cita algumas formas de resistência territorializadas, como a ocupação de terrenos e prédios ociosos, a gestão de espaços econômicos alternativos ao mercado capitalista e processos políticos e culturais da produção de “teias de sociabilidade promotoras de solidariedade e coesão, processos de conscientização e formação política e estímulo ao desenvolvimento de práticas culturais críticas e emancipatórias” (SOUZA, 2015, p.120). Assim, percebe-se que a gramática da ocupação do espaço público dá sentido para práticas que serão abordadas a seguir, como as formas festivas de protesto, o despertar político a partir da ida às manifestações, as marchas até o Mineirão e as assembleias no baixio do Viaduto Santa Tereza.

As formas carnavalescas e festivas de manifestação estiveram presentes nas ruas antes de e durante 2013, além de serem marcos, também, de experiências das lutas alterglobais

(LUDD, 2002; FREIRE FILHO, CABRAL, 2008). O carnaval, como forma de resistência “valoriza a autonomia e a espontaneidade dos participantes” (FREIRE FILHO, CABRAL, 2008, p.180). Nesse sentido, “a forma fragmentada e caótica de resistir às relações de poder globais pode ser vista como um ataque, em última instância, às próprias relações capitalistas de produção” (FREIRE FILHO, CABRAL, 2008, p.180). O local para isso é o espaço urbano, marcado por formas de segregação socioespaciais e voltado para a produção e reprodução capitalistas.

Não se trata somente de protestar contra aquilo que dificulta ou impede as apropriações genuinamente públicas e imaginativas das ruas e construções metropolitanas – a intenção é torná-las um palco temporário para ensaios abertos de outros modelos de expressão, convivência e participação, fora dos parâmetros capitalistas vigentes (FREIRE FILHO, CABRAL, 2008, p.182).

Interessante notar as características do espontâneo e do caótico como expressão das manifestações lúdicas de apropriação do espaço. Tais elementos estavam presentes em Junho de 2013 e se articulam, também, com as ideias de horizontalidade e difusão nos protestos. Se a parte dos confrontos nos protestos de 2013 acabou ganhando maior visibilidade, a parte da desestabilização lúdica das relações no espaço também foi relevante, por exemplo com os cantos inventados na hora, os cartazes bem-humorados, as baterias de som e as pinturas faciais.

De forma mais ampla do que apenas uma gramática de esquerda, viu-se, pelas entrevistas, que a ocupação do espaço público, a partir das passeatas, foi essencial para uma subjetivação dos manifestantes. O próprio estar nas ruas foi motivador importante para que pessoas estivessem nos protestos, a experiência corpórea da presença na manifestação. “Essa experiência de estar na rua, de fazer história, ressignifica o público e adquire diferentes formatos. O corpo na rua acaba por reinventá-la, apontando para possibilidades alternativas de existência social” (MENDONÇA, 2017, p.148).

Além disso, Junho de 2013 foi a primeira participação em um primeiro ciclo de protesto para inúmeras pessoas e o primeiro de grande dimensão desde os Caras Pintadas, ocorrido em 1992. Os manifestantes jovens não tinham idade para participar deste último, e, foi visto em algumas entrevistas, que vários tinham uma ideia de que o brasileiro era apático ou não tinha engajamento político. Dentre os manifestantes mais velhos, que podem ter tido envolvimento político anterior a Junho, viu-se que vários teriam se desengajado nos últimos anos. Ir às ruas, em protesto, então, fez parte de um processo de despertar político identificado nas entrevistas da não-esquerda. Tal ressignificação das ruas era, também, uma ressignificação das

compreensões políticas desses sujeitos, que passaram a entender que valia a pena o engajamento, uma manifestação cidadã em defesa do país.

Nesse processo de despertar, as manifestações significaram um reconhecimento de pessoas com identificações políticas semelhantes: um momento de encontro de sujeitos que, até então, não participavam de ações coletivas. Vários entrevistados perceberam um maior engajamento político posterior aos protestos, seja com a formação de novas organizações, seja com maior expressão de posicionamentos de indivíduos *online*. Contudo, foi ter ido às ruas, em uma participação ainda não muito coordenada, que foi significativa para esses entrevistados.

Outra forma de ocupação e ressignificação do espaço público se deu pelas tentativas de entrada no perímetro da FIFA, mais marcada pela esquerda. Havia a formulação já produzida, pelo menos pelo COPAC, das injustiças advindas do espaço FIFA e das regras excepcionais que ela trazia para o país com a Lei da Copa (MAIOR, 2014; SANTOS, 2016). Ultrapassar o bloqueio policial que demarcava o perímetro da FIFA representava a retomada de um espaço que havia sido retirado da população. Apesar da proibição, compreendia-se ser necessária tal ação direta, por se considerar ilegítima a própria existência de um espaço no qual uma instituição privada internacional pudesse restringir o direito de ir e vir. Essas tentativas não obtiveram sucesso, mas foram marco dos protestos, levando, inclusive a confrontos entre policiais e manifestantes.

A busca de adentrar o território FIFA pode ser vista como uma expressão da noção de ação direta, que faz parte de um conjunto de ideias e práticas libertárias, que são baseadas tanto na ideia de aproximação entre meios e fins, quanto na rejeição completa aos estados e às formas de desigualdade perpetuadas por instituições. Devido a tais características, a ideia de ação direta se relaciona à prefiguração e à horizontalidade. “Por meio da ação direta, um grupo ou indivíduo usa seu próprio poder para prevenir uma injustiça ou prover um bem, ao contrário de apelar para um agente externo” (GORDON, 2017, p.09). Essa desintermediação existente na ação direta parte de um não reconhecimento de poderes tidos como geradores de injustiças, como seria o caso do poder estatal: não há sentido em buscá-los como mediadores, por serem incompatíveis com os fins de emancipação almejados.

[...] [N]a sua essência, a ação direta é a insistência, quando de frente a estruturas de autoridades injustas, de agir como se a pessoa já fosse livre. A pessoa não precisa, necessariamente, fazer um grande gesto de desobediência. Até quando é possível, a pessoa procede como se o estado não existisse (GRAEBER, 2009, p.203).

Ao identificar uma injustiça na forma como o megaevento da Copa do Mundo era organizado, aqueles que optavam pela ação direta de entrar no território FIFA, escolhiam realizar, naquele instante, o direito do qual estavam sendo negados. E tal realização se dava sem a mediação das instituições que ensejavam a própria existência do espaço limitado: a busca era pela entrada, apenas com os próprios corpos, e pela retomada e ocupação do espaço público.

A ação direta representa um certo ideal – na sua forma mais pura, provavelmente é inalcançável. Ela é uma forma de ação na qual meios e fins se tornam, efetivamente, indistinguíveis; uma forma de se engajar ativamente com o mundo para trazer mudanças, na qual a forma da ação – ou, ao menos, a organização da ação – é, ela mesma, um modelo para a mudança que a pessoa quer trazer (GRAEBER, 2009, p.210).

O espaço público desmercantilizado simbolizado na reconquista do território FIFA seria uma dessas “mudanças que a pessoa quer trazer”. Sua tomada por centenas de milhares de pessoas em protesto dava sentido de realização coletiva e sem mediações, na qual, mesmo que momentaneamente, os meios e fins se encontrariam na ressignificação deste espaço e no fazer político autônomo. Claro que isso não chegou a acontecer, mas entende-se que a proposta de adentrar o espaço FIFA, se dava como uma forma de ação direta que constituía a gramática da ocupação do espaço público.

Graeber (2009), assim como Gordon (2017), chama a atenção para como a ideia de ação direta tem se tornado, em meios engajados (mas mesmo fora deles), um critério de grau de militância ou de identificação com formas de “violência”. Essas visões, contudo, tiram a essência do princípio, que é conseguir agir, no presente, como se a pessoa já fosse livre: relacionando a ação direta com a prefiguração. Portanto, a ação direta é relacionada com os objetivos almejados e não devido ao grau de ruptura que ela ocasiona. Por exemplo, “a quebra de vitrines de lojas para pressionar o governo a promulgar uma lei de reforma eleitoral não é uma ação direta em qualquer sentido” (GRAEBER, 2009, p.205), uma vez que os fins não se realizam com a quebra das vitrines, apesar de ser, por vezes, identificada como tal. Uma ação direta muitas vezes é mais sutil e busca mais uma construção cotidiana do que formas disruptivas, que, quando acontecem, acabam ganhando maior visibilidade.

Essa confusão parece ter estado presente em Junho de 2013 e quando se coloca a ideia de ação direta como constitutiva da gramática da ocupação do espaço público, relacionando-a, inclusive, com a busca de retomada do território FIFA, não se quer perpetuar essa imagem de embates violentos. Essa relação simplista entre ação direta e violência tende a reforçar as respostas institucionais, que, pela mídia, buscaram deslegitimar os movimentos dos grupos

marxistas libertários e, pelo Estado, buscaram criminalizá-los. De fato, ocorreram confrontos com a polícia relativos às tentativas de entrada em tal perímetro, mas não é isso o que constitui a gramática aqui apresentada, que tem na apropriação de um espaço para a conquista de objetivos sua característica principal e, dessa forma, realiza a aproximação desintermediada entre meios e fins.

Dessa forma, a realização da APH debaixo do Viaduto Santa Tereza tinha sentido semelhante e não se deu com “violência”. O espaço vinha passando por disputas quanto ao seu uso, por exemplo, pelas tentativas de higienização daquele espaço pela prefeitura, já pontuadas, como a de acabar com o Duelo de MC’s realizado às sextas-feiras no local, (BERQUÓ, 2016, p.120-122). A tomada do local pela população para o debate político dava outros sentidos para o espaço, de arena pública de deliberação e inclusão, diferente das políticas públicas adotadas para o local. Em tal experiência, as gramáticas da horizontalidade e da ocupação do espaço público se aproximam, uma vez que a ressignificação do espaço, a partir de uma ocupação temporária, se dava em um formato organizativo horizontalizado.

A gramática da ocupação do espaço público, portanto, coloca em relação o território, a política e a subjetividade. A ideia de ressignificação do espaço transita pela proposta material de transformação dos usos e da estética de um determinado lugar, como é o caso das diversas cores e cantos na Av. Antônio Carlos, ou do fazer democrático da APH debaixo do Viaduto Santa Tereza. Contudo, nesse refazer espacial, há uma dimensão de recriação subjetiva: pelas novas experiências, um deslocamento da expectativa do espaço tido como estável, outros elementos de si podem sobrevir. No caso, viu-se um despertar político de atores, até então, “adormecidos” para temas de mobilização social. Vários desses atores vieram a reocupar as ruas pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, mas, certamente, vários outros viram despertar suas concepções políticas em outros pontos do espectro. E, também, como foi visto nas entrevistas, vários outros se sentiram sem lugar depois de Junho. Por fim, a ocupação do espaço público continuou, também, em experiências como a Ocupação da Câmara Municipal, logo após os protestos de Junho, a realização de diversas edições da A Ocupação (BERQUÓ, 2016; VELOSO, 2017), as ocupações de escolas secundaristas – e universidades – e no acampamento em frente à FIESP em protesto pelo *impeachment*.

4.3.4. Nacionalismo

Cantar o hino do Brasil, portar bandeiras nacionais, vestir-se ou pintar o rosto de verde-amarelo ou mesmo fazer referências à constituição federal em cartazes foram práticas identificadas anteriormente com o uso de símbolos patrióticos, que, como já foi argumentado, estavam disseminadas em Junho de 2013. Identifica-se, portanto, a existência de uma gramática do nacionalismo nos protestos, que, além desses símbolos, também é composta pelas críticas às identificações político-partidárias, pelo populismo, pelas demandas por melhorias no serviço público, pela soberania do Brasil frente ao megaevento da Copa do Mundo e pelas críticas à corrupção. Dessa maneira, a gramática do nacionalismo articula as propostas que trazem a defesa do país frente a forças tidas como ilegítimas pelos manifestantes.

A ideia de realização pessoal na defesa da nação perpassou o uso de símbolos nacionais. O sentimento nacionalista, então, dava-se no sentido da proteção do país e da concretização da cidadania por meio do protesto cívico. Aponta-se, em síntese, a fala da Entrevistada 09: “Eu senti que estava sendo patriota, eu me senti bem de estar ali, fazendo meu papel, como cidadã”. Ao uso desses símbolos, adiciona-se à gramática a crítica às bandeiras e aos símbolos político-partidários, que vinha com uma justificativa do não reconhecimento destes como representativos da população, percebendo-se uma crítica generalizada ao sistema político. Com isso, havia a identificação do povo como ator legítimo das manifestações para dizer o que é correto para o país, há muito tempo nas mãos de representantes com interesses escusos⁸¹.

Essa relação entre soberania popular, defesa da nação e ação política sem mediadores compõe a ideia de populismo. Casullo (2009) identifica que o populismo é “uma forma de liderança e uma forma de mobilização popular. Sendo, também, ao mesmo tempo uma forma de regime político, uma vez que tenha se institucionalizado em um governo” (CASULLO, 2009, p.142). Segundo ela uma mobilização populista é:

Um público mobilizado no qual indivíduos se tornam ativamente engajados; tal mobilização é centrada em torno de uma liderança carismática; ela se vale de uma retórica antagonística contra um “outro” político e o movimento se expressa de formas que ultrapassam as instituições políticas mediadoras (essas formas de expressão direta podem incluir ações diretas e protestos, ou podem ser, majoritariamente, por meio de plebiscitos e campanhas midiáticas intensivas e outras formas não mobilizadoras) (CASULLO, 2009, p.161-162).

⁸¹ Entende-se que a crítica à representação estava, também, disseminada nos protestos, estando presente em todas as gramáticas aqui identificadas, como foi visto, também, na horizontalidade – ou seja, não é uma gramática em si, mas elemento articulador delas. Esse ponto é levantado aqui como pertinente para futuras reflexões advindas desta pesquisa.

De forma semelhante, Alvares e Dahlgren (2016, p.49) afirmam que o populismo atua com a idealização de uma nação, etnia ou comunidade que é definida como “o povo”, cuja existência se opõe de forma crítica “às elites”, sendo ambos historicamente definidos.

[O] populismo tem o padrão de ser episódico; ele tende a aparecer em momentos de crise, frequentemente com uma retórica quase-revolucionária. Contudo, ele se aproxima mais do reformismo – muitas vezes com eficácia limitada. Ele tende a ser hostil à política representativa – ao mesmo tempo em que vive em simbiose com ela. Ele não pode de fato ser identificado como uma ideologia, uma vez que, como já afirmamos, a ele faltam valores centrais coerentes (ALVARES; DAHLGREN, 2016, p.49).

Importante para a análise aqui desenvolvida é essa relação com a defesa nacional e a hostilidade do populismo à política representativa e às instituições mediadoras, independente das perspectivas de esquerda ou de direita, o que está em consonância com debates atuais de descrença nas instituições democráticas, como se viu com Offe (2013) e Tavares e Benedito (2018). Assim, o populismo trabalha com a ideia de desintermediação, da aproximação entre a liderança e o povo, com um mito de democracia direta, mas que, em relações de liderança, dificilmente se concretizará (ALVARES; DAHLGREN, 2016, p.52). Em Junho de 2013, especificamente, devido à força das gramáticas da horizontalidade e da aceleração, viu-se que foram utilizados mecanismos para evitar a formação de uma liderança nos protestos. Dessa forma a noção de mobilização populista contribui para se pensar os protestos a partir da crítica às instituições mediadoras e à elite política, dando ao povo a ideia de soberania e defesa da nação, mas não avança, sozinho, nas etapas de construção de uma liderança carismática e formação de governo⁸², conforme a proposta de Casullo (2009, p.159).

A noção do populismo se relaciona com a gramática nacionalista, em especial, por trazer dentro dela uma ideia de crítica às elites institucionais, pela qual o “povo”, brasileiro, que iria restabelecer, de forma direta, elementos centrais para o funcionamento do país. A defesa do interesse nacional, então, se daria, por exemplo pela demanda por serviços públicos de qualidade, em detrimento da realização da Copa do Mundo. Isso aproxima os questionamentos relativos aos gastos abusivos com o megaevento e à precariedade das políticas públicas (GOHN, 2014). Neste aspecto, o interesse nacional estaria, em primeiro lugar, na promoção dos serviços para a população e não em realizar um evento esportivo que geraria lucro internacional e poucos retornos efetivos para o povo. Também relacionada à defesa do país, está a crítica à corrupção, que, segundo Telles tem uma relação com a crítica às elites políticas:

⁸² Há quem defenda a ideia de que a ascensão de Bolsonaro à presidência da república seja um fenômeno populista de direita (AGGIO, CASTRO, 2019), algo que foge ao escopo desta dissertação.

No Brasil, está se disseminando a ideia de que a corrupção é um atributo das elites partidárias e, por esta razão, elas são ineficazes e ilegítimas para exercerem as funções governativa e representativa. E, com isso, a institucionalização do sistema partidário é enfraquecida, abrindo-se lacunas para o nascimento de *outsiders* e de lideranças neopopulistas (TELLES, 2015, p. 13).

A construção da crítica à corrupção, dentro da gramática do nacionalismo, portanto, vem com a ideia de retomada do interesse nacional pelo povo, retirando do sistema partidário e das elites políticas o poder que elas corrompem. Retomando alguns dados, a corrupção foi o terceiro problema mais indicado pelos manifestantes, em Belo Horizonte, no dia 22 de junho de 2013: 15,8% dos entrevistados afirmaram que a corrupção era o principal problema do país, estando atrás apenas da educação (26,9%) e da saúde (26,9%) (RICCI, ARLEY, 2014, p.259). O contexto de então era o julgamento do Mensalão, que havia acabado em 2012, com amplo acompanhamento midiático e algumas tentativas de mobilização (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015, p.24).

Como visto no capítulo 3, algumas das entrevistas realizadas corroboram para a identificação dos elementos da crítica aos gastos com a Copa do Mundo e à corrupção como parte desta gramática. Além disso, elementos como a inflação, a política econômica do PT e, também, a corrupção foram levantados pelos entrevistados. Sobre uma relação entre percepção da crise econômica e maior crítica à corrupção, Telles afirma: “a retração econômica tende a dilatar a insatisfação popular, dando vazão à intolerância à corrupção, pois os cidadãos se inclinam a responsabilizar a piora de sua situação pessoal aos desvios de recursos públicos promovidos pelo poder público” (TELLES, 2015, p.11). Com isso, elevar-se-ia, também, a insatisfação com o sistema político como um todo: “a ampliação da percepção à corrupção se configura como um dos principais motivos para a elevada desconfiança dos cidadãos em relação aos atores do sistema político e das instituições representativas” (TELLES, 2015, p.11).

Ainda segundo a autora, “a corrupção não é indicador de identidade ideológica, tampouco se constitui numa clivagem que reparta os eleitores em dimensões políticas díspares” (TELLES, 2015, p.08). Se a crítica à corrupção pode pender para qualquer lado do espectro político, ela passa a ser identificada, com o tempo, com um sentimento que agrega a direita e se expressam na forma do antipetismo (TELLES, 2015, p.08). Argumenta-se, contudo, que a essa agregação do sentimento contrário à corrupção em um polo de direita antipetista passa por um intenso processo posterior aos protestos de Junho de 2013, levantando-se a hipótese de uma aproximação desta pauta, naquela época, a uma agenda populista nacionalista, e, ainda não claramente antipetista.

Dessa forma, a gramática do nacionalismo articula elementos também de forma transversal aos perfis políticos presentes nas manifestações. Afinal, por exemplo, a crítica aos gastos excessivos com a Copa do Mundo e à precariedade dos serviços públicos não é exclusivo nem da esquerda, nem da direita. A defesa do interesse nacional, conceito tão difuso quanto as próprias manifestações, relaciona-se com o próprio questionamento frente ao perímetro da FIFA. E a ideia de soberania de um “povo”, nacional, frente a elites ilegítimas estava em constante disputa ao longo de Junho. Assim, se essa imagem populista pareceu estar disseminada nos protestos em questão, ela se deu de forma adaptável a diferentes visões de mundo: o povo, a nação e as elites em questão variavam e faziam parte das tensões durante 2013.

4.4. Em busca de síntese

Depois de todo o caminho percorrido neste trabalho, concluir que Junho de 2013 foi diverso pode parecer demasiado simples, mas, sim, assim o foi. A questão passa a ser, então, compreender como essa diversidade se torna elemento constitutivo de Junho, ao mesmo tempo como potência de agregação e geradora de divergências. Isso dá a Junho o problema de ser difuso demais, com lideranças de menos, disruptivo demais e institucional de menos. Também seria possível pensar que essa seria uma forma de se evitar o problema do espectro político: nem de direita, nem de esquerda, muito antes pelo contrário. Mas, se é diverso, propõe-se: também de direita, também de esquerda... muito antes pelo contrário. Entende-se, então, que a chave para compreender Junho, provavelmente, está mais na aceitação de suas polivalências e parcialidades, do que na tentativa de propostas totalizantes. Seu movimento em constante mudança, que até hoje não se solidificou, é característico de sua aceleração e torna-o mais impreciso. Nesse sentido, concorda-se com o identificado por Mendonça e Figueiredo:

A força e a magnitude do processo residem justamente na possibilidade de diferentes atores se perceberem como agentes. É como se o todo (i.e. as Jornadas de Junho) emergisse a partir de uma sobreposição de processos em que diferentes atores têm um protesto para chamar de seu. Com isso, não advogamos uma fragmentação total e dispersa. Ao contrário, acreditamos que haja coerência atravessando os fragmentos e compondo um todo. A questão é que esse todo se alinhava justamente pela possibilidade de múltiplas apropriações do que está acontecendo (MENDONÇA, FIGUEIREDO, 2018).

Dessa forma, buscou-se lidar, combinando ferramentas de sistematização e análise, com o caleidoscópio de Junho: fragmentário, contingente e plural. Ao se buscar as dimensões econômica, organizativa e política do ciclo global de protestos, no qual Junho de 2013 se insere,

já se mostram importantes as características da difusão e da dificuldade de enquadrar esses elementos contemporâneos em categorias tradicionais, por mais que não se deva simplesmente abandoná-las. Em seguida, a provisoriedade da divisão em campos políticos, de esquerda e não esquerda, é um exemplo da ideia de que formas fixas de se tratar de Junho podem ser demasiado homogeneizantes. Por mais que seja, às vezes, lógica – afinal tudo que é político pode se inserir dentro do espectro direita-esquerda – tal segmentação pode acabar por desconstituir as características mais fortes deste ciclo de protesto: a pluralidade e a divergência. Também se concorda, então, com a crítica, já explorada, de Mendonça e Costa (2018), pela qual a divisão de Junho de 2013 em campos políticos organizados, retira sua potência confusa e caótica.

Ao fim dessa divisão, Junho de 2013, em Belo Horizonte, foi reunido em atores, práticas e gramáticas e foi possível perceber que, diferente de alguns apontamentos da literatura, práticas tidas como de esquerda ou de direita estavam espalhadas por todo o protesto. Outras práticas e gramáticas, por mais que compartilhassem espaços, não convergiam umas com as outras e o conflito emergia. Mais importante do que compreender se isso significava uma clivagem de direita ou de esquerda, é entender que o conflito, o debate e a divergência estavam postos entre os participantes, que, cada qual à sua maneira, apropriava-se de Junho de forma parcial, afastando-se das características das quais discordava e buscava editar, comentar e influenciar os protestos de forma personalizada e acelerada.

CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou responder à pergunta: quais eram os atores, as práticas e as gramáticas presentes nos protestos de Junho de 2013, em Belo Horizonte? Para tanto, entendeu-se ser necessário abordar as manifestações entre a difusão e a ambiguidade, buscando suas consonâncias e dissonâncias. Se os protestos fossem tratados apenas como espontâneos e diversos, perder-se-ia de vista algumas importantes noções das divisões políticas e disputas que ocorriam na ocasião. E, se fossem vistos apenas como uma ambivalência entre direita e esquerda, perder-se-iam suas características caóticas, disruptivas e criativas. Portanto, foram propostos conceitos abrangentes, tanto na divisão provisória entre esquerda e não-esquerda nos protestos, quanto na sistematização entre atores, práticas e gramáticas, para ser possível encontrar elementos de confluência e de tensão nas manifestações em foco.

No capítulo 1, foram abordadas três dimensões relativas ao ciclo global de protestos do qual Junho de 2013 faz parte, quais sejam: a econômica, a organizativa e a política. A partir delas, foi possível conhecer sobre a constituição fluida e dinâmica da ação coletiva contemporânea, cujas formas de identidade coletiva são turvas dentro de um capitalismo comunicativo, no qual as instituições e mediações estatais estão enfraquecidas, fruto, inclusive, de uma significativa crise fiscal. Nesse contexto, há uma maior possibilidade de engajamentos personalizáveis e apropriações parciais de demandas coletivas, distribuídas de forma descentralizada e com perspectivas individualizadas pelas redes sociais digitais. Ademais, o cenário de enfraquecimento estatal tem levado a respostas da sociedade que buscam a desintermediação de seus interesses, construindo saídas individualistas, irrupções agressivas e populismo de direita (DEAN, 2016; DELLA PORTA, 2015; SINGER, 2013; BRAGA, 2017; NUNES, 2014; BENNETT, SEGERBERG, 2012, D'ANDREA, ZILLER, 2014b; GOMES, 2016; OFFE, 2013; TAVARES, BENEDITO, 2018). Esses são elementos que trazem, à primeira vista, a centralidade da difusão e do indivíduo na ação coletiva contemporânea. Contudo, eles também levantam a ambiguidade dessa forma de engajamento, que tem levado a propostas de ação críticas às instituições tradicionais tanto à direita quanto à esquerda. Assim, em meio à difusão e à diversidade, foram abordadas análises sobre Junho de 2013 baseadas em uma divisão em dois polos, direita e esquerda, do espectro político (ALONSO, MISCHÉ, 2016; BRINGEL, 2018). Em seguida, foram tratados autores que buscam elementos que dão sentidos de unidade a Junho de 2013 (MENDONÇA, COSTA, 2018; SINGER, 2013; MENDONÇA, 2017).

Como dito, foi proposta uma divisão provisória entre esquerda e não esquerda para conhecer mais sobre as pessoas e grupos diversos que atuaram em Junho de 2013 em Belo Horizonte. No caso da atuação da esquerda, no capítulo 2, foram tratados os grupos que já tinham proeminência na cidade, em geral identificados com ideias marxistas e libertárias, e que tentaram atuar na articulação das manifestações. Por sua vez, a perspectiva de “não-esquerda” foi abordada no capítulo 3 a partir da análise de entrevistas realizadas com atores que foram aos protestos usando as cores verde e amarela e/ou participaram de organizações de direita durante e depois das manifestações. Buscando uma simetria entre os capítulos, foi realizada uma divisão cronológica dos acontecimentos antes, durante e depois Junho de 2013 para cada campo político, sendo que, no caso da não-esquerda, foram acrescentadas duas seções para se abordarem dois temas relevantes na análise: os sentidos que os atores dão a sua participação no ciclo de protestos e as organizações de direita em que alguns deles passam a atuar.

A partir dos três capítulos, foi possível sistematizar, no capítulo 4, atores, práticas e gramáticas de Junho de 2013, em Belo Horizonte. Dentre os atores, houve um forte peso da participação individualizada e desfilhada, o que corrobora com uma ideia de um envolvimento ainda sem objetivos claros, baseado na vontade de fazer parte de um momento histórico e com apropriações parciais das demandas e práticas realizadas. Quanto aos atores coletivos, viu-se uma proeminência da organização de grupos de esquerda, entendidos aqui como uma coalizão marxista-libertária, que tentou dar uma coesão aos protestos, com iniciativas como a Assembleia Popular Horizontal, mas que só conseguiu se firmar como referência para alguns setores das manifestações. No que diz respeito às práticas, foram levantadas cinco: as passeatas; os confrontos; o uso de símbolos e performances; a mídia colaborativa, os conteúdos personalizados e o uso de redes sociais digitais; as assembleias. Ao se tratar de tais formas de ação, foi possível identificar uma disseminação de usos de práticas para além das divisões posteriores de direita e de esquerda – o que não quer dizer que não tenham ocorrido dissensos em seus usos. Finalmente, as gramáticas identificadas como estruturadoras de atores e práticas em Junho foram: a horizontalidade; a aceleração; a ocupação do espaço público; o nacionalismo. Por mais que alguns princípios tenham afinidades com um ou outro polo do espectro político, foi possível entender que tais gramáticas eram abrangentes e articuladoras da diversidade, com elementos de consonância e dissonância nos protestos.

Com isso, o presente trabalho contribui para as análises de Junho de 2013, uma vez que busca realizar um movimento de revisitar as manifestações motivado pela ascensão da direita no Brasil e no mundo, mas tomando cuidados para não transpor a conjuntura atual aos

acontecimentos de então. A busca de conceitos abrangentes, que permitem a visualização de tensões e confluências nos eventos e interpretações de Junho, é entendida como uma contribuição para uma abordagem não-homogeneizante dos acontecimentos de então. Compreende-se que a produção de conteúdo com atores ainda pouco estudados, os de não-esquerda, é uma contribuição importante desta dissertação, uma vez que possibilita conhecer suas narrativas e interpretações sobre o cenário político desde então. Conhecer suas formas de engajamento na ocasião permite interpretar os impactos que Junho teve em suas vidas – como visto, tanto de despertar-se para, quanto de afastar-se da atuação política – e alguns caminhos que foram seguidos. Outro ponto que se ressalta é a proposta de divisão entre esquerda e “não-esquerda”, que, por mais que possa ser aprimorada, busca manter algumas características identificadas com os protestos: uma coesão maior da atuação de grupos de esquerda já constituídos e uma atuação menos articulada, naquele momento, de outras filiações e perspectivas.

Alguns pontos ainda se mostram como limites desta pesquisa. A sistematização entre esquerda e não-esquerda acabou por deixar de lado uma análise mais detida sobre o papel do PT nas manifestações. O partido tem sido compreendido como parte dos governos estabelecidos naquele momento, mas existia uma participação de seus atores nas manifestações. A hipótese aqui é de que, primeiro foi uma participação desarticulada e, depois, uma que buscou disputar os sentidos dos protestos. Outro ponto diz respeito ao enfoque, no capítulo 3, nas narrativas dos atores entrevistados. Com essa opção, a abordagem da atuação referente a organizações políticas ficou limitada à própria experiência dos sujeitos. Outras metodologias seriam mais adequadas para se conhecer, de uma forma mais abrangente e sistemática, a atuação de organizações. Assim, por mais que se tenham alcançado diversos grupos de não-esquerda, não se pode dizer que a dissertação objetivou ou conseguiu realizar um mapeamento delas. Além disso, percebeu-se que essas organizações têm um foco de atuação nacional, de forma que pesquisas em outras cidades seriam necessárias para conhecer melhor suas características. De fato, buscar conhecer os atores, práticas e gramáticas da esquerda e da não-esquerda em outras localidades, inclusive em cidades grandes e interioranas, é relevante para compor as análises de Junho no Brasil.

Identificam-se outros três temas que esta dissertação não pode abordar, mas que traz elementos para uma continuação da pesquisa. Primeiro, viu-se que seria importante conhecer mais a respeito da característica presenteísta da ação coletiva contemporânea. A partir de tal característica, seria interessante conhecer mais as relações entre as apropriações parciais das

demandas, a vivência intensa e rápida de Junho de 2013 e um sentimento de frustração generalizado vindo após o período – em especial para aqueles que não concordam com o *impeachment* de Dilma Rousseff e com a ascensão de uma nova direita no país. O segundo tema diz respeito à possibilidade de enquadramento das quatro gramáticas por uma crise de representatividade que perpassa a política contemporânea. Nesse caso, seria necessário compreender as especificidades dos protestos em questão com tal crise representativa. O terceiro seria, a partir das contribuições das reflexões sobre uma ação coletiva entre a difusão e a ambivalência, abordar outros protestos e reivindicações, como a greve dos caminhoneiros, ocorrida em maio de 2018 no Brasil, e os Coletes Amarelos (*Gilets Jaunes*), entre 2018 e 2019 na França.

Por fim, o inacabado. Esta seção de conclusão traz elementos de contribuição e limites da pesquisa desenvolvida, uma vez que, qualquer pesquisa tem suas barreiras, incompletudes e aberturas para novas abordagens e perspectivas. Então, quer-se propor uma última coisa, como síntese deste texto: o inacabado como característica de Junho de 2013. A potência de Junho estaria, justamente, na sua dimensão de incompletude: porque as abordagens de investigação científica sempre terão dificuldades de apreender “o todo” de Junho, mas, também, porque as consequências de Junho são pouco claras e haveria um sentimento de frustração diante de poucas conquistas imediatas da mobilização. Uma ideia de ascensão e queda, passando da potência transformadora para incontáveis retrocessos. Para se falar sobre Junho, hoje, sempre é necessário pensar em sua negação: o que não se realizou, o que foi interrompido, o que não se compreendeu. O inacabado, então, seria tudo isso que não se efetivou, essa potência dispersa que levou, em algum momento, a uma ideia emancipatória. Se esse sentimento perdeu espaço na conjuntura atual, entende-se que ele não deve ser apagado de Junho.

REFERÊNCIAS

- ACREDITO, *Nossos valores*, s/d. Disponível em: <https://www.movimentoacredito.org/site/>. Acesso em: 28 jan. 2019;
- AGGIO, Camilo; CASTRO, Filipe. “Meu partido é o povo”: uma proposta teórico-metodológica para o estudo do populismo como fórmula de comunicação política seguida de estudo de caso do perfil de Jair Bolsonaro no Twitter. In: *Comunicação & Sociedade*. No prelo, 2019.
- ALBUQUERQUE, Carolina. “*Ei, polícia, a Praia é uma delícia!*”: Rastros de sentidos nas conexões da Praia da Estação. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Belo Horizonte, 2013;
- ALONSO, Ângela. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. In: *Sociologia & Antropologia*, v.02.03, p.21–41, 2012;
- ALONSO, Ângela; MISCHÉ, Ann. Changing Repertoires and Partisan Ambivalence in the New Brazilian Protests. In: *Bulletin of Latin American Research*, 2016;
- ALONSO, Angela; MISCHÉ, Ann. June Demonstrations in Brazil: Repertoires of Contention and Government’s Response to Protest”. In: *From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests*, ESA Research Network on Social Movements Conference, Universidade Complutense de Madri, 2015;
- ALVARES, Claudia; DAHLGREN, Peter. Populism, extremism and media: Mapping an uncertain terrain. In: *European Journal of Communication*, vol. 31:1, p.46–57, 2016;
- ALZAMORA, Geane; ARCE, Tacyana; UTSCH, Raquel. Acontecimentos agenciados em rede: os eventos do Facebook no dispositivo protesto. In: SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014
- AMES-BH. 3ª Grande Marcha Fora Lacerda. 24 julho 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2wFuxwI>>. Acesso em 07 maio 2018;
- AMORIM, Felipe. STF vê infiltração de PM em atos anti-Copa como ilegal e anula condenações. In: *UOL*, 26 fev. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2EPkOEU>. Acesso em: 11 mar. 2019;
- ANCOP. Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa: megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil, s/d. Disponível em: <https://goo.gl/PRq4y5>. Acesso em: 08 mar. 2019;
- APH, 1ª oficina de cultura de segurança, 17 mar. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2BzrWo1>. Acesso em: 11 fev. 2019;
- APH, *Eventos*, s/d. Disponível em: <http://bit.ly/2DuDvNz>. Acesso em: 11 fev. 2019;
- APH, O que é a APH?, 2013a. Disponível em: <<http://goo.gl/oSOF3C>>. Acesso em 13 mai. 2018;
- APH, *Resiste BH - Ato no Aniversário de Belo Horizonte*, 12 dez. 2013b. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/536690246425664/>. Acesso em: 11 fev. 2019;
- ASENBAUM, Hans. Anonymity and democracy: absence as presence in the public sphere. In: American Political Science Association, abr. 2018;

AVRITZER, Leonardo. *Impasses da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016;

AZEVEDO, Gabriel. *Os cinco anos da Turma da Chapéu*, 2015. Disponível em: <http://blog.gabrielazevedo.com/o-pao-fatiado/>. Acesso em: 28 jan. 2019;

BABO, Isabel. As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011. A semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais. In: *Análise Social*, 209, xlviii (4.º), 2013, p.792-809;

BARIFOUSE, Rafael. Eleições 2018: Conheça os grupos que se elegeram para exercer 'mandatos coletivos' de deputados. In: *BBC News Brasil*, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://bbc.in/2T0R50Z>. Acesso em: 11 mar. 2019;

BARRETO, Letícia Cardoso; MAYORGA, Claudia; GROSSI, Miriam Pillar. Vadias, putas e feministas: diálogos em Belo Horizonte. In: *Psicologia & Sociedade*, 29, 2017;

BELO HORIZONTE. *Decreto Municipal nº 13.798*, de 09 de dezembro de 2009. Proíbe realização de eventos de qualquer natureza na praça da estação, nesta capital. Disponível em: <https://bit.ly/2H1aDvW>. Acesso em 29 mai. 2018;

BELO HORIZONTE. *Projeto de Lei nº 417/2013*. Concede isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN – para o serviço de transporte público coletivo urbano por ônibus inserido no subitem 16.01 da Lista de Serviços que integra o Anexo Único da Lei nº 8.725, de 30 de dezembro de 2003. Disponível em: <http://bit.ly/1LpoZ6Z>. Acesso em: 29 mai. 2018;

BENNETT, W. Lance; SEGERBERG, Alexandra. The logic of connective action. In: *Information, Communication & Society*, 15:5, p.739-768, 2012;

BERQUÓ, Paula Bruzzi. *A Ocupação e a produção de espaços biopotentes em Belo Horizonte* [manuscrito]: entre rastros e emergências. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Orientadora: Natacha Silva Araújo Rena, 2016;

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras*. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2016;

BEVIR, Mark. How narratives explain. In: YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine (Ed). *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn*. New York: M.E. Sharpe, p.281-290, 2006;

BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew J.; STOHL, Cynthia. *Collective action in organizations: interaction and engagement in an era of technological change*. New York: Cambridge University Press, 2012;

BITTENCOURT, Rafael Reis. *Cidadania autoconstruída* [manuscrito]: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006 - 15) 2017. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Orientadora. Denise Morado Nascimento, Belo Horizonte, 2016;

BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo: Boitempo, 2017 (Mundo do Trabalho);

BRIGADAS POPULARES. *Manifesto das novas Brigadas Populares*, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/2rLS6yn>. Acesso em 08 mai. 2018;

BRINGEL, Breno. Crisis política y polarización en Brasil: de las protestas de 2013 al golpe de 2016. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (org). *Protesta e indignación global: Los movimientos sociales en el nuevo orden*. 1ª ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Río de Janeiro: FAPERJ, 2017;

BRINGEL, Breno. *De las protestas de Junio de 2013 al golpe de 2016*. Manuscrito apresentado no encontro do Projeto “Transformações do Ativismo: Junho de 2013 em perspectiva comparada”, o qual foi realizado em Belo Horizonte, em junho de 2018;

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois. Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. In: *Nueva Sociedad Especial* em português, out. 2015;

CAETANO, Renato Duarte. *Enquadramentos na literatura sobre Junho de 2013*. Texto preparado para encontro do Projeto “Transformações do Ativismo: Junho de 2013 em perspectiva comparada”, o qual foi realizado no IESP, Rio de Janeiro, dezembro de 2017;

CARAPANÃ. A nova direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In: GALLEGO, Ester Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p.33-40, 2018 (Tinta Vermelha);

CARNAVAL DE RUA BH, *Carnaval de Rua BH* [página de Facebook], s/d. Disponível em: <https://www.facebook.com/carnavalderuaBH/>. Acesso em: 11 fev. 2019;

CARNAVAL DE RUA BH, *Carta-manifesto à BELOTUR contra o monopólio da AMBEV no Carnaval de Belo Horizonte*, 16 fev. 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2tj7vXQ>. Acesso em: 11 fev. 2019;

CARNEIRO, Henrique Soares. Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, David et al. *Occupy*. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, p.7-14, 2012;

CARTA CAPITAL. *Manifestantes vão às ruas contra Estatuto do Nascituro em SP e RJ*. 15/06/2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2Idc6Vr>>. Acesso em 27 abr. 2018.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: GALLEGO, Ester Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p.33-40, 2018 (Tinta Vermelha);

CASULLO, Maria Esperanza. *Expanding the borders of democracy* [manuscrito]: deliberative democracy and populism. Tese (Doutorado) – Faculty of the Graduate School of Arts and Sciences of Georgetown University, Washington, DC, 2009;

CIRILO, Pauliane Romano. *As políticas de valorização docente no estado de Minas Gerais* [manuscrito]. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação. Orientadora: Dalila Andrade Oliveira. Co-orientadora: Savana Diniz Gomes Melo, 2012;

COPAC a, *O que já rolou*. Disponível em: <<https://goo.gl/2wDx76>>. Acesso em 12 mai. 2018;

COPAC b, *Perguntas mais frequentes*, s/d. Disponível em: <<https://goo.gl/Lgkumo>>. Acesso em 12 mai. 2018.

D’ANDREA, Carlos; ZILLER, Joana. BH: Mídia e movimentos nas ruas da cidade. In: OLIVEIRA, Adélia et al. *BH nas ruas: a revolução será filmada por você*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014a;

- D'ANDREA, Carlos; ZILLER, Joana. Imagens violentas nas manifestações de 2013: Multiplicidades, estética e dissenso nas narrativas de vídeos de comuns e de instituições. In: SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014b;
- DEAN, Jodi. *Crowds and Party*. London: Verso, 2016;
- DELLA PORTA, Donatella. Deliberation in Movement: Why and How to Study Deliberative Democracy and Social Movements. In: *Acta Politica*, 40, p.336–350, 2005;
- DELLA PORTA, Donatella. *Social Movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity, 2015;
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario. *Social movements: an introduction*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, 2ª ed. [1ª ed. 1998];
- DESNEURALIZADOR BRASIL. *Filme: Operação 2,80: e a revolta popular só aumenta* [vídeo], 23 mai. 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_v3KMzwdmgM. Acesso em: 11 fev. 2019;
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995;
- DOMINGUES, Letícia Birchal. Deliberação, conflito e movimentos sociais: um estudo de caso das práticas de organização e tomada de decisão do Tarifa Zero BH. In: *Agenda Política - Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, São Carlos, v.6, n.1, 2018;
- DOMINGUES, Letícia Birchal. *Tecendo amanhã* [manuscrito]: Estado, Direito e Capitalismo aos olhos do Tarifa Zero - BH e do Comitê Popular dos Atingidos pela Copa – BH. Monografia - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. Orientador: Yuriy Castelfranchi. Belo Horizonte, 2016;
- DOTTA, Rafaella; SANTOS, Caio. *Ato contra tarifa sofre repressão brutal em BH*. In: *Jornalistas Livres*. 13 ago. 2015. Disponível em: <http://bit.ly/2SLMsvi>. Acesso em: 11 fev. 2019;
- DOWBOR, Monika; SZWAKO, José. Respeitável público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. In: *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n.97, p.43-55, 2013;
- FLIGSTEIN, Neil; MCADAM, Doug. *A theory of fields*. New York: Oxford University Press, 2012;
- FORA LACERDA, *A cidade é Nossa! - 1ª Marcha Fora Lacerda*. Disponível em: <https://vimeo.com/30255634>. Acesso em 07 mai. 2018;
- FREIRE FILHO, João; CABRAL, Ana Julia Cury de Brito. Contra-hegemonia e resistência juvenil: movimentos mundiais de contestação da ordem neoliberal. In: COUTINHO, Eduardo Granja (Org). *Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008;
- GALLEGO, Ester Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p.33-40, 2018 (Tinta Vermelha);
- GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas*. Brasília: Liber Livros Editora, 2012;

- GOHN, Maria da Gloria. A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais. In: *Caderno CRH*, Salvador, n.71, v.27, p.431-441, 2014;
- GOMES, Wilson. “Nós somos a rede social!”: o protestos político entre as ruas e as redes. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcos Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (org.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.367-390, 2016;
- GORDON, Uri. Prefigurative politics between ethical practice and absent promise. In: *Political Studies*, p.1-17, 2017;
- GRAEBER, David. *Direct action: an ethnography*. Edimburgo: AK Press, 2009;
- GRAFÍAS DE JUNHO, s/d. *Grafias de Junho*. Disponível em: <https://www.grafiasdejuno.org/principal>. Acesso em 01 mar. 2019;
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2014 *apud* MENDONÇA, 2017;
- HOJE EM DIA. Gloria Kalil dá dicas de "moda para protesto" em coluna. *Jornal Hoje em Dia*, 17 jun. 2013. Acesso em: 08 abr. 2019. Disponível em: <http://hoje.vc/1nk99>;
- INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernização, mudança cultural e democracia*. São Paulo: Francis, 2009 *apud* SINGER, 2013;
- JENNINGS, Andrew; RONILK, Raquel; LASSANCE, Antonio et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2014 (Tinta Vermelha);
- JUDESNAIDER, Elena et al (org.). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. 1ª ed. São Paulo: Veneta, 2013;
- JUSTIFICANDO, *Os 23 perseguidos falam juntos pela primeira vez após a condenação*. In: Justificando, 19 jul. 2018. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/07/19/os-23-perseguidos-falam-juntos-pela-primeira-vez-apos-condenacao/>. Acesso em: 11 fev. 2019;
- KEANE, John. *Democracy and Media Decadence*. New York: Cambridge University Press, 2013;
- LIMA, Venício A. de. Mídia, rebeldia urbana e crise de representação. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013 (Tinta Vermelha);
- LIVRES, *Quem somos*, s/d. Disponível em: <https://www.eusoulivres.org/sobre/>. Acesso em: 28 jan. 2019;
- LUDD, Ned (org). *Urgência das ruas: Black Bloc, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002 (Coleção Baderna);
- M.R. PEC 241: Com quase 1.000 escolas ocupadas no país, ato de estudantes chega a SP. In: *El País*, 25 out. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2UMXE8q>. Acesso em: 11 fev. 2019;
- MACEDO, Isabela. Movimentos de renovação política elegem mais de 30 deputados e senadores. In: *Congresso em Foco*, 11 out. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2FuqdBd>. Acesso em 26 mar. 2019;
- MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Máximo. Sexualidade e cidadania: sociedade civil e poder público na organização da parada GLBT na cidade de Belo Horizonte

In: *Les cahiers psychologie politique* [online], jul. 2009. Disponível em: <http://odel.irevues.inist.fr/cahierspsychologiepolitique/index.php?id=793>. Acesso em: 07 fev. 2019;

MACHADO, Maria das Dores Campos. O conservadorismo cristão no Brasil contemporâneo. In: *42º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, 22 a 26 de outubro de 2018;

MACHADO, Marília Novais da Mata. *Entrevista de pesquisa: a interação pesquisador/entrevistado*. Belo Horizonte: C/ Arte, 2002;

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Lei Geral da Copa: explicitação do estado de exceção permanente. In: JENNINGS, Andrew; ROLNIK, Raquel; LASSANCE, Antônio et al. *Brasil em jogo: o que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2014 (Tinta Vermelha);

MALINI, Fábio; GOUVEIA, Fábio; CIARELLI, Patrick, CARREIRA, Lia. A viralização da revolta em redes sociais: genealogias de #Vempruarua. In: MENDONÇA, Ricardo Fabrino; PEREIRA, Marcos Abílio; FILGUEIRAS, Fernando (org.). *Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.367-390, 2016;

MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013 (Tinta Vermelha);

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido!. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, p.19-26, 2013 (Tinta Vermelha);

MATIAS, Andrea; ROSA, Vera; BULA, Beatriz. PSDB de Aécio Neves pede auditoria na votação. In: *O Estado de São Paulo*, 30 out. 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2E5Agxx>. Acesso em: 11 fev. 2019;

MAYER, Joviano Gabriel Maia. *O comum no horizonte da metrópole biopolítica* [manuscrito]. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Orientadora. Jupira Gomes de Mendonça. Co-orientadora: Natacha Silva Araújo Rena, Belo Horizonte, 2015;

MBL, *Home*, s/d. Disponível em: <http://mbl.org.br/>. Acesso em: 28 jan. 2019;

MBL, Primeiro Congresso Nacional do Movimento Brasil Livre em Novembro de 2015, 2015 Disponível em: <http://mbl.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2017/05/propostas-mbl.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019;

MELUCCI, Alberto. *Challenging codes: collective action in the information age*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996;

MENDONÇA, Ricardo F.; ERCAN, Selen A. Deliberation and protest: strange bedfellows? Revealing the deliberative potential of 2013 protests in Turkey and Brazil. In: *Policy Studies*, 36:3, p.267-282, 2015;

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Singularidade e identidade nas manifestações de 2013. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* [online], n.66, 2017, p.130-159;

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; COSTA, Márcio Bustamante da. *Back to the future? Changing repertoire in contemporary protests*. In: 1º Congresso do INCT-DD. Salvador, Bahia. 19 a 21 set. 2018;

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ERCAN, Selen; OZGUC, Umut; REIS, Stephanie; SIMÕES, Paula. Protests as ‘Events’: The Symbolic Struggles in 2013 Demonstrations in Turkey and Brazil. In: *RSP*, vol. 27, nº 69. No prelo, 2019.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FIGUEIREDO, Júlia Moreira de. *No olho do furacão: protagonismo e incerteza nas Jornadas de Junho de 2013*. Manuscrito apresentado no encontro do Projeto “Transformações do Ativismo: Junho de 2013 em perspectiva comparada”, o qual foi realizado em Belo Horizonte, em junho de 2018;

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: *Revista Sociedade e Estado*, vol. 32, n. 3, set./dez., 2017;

MIGUEL, Luis Felipe. A reemergência da direita brasileira. In: GALLEGO, Ester Solano (org.). *O ódio como política: a reinvenção da direita no Brasil*. São Paulo: Boitempo, p.33-40, 2018 (Tinta Vermelha);

MINAS GERAIS. *Lei Estadual nº 18.975*, de 29 de junho de 2010. Fixa o subsídio das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo Estadual e do pessoal civil da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. Disponível em: <<https://bit.ly/2snsIWf>>. Acesso em 29 mai. 2018;

MINAS GERAIS. *Lei Estadual nº 19.837/2011*, de 02 de dezembro de 2011. Promove alterações na política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades da Educação Básica e das carreiras do pessoal civil da Polícia Militar e dá outras providências. Disponível em: <<https://bit.ly/2LGAflx>>. Acesso em 29 mai. 2018;

MLB. *Morar dignamente é um direito humano!* As propostas do MLB para a reforma urbana, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/2jXT073>>. Acesso em 13 mai. 2018;

MPL. Não Começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, Emínia, et al. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013 (Tinta Vermelha);

MULHERES DA INCONFIDÊNCIA, *Sobre*. s/d. Disponível em: <http://bit.ly/2RDpOAT>. Acesso em: 28 jan. 2019;

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. In: *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 145-164, abr 2016;

NOVO a, *Por que o Novo?* De onde viemos, s/d. Disponível em: <https://novo.org.br/de-onde-viemos/>. Acesso em: 28 jan. 2019;

NOVO b, *O Novo: posicionamentos*, s/d. Disponível em: <https://novo.org.br/posicionamentos/>. Acesso em: 28 jan. 2019;

NUNES, Edson. *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003 [1ª ed. 1997];

NUNES, Rodrigo. *Organisation of the organisationless: collective action after networks*. Lunenburg: Mute Books, PML Books, 2014;

OFFE, Claus. Participatory inequality in the austerity state: a supply-side approach. In: SCHÄFER, Armin; STREECK, Wolfgang (ed.). *Politics in the age of austerity*. Cambridge: Polity Press, p.196-218, 2013;

OLIVEIRA, Adélia et al. *BH nas ruas: a revolução será filmada por você*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014;

OLIVEIRA, Igor Thiago Moreira. *Uma "Praia" nas Alterosas, uma "antena parabólica" ativista* [manuscrito]: configurações contemporâneas da contestação social de jovens em Belo Horizonte. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, 2012;

ORTELLADO, Pablo. Os protestos de junho entre o processo e o resultado. In: JUDESNAIDER, Elena et al (org.). *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. 1ª ed. São Paulo: Veneta, 2013;

PATRIOTAS, *Sobre*, s/d. Disponível em: <http://bit.ly/2SuY0D6>. Acesso em: 28 jan. 2019;

PIRES, Breiller. Nem Anastasia nem Pimentel: a nova direita cresce no vácuo de lideranças em Minas Gerais. *El País*, São Paulo. 28 out. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2D9GKda>. Acesso em: 05 fev. 2019;

PNUD, IPEA, FJP. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*: Belo Horizonte, MG, 2013. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/belo-horizonte_mg. Acesso em: 11 fev. 2019;

PSDB. *Programa*: introdução e diretrizes básicas, 1988. Disponível em: <https://bit.ly/2B138Qv>. Acesso em: 28 jan. 2019;

PSDB. *Turma do Chapéu moderniza a militância do PSDB*, 2011. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/acompanhe/turma-do-chapeu-moderniza-a-militancia-do-psdb/>. Acesso em: 28 jan. 2019;

REDAÇÃO. União Colegial pede doação de aulas para estudantes que ocupam escolas em Minas. In: *Hoje em dia*, 01 nov. 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2N1Krpu>. Acesso em: 11 fev. 2019;

RENA, Natacha; BERQUÓ, Paula; CHAGAS, Fernanda. *Biopolíticas espaciais gentrificadoras e as resistências estéticas biopotentes*. In: Lugar Comum – Estudos de Mídia, Cultura e Democracia Universidade Federal do Rio de Janeiro. Laboratório Território e Comunicação – LABTeC/ESS/UFRJ – Rio de Janeiro: UFRJ, n. 41 – set-dez 2013 (p.71-88);

RENOVABR a. *Quem somos*, s/d. Disponível em: <https://renovabr.org/quem-somos/>. Acesso em: 28 jan. 2019;

RENOVABR b. *Como renovar?*, s/d. Disponível em: <https://renovabr.org/o-que-fazemos/>. Acesso em: 28 jan. 2019;

RESISTE IZIDORA, *Resiste Izidora* [página de Facebook], s/d. Disponível em: <https://www.facebook.com/resisteizidora/>. Acesso em: 11 fev. 2019;

RESISTE IZIDORA, *Resistência Cultural - Todos com Isidoro*, 15 ago. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/events/1511573415723134/>. Acesso em: 11 fev. 2019;

RICCI, Rudá; ARLEY, Patrick. *Nas ruas: a outra política que emergiu em junho de 2013*. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2014;

ROCHA, Camila. *Passando o bastão: a nova geração de liberais brasileiros*, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/nuevomundo/71327>. Acesso em 30 nov. 2018;

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.17, n.49, p.71-92, jun. 2002;

- ROMAFIAT RJ. *Vem Pra Rua – Fiat* [vídeo], 28 mai. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2GakGmG>. Acesso em 04 fev. 2019;
- SANTOS, Mariana Rodrigues. *COPAC: a vivência de um contrapoder* [manuscrito]. Monografia - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura. Orientadora: Rita de Cássia Lucena Velloso. Belo Horizonte, 2016;
- SARAIVA, Leila. *Não leve flores: crônicas etnográficas junto ao Movimento Passe Livre-DF*. Rio de Janeiro: Papeis Selvagens, 2018;
- SECCO, Lincoln. As Jornadas de Junho. In: MARICATO, Ermínia et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013 (Tinta Vermelha);
- SILVA, Cleiton Ferreira da. *O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e a política de autogestão* [manuscrito]: análise de uma experiência no bairro da Iputinga, Recife-PE Dissertação - (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Orientador: Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso, 2012.
- SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014;
- SILVA, Regina Helena Alves da; ZIVIANI, Paula. Apresentação. In: SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.7-14, 2014;
- SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. Direita nas redes sociais online. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Orgs.). *Direita, volver!:* o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015;
- SIND-UTE, *História*. Disponível em: <<https://bit.ly/2IcBomJ>>. Acesso em 13 mai. 2018;
- SINGER, André. Brasil, Junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. In: *Novos Estudos CEBRAP*, vol. 97. Dossiê: mobilizações, protestos e revoluções, nov. 2013, p.23-40;
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *Dos espaços de controle aos territórios dissidentes: escritos de divulgação científica e análise política*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015;
- STANDING, Guy. *The Precariat: The new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic, 2011;
- TARIFA ZERO BH. *Ela voltou!* [postagem de Facebook], 24 mai. 2014. Disponível em: <https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/a.586404228088158/724442550950991/?type=3&theater>. Acesso em: 07 fev. 2019;
- TARROW, Sidney. Cycles of collective action: between moments of madness and the repertoire of contention. In: *Social Science History*, 17:2, 1993;
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 [1ª ed. 1994];
- TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. "CorruPTos": Um ensaio sobre protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: *Núcleo de Pesquisa em Participação, Movimentos Sociais e Ação Coletiva* (Nepac- Unicamp), 2015;

TAVARES, Francisco Mata Machado; BENEDITO, Sérgio Mendonça. Pós-democracia no Sul Global: Uma Leitura Sócio-fiscal dos Confrontos Políticos e da Ruptura Institucional no Crepúsculo da Nova República Brasileira (2003 - 2017). In: *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 4, n. 2, p.179-196, 2018;

TAVARES, Francisco Mata Machado; RORIZ, João Henrique Ribeiro; OLIVEIRA, Ian Caetano de. As jornadas de maio em Goiânia: para além de uma visão sudestecêntrica do junho brasileiro em 2013. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 22, nº 1, abril, 2016;

TEJERINA, Benjamín; PERUGORRÍA, Ignacia (ed.). *From social to political: new forms of mobilization and democratization*. Conference proceedings. Bilbao: Universidad del País Vasco – Euskal Herriko Unibertsitatea, 9-10 fev. 2012;

TELLES, Helcimara de Souza. Corrupção, Legitimidade Democrática e Protestos: O boom da Direita na Política Nacional?. In: *Asociación Latinoamericana de Investigaciones en Campañas Electorales*. Belo Horizonte, 17 a 19 de set. de 2015;

VALOR OCIDENTAL, *Quem somos*, s/d. Disponível em: <http://bit.ly/2S5S8Rv>. Acesso em: 28 jan. 2019;

VALPARAÍZO. *Estatuto do Secretariado de Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira*. II Congresso Extraordinário Nacional de Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira, 04 jun. 2000. Disponível em: <http://psdb-mg.org.br/sitenovo/wp-content/uploads/2011/11/Estatuto-PSDB-Juventude.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019;

VEIGA, João Marcos. Novas faces do interior: cidades de Minas Gerais em rede durante os protestos de junho de 2013. In: SILVA, Regina Helena Alves da (org). *Ruas e redes: dinâmicas dos protestosBR*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, p.89-112, 2014;

VELOSO, André Henrique de Brito. *O ônibus, a cidade e a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço*. Belo Horizonte: Impressões de Minas, 2017;

VINICIUS, Léo. Antes de junho: rebeldia, poder e fazer da juventude autonomista. Florianópolis: Editora em Debate/UFSC, 2014;

WEISS, Robert Stuart. *Learning from strangers: the art and method of qualitative interview studies*. New York: The Free Press, 1994;

YANOW, Dvora. Thinking Interpretively: Philosophical Presuppositions and the Human Sciences. In: YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine (Ed). *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn*. New York: M.E. Sharpe, p.05-26, 2006;

YANOW, Dvora; SCHWARTZ-SHEA, Peregrine (Ed). *Interpretation and Method: Empirical Research Methods and the Interpretive Turn*. New York: M.E. Sharpe, 2006;

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Linha do tempo dos dias de Junho de 2013 para entrevistas



APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semi-estruturada

Perfil

(tempo estimado: 10 minutos – voltado para aproximação com sujeito e conhecimento de sua trajetória política)

- Nome, idade, sexo, raça/cor, ocupação
- Você pode falar um pouco sobre sua trajetória política?
- Especificamente em junho de 2013, você fazia parte de alguma organização política?
- Como você identifica sua posição política? Ela sofreu mudanças ao longo do tempo?

Antes de Junho

(tempo estimado: 15 minutos)

- Como você/sua organização viu o início das manifestações?
- Houve uma decisão coletiva em participar dos protestos? Como ela se deu?

Durante Junho

(tempo estimado: 45 minutos)

- Para você, como foram as manifestações de junho de 2013? Você pode descrevê-las para mim?
- Você participou de quais protestos? [apresentar tabela com informações dos dias de protestos e suas características]
- Com quais pessoas você foi para as manifestações? Você se sente parte de algum grupo ou coletivo desses protestos?
- Na sua percepção, quem eram os manifestantes?
- A quais grupos e coletivos você não gostaria que sua imagem fosse associada?
- Na sua percepção, quais eram as causas dos protestos?
- Quais eram as suas motivações principais para estar na rua?
- Você levou cartazes? Lembra dos seus dizeres?
- Você se lembra de gritos ou frases de impacto que faziam sentido para sua participação?
- Quais cores e utensílios você vestiu?
- Você considera que sua participação nos protestos foi uma forma de expressar suas visões pessoais sobre a política?

- O que você tem a dizer sobre a violência, quando pensa em Junho de 2013?
- Você foi atingido/a pela repressão policial? Isso teve algum impacto na sua atuação?
- As bandeiras de partidos foram um problema para você?
- E a atuação de black blocs, foi um problema?
- Para você, quem são os coxinhas? Você tem ideia de onde vem esse termo?
- Ao longo dos protestos você sentiu alguma mudança na maneira como você se percebia e se definia?
- Como você se informava sobre os protestos? De que maneira Twitter, Facebook, Whatsapp e outras tecnologias foram utilizadas?

Depois de Junho

(tempo estimado: 20 minutos)

- Você acha que sua atuação política foi impactada por junho de 2013?
 - Você acha que a atuação de sua organização foi impactada por junho de 2013?
 - Seu círculo de atuação política permaneceu o mesmo?
 - Como você avalia os protestos hoje? Essa interpretação mudou com o tempo?
 - Você participou das manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff? Como você as descreve?
 - Você acha que essas manifestações estão relacionadas com junho de 2013?
 - Quais são os impactos que você considera que junho de 2013 trouxe para o país? E para Belo Horizonte?
 - Você considera que junho de 2013 acabou? Como/por quê?
- Perguntar indicações

APÊNDICE C – Lista de categorias para análise qualitativa

CRONOLOGIA	ATORES	PRÁTICAS	GRAMÁTICAS	SENTIDOS DE JUNHO
Antecedentes	Coletivos	Confrontos/Contra a violência	Nacionalismo/combate à corrupção	Causas
Durante Junho	Individuais	Uso de redes sociais	Crise política	Consequências
15 de junho	Outros atores	Conversas e mídia tradicional	Difusão, dispersão	Relação com impeachment
17 de junho		Cores	Anti-esquerda/Anti-PT	Leituras gerais da situação do país
19 de junho		Símbolos patrióticos	Horizontalidade	Despertar
20 de junho		Contra bandeiras/partido	Ocupação do espaço público	Afastamento de Junho
22 de junho		A favor das bandeiras/partidos	Outras gramáticas	Deslocamento pós-protestos
25 de junho		Passeatas/Trajeto para Mineirão		
26 de junho		Assembleias		
Pós-Junho		Participação sozinha		
		Participação acompanhada		
		Outras práticas		